



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPEG
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS – FACEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGGEO
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA – MAG



FERNANDA RAQUEL FREIRE DA SILVA

**DESENVOLVIMENTO, ECONOMIA E TURISMO NO POLO COSTA BRANCA,
RIO GRANDE DO NORTE**

MOSSORÓ/RN
2020

FERNANDA RAQUEL FREIRE DA SILVA

**DESENVOLVIMENTO, ECONOMIA E TURISMO NO POLO COSTA BRANCA,
RIO GRANDE DO NORTE**

Dissertação de mestrado a apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, como requisito para obtenção do título de mestre em Geografia.

Área de Concentração: Paisagens Naturais e Meio Ambiente

Linha de Pesquisa: Estudos Socioambientais

Orientador: Prof. Dr. Fábio Ricardo Silva Beserra

Coorientador: Prof. Dr. Rodrigo Guimarães de Carvalho

MOSSORÓ/RN
2020

© Todos os direitos estão reservados a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do(a) autor(a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu(a) respectivo(a) autor(a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

**Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.**

S586d Silva, Fernanda Raquel Freire da
Desenvolvimento, Economia e Turismo no Polo Costa
Branca, Rio Grande do Norte. / Fernanda Raquel Freire da
Silva. - Mossoró, 2020.
191p.

Orientador(a): Prof. Dr. Fábio Ricardo Silva Beserra.
Coorientador(a): Prof. Dr. Rodrigo Guimarães de
Carvalho.

Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-
Graduação em Geografia). Universidade do Estado do Rio
Grande do Norte.

1. Espaço. 2. Turismo. 3. Economia. 4. Rio Grande do
Norte. I. Beserra, Fábio Ricardo Silva. II. Universidade do
Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pela Diretoria de Informatização (DINF), sob orientação dos bibliotecários do SIB-UERN, para ser adaptado às necessidades da comunidade acadêmica UERN.

FERNANDA RAQUEL FREIRE DA SILVA

**DESENVOLVIMENTO, ECONOMIA E TURISMO NO POLO COSTA BRANCA,
RIO GRANDE DO NORTE**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, como requisito para obtenção do título de mestre em Geografia.

Aprovado em: 16 de Junho de 2020.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Fábio Ricardo Silva Beserra (Orientador-PPGEO/UERN)

Prof. Dra. Rosa Maria Rodrigues Lopes (Examinadora Interna-PPGEO/UERN)

Prof. Dra. Larissa da Silva Ferreira Alves (Examinadora Externa-UERN)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, que em sua infinita misericórdia deu-me forças para trilhar os caminhos desse mestrado, por vezes atribulados, porém, de grande ensinamento para a minha vida pessoal e profissional.

Agradeço imensamente ao meus amados pais, Maria Antonieta Freire e José Davi da Silva, que sempre lutaram e priorizaram os estudos em minha vida, ensinando-me desde cedo, a sua importância, dando-me forças, além de fazerem o possível e o impossível para que eu pudesse trilhar os caminhos que escolhi.

Ao meu noivo, Hecton Charlisson Leite Holanda, por ser meu porto seguro em momentos atribulados e sempre me incentivar a continuar, a nunca desistir de meus sonhos. Assim como agradeço a minha querida amiga, que a tenho como uma segunda mãe, Maria das Neves Bezerra da Costa, por ser uma alegria nos dias cansados, uma ouvinte paciente e acolhedora.

A Jessica Jessiana Alves, minha amiga dos caminhos acadêmicos e da vida, agradeço por ser uma ouvinte paciente, uma amiga dedicada e atenciosa, sempre presente em todos os momentos.

Ao meu orientador, Fábio Ricardo da Silva Beserra, que me mostrou novos caminhos os quais não conhecia, que em seus ensinamentos me fez uma pessoa mais forte, além de sua paciência para certos defeitos meus.

Por fim, agradeço a todos os meus professores, desde o momento da graduação até o mestrado, que em suas aulas e nas vivências que pude ter com alguns deles, me ensinaram coisas que não levarei apenas em minha vida acadêmica/profissional, mas em meu ser como pessoa. Sendo assim, sou eternamente grata ao meus Mestres.

“O turismo vem a ser uma atividade vinculada em sua essência à pessoas e lugares, sendo, portanto, um fenômeno eminentemente socioespacial” (MACHADO, 2007, p. 65).

RESUMO

Ao abordar o turismo e suas repercussões espaciais e econômicas, Natal, capital do estado, e áreas próximas são destaque frente a pauta dessa atividade no território potiguar. Entretanto, o Rio Grande do Norte possui outros ambientes para fins dessa atividade, que é caso dos cinco Polos turísticos norte-rio-grandenses, dentre eles, destaca-se o campo de análise dessa pesquisa, o Costa Branca. O Polo em questão, além de possuir uma aptidão para o desenvolvimento da atividade turística, em virtude de suas características ambientais e históricas, detêm um contexto histórico econômico de atividades vinculadas ao setor de indústria e de serviços. Sendo assim, com a finalidade de averiguar o papel do turismo no contexto espacial e econômico dos municípios do Polo, essa pesquisa tem por objetivo geral, analisar a produção e a organização do espaço nos municípios do Polo Costa Branca a partir das atividades econômicas ali existentes, destacando o turismo com o recorte temporal referente ao período de 2000 a 2018. No desenvolvimento do trabalho foram utilizados diferentes procedimentos metodológicos, como revisão bibliográfica, levantamento de dados primários e secundários em distintas fontes, elaboração de mapas, além do trabalho de campo, componente indispensável para uma leitura precisa do objeto. O trabalho de campo foi realizado com o intuito de conhecer a área de estudo e observar o desenvolvimento das atividades econômicas no espaço de cinco municípios desse Polo, bem como aplicar entrevistas com o propósito de coletar informações que somaram ao estudo pretendido, logo, observou-se que, apesar dos Polos serem meios para o desenvolvimento do turismo, foi constatado, com base nos dados coletados, que o turismo no Polo não é uma atividade preponderante, visto que são os demais segmentos presentes que contribuem significativamente para a economia local. Além disso, o turismo no Costa Branca pode declinar ou progredir, posto que o Polo passará por uma formalização em sua instância de governança.

Palavras-chaves: Espaço. Turismo. Geografia Econômica. Rio Grande do Norte.

ABSTRACT

When treating the tourism and your spatial and economic repercussions, Natal, state capital, and nearby areas are detached in front of the schedule this activity in the potiguar territory. However, the Rio Grande do Norte has other environments for purposes this activity, what is the case norte-rio-grandese of the five touristic Polos, among them, stands out the analyze camp this search, the Costa Branca. The Polo in question, have an aptitude for the development for tourist activity, in virtue for your features environmental and historical, holds one context economic historic in activities linked to the sector of industry and services. Therefore, with the finality of ascertain the tourism role in the space and economic contexto of the Polo, this reserach have for general objective, analyze the production and organization from space in the municipalities of Polo Costa Branca, starting from at economic activities there existing, with spotlight of tourism, with the temporal clipping, is relative to period of 2000 as 2018. In the development of work was utilized different methodological procedures, how bibliographic review, survey of primary and secondary data in different sources, elaboration for maps, beyond fieldwork, component indispensable for an accurate reading of object. The fieldwork was realized with the intention of to know the area the study and note the development of economic activities in the space of the five counties of this Polo, as well to apply interviews, for the purpose of collect information that came to added up to study intended in this research, therefore, it was observed that, although from Polos be means to the development of tourism, was verified based in the data collected, that the tourism at the Polo it's not a activity preponderant, since they are the too much segments present taht contribute from significantly to local economy. Besides that, the tourism in the Costa Branca can decline, or, can to progress, since that the Polo it will pass for a formalization in your governance instance.

Keywords: Space. Tourism. Economic Geography. Rio Grande do Norte

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Mapa de Localização dos Municípios do Polo Costa Branca.....	15
Figura 2 -	Tabela dos números de estabelecimentos por Setor do Polo Costa Branca de 2010, 2015, 2017 e 2018.....	47
Figura 3 -	Mapa da representação de atividades econômicas do Polo Costa Branca.....	63
Figura 4 -	Hotéis em Mossoró, Tibau e Guamaré.....	82
Figura 5 -	Condôminos e Residências no município de Tibau-RN.....	83
Figura 6 -	Viveiro de Camarão em Guamaré-RN.....	98
Figura 7 -	Casa de Veraneio em Tibau-RN.....	101
Figura 8 -	Comércio em Tibau-RN.....	102
Figura 9 -	Corredor Cultura de Mossoró-RN.....	112
Figura 10 -	Salinas ao entorno de Areia Branca.....	115
Figura 11 -	Localidade da Tereza Patrício em Tibau-RN.....	117
Figura 12 -	Museu Municipal Lauro da Escócia, Mossoró-RN.....	118
Figura 13 -	Capela de São Vicente, Mossoró-RN.....	119
Figura 14 -	Paróquia Nossa Senhora da Conceição, Guamaré-RN.....	121
Figura 15 -	Três Cruzes, Praia de Ponta do Mel.....	151

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Valores dos números de regiões e municípios turísticos do Brasil de 2004 a 2019.....	31
Tabela 2 -	Números de Municípios dos Polos do RN nos anos de 2004 a 2019 de acordo com as Regiões Turísticas do Brasil.....	33
Tabela 3 -	Valores aplicados do PRODETUR-NE I nos Estados em US\$ Milhões.....	35
Tabela 4 -	Números de estabelecimentos por Setor do Polo Costa Branca nos anos 2000 e 2005.....	41
Tabela 5 -	Números de vínculos por Setor no Polo Costa Branca nos anos de 2000 e 2005.....	43
Tabela 6 -	Números de estabelecimentos por Setor do Polo Costa Branca de 2010, 2015, 2017 e 2018.....	45
Tabela 7 -	Números de Estabelecimentos Ativos no Polo Costa Branca de 2012 a 2018.....	51
Tabela 8 -	Números de Ocupações Formais nos Municípios do Polo Costa Branca no mês de janeiro dos anos de 2012 a 2018.....	55
Tabela 9 -	Números de estabelecimentos da Atividade Salineira nos municípios nos anos 2010, 2015, 2017 e 2018.....	64
Tabela 10 -	Números de vínculos da Atividade Salineira nos municípios nos anos de 2010, 2015, 2017 e 2018.....	66
Tabela 11 -	Números de estabelecimentos da Atividade Petrolífera nos municípios nos anos de 2010, 2015, 2017 e 2018.....	68
Tabela 12 -	Números de vínculos da Atividade Petrolífera nos municípios nos anos de 2010, 2015, 2017 e 2018.....	70
Tabela 13 -	Números de estabelecimentos da Atividade Pesqueira nos municípios nos anos de 2010, 2015, 2017 e 2018.....	72
Tabela 14 -	Números de vínculos da Atividades Pesqueiras nos municípios nos anos de 2010, 2015, 2017 e 2018.....	74

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Municípios dos Polos Turísticos do Rio Grande do Norte com base no Decreto 26.661 de 2017.....	32
Quadro 2 -	Atividades Econômicas Prevalentes e Produto Interno Bruto dos municípios do Polo Costa Branca.....	60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

	Associação Macauense de Desenvolvimento Turístico
AMDESTUR	
ACTs	Atividades Características do Turismo
BNB	Banco do Nordeste
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
EMPROTURN	Empresa de Promoção e Desenvolvimento do Turismo no RN
RN	Estado do Rio Grande do Norte
FUMTUR	Fundo Municipal de Turismo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MTE	Ministério de Trabalho e Emprego
MTur	Ministério do Turismo
OMT	Organização Mundial do Turismo
PAC	Programa de Aceleração de Crescimento
PD/VC	Parque das Dunas/ Via Costeira
PDITS	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
Plantur	Plano Nacional de Turismo
PNT	Plano Nacional de Turismo
PRODETUR-NE	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RINTUR	Roteiro de Informações Turísticas
SETUR	Secretária de Estado de Turismo do RN
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal
SIMT	Sistema de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo
SIG	Subsecretária de Inovação e Gestão de Conhecimento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 POLÍTICAS PÚBLICAS TERRITORIAS VOLTADAS À PROMOÇÃO DO TURISMO E SEUS DESDOBRAMENTOS ECONÔMICOS E TERRITORIAIS	25
2.1 Políticas públicas: seu papel no desenvolvimento do turismo no Rio Grande do Norte	26
2.1.1 Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT)	30
2.1.2 Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil	31
2.1.3 Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE).....	35
2.2 Polo Costa Branca: uma breve leitura econômica	38
2.3 Espaço, economia e turismo	49
3. CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA DOS DEZ MUNICÍPIOS DO POLO COSTA BRANCA	60
3.1 Espaço econômico dos dez municípios do Polo Costa Branca	60
3.3.1 Atividade Salineira	62
3.3.2 Atividade Petrolífera.....	65
3.3.3 Atividade Pesqueira	71
3.2 Atividades econômicas e suas contribuições para a urbanização dos dez municípios	75
4 GEOGRAFIA ECONÔMICA E TURISMO: UM OLHAR SOBRE O POLO COSTA BRANCA	78
4.1 Geografia e turismo: análises e definições	78
4.2 Rio Grande do Norte e turismo	84
4.3 Polo Costa Branca, economia e turismo: uma repercussão espacial	94
4.3.1 Economia e Urbanização nos Cinco Municípios do Polo Costa Branca	111
4.3.2 Programas e Políticas de Turismo e seu Papel no Polo Costa Branca	123
4.3.3 Turismo e Geração de Renda no Polo Costa Branca.....	134
4.4 Polo Costa Branca, uma realidade ou uma utopia?	141
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
REFERÊNCIAS	156

APÊNDICE	177
APÊNDICE A – Quadro da identificação de cada participante das entrevistas	178
ANEXO	179
ANEXO A - Entrevista com as secretarias e gerências dos municípios	181
ANEXO B - Entrevista com membros da secretaria de estado de turismo do Rio Grande do Norte.....	184
ANEXO C - Termo de consentimento livre esclarecido	187

1 INTRODUÇÃO

Ao analisar a atividade turística sob a ótica da ciência geográfica, surge a interrogação de qual seria a relação entre as duas. Com base nessa situação, Becker (2014, p.55) elucida que há uma relação entre os dois, pois é na Geografia que se percebe “[...] o campo de atuação da oferta turística: o espaço geográfico”, nesse espaço, o turismo produz e se reproduz.

É válido mencionar que a Geografia percebe o turismo sob alguns enfoques, porém, há aqueles que se destacam mais, como é o caso da produção de espaço (COSTA; RIBEIRO, TAVARES, 2004), uma vez que o espaço geográfico é objeto de estudo desta ciência, bem como é objeto de consumo para o turismo (CRUZ, 2003, BECKER, 2014).

De acordo com os autores acima mencionados, tal atividade apropria-se de ambientes para o seu progresso, visto que, “[...] el turismo depende en gran medida de un factor natural, el paisaje, o mejor dicho, la construcción social en torno a un determinado paisaje.” (TURÉGANO 2007, p. 56). Dentro dessa perspectiva, no Brasil, a atividade turística encontra um campo fértil para o seu desenvolvimento, já que tem a capacidade de atrair tanto turistas que vêm do exterior, quanto do interior do país, isso ocorre em virtude dos ambientes (naturais, históricos entres outros) que possui (FERNANDES; GRAÇA, 2014).

Com base no Instituto Brasileiro do Turismo (EMBRATUR), no Brasil, essa atividade corresponde a 3,6 % do Produto Interno Bruto (PIB), empregando cerca de 10 milhões de pessoas, direta ou indiretamente (BRASIL, I., 2015).

De forma geral, as regiões do Brasil têm um potencial turístico relevante, entretanto, ainda relativamente pouco explorado. Dentre suas regiões, destaca-se, como exemplo, o Nordeste, detentor de características naturais e históricas, entre outras que permitem a realização da atividade (CRUZ, 2005).

De acordo com informações coletadas pelo Ministério do Turismo (MTur) e pela Subsecretaria de Inovação e Gestão do Conhecimento (SIG), com empresários de organizações e agências de viagens, em setembro de 2019, foi possível identificar que dentre os destinos mais procurados pelos clientes (turistas) das agências, para os meses de dezembro e janeiro, estavam localizados em capitais e municípios do Nordeste (BRASIL., M; SIG, 2019), tal fato ressalta a importância dessa região no contexto do turismo brasileiro. É sob um recorte dessa porção do espaço brasileiro que essa pesquisa se propôs a analisar.

Percebe-se que o Nordeste tem um grande potencial para o desenvolvimento do turismo (CRUZ, 2005; BRASIL; SIG, 2019), e essa atividade na região vem sendo alvo nos últimos anos de programas e ações para o seu desenvolvimento, como é o caso do Programa

Nacional de Municipalização do Turismo, o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE), formulado em 1994, com o fim de sua primeira fase em meados da década de 2000, e o Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil, formulado em 2004 (BNB, [2005?]; FREIRE, 2005; DANTAS, 2010; VIRGINIO; FERREIRA, 2013; BRASIL, 2013; LOPES; FERREIRA, 2013; LOPES; ALVES, 2015).

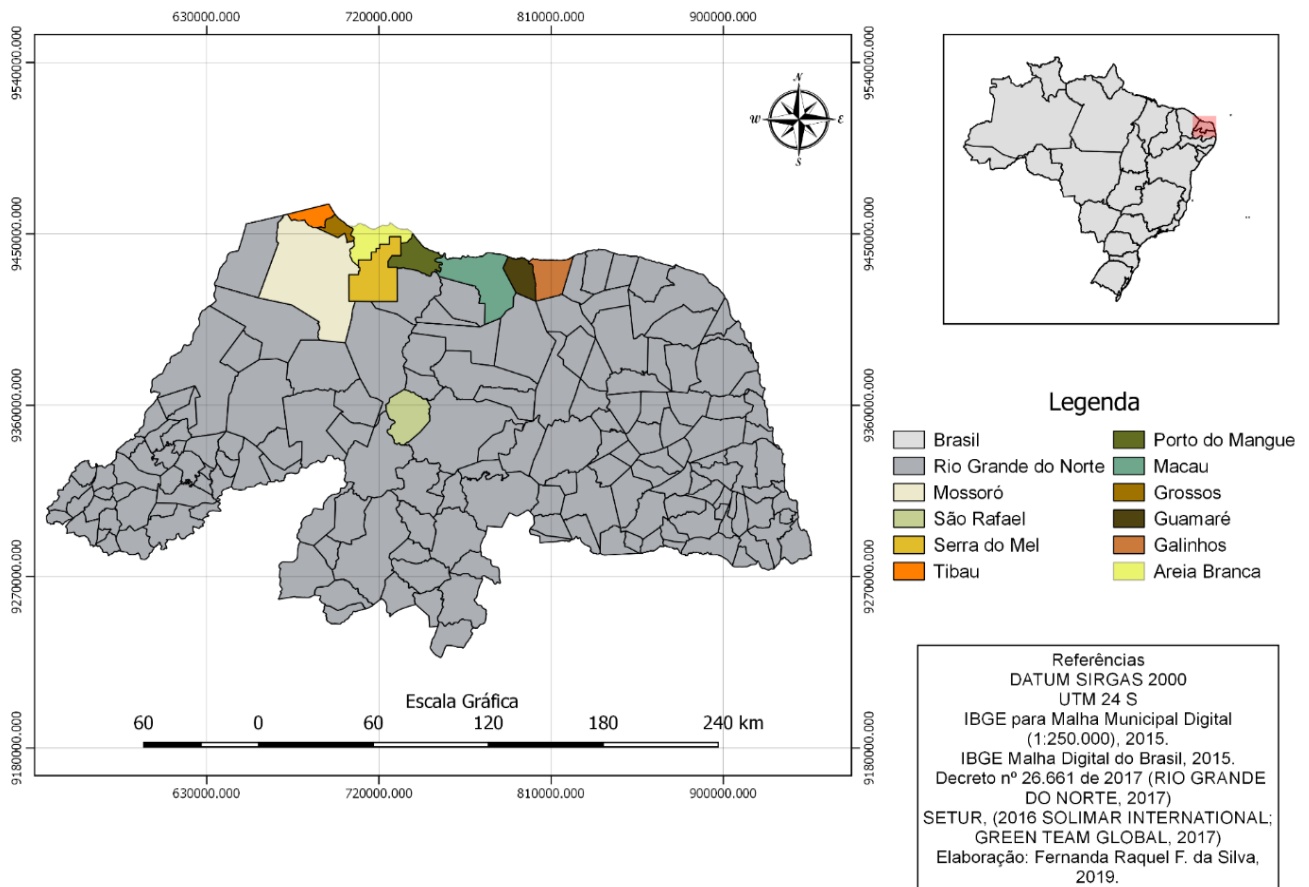
Anteriormente, foi retratado com base em informações coletadas através do Ministério do Turismo (MTur) e pela Subsecretaria de Inovação e Gestão do Conhecimento (SIG) (BRASIL; SIG, 2019), que capitais e municípios da região Nordeste eram áreas de interesse dos clientes em agências de viagens para os meses de dezembro e janeiro, dentre elas, destacavam-se a capital do Ceará (em primeiro lugar) e a capital do Rio Grande do Norte (em segundo lugar) (BRASIL; SIG, 2019). Com base nessa informação, constata-se a importância de Natal (capital do RN), no que diz respeito à prática do turismo no estado (BRASIL; SIG; 2019).

Nesse contexto, é importante mencionar que o RN possui Polos Turísticos em seu território voltados para essa atividade (RIO GRANDE DO NORTE, 2017). Os cinco Polos que compõem o Estado foram instituídos através de uma associação da Secretaria de Estado do Turismo, com o Programa de Regionalização do Turismo (LOPES; FERREIRA, 2013).

Dentre esses, ressalta-se o Polo Costa Branca, que, assim como os demais, foi desenvolvido para potencializar a atividade turística nos municípios pertencentes aos mesmos (RIO GRANDE DO NORTE, 2017). De acordo com o Decreto 26.661 de fevereiro de 2017, em seu art. 2º, parágrafo 2 (RIO GRANDE DO NORTE, 2017), o Polo em questão é composto por dez municípios, sendo eles: “[...] Areia Branca, Galinhos, Grossos, Guamaré, Macau, Mossoró, Porto do Mangue, São Rafael, Serra do Mel e Tibau [...]” (RIO GRANDE DO NORTE, 2017, p. 2), retratados na figura 1.

Porém, é necessário questionar se o turismo é uma atividade da economia vigente nos municípios desse Polo, pois Lopes e Ferreira (2013) mencionam que na evolução histórica dessa atividade nesse Estado “[...] se evidenciou que as ações públicas foram ao longo do tempo, concentradas na capital estadual, em municípios próximos e em Tibau do Sul (em razão do destino Pipa)” (LOPES; FERREIRA, 2013, p. 225), logo, essa concentração de ações públicas em apenas alguns municípios, tende a afetar o desenvolvimento dessas atividades nos demais (LOPES; FERREIRA, 2013).

Figura 1- Mapa de Localização dos Municípios do Polo Costa Branca



Fonte: IBGE, 2015; SETUR, 2016 (apud SOLIMAR; GREEN TEAM GLOBAL, 2017); Rio Grande do Norte, 2017 adaptado pela autora 2019.

É importante analisar esse contexto do turismo nos municípios do Polo Costa Branca para compreender o papel desse segmento na economia dessas áreas, visto que as atividades preponderantes economicamente nesses espaços são principalmente as industriais, como a extração de petróleo e gás, pesca, fruticultura, extração de sal, entre outras (START PESQUISA E CONSULTORIA TÉCNICA, 2009 apud GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2011b; GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2011a). A partir dessa dupla condição, de um lado, políticas públicas e todo o imaginário constituído por e através das mesmas, acerca do discurso desenvolvimentista de sua realização e, de outro, municípios que, embora possuam elementos potencialmente fortes para sua instalação, consolidaram sua trajetória de desenvolvimento geográfico em outros setores da economia.

Com a finalidade de entender a repercussão das políticas públicas de turismo, bem como analisar a influência econômica dessa atividade, a pesquisa justifica-se na importância de entender o papel do turismo e de outros segmentos na área da economia, da urbanização e

da produção do espaço nos municípios integrantes do Polo Costa Branca. Diante do que foi mencionado, a presente pesquisa tem como objetivo geral, analisar a produção e a organização do espaço nos municípios do Polo Costa Branca, a partir das atividades econômicas ali existentes, com destaque para o turismo.

O recorte temporal é referente ao período de 2000 a 2018, intervalo com a presença de ações para a promoção e dinamização dessa atividade, retratado anteriormente. Além disso, com esse intervalo, busca-se trazer informações mais atuais do desenvolvimento do turismo no Polo, assim como de outras atividades ali presentes (BNB, [2005]b; FREIRE, 2005; DANTAS, 2010; VIRGINIO; FERREIRA, 2013; BRASIL, 2013; LOPES; FERREIRA, 2013; LOPES; ALVES, 2015). Com base no que foi mencionado, a pesquisa propõe sua subdivisão nos seguintes objetivos específicos:

- Analisar a dinâmica da produção e organização do espaço sob o prisma da geografia econômica e o papel das atividades para o desenvolvimento dos municípios pertencentes ao Polo Costa Branca;
- Investigar o papel da atividade turística, bem como os elementos que a envolve (físico-naturais e socioculturais), percebendo o grau de relevância que hoje desempenha na economia desses municípios;
- Investigar os impactos dos programas e políticas públicas do turismo para a economia desses municípios, afim de entender o papel que as mesmas desempenharam no crescimento econômico desses ambientes, com o intuito de auxiliar no processo de planejamento e execução dessa atividade.
- Produzir mapas com o objetivo de retratar as áreas dos municípios, juntamente com as atividades econômicas presentes no espaço dos mesmos.

O problema que conduz essa pesquisa é entender o contexto das atividades econômicas desenvolvidas no Polo, principalmente do turismo, no processo de produção e organização do espaço, bem como da efetividade das políticas e programas direcionados para essa atividade (BNB, [2005]b; FREIRE, 2005; DANTAS, 2010; GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2011; VIRGINIO; FERREIRA, 2013; BRASIL, 2013; LOPES; FERREIRA, 2013; LOPES; ALVES, 2015). Posto que no contexto capitalista, o turismo segue os padrões exercidos pelo capital, ou seja, o mesmo, em sua execução, toma

para si, elementos que compõem o espaço, convertendo-os em uma mercadoria a ser comercializada como atrativo (COSTA; RIBEIRO, TAVARES, 2004; CORIOLANO, 2006).

Desta forma, a hipótese que conduz essa pesquisa é de que as políticas e os programas não foram devidamente bem explorados, sendo assim, não foram suficientes para fomentar a atividade turística para torná-la a principal base econômica nos municípios do Polo Costa Branca, portanto, crê-se que a mesma não é o principal elemento econômico e não desempenha um papel efetivo na produção e organização do espaço.

Essa pesquisa buscou analisar em um recorte temporal de 2000 a 2018, a produção e organização do espaço nos municípios do Polo Costa Branca, com base na Geografia Econômica (Figura 1), a partir das atividades econômicas ali existentes, com destaque para o turismo.

A escolha desse recorte temporal, dar-se em virtude da escala temporal dessa pesquisa, que refere-se a execução de algumas políticas e programas voltados para o turismo, como é o caso do PRODETUR NE I, finalizado no ano de 2005, que contribuiu para a difusão do turismo no Rio Grande do Norte, bem como em outros estados da região Nordeste (BNB, [200-?]), já no que refere aos dados de 2018, os mesmos foram colhidos para trazer uma perspectiva mais atual ao trabalho.

Como já fora mencionado, os municípios do Polo analisado correspondem aos definidos, com base no Decreto 26.661, por ser especificamente do Estado do Rio Grande do Norte, para obter-se uma precisão na análise dos dados. Entretanto, tem-se o conhecimento de outro documento de ordem federal, o Mapa do Turismo de 2019, que dispõe acerca das regiões e municípios turísticos do Brasil, no qual foi possível identificar que o número de municípios no Costa Branca corresponde a 17, diferente do Decreto (RIO GRANDE DO NORTE, 2017; BRASIL, 2019a).

Para analisar o questionamento proposto no problema da pesquisa, bem como na hipótese e nos objetivos, o trabalho foi realizado em quatro etapas, sendo elas: Levantamento de Dados Secundários Estatísticos, Trabalho de Campo, Revisão Bibliográfica, além de Mapeamento, tais processos foram executados com o objetivo de entender sobre a ótica da geografia econômica, os temas relacionados à produção do espaço, economia, turismo e urbanização, asserções presentes nas seções dessa pesquisa-

Os dados secundários foram coletados mediante a etapa de revisão bibliográfica e levantamento de dados estatísticos, já as informações primárias, foram coletadas por meio do trabalho de campo (SANTOS; CANDELORO, 2006; KOLTER; ARMSTRONG, 2015; BESERRA, 2017).

A revisão bibliográfica foi realizada com o objetivo de coletar informações, ideias e reflexões que possam subsidiar o processo da análise geográfica do contexto econômico do Polo Costa Branca (SANTOS; CANDELORO, 2006).

Para esse processo, foram utilizados materiais como: livros, artigos, teses, dissertações, periódicos especializados, monografias. Além desses, as informações também foram coletadas em *sites* e no Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável (PDITS) do Polo Costa Branca.

Após a coleta desse material, foram realizados fichamentos dos mesmos para reunir as ideias e informações pertinentes à discussão e construção das reflexões acerca da temática proposta nesta pesquisa. Portanto, com base nessas informações, foi possível refletir sobre as temáticas relacionadas ao turismo, seus programas e políticas voltados para o fomento no Brasil, no Nordeste e especialmente no Estado do Rio Grande do Norte, devidamente explanada na segunda seção desta pesquisa. Nesse contexto, foi factível entender a conjuntura dos Polos voltados para o turismo no RN, mas especificamente do Polo Costa Branca.

Com a mesma perspectiva, analisou-se também o contexto econômico dos municípios do Polo, bem como desenvolveu-se uma contextualização acerca da produção do espaço pelas atividades nele presentes, assim como pelo turismo (abordada na seção três), no qual, por meio das informações teóricas coletadas, identificou-se a importância das demais atividades não associadas diretamente ao turismo, na economia dos municípios.

Essa etapa também desempenhou um papel importante na análise da relação entre a geografia e o turismo, na qual foi exposta uma análise da relação dessa ciência com essa atividade econômica.

Para corroborar com as informações levantadas na primeira etapa descrita anteriormente, foram colhidos dados secundários estatísticos. Os mesmos contribuíram para a análise do contexto econômico e socioeconômico dos dez municípios do Polo Costa Branca, elucidando o papel do turismo, com isso, foram retratados a seguir, as fontes de coleta desses dados e os tratamentos realizados nos mesmos.

Uma das primeiras fontes utilizadas nessa etapa foi a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (SECRETARIA DE TRABALHO, 2015). A plataforma MTE/ RAIS auxiliou no processo de coleta de dados estatísticos referentes ao número de estabelecimentos e vínculos presentes nos municípios do Polo, dentro da conjuntura do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, na perspectiva do IBGE Gr Setor (IBGE, [200-?]; MTE-RAIS IBGE, 2000, 2005, 2010, 2015, 2017, 2018) e da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) no contexto de classe e subclasse (SUBSECRETARIA DE ARRECADAÇÃO E

ATENDIMENTO, 2014; MTE-RAIS CNAE 2.0 SUBCLASSE, 2010, 2015, 2017; MTE-RAIS CNAE 2.0 CLASSE, 2010, 2015, 2017).

É importante mencionar que no contexto do IBGE, os dados foram colhidos com base na escala temporal de 2000 a 2018 (MTE-RAIS IBGE, 2000, 2005, 2010, 2015, 2017, 2018), já no contexto da CNAE, os mesmos foram coletados na escala de 2015 a 2018, visto que eram os anos em que o RAIS gerava dados estatísticos, dentro do contexto das atividades escolhidas (MTE-RAIS CNAE 2.0 SUBCLASSE, 2010, 2015, 2017a,b; MTE-RAIS CNAE 2.0 CLASSE, 2010, 2015, 2017a,b,c,d).

Tais bases estatísticas passaram por uma etapa de tratamento na qual foram selecionados os municípios pertencentes ao Polo, visto que esses dados apresentaram valores referentes a todos os municípios do Rio Grande do Norte, bem como foram selecionadas as atividades que apresentaram valores presentes na maioria desses municípios. Após essa etapa, tais valores foram organizados em tabelas de estabelecimentos e vínculos nos quais as mesmas são compostas pelos dados dos anos estipulados.

Na busca de informações mais precisas acerca do turismo, foi utilizado o Sistema de Informações Sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo (SIMT) (IPEA, 2015), logo, o mesmo foi estruturado através do

[...] IPEA, com o apoio do Ministério do Turismo - MTur, estruturou o Sistema de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo - SIMT, que visa a oferecer, para o governo e a sociedade, informações que utilizam dados de fontes secundárias e de pesquisas realizadas pelo IPEA sobre a ocupação nas Atividades Características do Turismo – ACTs, atualizadas continuamente (IPEA, 2015, p. 5).

Através desse sistema foram coletados dados estatísticos (IPEA, 2015) referentes aos valores de estabelecimentos ativos e número de ocupações das Atividades Características do Turismo (ACTs), os mesmos foram retirados do IPEA, extrator de dados, na plataforma Sistema de Informações Sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo (SIMT) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (IPEA, [2014?]a¹; IPEA, [2014?]b). Para colher essas informações, foi necessário utilizar um documento que orienta como extrair os dados da plataforma (IPEA, 2018, a,b,c).

Após a coleta, os dados foram tratados através da retirada de atividades com expressividade em apenas um município, bem como os municípios sem valores ou valores iguais a zero, posteriormente, as informações foram dispostas em formas de tabelas no corpo da pesquisa.

¹ Supõe-se que essa dará, visto que nesse ano foi firmando um termo entre o IPEA e o MTur para melhora e aperfeiçoamento dos SIMT (IPEA, 2015).

Além disso, utilizou-se o Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), no qual foram colhidos dados referentes ao Produto Interno Bruto dos Municípios no ano de 2016 (IBGE, [200-?]; IBGE *et al.*, 2016).

As informações colhidas foram retratadas no Quadro 2, com o objetivo de demonstrar os valores de cada município do Polo (IBGE, [200-?]; IBGE *et al.*, 2016). Além disso, esses valores contribuíram como um dos meios de escolha dos municípios nos quais foram realizadas as pesquisas de campo.

É importante mencionar que no processo de elaboração dessa pesquisa, foram utilizados outros documentos que contribuíram para a construção da mesma, sendo o primeiro: o Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável (PDITS) do Polo Costa Branca (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2011a,b), utilizado como meio de coleta de informações teóricas acerca do Polo, contribuindo no processo de discussão dos dados secundários da pesquisa.

O segundo documento refere-se ao número de regiões turísticas e municípios do Brasil, nos anos de 2004 a 2019 (BRASIL, 2004, 2006, 2009, 2013, 2016, 2019; SILVA; 2014; SILVA, 2010; LOPES; FERREIRA, 2013; LUCENA; PORTELA, 2017), com o intuito de levantar dados estatísticos contextualizados na pesquisa, em forma de tabelas, primeiramente dentro de uma perspectiva mais geral, no caso, valores referentes ao Brasil, e, de forma mais restrita, local, valores que dizem respeito ao estado do Rio Grande do Norte.

A ideia da realização dessas tabelas baseou-se na dissertação de Silva (2014).

Para além das fontes mencionadas, fez-se uso também de informações disponibilizadas pelo site do Banco do Nordeste, no qual foi possível coletar uma tabela de dados referentes aos valores aplicados na primeira fase desse programa (BANCO DO NORDESTE; RELATÓRIO FINAL DO PRODETUR-NE I, [2005?] apud BNB, [2005?]b), os mesmos colaboraram com a análise monetária dessa fase, bem como retrataram os municípios agraciados pelos mesmos. Após a coleta dos dados dessa tabela, as informações foram organizadas em ordem alfabética e posteriormente dispostas na discussão da pesquisa para a contextualização.

Essa pesquisa contou com um trabalho de campo desenvolvido nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2019, e março de 2020, no qual foi possível coletar os dados primários, através das entrevistas realizadas e material fotográfico coletado. Essa etapa teve por objetivo analisar *in loco* as informações coletadas acerca do papel das políticas públicas, do turismo e de outras atividades desenvolvidas nos municípios do Polo Costa Branca e suas relações com o crescimento econômico de seus municípios integrantes. É necessário ressaltar

que por meio deste trabalho foi possível entender o real papel do turismo sobre uma ótica geográfica.

Essa etapa foi desenvolvida em cinco municípios que compõem o Polo em questão, sendo eles: Areia Branca, Guamaré, Macau, Mossoró e Tibau. A escolha de cada município deu-se em virtude dos dados do PIB a preços correntes, presentes no Quadro 2, no qual se destacam Mossoró, Macau e Guamaré, de forma mais atenuante, levando-se em consideração também os municípios que se destacaram com o maior número de quantitativos de ocupações e estabelecimentos nas ACTs, retratados nas Tabelas 7 e 8 da segunda secção, que foram Mossoró, Macau, Guamaré e Areia Branca, além de áreas que possuem uma certa relação com o Turismo, como é o caso de Tibau, no qual está presente a atividade de vilegiatura (BATISTA, 2013; GOMES, 2013), com base nessas informações, foram selecionados os municípios mencionados.

Por meio dessa etapa, coletou-se informações que possibilitaram o entendimento das transformações espaciais e suas contribuições no processo de urbanização, a relevância econômica do turismo e seus elementos físicos e culturais, registros fotográficos para compor o processo de análise da pesquisa, assim como a coleta de informações que auxiliaram na elaboração de mapas que retrataram aspectos importantes de forma cartográfica.

É necessário mencionar que nessa etapa, também foram realizadas entrevistas que, de acordo com Gil (2008, p. 109), “[...] é uma forma de diálogo assimétrico em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informações”, nesse sentido, as mesmas foram utilizadas com a finalidade de adquirir informações mais precisas a respeito da economia, turismo, urbanização e do Polo Costa Branca.

Essas entrevistas foram realizadas com os gestores, mais precisamente, com secretários e gerentes dos cinco municípios do Polo, bem como um representante de uma instituição ligada a essa atividade.

Portanto, as Secretarias foram selecionadas com o intuito de ter uma dupla perspectiva, uma delas, ligada ao turismo, realizando-se entrevistas aos secretários, subsecretária da SETUR-RN,² gerentes e demais atores ligados à atividade turística. A outra perspectiva voltou-se para uma visão mais econômica, entrevistando-se os secretários associados à essa questão.

Sendo assim, foram elaborados dois roteiros de entrevistas, o primeiro, direcionado à SETUR, o segundo, aos representantes dos municípios citados anteriormente. Cada roteiro de

² A entrevista com a Subsecretária foi realizada em Natal, com o objetivo de apurar dados que contribuíssem na análise do turismo, da economia e dos Polos, no contexto potiguar.

entrevista foi composto por 10 questões (ANEXO A e B) que subsidiaram a coleta das informações relacionadas a economia, urbanização, turismo e ao Polo Costa Branca. Cada participante recebeu um termo de consentimento (ANEXO C) e uma via para acompanhar a entrevista, porém, os dois representantes de Mossoró receberam apenas uma via do roteiro de entrevista, a qual foi compartilhada por ambos. Além disso, em Guamaré, os dois secretários não responderam algumas questões por acharem que as mesmas não se enquadravam ao seu contexto.

Após esse processo, foram transcritas as falas de cada entrevistado para posteriormente serem analisadas e alocadas na discussão da quarta seção. É necessário mencionar que a essas pessoas foram atribuídos pseudônimos para as devidas identificações dispostas no APÊNDICE A.

As respostas de cada entrevistado foram transcritas com o objetivo de coletar as informações que respondiam de forma efetiva as questões levantadas, visto que algumas respostas tornaram-se muito extensas, posteriormente, discutidas. A disposição dessas entrevistas deu-se com base nas normas de citação da ABNT, pois “Uma outra forma de apresentar as transcrições para o público pode ser fundamentada nas normas da ABNT [...]” (MANZINI, 2008, p. 13).

Nesse contexto, foram suprimidas, com base nas normas de supressão da ABNT (MANZINI, 2008), algumas partes que não foram compreensíveis por meio dos áudios, assim como partes longas. Foram também editadas as falas em alguns momentos, devido a erros que as mesmas apresentavam, visto que as

Entrevistas podem e devem ser editadas. Exceto quando se pretende fazer análise de discurso, frases excessivamente coloquiais, interjeições, repetições, falas incompletas, vícios de linguagem, cacoetes, erros gramaticais etc. devem ser corrigidos na transcrição editada. É importante, porém, manter uma versão original e uma versão editada de todas as transcrições (DUARTE, 2004, p. 221).

Apesar de ser uma etapa que contribuiu de forma significativa para a análise proposta por essa pesquisa, a mesma apresentou certas adversidades, tais como, a dificuldade em marcar a entrevista com o secretário de finanças do município de Tibau, já que nos dias marcados, ele não pôde estar presente. Diante disso, em busca de informações sobre um olhar mais econômico, falou-se com alguns representantes da Secretaria de Tributação, mas também não se obteve sucesso, não havendo retorno das ligações para agendamento do encontro, portanto, a entrevista em Tibau foi realizada apenas com o secretário de turismo, cultura, esportes e lazer, que respondeu de forma satisfatória as perguntas propostas.

Uma situação semelhante a essa veio a ocorrer em Macau, visto que no dia do campo, ao entrar em contato diretamente com os representantes da Secretaria de Finanças, após acontecer falhas na comunicação via e-mail e telefone fixo, com o objetivo de marcar o dia da entrevista, as pessoas que poderiam responder as questões ligadas ao setor financeiro do município não estavam presentes, e a outra, não se sentiu preparada para responder os questionamentos.

Por fim, no processo do desenvolvimento, a pesquisa contou com a etapa de mapeamento, a qual foi realizada com o intuito de retratar de forma cartográfica, a localização dos municípios do Polo em estudo, bem como as atividades econômicas presentes nos mesmos.

Portanto, foram elaborados dois mapas, o primeiro diz respeito a localização, construído através da camada *shapefile* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015) para malhas municipais digitais do Rio Grande do Norte. Os municípios integrantes do Polo foram identificados com base no Decreto nº 26.661 de fevereiro de 2017 (RIO GRANDE DO NORTE, 2017) e na SETUR, (SETUR 2016 apud SOLIMAR INTERNATIONAL; GREEN TEAM GLOBAL, 2017).

Esse procedimento foi realizado por meio do software QGIS, na versão 2.14.12, que é um software aberto da (QGIS, [200-?]), no qual, com a inserção dessa camada e com base nas informações coletadas, foram selecionados os dez municípios do Polo, em cores variadas, a fim de diferenciá-los.

O segundo mapa trata das atividades econômicas, elaborado com base no modelo anterior, utilizando-se fontes oriundas do Decreto nº 26.661 de fevereiro de 2017 (RIO GRANDE DO NORTE, 2017) e da SETUR (2016 apud SOLIMAR INTERNATIONAL; GREEN TEAM GLOBAL, 2017), para identificação dos municípios. Essas informações foram dispostas na camada *shapefile* do estado do RN (IBGE, 2015), que foi utilizada por meio do software QGIS (QGIS, [200-?]).

Nessa etapa, demarcou-se as atividades econômicas vigentes nos municípios em questão, por meio do processo de vetorização de pontos, em seguida, os referidos pontos foram transformados em formas variadas.

As informações sobre as atividades econômicas presentes nesses municípios foram colhidas por meio de várias fontes como SETUR [2017?]; Prefeitura de Guamaré 2016; Governo do Estado do Rio Grande do Norte (2011a); Gomes (2013) dentre outros, expostos no Quadro 2.

É importante mencionar que a elaboração do mesmo foi baseada em um mapa idealizado por Maia, e elaborado por Costa (MAIA; COSTA, 2014), acerca das “[...] principais atividades econômicas da Costa do Semiárido Potiguar” (MAIA; COSTA, 2014, p.50).

Portanto, a referida pesquisa é composta por quatro seções: a primeira corresponde à introdução, e está composta por elementos com informações referentes à hipótese, aos objetivos e aos procedimentos metodológicos utilizados.

A segunda diz respeito às políticas públicas territoriais voltadas à promoção do turismo e seus desdobramentos econômicos e territoriais, buscando realizar um debate sobre tais políticas, dentro do contexto brasileiro, nordestino e mais especificamente potiguar. Além de abordar esses pontos, é apresentada uma problematização acerca da atuação dos municípios do Polo e uma breve abordagem do papel do turismo na economia de seus municípios litorâneos.

A terceira retrata a caracterização socioeconômica dos municípios do Polo, trazendo um contexto do espaço socioeconômico, das principais atividades econômicas presentes nesses municípios, além de trazer uma breve abordagem sobre a urbanização, fruto do processo de expansão da atividade econômica.

A quarta configura-se como o espaço de análise das informações coletadas por meio de entrevistas realizadas em cinco municípios do Polo, sendo eles: Areia Branca, Macau, Mossoró, Guamaré e Tibau. Essas informações possibilitaram entender a repercussão espacial do turismo, assim como, de outras atividades e sua repercussão na economia e urbanização dessas áreas, assim como a efetividade das políticas públicas de turismo, abordadas na seção 2, além de contextualizar o papel do Polo Costa Branca no turismo desses municípios, evidenciando assim a sua importância.

Por fim, a quinta seção traz as considerações finais de tudo o que foi abordado no trabalho, retratando em parágrafos as considerações de cada seção executada na pesquisa.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS TERRITORIAS VOLTADAS À PROMOÇÃO DO TURISMO E SEUS DESDOBRAMENTOS ECONÔMICOS E TERRITORIAIS

De acordo com Steinberger (2013), ao observar as políticas, após o ano de 2002, é possível identificar o papel do território, dentro do contexto de políticas econômicas, sociais, espaciais, entre outras, e, na visão da autora, “Tal constatação autoriza pressupor que, na implementação do atual modelo brasileiro, há uma inseparabilidade entre Estado, políticas públicas e território” (STEINBERGER, 2013, p. 32), pois o Estado, enquanto ente gestor, tem a capacidade de intervir na dinâmica espacial através da promulgação de políticas públicas (FERNANDES, 2013).

Essas políticas, com base em Souza (2006), vem sendo refletidas na economia e na sociedade de um país, ou seja, elas não são esferas isoladas em apenas um contexto, atingem diferentes áreas em sua reprodução, sendo assim, as políticas públicas desenvolvidas contribuíram para o crescimento econômico e social de regiões brasileiras (IPEA, 2019), logo, buscavam “referência territorial, por meio de diferentes regionalizações, a maior parte delas tendo como base as divisões político-administrativas do país: estados, municípios e algumas delas exprimindo sua territorialidade por meio das microrregiões geográficas [...]” (IPEA, 2019, p. 7).

Além disso, menciona-se que “[...] qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade” (SOUZA, 2006, p. 25), ou seja, dentro do contexto desse quadro, é necessário que estejam claras as relações que o Estado exerce com a política, a economia e a sociedade.

Portanto, no contexto do território brasileiro, houve políticas e planos direcionados para a economia, entre os anos de 1950 a 1970, um período de 20 anos em que o Brasil fez uso de técnicas de planejamentos direcionadas para o contexto econômico, porém, esse panorama veio a mudar nos anos de 1980 (SILVA; BORGES, 2014), visto que nesses anos, sucedeu uma “[...] crise financeira e fiscal do Estado [...]” (SILVA; BORGES, 2014, p. 1358), partindo-se para uma visão do uso de políticas “[...] macroeconômicas e de curto prazo, em detrimento do planejamento nacional e regional de médio e longo prazos.” (SILVA; BORGES, 2014, p. 1358), visando assim um crescimento e recuperação da economia (SILVA; BORGES, 2014).

Steinberger (2013) cita que além de políticas públicas destinadas aos contextos regional, ambiental e ordenamento territorial etc., foram tratadas por elas, questões

[...] econômicas, sociais e setoriais que foram objetos de planos e programas cuja formulação do território, independente da acepção conceitual utilizada, está direta ou indiretamente presente (STEINBERGER, 2013, p. 63-64).

Como exemplo de programas voltados para a esfera econômica, cita-se “[...] Política Industrial, Tecnológica de Comércio Exterior e a Política de Desenvolvimento Produtivo (MDIC); os Planos Nacionais de Turismo e o Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil (MTUR) ” (STEINBERGER, 2013, p. 64).

É necessário que dentro do contexto turístico, o Plano Nacional de Turismo (Plantur) relacione essa atividade ao Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) (FERNANDES, 2013), isso mostra que “[...] se planeja investir na infraestrutura e incentivar os investimentos privados no setor” (FERNANDES, 2013, p. 252).

Ademais, não adianta ter belas políticas se os gestores públicos não souberem administrá-las de forma que não venham ter desperdícios financeiros e possam atender as demandas estabelecidas pelas políticas e planos (IPEA, 2019), posto que, “Produzir políticas públicas não é uma prerrogativa exclusiva do Estado, mas de todos os agentes e atores sociais, cabendo-lhes coordenar a ação desses e oficializar as políticas públicas” (STEINBERGER, 2013, p. 63), ou seja, cabe aos agentes, desenvolver essas políticas e não esperar apenas pela ação do Estado.

Em suma, esse capítulo faz uma explanação das políticas públicas e programas junto à sua repercussão no turismo do Estado do Rio Grande do Norte, evidenciando o Polo Costa Branca, seus 10 municípios e sua economia (RIO GRANDE DO NORTE, 2017), além de fazer uma contextualização acerca do espaço, da economia e do turismo. É importante mencionar que algumas informações e dados presentes neste capítulo foram utilizados na elaboração de um artigo publicado no evento CNEA.

2.1 Políticas públicas: seu papel no desenvolvimento do turismo no Rio Grande do Norte

Anteriormente, abordou-se a questão das políticas públicas, nesse tópico, foram retratadas as políticas públicas direcionadas para o turismo e sua repercussão no contexto potiguar.

Como foi mencionado anteriormente, o Brasil apresenta uma série de ambientes naturais, culturais e históricos que possibilitam o desenvolvimento do turismo (FERNANDES; GRAÇA, 2014). Com o passar dos anos, mais precisamente na década de

1980, o turismo começa a ganhar vantagens para seu desenvolvimento através da diminuição de distâncias (com a criação e melhoria de rodovias, aeroportos etc...), por meio também do aperfeiçoamento de meios de informações (com a chegada da *internet*), os quais têm contribuído para a dispersão dessa atividade no mundo, em especial, no território brasileiro (FERNANDES; GRAÇA, 2014).

No ano de 1990 foram elaborados programas que possibilitaram a expansão da atividade turística em território brasileiro e seu posterior desenvolvimento, como é o caso do Programa Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE) e o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) (CRUZ, 2005).

Nessa conjuntura, o turismo passou por um processo de apropriação enquanto atividade econômica, passível de promover o crescimento da economia brasileira, gerando renda para a população, ganhando destaque dentro da administração pública (CRUZ, 2005). Tal fato fundamenta-se através da criação do Ministério do Turismo (MTur) no ano de 2003 (CRUZ, 2005).

O Brasil possui as ferramentas e os ambientes nos quais o turismo pode desenvolver-se (CRUZ, 2005; VIRGINIO; FERREIRA, 2013; FERNANDES; GRAÇA, 2014), mas é necessário entender a situação das políticas públicas direcionadas para a região Nordeste, pois é nesse espaço que se localiza o Estado do Rio Grande do Norte, e por sua vez, os municípios do Polo Costa Branca (RIO GRANDE DO NORTE, 2017).

Nesse cenário, o Nordeste brasileiro, de acordo com Tomé (2017), apresenta ambientes que possibilitam a prática do turismo, como é o caso dos espaços litorâneos, relevantes atrativos turísticos, tanto na prática do turismo interno como no externo. Para além das áreas litorâneas, a expansão dessa atividade na região também ocorre em virtude das suas características históricas e arquitetônicas expostas em seus estados que narram a vivência da população nordestina ao longo dos anos (PAIVA, 2010).

Para corroborar com o exposto, Silva (2015, p. 94) esclarece que

[...] a região Nordeste representada pelas suas capitais e principais centros urbanos inseridos na zona costeira, passa a ser o cenário, mediante localização geográfica e características naturais, para as propostas das políticas públicas regionais do turismo que emergem, associando às potencialidades dos recursos naturais do ambiente costeiro, às estratégias do discurso para o desenvolvimento regional, respaldado na atividade turística.

Esse contexto de exploração potencialmente mercadológico dessas características para o turismo, por políticas que contribuem no curso do desenvolvimento dessa atividade (PAIVA, 2010; SILVA, 2015; TOMÉ, 2017), tende a colaborar no processo de

reordenamento dos espaços litorâneos dessa região, em virtude da instalação de infraestrutura (como hotéis, *resorts*, restaurantes à beira-mar, entres outros) que auxilia nos processos de alteração das dinâmicas naturais e sociais do homem com o espaço e com a natureza (SILVA, 2015).

É válido destacar que esse ramo da economia (o turismo) se evidenciou no Nordeste, a datar de 1990, devido à execução do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (TOMÉ, 2017), logo, essa atividade é considerada pela gestão governamental dessa região, como “[...] atividade- chave para o desenvolvimento” (TOMÉ, 2017, p. 4). O mesmo abarcou 11 estados no geral, nove localizados no Nordeste, e dois referentes a Minas Gerais e Espírito Santo (BNB, [200-?]; PAIVA 2010; SILVA, 2010).

Dessa forma,

O objetivo básico do PRODETUR/NE I foi contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do Nordeste do Brasil por meio do desenvolvimento da atividade turística. Especificamente, o Programa contemplou iniciativas do setor público em infraestrutura básica e desenvolvimento institucional voltados tanto para a melhoria das condições de vida das populações beneficiadas, quanto para a atração de investimentos do setor privado ligado ao turismo (BNB, 2005, p. 5).

É perceptível que essas políticas e programas foram gestadas com o objetivo de produzir e organizar espaços para então consumi-los através da prática do turismo, dentro de um contexto econômico, esse fato ressalta o papel dessa atividade dentro de um contexto espacial de consumidor do espaço geográfico (CRUZ, 2003).

Afim de analisar essas políticas na conjuntura da área em estudo, destaca-se aqui, dentre os vários estados dessa região, o Rio Grande do Norte. De acordo com Costa (2011, p. 14), no território potiguar, essa atividade, “[...] vem interferindo ao longo do tempo na organização do território”, ou seja, a inserção e efetivação do turismo, contribui no processo de transformação dessa área (COSTA, 2011). Esse contexto elencado pelo autor, remete ao termo território usado que Santos et al (2000, p. 3) denomina de “[...] um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes”.

Dentro de uma perspectiva do turismo, esse estado, de acordo com informações da Secretaria de Estado de Turismo do RN (SETUR, [200-?]b), atrai, em virtude de suas paisagens, um número de turistas que corresponde a 2 milhões por ano. Para ratificar com o que foi mencionado, na perspectiva econômica do turismo no estado, Felipe, Carvalho e Rocha (2004c) mencionam que o turismo no território potiguar cresceu economicamente em virtude das

[...] características geográficas, tais como localização no território nordestino, clima privilegiado em partes de seu litoral; praias, dunas, lagoas litorâneas, belezas naturais juntamente com os investimentos feitos nos últimos 25 anos, credenciaram

Natal como receptor de turistas em nível nacional e internacional (FELIPE; CARVALHO; ROCHA, 2004c, p. 88).

A importância de Natal no turismo potiguar (FELIPE; CARVALHO; ROCHA, 2004c), foi possível de ser comprovada com base em informações levantadas por meio do Ministério do Turismo e da Subsecretaria de Inovação e Gestão do Conhecimento (BRASIL, M; SIG, 2019), com as agências e organização de viagens, no primeiro semestre do ano de 2019. Com isso, Natal colocava-se entre os destinos nacionais mais procurados nas agências entre os meses de junho/ julho, ocupando o terceiro lugar dentre os destinos nacionais (BRASIL, M; SIG, 2019).

No contexto histórico, tal modalidade, segundo Lopes e Ferreira (2013, p. 195),

[...] adentra no território norte-rio-grandense através do discurso político contraditório de modernidade das oligarquias, por intermédio do governo Aluizio Alves, ainda na década de 1960.

Além de Aluizio Alves, é importante destacar o papel de José Cortez Pereira Araújo, que, em seu mandato, mais precisamente em 1971, estabeleceu a Empresa de Promoção e Desenvolvimento do Turismo no RN (EMPROTURN) que auxiliou a ascensão do turismo no estado (SILVA, 2010; LOPES; FERREIRA, 2013).

Dentro dessas elaborações de estímulos para o desenvolvimento do turismo norte-rio-grandense, foram concebidos outros meios para a promoção dessa atividade, tais como, o Bosque dos Namorados, em 1975 (inserido no Parque das Dunas no município de Natal-RN) e o Projeto Educacional de Turismo (PROJETUR) do ano de 1973 (LOPES; FERREIRA, 2013).

Outro projeto que merece destaque em virtude de sua relevância econômica, é o Parque das Dunas/ Via Costeira (PD/VC), que data de 1980 e contribui de forma significativa para o desenvolvimento do turismo enquanto atividade econômica (SILVA, 2010).

Ao analisar o que foi mencionado, é possível correlacionar tais fatos como uma ideia expressa por Becker (2014), em seu trabalho “Geografia e Turismo: Uma Introdução ao Estudo de suas Relações”, no qual a autora menciona que,

A atividade turística é resultante de diversas ações produtivas, derivadas de diferentes setores sociais e que a partir da segunda metade do século XX, recebe cada vez mais a atenção dos gerenciadores econômicos e dos administradores públicos (BECKER, 2014, p. 54).

Tal fato é possível de ser observado nas ações voltadas para essa atividade no Rio Grande do Norte. Nessa perspectiva de ações para o turismo no RN, é importante mencionar que o estado foi alvo de políticas públicas federais que auxiliaram no alavancar do turismo,

dentre elas, destacam-se: o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), Programa de Regionalização do Turismo (PRT) e o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE)³ (BNB, 2005; DANTAS, 2010; VIRGINO; FERREIRA, 2013; LOPES; FERREIRA, 2013; LOPES; ALVES, 2015).

2.1.1 Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT)

O Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) foi instituído no ano de 1993 (BRASIL, 2007), segundo Virginio e Ferreira (2013), teve início no ano de 1994 e foi encerrado em 2002. Esse período pode ser oriundo do fato de que, neste ano (1994), o programa ganha um comitê denominado de Comitê Executivo Nacional, auxiliador de seu processo de implantação (BRASIL, 2007).

A elaboração do mesmo, segundo Brusadin (2005, p. 97), foi concebido por meio da “[...] portaria n.130, de 30 de março de 1994, do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo - MICT - por meio do então Ministério do Esporte e Turismo, sendo, portanto, a Embratur o órgão responsável por sua execução”.

Esse programa tinha a concepção de fomentar dentro da escala municipal, o número de trabalhos, e, consecutivamente, melhorar a renda das pessoas residentes desses espaços (BRASIL, 2007). A base de suporte para seu desenvolvimento residia em três instâncias, a Nacional, Estadual e a Municipal (BRASIL, 2007).

Outra característica marcante foi a presença de parâmetros flexíveis para a inserção dos municípios no mesmo (BRASIL, 2007), atuando como “[...] estímulo à participação municipal e pode-se dizer que o principal critério foi a adesão voluntária do poder público municipal e da população” (BRASIL, 2007, p. 18-19), além disso, é importante mencionar que

[...]. Posteriormente, solicitou-se que os municípios preenchessem o questionário *Roteiro de Informações Turísticas – RINTUR*, com o objetivo de identificar os municípios prioritários para o desenvolvimento do turismo. De acordo com a pontuação obtida no referido questionário, o município seria considerado *turístico* ou de *potencial turístico* (BRASIL, 2007, p. 18-19, grifo do autor).

Depois do reconhecimento dos municípios prioritários, determinados com base no Roteiro de Informações Turísticas (RINTUR), foi iniciado o processo de inserção desse programa por meio de três etapas: a criação do Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR), a

³ É importante mencionar que o PRODETUR-NE, foi elaborado em ação conjunta do Governo Federal com o Governo dos Estados da região Nordeste, de acordo como o BNB (2005).

composição do Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável do Turismo, e por último, a elaboração do Conselho Municipal do Turismo (BRASIL, 2007).

No contexto do território brasileiro, o PNMT, de acordo com Silva (2014), foi considerado um programa que não atendia às várias realidades desse território, posto isto, foi necessário pensar em novo modelo de programa, o mesmo

[...] se materializou por meio da criação de polos (regiões) de turismo em todo o país reunindo atores público, privados e da sociedade civil em instituições colegiadas (Instâncias de Governança), cujo intuito era o de discutir e acordar as ações públicas para atender as peculiaridades de cada região, além de priorizar as ações públicas através da elaboração de instrumentos estratégicos para a realidade regional (SILVA, 2014, p. 46).

Todo esse processo foi denominado de Regionalização do Turismo, executado através do Programa de Regionalização do Turismo (SILVA, 2014), abordado a seguir, de uma forma mais detalhada.

2.1.2 Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil

O PNMT abriu portas para a institucionalização do Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil (BRASIL, 2007). Essa transição do Programa Nacional para o Programa de Regionalização cooperou para uma melhor otimização do turismo, posto que permitiu uma interação entre vários municípios que fazem parte de uma região turística (BRASIL, 2007). O Programa de Regionalização do Turismo (PRT), de acordo com Virginio e Ferreira (2013), surgiu no ano de 2004, sendo uma transição do Programa Nacional de Municipalização do Turismo.

Esse programa, segundo o Ministério do Turismo (MTur) (BRASIL, M., 2015, n.p), “[...] trabalha a convergência e a interação de todas as ações desempenhadas pelo MTur com estados, regiões e municípios brasileiros. Seu objetivo principal é o de apoiar a estruturação dos destinos, a gestão e a promoção do turismo no País”.

O mesmo permitiu que o turismo se expandisse nos territórios e não se limitasse apenas a uma determinada área, mas abarcasse toda uma região (BRASIL, M., 2015). Com base em Brasil (2007, p. 25)

[...] quando foram lançadas as Diretrizes Operacionais do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, o Ministério do Turismo apresentou os diferentes arranjos territoriais no País. Esses arranjos se deram em 219 regiões turísticas com 3.203 municípios. [...]

Tal fato contribuiu para a disseminação do turismo no Brasil, mas com o processo de remapeamento ocorrido nos anos de 2005 e 2006, esse valor decresceu para 200 regiões turísticas, entretanto, o número de municípios inseridos no contexto das regiões cresceu para o valor de 3.819 (BRASIL, 2007).

Dentro dessa perspectiva, a Tabela 1⁴ traz um panorama do número de regiões turísticas do Brasil do ano de 2004 (ano de início do programa) a 2019, apresentando um panorama mais atual dessas regiões.

Tabela 1 - Valores do números de regiões e municípios turísticos do Brasil de 2004 a 2019

	2004	2006	2009	2013	2016	2017	2019
Regiões	219	200	276	303	291	328	333
Município	3.203	3.819	3.819	3.345	2.175	3.285	2.694

Fonte: Brasil, 2004, 2006,2009, 2013, 2016, 2019; Silva, 2014; Lucena e Portela, 2017 adaptado pela autora, 2019.

As informações demonstraram que o número de regiões apresentou um crescimento oscilante, oras apresentavam valores acima de 300, oras, valores abaixo desse montante. No que concerne ao número de municípios, apresentavam um padrão que permanecia na constância de 3.000, embora no ano de 2016 e 2019, esse valor decaiu.

Dentro da perspectiva do turismo no Rio Grande do Norte, de acordo com Lopes e Ferreira (2013), a associação da Secretaria de Estado do Turismo com o programa aqui mencionado contribuiu para a instituição de “[...] 5 polos de desenvolvimento do turismo: Polo Costa das Dunas, Polo Costa Branca, Polo Seridó, Polo Serrano e Polo Agreste – Trairí [...]” (LOPES; FERREIRA, 2013, p. 218).

A instituição dos Polos tende a contribuir para a expansão da atividade turística nos municípios mais interioranos do estado, fazendo com que ocorra uma dinamização econômica. (LOPES; FERREIRA, 2013).

De acordo com o Decreto 26.661 de 20 de fevereiro de 2017, em seu art. 1º,

A definição dos Polos Turísticos do Estado do Rio Grande do Norte tem como objetivo fomentar o desenvolvimento econômico e social para os municípios que os compõem [...] (RIO GRANDE DO NORTE, 2017, p. 1).

Ou seja, a formulação desses Polos funcionou como um caminho para alcançar um crescimento socioeconômico com base na atividade do turismo (RIO GRANDE DO NORTE,

⁴A mesma foi constituída com base no modelo Silva (2014) que demonstrar o número de regiões turísticas no Brasil dos anos de 2006 a 2013.

2017). Cada Polo é composto por um conjunto de municípios, como está representado no Quadro 1, no qual sua maior concentração localiza-se nos Polos Serrano e Costa das Dunas (RIO GRANDE DO NORTE, 2017).

Mas é necessário questionar se essa atividade se desenvolveu de forma padrão em todos os municípios dos Polos, ou houve aqueles que se destacaram dos demais, como foi mencionado anteriormente, no contexto de promoção do turismo

[...]se evidenciou que as ações públicas foram ao longo do tempo, concentradas na capital estadual, em municípios próximos e em Tibau do Sul (em razão do destino Pipa) (LOPES; FERREIRA, 2013, p. 225).

Quadro 1 – Municípios dos Polos Turísticos do Rio Grande do Norte com base no Decreto 26.661/2017

Polo Agreste/Trairi	Polo Costa das Dunas	Polo Costa Branca	Polo Seridó	Polo Serrano
Coronel Ezequiel	Baía Formosa	Areia Branca	Acari	Alexandria
Jaçanã	Canguaretama	Galinhos	Caicó	Apodi
Montanhas	Ceará-Mirim	Grossos	Carnaúba dos Dantas	Caraúbas
Monte das Gameleiras	Extremoz	Guamaré	Cerro Corá	Doutor Severiano
Nova Cruz	Macaíba	Macau	Currais Novos	Frutuoso Gomes
Passa e Fica		Mossoró	Florânia	José da Penha
Santa Cruz	Natal	Porto do Mangue	Lagoa Nova	Lucrécia
São José do Campestre	Nísia Floresta	São Rafael	Parelhas	Luís Gomes
Serra de São Bento	Parnamirim	Serra do Mel	Santana do Matos	Major Sales
Sítio Novo	Pedra Grande	Tibau	Acari	Martins
Tangará	Rio do Fogo	–	Caicó	Patu
–	São Gonçalo do Amarante	–	Carnaúba dos Dantas	Pau dos Ferros
–	São José de Mipibu	–	–	Portalegre
–	São Miguel do Gostoso	–	–	Riacho da Cruz
–	Senador Georgino Avelino	–	–	São Miguel
–	Tibau do Sul	–	–	Serrinha dos Pintos
–	Touros	–	–	Venha-Ver
–	–	–	–	Viçosa

Fonte: Rio Grande do Norte, 2017 adaptado pela autora, 2019.

Outro fato interessante a ser mencionado acerca desses Polos é o número de municípios, com base nos dados dos números de Regiões Turísticas do Brasil (disponível no Mapa da Regionalização do Turismo e no Mapa do Turismo Brasileiro).

De acordo com a Tabela 2, a qual dispõe desses valores presentes nos municípios nos anos de 2004 a 2019, é possível identificar que o número presente nos mesmos vem aumentando ou diminuindo com o passar dos anos, sendo que alguns apresentaram os mesmos valores em três anos diferentes, como é o caso do Polo Seridó.

Tabela 2 - Números de Municípios dos Polos do RN nos anos de 2004 a 2019 de acordo com as Regiões Turísticas do Brasil

Polos do Rio Grande do Norte	Número de Municípios						
	2004	2006	2009	2013	2016	2017	2019
Polo Agreste/Trairi	11	13	13	16	11	13	15
Polo Costa Branca	14	18	19	21	10	15	17
Polo Costa das Dunas	20	21	21	21	17	16	15
Polo Serrano	10	13	17		18	21	20
Polo Seridó	8	17	17	17	9	10	12
Total	63	83	87	75	65	75	79

Fonte: Brasil, 2004, 2006, 2013, 2016; Lopes e Ferreira, 2013; Silva, 2014; Lucena e Portela, 2017; Rio Grande do Norte, 2017; BRASIL, 2019, adaptado pela autora, 2019.

Além disso, é possível observar que os municípios presentes no Quadro 1 assemelham-se ao total do ano de 2016 da Tabela 2, visto que o Decreto

Considerando a necessidade de unificar a legislação que define os Polos de Turismos do Rio Grande do Norte, visando à atualização dos municípios que os compõem, tendo em vista as diretrizes estabelecidas pelas Portarias nº 205, de 9 de dezembro de 2015, e nº 172, de 11 de julho de 2016, do Ministério do Turismo (RIO GRANDE DO NORTE, 2017, p. 1).

As portarias mencionadas na citação acima serviram como base para a definição dos municípios de cada Polo turístico do RN, pois com base na Portaria nº 172 de 11 de julho de 2016, que “Define o Mapa do Turismo Brasileiro 2016 e dá outras providências” (BRASIL, 2016, p.1), os valores dos municípios são os mesmos presentes no Quadro 1 e Tabela 2 (BRASIL, 2016).

Além disso, a inconstância nos números presentes na Tabela 2, leva-se a crer que essa situação está relacionada à questão da não adequação ou adequação dos municípios aos parâmetros estabelecidos para a composição das regiões turísticas presentes no Mapa do Turismo, pelo Ministério do Turismo (BRASIL, 2018). De acordo com a Portaria nº 192, dezembro de 2018 que “Estabelece critérios para a atualização do Mapa do Turismo Brasileiro, instituído pela Portaria MTur nº313, de 3 de dezembro de 2013, e dá outras providências” (BRASIL, 2018, p. 528), em seu Art. 2º, para fazerem parte dessas regiões que compõem tal mapa, os municípios deveriam

I - comprovar a existência de órgão ou entidade responsável pela Pasta de turismo, por meio da apresentação de legislação referente à estrutura administrativa da Prefeitura Municipal;

II - comprovar a existência de dotação orçamentária destinada ao turismo, por meio da apresentação da Lei Orçamentária Anual - LOA e do Quadro de Detalhamento de Despesa - QDD vigentes;

III - comprovar a existência de Conselho Municipal de Turismo ativo, mediante a apresentação da legislação que o institui, da ata de posse da atual diretoria e das atas das duas últimas reuniões realizadas;

IV - possuir prestador(es) de serviços turísticos de atividades obrigatórias registrados, na Base de Dados do Sistema de Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos - CADASTUR, até 30 (trinta) dias antes da data de fechamento do Sistema de Informações do Programa de Regionalização do Turismo - SISPR-T; e

V - apresentar Termo de Compromisso assinado pelo Prefeito Municipal e pelo dirigente responsável pela pasta de turismo, conforme modelo disponibilizado pelo Ministério do Turismo, aderindo de forma espontânea e formal ao Programa de Regionalização do Turismo e à Região Turística (BRASIL, 2018, p. 528)

Com base nessas informações expostas (no Quadro 1, Tabela, 2 e Portaria nº 192, de dezembro de 2018), é necessário inquirir se os órgãos públicos dos municípios dos Polos do RN, principalmente no Polo Costa Branca, preocupavam-se com o desenvolvimento da atividade turística em seus municípios ou deixavam-nas em terceiro plano, preocupando-se com outras atividades econômicas.

Com o intuito de analisar melhor o contexto dos programas que contribuíram para o desenvolvimento do turismo no Rio Grande do Norte, tem-se a próxima seção com uma análise do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE) (LOPES; FERREIRA, 2013).

2.1.3 Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE)

O PRODETUR-NE teve duas fases de execução, a primeira denominada de PRODETUR-NE I, a segunda PRODETUR-NE II, além dessas, os estados brasileiros também foram contemplados com o PRODETUR Nacional (BNB, [2005?]b, d; FREIRE, 2005; LOPES; FERREIRA, 2013; LOPES; ALVEZ, 2015).

O PRODETUR-NE I, finalizado no ano de 2005, com base nos dados coletados representados na Tabela 3 (BNB [2005?]b, DANTAS, 2010), foi possível identificar que houve um investimento de um valor aproximado na ordem de US\$ 626 milhões de dólares (tabela 3), na realização de 264 projetos direcionados para o aperfeiçoamento de infraestruturas e serviços públicos como saneamento, construção de estradas, aeroportos, dentre outros equipamentos que possibilitaram o avanço da atividade turística nas áreas do Nordeste brasileiro, frutos de recursos provenientes do Estado, da União e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), representados na Tabela 3 (BNB[2005?]b; DANTAS, 2010).

Tabela 3 - Valores aplicados do PRODETUR-NE I nos Estados em US\$ Milhões⁵

Valores Investidos no Estado	
Estados	Valores em US\$ Milhões
Alagoas e Municípios de Maceió	43,367
Bahia	215,011
Ceará	141,767
Maranhão	40,943
Paraíba	32,783
Pernambuco	41,975
Piauí	21,123
Rio Grande do Norte	38,240
Sergipe	50,757
Total	625,966

Fonte: Banco do Nordeste, Relatório Final do PRODETUR-NE I, [2005?] apud BNB [2005?]b organizado pela autora, 2019.

A Tabela 3 demonstra que os estados que mais receberam investimentos foram: a Bahia, seguido pelo Ceará, Sergipe e Alagoas (juntamente com os municípios de Maceió). Ao comparar os valores de cada região com o valor do Rio Grande do Norte, fica claro que o estado não recebeu tantos investimentos, se comparado a esses estados, porém, o RN supera os valores dos estados do Piauí e Paraíba.

O investimento no valor de US\$ 38.24 milhões (Tabela 3) foi direcionado para a estruturação de obras (LOPES; FERREIRA, 2013) como “[...] saneamento, recuperação ambiental, sistema viário, reforma e ampliação do aeroporto e desenvolvimento institucional” (LOPES; FERREIRA, 2013, p.201).

Todavia, é necessário mencionar que “[...] no Rio Grande do Norte, a Secretaria de Turismo do estado elencou, assim como no PRODETUR I, o Polo Costa das Dunas como novamente o beneficiado na segunda etapa do programa” (LOPES; FERREIRA, 2013, p.204). Percebe-se que o Polo Costa das Dunas foi privilegiado em detrimento dos demais Polos que compõem o turismo no estado, questiona-se como isso afetou o desenvolvimento dessa atividade, visto que alguns municípios (integrantes do Polo Costa das Dunas) foram mais visados em detrimentos de outros, compreende-se assim que a mesma tornou-se uma política

⁵ Esses valores abarcam também, fundos da União e Estado e do BID (BANCO DO NORDESTE; RELATÓRIO FINAL DO PRODETUR-NE I, [2005?] apud BNB, [200-?]b)

setorial voltada apenas para determinadas áreas (LOPES; FERREIRA, 2013; RIO GRANDE DO NORTE, 2017).

O PRODETUR-NE II almejava um desenvolvimento do turismo de forma sustentável, além de estabelecer essa atividade nas áreas que foram contempladas por esse programa em sua primeira fase (FREIRE, 2005). É necessário mencionar também que esse programa se preocupava com o social, pois visava uma melhor qualidade de vida das pessoas introduzidas nas áreas dos Polos (FREIRE, 2005).

Além de objetivar a habilitação dos Polos já consolidados, essa segunda fase também buscava dar apoio ao planejamento e administração das atividades, retratar as falhas ocorridas na primeira etapa, bem como estimular o desenvolvimento da atividade turística nos municípios do estado de forma institucional (DANTAS; 2010; LOPES; FERREIA, 2013).

Como foi mencionado, o PRODETUR-NE II buscava um desenvolvimento sustentável do turismo, e, para que tal fato ocorresse, fez-se necessário que os Estados elaborassem o Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável (PDITS) (FREIRE, 2005; DANTAS, 2010; LOPES; ALVES, 2015) posto que, por meio desse plano, seria possível ter orientação a respeito da gestão “[...]e a aplicação dos recursos do BID e da contrapartida, assim como ampliar as áreas de interesse turístico por meio de um estudo mais aprofundado do setor” (DANTAS, 2010, p. 49).

Além dessas duas fases, o desenvolvimento do turismo nas regiões do Nordeste contou com o PRODETUR Nacional. Essa etapa do programa buscava dar seguimento nas ações voltadas para os estados turísticos do Brasil (LOPES; FERREIRA, 2013), entretanto, possuía uma diferença no que corresponde “[...] a organização política e de financiamento[...]” (LOPES; FERREIRA, 2013, p. 208).

A distinção residia na questão da associação entre o Ministério do Turismo (MTur) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pois no passado, essa associação correspondia ao MTur e Banco do Nordeste do Brasil- BNB (LOPES; FERREIRA, 2013).

No contexto potiguar, o PRODETUR Nacional,

[...] vem ratificar e fomentar, mais uma vez, a concentração das ações de promoção e de centralidade do turismo no litoral do entorno da capital Natal, a grande dinamização do setor no referido estado (LOPES; FERREIRA, 2013, p. 211).

As políticas e programas para fins turísticos no RN colaboraram para o desenvolvimento e apoio à estruturação de equipamentos, contribuindo tanto por meio do capital, quanto por meio da elaboração de regiões turísticas (DANTAS, 2010; LOPES; FERREIRA, 2013; VIRGINO; FERREIRA, 2013).

Apesar de suas contribuições, é necessário questionar qual o papel desse programa nos Polos do Rio Grande do Norte, visto que no estado, suas ações foram mais centralizadas em algumas áreas em detrimento de outras, como é o caso de Natal (LOPES; FERREIRA, 2013).

Essa situação remete a uma citação presente no trabalho “O papel ativo da Geografia: um manifesto” elaborada por Santos et al (2000) entre outros autores, no qual afirma que

Qualquer proposta de análise e interpretação que pretenda inspirar ou guiar uma intervenção endereçada ao conjunto da sociedade não pode prescindir, então, de uma visão desse todo. Incapazes de gerar mudanças que englobem a totalidade do território e da sociedade as intervenções parciais atendem a interesses particulares ou apresentam resultado efêmeros e inoperantes (SANTOS et al., 2000, p.4)

Isso pode ser aplicado no contexto do turismo no RN, pois, com base na informação citada acima, fica claro que o turismo foi segregado a uma porção do território potiguar, sendo beneficiado Natal e suas adjacências, deixando à parte, outras áreas do estado (LOPES; FERREIRA, 2013; FELIPE; CARVALHO; ROCHA, 2004d).

Logo, é importante refletir se há atividades econômicas em todos os municípios do Polo do RN, ou se segrega em uma determinada porção do espaço desse estado. Com o intuito de entender a conjuntura economia do Polo, tem-se a seção 2.2, que explanou acerca da economia do Polo com base em dados do RAIS (contexto econômico geral) e do SIMT (conjuntura econômica do turismo).

2.2 Polo Costa Branca: uma breve leitura econômica

No tópico anterior, foram expostos e analisados programas que cooperaram para o desenvolvimento do turismo no Rio Grande do Norte. Posto isto, essa seção expõe informações que objetivam entender e retratar o papel desses programas públicos na economia, baseada no turismo em municípios do Polo Costa Branca.

É relevante citar que dentre os três programas mencionados na seção anterior (2.1), enfatizam-se dois, em virtude do papel que desempenharam, sendo eles: o PRT, que com o apoio da Secretaria de Estado do Turismo, estabeleceu cinco Polos para o desenvolvimento dessa atividade, e o PRODETUR-NE contribuiu de forma monetária e informacional, dentre outras, para o desenvolvimento dessa atividade em alguns Polos nesse Estado (DANTAS, 2010; LOPES; FERREIRA, 2013; VIRGINO; FERREIRA, 2013; LOPES; ALVES, 2015).

Tais Polos foram planejados com o objetivo de estimular o crescimento e o desenvolvimento econômico dos municípios inseridos dentro desse contexto, assim, constata-se que o governo deste estado vê, no turismo, um meio para alavancar a sua economia (RIO

GRANDE DO NORTE, 2017), mas, questiona-se se o processo de desenvolvimento econômico realmente aconteceu nessas áreas através da prática do turismo, posto que, de nada vale ter políticas direcionadas para essa atividade, senão tiver uma plena execução das mesmas por entidades governamentais(RIO GRANDE DO NORTE, 2017).

Destarte, através da instituição dos Polos, almeja-se, segundo o decreto nº 26.661 de fevereiro de 2017, artigo 1º (RIO GRANDE DO NORTE, 2017):

- I - desenvolver as potencialidades turísticas regionais;
- II - inventariar o quantitativo e o qualitativo dos recursos e da infraestrutura turística disponível;
- III - proceder ao mapeamento dos condicionantes físico-naturais que os diferenciam;
- IV - programar oficinas de planejamento de exploração turística sustentável;
- V - atualizar em caráter permanente as diretrizes do polo;
- VI - atuar em conjunto na promoção de **marketing** do turismo regional;
- VII - identificar fontes financeiras para projetos turísticos;
- VIII - conscientizar a população acerca da importância do turismo como vetor de desenvolvimento;
- IX - fortalecer e integrar os elos da cadeia produtiva do turismo;
- X – incrementar a disponibilidade e qualidade dos serviços urbanos relacionados ao turismo;
- XI - criar novos produtos turísticos, diferenciados e inovadores, que promovam a regionalização e a integração do homem com a natureza, dentro dos limites que garantam a sustentabilidade, gerando novos empregos e melhorando a renda da população (RIO GRANDE DO NORTE, 2017, n.p, grifo do autor).

Com base nos pontos retratados, fica claro que os mesmos foram elaborados com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico através da prática do turismo nos municípios por meio de um aperfeiçoamento, tanto das infraestruturas como pousadas, restaurantes, hotéis, vias, entre outras, bem como através da elaboração de novos equipamentos, com o objetivo de criar um diferencial para essas áreas (RIO GRANDE DO NORTE, 2017).

Além do aperfeiçoamento da infraestrutura, salienta-se também o meio de divulgação como recurso para a promoção da referida atividade (RIO GRANDE DO NORTE, 2017). Tal ferramenta (comunicação) tem o objetivo de disseminar para as pessoas, o potencial que o ambiente do RN apresenta para o desenvolvimento da atividade turística e, por conseguinte, uma geração de renda para famílias residentes nessas áreas através da execução dessa prática (o turismo) (RIO GRANDE DO NORTE, 2017).

Dentro dessa visão, o Rio Grande do Norte estaria “[...] entre os destinos brasileiros mais procurados na atualidade [...]” (FELIPE; ROCHA; CARVALHO,2011c, p. 78), isso leva-nos a crer que seus ambientes compostos por dunas, praias e falésias, entre outros elementos, estariam contribuindo para a promoção do estado frente ao turismo brasileiro (SETUR [200-?]a; FELIPE; ROCHA; CARVALHO, 2011c).

Desse modo, de acordo com Felipe, Rocha e Carvalho (2011c), essa modalidade econômica tem atraído investidores estrangeiros que aplicam seus recursos financeiros no processo de expansão do turismo no estado, que podem “[...] ser mensurado pelo crescimento do número de hotéis e pousadas que propiciaram nos últimos anos uma ampliação da oferta de leitos que cresceu de 26.353 em 2001 para 42.000 em 2010” (FELIPE; ROCHA; CARVALHO, 2011c, p.82).

Com o objetivo de estudar a atual conjuntura dos municípios direcionados à prática turística no Polo Costa Branca, foi utilizado o Decreto 26.661 de 20 de fevereiro de 2017, para definição dos municípios analisados por este trabalho (RIO GRANDE DO NORTE, 2017). Ao longo de seu espaço, o Polo apresenta um contraste em sua paisagem no que diz respeito à proximidade dos ambientes constituídos por vegetações oriundas do bioma caatinga, com ambientes litorâneos, cheios de dunas, falésias e praias com atrativos que podem ser apoderados para o avanço da atividade turística, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico dos municípios, bem como no processo de urbanização (SETUR, [2017?]).

No que concerne à economia desse Polo, é importante citar que o mesmo tem uma economia interessante, pois além de apresentar o turismo como uma possível atividade econômica, possui também atividades sem uma relação direta com o turismo, como o petróleo e gás, produção de sal marinho, fruticultura irrigada e pesca (SETUR, [2017?]); GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2011a).

Com o objetivo de melhor retratar a economia dos municípios do Polo, a seguir, foram apresentados alguns dados dispostos nas Tabelas 4 a 6 e na Figura 2, elaboradas através de dados colhidos na plataforma RAIS-CAGED, em um contexto do RAIS do Ministério do Trabalho e Emprego, nos anos de 2000, 2005, 2010, 2015, 2017 e 2018, que expressaram números de estabelecimentos e vínculos, por setor, direcionados para cada um dos 10 municípios desse Polo.

A Tabela 4 retrata o número de estabelecimentos nos anos de 2000 e 2005, na qual é possível identificar que no ano 2000, os ramos que possuíram mais estabelecimentos, com base no total, foram os de Comércio e Serviços, bem presentes no município de Mossoró, que detinha, no período, os maiores valores, além desse, outros municípios também se destacaram, como Macau e Areia Branca.

Tabela 4 - Números de estabelecimentos por Setor do Polo Costa Branca nos anos 2000 e 2005

Municípios	Indústria		Construção Civil		Comércio		Serviços		Agropecuária		Total	
	2000	2005	2000	2005	2000	2005	2000	2005	2000	2005	2000	2005
Areia Branca	18	26	7	7	55	75	47	58	3	8	130	174
Galinhos	2	1	1	0	0	0	3	6	2	2	8	9
Grossos	16	17	4	0	4	13	4	8	2	3	30	41
Guamaré	6	7	0	10	7	22	8	21	3	10	24	70
Macau	16	19	12	7	95	132	40	72	3	13	166	243
Mossoró	334	402	190	238	1.066	1.543	579	865	54	92	2.223	3.140
Porto do Mangue	0	0	0	1	0	3	1	2	0	3	1	9
Tibau	3	4	0	7	1	10	2	15	1	2	7	38
São Rafael	8	3	0	0	8	13	2	4	0	1	18	21
Serra do Mel	2	4	0	1	1	3	3	3	0	0	6	11
Total	405	483	214	271	1.237	1.814	689	1.054	68	134	2.613	3.756

Fonte: MTE-RAIS IBGE 2000, 2005, 2010, 2015, 2017, 2018.

Embora tenham sido bem presentes em quase todos os municípios, não apresentaram valores significativos em quase todos, exceto aqueles que foram mencionados anteriormente.

Apesar dos ramos citados serem dominantes no período (2000), há outras atividades que também se destacam por contribuírem para o crescimento do número de estabelecimentos no Polo, sendo elas, a Indústria, atividade bem recorrente nos municípios, menos em Porto do Mangue; e a Construção Civil, uma atividade que não apresentou, nesse ano, valores nos municípios de São Rafael, Serra do Mel e Tibau. Agropecuária foi uma das cinco esferas da economia que em 2000 apresentou valores inferiores, se comparados aos demais anos. Dentre os dez municípios do Polo, apenas três não apresentaram valores de estabelecimentos nesse ano, são eles: Porto do Mangue, São Rafael e Serra do Mel.

Percebeu-se que na ordem escalar, as atividades de Comércio estiveram em primeiro lugar, Serviços, em segundo, Indústria, em terceiro e agropecuária em quarto. Ao analisar os valores totais de cada atividade presente na Tabela 4, é possível identificar que houve um crescimento de 2000 para 2005. Assim como no ano 2000, os ramos do setor terciário foram predominantes no ano de 2005, dentro de um contexto total (CLARK 1940 apud MENDEZ, 1997). Constatou-se que o município de Mossoró foi o grande detentor de empreendimentos vinculados a esses ramos, acompanhado por outros, como Macau e Areia Branca. O número de estabelecimentos passou de zero para três, em Porto do Mangue (Tabela 4). O setor de Serviços, no ano de 2005, apresentou valores significativos gerados de estabelecimentos em todos os municípios do Polo. A Indústria apresentou um crescimento em 2005, se comparado ao ano de 2000, porém, esse fato não atingiu todos os municípios, visto que Porto do Mangue não apresentou crescimento nesses cinco anos que se passaram (de 2000 a 2005). A inexistência de dados no referido ano em alguns municípios também ocorreu nas atividades da Agropecuária (em Serra do Mel) e da Construção Civil (em Galinhos, Grosso e São Rafael).

Além de analisar os estabelecimentos, é importante observar o número de vínculos gerados por esses ramos nos anos de 2000 a 2005, desta forma, a Tabela 5 retrata esse número nos referidos anos para se obter uma noção de como essas atividades contribuíram para o desenvolvimento socioeconômico desses municípios. O maior número de vínculos no ano 2000 nos municípios mencionados concentrava-se na esfera de Serviços, principalmente no contexto de Mossoró, Areia Branca, Macau e Guamaré. A Indústria foi outro ramo que se destacou nesse ano, visto que esteve presente em grande parte dos municípios (Tabela 5), apresentando valores que superaram o do Comércio em alguns deles, como: Galinhos, Grossos, Guamaré, Macau, Tibau e Serra do Mel. Outro ramo que se destacou foi o da Agropecuária, apresentando valores que ultrapassaram a esfera da Construção Civil.

Tabela 5 - Números de vínculos por Setor no Polo Costa Branca nos anos de 2000 e 2005

Municípios	Indústria		Construção Civil		Comércio		Serviços		Agropecuária		Total	
	2000	2005	2000	2005	2000	2005	2000	2005	2000	2005	2000	2005
Areia Branca	158	770	68	5	574	267	1.227	2.548	14	55	2.041	3.645
Galinhos	222	111	42	0	0	0	105	202	91	87	460	400
Grossos	268	212	60	0	10	26	118	248	2	24	458	510
Guamaré	161	461	0	266	95	124	264	1.457	152	100	672	2.408
Macau	770	770	106	204	308	481	1.258	1.571	11	102	2.453	3.128
Mossoró	7.166	8.956	1.421	2.503	5.388	9.404	9.648	14.175	3.487	4.838	27.110	39.876
Porto do Mangue	0	0	0	2	0	7	161	331	0	518	161	858
Tibau	6	18	0	10	1	31	70	223	2	13	79	295
São Rafael	43	19	0	0	201	20	3	244	0	11	247	294
Serra do Mel	5	13	0	2	1	10	149	411	0	0	155	436
Total	8.799	11.330	1.697	2.992	6.578	10.370	13.003	21.410	3.759	5.748	33.836	51.850

Fonte: MTE-RAIS IBGE, 2000, 2005, 2010, 2015, 2017, 2018.

Com base na Tabela 4, apesar do comércio ter apresentado no ano de 2000, juntamente com o de Serviços, a maior quantidade de estabelecimentos não demonstrou uma quantidade significativa de vínculos, de acordo com a Tabela 5, se comparado à Indústria que não gerou nesse período, um número considerável de estabelecimentos. No ano de 2005, o total do número de vínculos cresceu de uma forma positiva, pois foi de 33.836 no ano 2000, para 51.850 no ano de 2005, o que corresponde a um aumento considerável de aproximadamente de 53,18%.

A esfera predominante no ano de 2005 foi, assim como em 2000, os Serviços (Tabela 5) no município de Mossoró, contendo os maiores valores. Além desse município, no referido ano, essa esfera também foi bem presente em Areia Branca, Macau e Guamaré. No Comércio, o número de vínculos no ano de 2005 foi superado com base no total pelos vínculos gerados pela Indústria, fato também observado em 2000. Nesse contexto, ressalta-se que as esferas da Agropecuária e Construção Civil apresentaram um crescimento nos números de vínculos de 2000 a 2005. Em 2005, no quesito da Construção Civil, esses vínculos estavam presentes em quase todos os municípios, exceto em São Rafael, Galinhos e Grosso, já em Serra do Mel, essa situação ocorreu no contexto agropecuário.

Em relação aos anos de 2010, 2015, 2017 e 2018, a Tabela 6 dispõe os números de estabelecimentos nos municípios para os referidos anos. No ano de 2010, os estabelecimentos apresentaram um crescimento positivo. Com base na Tabela 6, é possível identificar que, assim como nos demais anos representados, as áreas de Comércio e Serviços foram predominantes e seguidas em uma terceira posição pela Indústria. Além destas, a Construção Civil e a Agropecuária também apresentaram um crescimento, se comparados aos anos expostos da Tabela 4.

Os grandes detentores dos ramos prioritários mencionados, Comércio e Serviços, continuam sendo Mossoró, seguido por Macau, Areia Branca e Guamaré (Tabela 6). Em 2015, os valores totais de estabelecimentos cresceram de uma forma profícua, mais ou menos 31,7% de 2010 para 2015.

Assim como em outros anos, no ano de 2015, as esferas de Comércio e Serviços lideraram os maiores valores de estabelecimentos concentrados em Mossoró. Para além dessas duas esferas, outras também apresentaram um crescimento no referido ano, sendo elas: Construção Civil, Indústria e Agropecuária.

É importante mencionar que esse município, ao longo do período analisado, detinha o maior total de todas as atividades juntas. Tal fato demonstra o potencial e a importância do mesmo na conjuntura do Polo.

Tabela 6 - Números de estabelecimentos por Setor do Polo Costa Branca de 2010, 2015, 2017 e 2018

Municípios	Indústria				Construção Civil				Comércio				Serviços				Agropecuária				Total			
	2010	2015	2017	2018	2010	2015	2017	2018	2010	2015	2017	2018	2010	2015	2017	2018	2010	2015	2017	2018	2010	2015	2017	2018
Areia Branca	22	39	37	32	12	18	16	16	119	136	131	132	74	79	93	92	6	5	3	6	233	277	280	278
Galinhos	2	1	3	1	0	0	0	0	1	5	4	4	6	8	13	13	3	2	2	3	12	16	22	21
Grossos	20	20	23	24	1	0	2	0	32	36	35	28	13	15	15	14	2	2	2	3	68	73	77	69
Guamaré	14	8	11	12	19	14	14	13	52	72	75	69	35	52	49	53	8	11	10	11	128	157	159	158
Macau	18	25	23	21	12	32	4	7	179	216	178	177	98	121	93	82	13	16	17	18	320	410	315	305
Mossoró	501	586	571	568	377	655	476	618	2047	2424	2438	2383	1389	2096	2062	2102	98	103	112	112	4412	5864	5659	5783
Porto do Mangue	3	4	8	8	0	1	0	0	7	14	13	12	4	10	9	7	3	3	2	3	17	32	32	30
Tibau	3	0	7	5	1	2	5	3	17	27	29	25	20	28	43	38	3	3	3	4	44	60	87	75
São Rafael	3	4	2	3	1	1	1	2	17	24	30	32	6	9	9	10	2	2	2	3	29	40	44	50
Serra do Mel	7	6	9	7	2	1	7	3	12	23	21	20	8	15	14	14	1	2	1	2	30	47	52	46
Total	593	693	694	681	425	724	525	662	2483	2977	2954	2.882	1653	2.433	2400	2.425	139	149	154	165	5293	6976	6727	6815

Fonte: MTE-RAIS IBGE, 2000, 2005, 2010, 2015, 2017, 2018.

Ao observar os dados coletados em 2015, Tabela 4, percebe-se que de 2010 a 2015, de uma forma geral, houve um crescimento no número de estabelecimentos.

Além de expor os dados de 2000 a 2015, é necessário trazer informações com o intuito de demonstrar o cenário atual desses ramos da economia, apresentando informações referentes aos anos de 2017 e 2018.

Nos anos de 2017 e 2018, é possível identificar a ocorrência de uma queda na economia, se comparada a 2015, nos ramos do Comércio e Construção Civil. Já em 2018, a esfera de Serviços apresentou um crescimento em relação a 2017, e a Agropecuária apresentou um crescimento positivo de 2015 a 2018.

De uma forma geral, ao analisar os dados dos números totais de estabelecimentos de 2000 a 2018, identificou-se que de 2000 a 2015 ocorreu um crescimento significativo em todos os setores, apresentando apenas uma leve queda em 2017, se comparados a 2015, nos ramos de Comércio, Serviços e Construção Civil.

A Figura 2 retrata a tabela com um conjunto de dados referentes aos vínculos por setor, nos anos de 2010, 2015, 2017 e 2018. Em 2010, assim como em anos anteriores, em 2000 e 2005, o ramo do Serviço era o detentor do maior número de vínculos.

Além deste, nesse ano, outros também se destacaram, sendo eles, Comércio, Indústria e Agropecuária. Um fato a ser mencionado referente ao ano de 2010, no contexto do ramo do Comércio, foi que o número gerado por tal atividade acabou superando a Indústria, visto que em anos anteriores, esta última atividade superou o Comércio, tornando-se um ano bastante positivo para o crescimento dessa esfera.

O padrão observado em anos já mencionados se repete, ou seja, Mossoró é o grande potencial das atividades de Comércio e Serviços, além de possuir o total de todas as atividades. Juntamente com esse município, outros se sobressaíram dentro do contexto dos ramos predominantes, como é o caso de Macau, Areia Branca, Guamaré e Serra do Mel.

Com o passar de cinco anos, essa situação continuou a mesma, pois ao analisar a Figura 2, percebeu-se que o maior número de vínculos em 2015 centrou-se nos ramos de Comércio e Serviço, principalmente dentro do contexto do município de Mossoró,

Além de Mossoró, outros municípios, com base na Figura 2, também se destacaram, principalmente dentro da esfera de Serviços, como é o caso de Guamaré, Areia Branca, Macau, Tibau e Serra do Mel.

Em suma, o ano de 2015 foi um ano de crescimento positivo para os ramos oriundos do setor de serviços.

Figura 2 – Tabela dos números de vínculos por Setor do Polo Costa Branca de 2010, 2015, 2017 e 2018

Município	Indústria				Construção Civil				Comércio				Serviços				Agropecuária				Total			
	2010	2015	2017	2018	2010	2015	2017	2018	2010	2015	2017	2018	2010	2015	2017	2018	2010	2015	2017	2018	2010	2015	2017	2018
Areia Branca	1.340	1.405	1.184	1.142	247	127	96	129	491	562	512	590	1.881	2.100	2.458	2.572	18	8	5	6	3.977	4.202	4.255	4.439
Galinhos	174	149	228	194	0	0	0	0	1	36	3	5	218	251	462	356	37	53	75	110	430	489	768	665
Grossos	274	418	441	454	12	0	3	0	101	141	122	119	356	526	508	650	7	20	23	25	750	1.105	1.097	1.248
Guamaré	754	579	517	497	957	216	110	76	183	321	299	289	1.571	2.866	1.576	1.124	44	57	57	63	3.509	4.039	2.559	2.049
Macau	982	1.011	802	820	387	186	30	35	995	763	631	597	1.536	1.617	1.533	1.492	315	367	363	342	4.215	3.944	3.359	3.286
Mossoró	11.983	10.348	7.673	8.092	5.741	5.269	3.224	33.98	14.551	15.196	15.125	15.091	22.378	29.032	27.522	27.635	2.695	4.644	4.669	4.193	57.348	64.489	58.213	58.409
Porto do Mangue	55	154	234	163	0	4	0	0	9	22	21	26	401	360	380	433	52	39	46	56	517	579	681	678
Tibau	10	0	34	36	0	2	19	24	69	94	91	99	268	397	552	510	17	5	5	12	364	498	701	681
São Rafael	6	6	9	10	0	5	0	0	34	56	56	56	347	27	418	426	11	8	6	4	398	102	489	496
Serra do Mel	34	9	41	40	4	0	140	46	83	86	83	77	449	396	436	497	1	9	1	2	571	500	701	662
Total	15.612	14.079	11.163	11.448	7.348	5.809	3.622	3.708	16.517	17.277	16.943	16.949	29.405	37.572	35.845	35.695	3.197	5.210	5.250	4.813	72.079	79.947	72.823	72.613

Fonte: MTE-RAIS IBGE, 2000, 2005, 2010, 2015, 2017, 2018.

É importante mencionar que os ramos da Indústria e da Construção Civil apresentaram uma queda nos totais de vínculos no ano de 2015, se comparado a 2010.

No ramo da Indústria esse declínio ocorreu nos municípios de Mossoró, Guamaré, Galinhos e Tibau, sendo que no contexto da Construção Civil, essa queda ocorreu em Mossoró, Macau, Guamaré e Areia Branca. Ao contrário disso, a esfera da Agropecuária apresentou um crescimento em 2015, relacionado a 2010. Com o passar de dois anos, ou seja, em 2017, é possível determinar que as esferas que mais contribuíram para o número de vínculos nesse ano foram as do Comércio e Serviços, apesar de não possuírem um número tão expressivo em relação aos valores registrados no ano de 2015, ano em que apresentaram os maiores números de vínculos.

É necessário mencionar que, assim como em 2015, em 2017, as atividades de Indústria e Construção Civil também mostraram uma queda, porém, a Agropecuária apresentou um crescimento, se comparado aos dados de dois anos atrás. No ano de 2018, as esferas de Serviços e Agropecuária apresentaram uma queda nos seus totais de vínculos, mesmo tendo demonstrado, nesse mesmo ano, um crescimento no número de estabelecimentos. Em contraste a essa situação, o ramo da Indústria apresentou um acréscimo em seu total de vínculos, apesar de, nesse período, ter ocorrido uma queda nos valores de estabelecimentos, além disso, os seguimentos de Comércio e Construção Civil demonstraram um acréscimo em seus totais.

Desse modo, as atividades que mais contribuíram para a economia, com base no número de estabelecimentos e vínculos, foram as dos ramos de Comércio, Serviço e Indústria, associados aos setores terciários e secundários da economia (FELIPE; CARVALHO; ROCHA, 2004c).

Crê-se que a presença marcante do setor terciário na economia desses municípios está associada ao fato de que o mesmo foi utilizado dentro do contexto econômico do Estado do Rio Grande do Norte, como uma resposta para as economias industriais de crise, como o sal e a mineração, (FELIPE; CARVALHO; ROCHA, 2004b), logo,

O crescimento desse setor se dá inicialmente pela criação e expansão do emprego público em instituições de serviços como universidades, redes de escolas estaduais, previdência social, assistência médico-hospitalar e instituições militares, além da expansão de rede bancária, como também de atividades econômicas situadas nas esferas de circulação, distribuição e consumo de mercadorias, capitais e serviços” (FELIPE; ROCHA; CARVALHO, 2011d, p. 68).

Ainda nesse contexto, ao analisar todas as tabelas, verificou-se que o maior número de estabelecimentos e vínculos presentes nos municípios do Polo estão inseridos dentro do

contexto dos ramos de Serviços e Comércio, mas é necessário mencionar que essas esferas estão presentes, principalmente na cidade de Mossoró. Tal fato dar-se em virtude de o setor terciário está associado historicamente à economia da cidade (FELIPE; CARVALHO; ROCHA, 2004; FELIPE, 2007).

Para melhor analisar o papel do turismo na questão de estabelecimentos e vínculos nos municípios do Polo, tem-se o próximo tópico que traz uma análise da relação espaço economia e o turismo.

2.3 Espaço, economia e turismo

De acordo com Sánchez (1991), o turismo é uma atividade na qual a pessoa que o realiza desloca-se de um espaço para outro, a fim de usufruir dos elementos (naturais, históricos, culturais entre outros) presentes em um determinado território (SÁNCHEZ, 1991; CRUZ, 2006. 2007; NUNES, 2014). Por conseguinte, é uma atividade que consome o espaço para a produção de elementos que auxiliam em seu desenvolvimento (SÁNCHEZ, 1991; CRUZ, 2006. 2007; NUNES, 2014).

Esse olhar do espaço como um objeto a ser utilizado para a realização do turismo (SÁNCHEZ, 1991; CRUZ, 2006. 2007; NUNES, 2014), remete a uma afirmação feita por Smith (1988, p.122), de que “[...] quanto mais a sociedade se liberta do espaço, mais o espaço pode ser transformando numa mercadoria, no sentido mais restrito [...]”, assim, constata-se sobre a ótica do turismo que o espaço é visto com uma mercadoria a ser comercializada dentro do mercado capitalista (SMITH, 1988; NUNES, 2014).

No contexto de consumo do espaço pelo turismo (CRUZ, 2006), é importante mencionar que “La utilización del espacio de ocio implica una actividad económica que lo transforma en mercancía capaz de ser usada. Desde esta perspectiva, el turismo se plantea como un sector de producción económica” (SÁNCHEZ, 1991, p. 159), com isso, é possível identificar que essa utilização do espaço para fins do turismo, torna-o uma mercadoria a ser comercializada (SÁNCHEZ, 1991; CRUZ, 2006, 2007).

O que converte o espaço turístico em produtivo, de acordo com Sánchez (1991, p. 163), “[...] es todo aquel territorio en el que se localizan los servicios necesarios para que el espacio de ocio pueda ser usado como tal”, ou seja, não basta apenas o espaço ter elementos físicos atrativos, é necessário que eles possuam meios pelos quais o turista possa realizar suas atividades (SÁNCHEZ, 1991). No âmbito espacial, o turismo tende a desenvolver-se com o objetivo de criar meios para a sua reprodução (CRUZ, 2007). Logo,

por meio dessa produção, ocorreu um fator que Cruz (2007, p. 11) denomina de “[...] ‘usos turísticos do território’, ou seja, porções de espaço apropriadas para diferentes fins, incluindo-se e destacando-se a atividade do turismo”.

O uso do território, no caso estudado para fins turísticos, remete à questão do Território Usado, no qual, de acordo com Milton Santos (et al., 2000, p. 2), é considerado “[...] tanto o resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas [...]”. Nessa produção de espaço para fins do turismo, existem certos setores que associados, contribuem para esse processo produtivo (SÁNCHEZ, 1991; CRUZ, 2007), um deles são “[...] los diferentes propietarios de suelo, los cuales, junto con los agentes inmobiliarios, configuran el conjunto productor de espacio turístico” (SÁNCHEZ, 1991, p.168).

O Mercado e o Estado (CRUZ, 2007) formam outro conjunto produtor de espaço (de uma forma geral), pois através de programas desenvolvidos para o turismo, o Estado equipa o espaço com uma infraestrutura apropriada com o intuito de torná-lo cada vez mais atrativo ao mercado (CRUZ, 2006, 2007). Portanto, para que um espaço se configure como um local para o desenvolvimento da atividade turística, é de fundamental importância que possua serviços para dar suporte a permanência do turista, além de tornar essas áreas atrativas para investimentos de entidades do setor privado (SÁNCHEZ, 1991, CRUZ, 2006).

Com base nas informações levantadas, é possível identificar que o turismo é uma atividade de caráter econômico que produz, consome espaço e por meio de intervenções de agentes, é capaz de tornar um espaço em áreas propícias para seu desenvolvimento (SMITH, 1988; SÁNCHEZ, 1991, CRUZ, 2006, 2007; NUNES, 2014). Na análise anterior, foi possível identificar que a economia dos municípios do Polo gira em torno de atividades associadas ao setor secundário e terciário da economia, localizados principalmente no município de Mossoró (CLARK 1940 apud MENDEZ, 1997).

Como foi mencionado anteriormente, não basta apenas um espaço ter elementos para qualificar-se como turístico, é necessário que possua serviços que possam ser utilizados pelo turista, incluindo o seu processo de chegada e permanência no local. Objetivando analisar tal contexto para a atividade turística, tem-se as Tabelas 7 e 8 que expõem os quantitativos de estabelecimentos de 2012 a 2018, e o número de ocupações no mês de janeiro de 2012 a 2018. Primeiramente foi analisada a Tabela 7. que retrata o número de estabelecimentos ativos nos municípios do Polo.

Tabela 7 - Números de Estabelecimentos Ativos no Polo Costa Branca de 2012 a 2018⁶

Município	Anos⁷	Alojamento	Alimentação	Transporte Terrestre	Transporte Aquaviário	Aluguel de Transportes	Agência de Viagem	Cultura e Lazer
Areia Branca	2012	7	35	7	2	4	0	5
	2013	10	37	9	3	1	0	4
	2014	8	35	9	3	2	0	5
	2015	11	22	7	2	1	0	4
	2016	9	24	6	3	1	0	1
	2017	11	28	3	2	2	0	1
	2018	12	21	3	2	3	0	0
Galinhos	2012	6	2	0	0	0	1	0
	2013	4	2	1	1	0	1	0
	2014	5	3	0	1	0	1	0
	2015	5	3	1	1	0	2	0
	2016	7	2	0	1	0	0	0
	2017	8	1	0	0	0	0	0
	2018	7	2	0	0	0	1	0
Grossos	2012	0	14	0	1	0	0	2
	2013	0	6	3	2	0	0	1
	2014	1	5	2	2	1	0	1
	2015	2	5	2	2	1	1	1
	2016	1	6	1	2	2	0	1
	2017	2	5	1	2	2	0	1
	2018	0	4	2	1	0	0	0
Guamaré	2012	18	18	6	0	6	1	1

Continua

^{6 6} É relevante informar que a atividade de Transporte Aéreo fora retirada da Tabela 8, em virtude de apresentar um número de estabelecimentos com valores poucos significativos no município de Mossoró, se comparada às demais atividades (SIMT-IPEA, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018a).

⁷ Anos de Referência (SIMT-IPEA, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018a).

	2013	16	16	7	0	7	2	0
	2014	19	17	6	0	9	2	1
	2015	21	18	4	0	6	2	1
	2016	16	13	3	0	8	1	1
	2017	12	12	4	0	9	1	1
	2018	13	11	4	0	10	0	1
Macau	2012	13	35	18	1	6	1	9
	2013	12	35	13	1	9	3	8
	2014	14	38	10	1	13	2	8
	2015	14	40	9	1	12	3	7
	2016	13	33	9	1	9	2	7
	2017	11	28	11	1	9	1	8
	2018	11	26	10	1	8	2	10
Mossoró	2012	54	400	71	0	65	28	36
	2013	54	400	81	0	69	27	38
	2014	50	399	73	0	67	29	45
	2015	50	435	71	1	73	27	52
	2016	48	449	61	0	73	31	48
	2017	45	460	65	1	70	33	50
	2018	41	439	62	1	62	35	47
Porto do Mangue	2012	0	2	1	0	0	0	0
	2013	1	1	1	0	0	0	0
	2014	2	2	1	0	0	0	0
	2015	1	1	2	0	0	0	0
	2016	1	0	1	0	0	0	0
	2017	1	2	1	0	0	0	0
	2018	0	2	1	0	0	0	0
São Rafael	2012	0	0	1	0	3	1	1
	2013	0	0	0	0	1	0	1

Continua

	2014	0	0	0	0	1	0	1
	2015	0	0	0	0	1	0	1
	2016	0	0	0	0	1	0	0
	2017	0	0	0	0	1	0	0
	2018	0	0	1	0	1	0	0
Serra do Mel	2012	0	1	0	0	0	0	0
	2013	0	2	1	0	0	0	0
	2014	0	1	0	0	0	0	0
	2015	1	6	0	0	1	0	0
	2016	1	5	0	0	1	0	0
	2017	1	2	0	0	1	0	0
	2018	1	3	0	0	1	0	0
Tibau	2012	6	6	1	0	0	2	0
	2013	6	8	1	0	0	2	0
	2014	6	11	0	0	0	0	0
	2015	6	15	0	0	1	1	1
	2016	8	16	0	0	1	2	0
	2017	5	15	0	0	0	1	0
	2018	7	26	0	0	1	1	5

Fonte: SIMT-IPEA, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018.

Através da observação realizada na Tabela, foi possível identificar que o maior detentor dessa esfera nos anos estipulados foi o município de Mossoró. Tal fato assemelha-se às informações expostas nas Tabelas 4 a 6 e Figura 2, da análise anterior. Além de Mossoró, os municípios de Macau, Areia Branca e Guamaré também se destacaram na Tabela 7, como os municípios que possuem os maiores valores de estabelecimentos nos anos definidos. Assim como Mossoró, esses municípios foram destaque como maiores detentores de estabelecimento, de acordo com o exposto.

Os demais municípios do Polo apresentaram valores inferiores que não ofereceram aos mesmos, destaque entre os municípios com números significativos. Logo, é necessário que todos os municípios ofereçam meios pelos quais o turismo possa ser realizado, ou seja, é fundamental que possuam equipamentos para o seu desenvolvimento.

Além de representar o número de estabelecimentos, deve-se também retratar o número de ocupações, a fim de entender como a geração desses estabelecimentos tendem a impactar na economia de um município através da oferta de empregos.

Nessa ótica, apresenta-se a Tabela 8, retratando os números de ocupações de janeiro de 2012 a janeiro de 2018 nos municípios do Polo. A ausência do município de São Rafael, na Tabela 8 deu-se pelo fato do mesmo apresentar valores referentes a zero, além de não dispor de valores nas ACTs nos meses e nos anos estipulados, mesmo que os anos de referência tenham apresentado números de estabelecimentos.

A atividade de Transporte Aéreo foi retirada em virtude de possuir valor referente a um, apenas em 2018, nos demais anos, os valores foram referentes a zero, em contrapartida, a mesma apresentou saldos no quesito Estabelecimento.

Ao analisar as ACTs presentes na Tabela 8, a atividade que possuía o maior número de ocupações nos referidos anos foi a de Alimentação, bem como apresentou nos anos de referência, os maiores números de estabelecimentos, sendo uma atividade constante em boa parte dos municípios do Polo. Dentro do contexto dessa atividade, o município de Mossoró é o que mais se destaca, pois nos anos estipulados, gerou um número considerável de ocupações. Além deste, outros municípios destacaram-se dentro desse contexto, sendo eles: Macau, Areia Branca e Guamaré. Esse fato assemelha-se à análise da Tabela 7, na qual os mesmos também foram destaques.

Outra atividade que se destacou foi a de Alojamentos, presente em grande escala no município de Mossoró, além desse, outros também tiveram êxito nos anos e no mês de alusão, sendo eles: Guamaré, Areia Branca e Macau.

Tabela 8 - Números de Ocupações Formais nos Municípios do Polo Costa Branca no mês de janeiro dos anos de 2012 a 2018

Município	Ano/Mês ⁸	Alojamento	Alimentação	Transporte Terrestre	Transporte Aquaviário	Aluguel de Transportes	Agência de Viagem	Cultura e Lazer
Areia Branca	01/2012	26	38	3	9	1	0	0
	01/2013	26	29	7	4	0	0	0
	01/2014	29	32	6	10	0	0	3
	01/2015	13	49	3	7	0	0	0
	01/2016	40	28	4	7	0	0	0
	01/2017	37	27	2	7	0	0	0
	01/2018	37	33	4	8	1	0	0
Galinhos	01/2012	16	2	0	0	0	0	0
	01/2013	13	7	0	0	0	0	0
	01/2014	2	4		0	0	0	0
	01/2015	9	5	0	0	0	0	0
	01/2016	22	2	0	0	0	0	0
	01/2017	19	0	0	0	0	0	0
	01/2018	20	4	0	0	0	0	0
Grossos	01/2012	0	2	0	0	0	0	0
	01/2013	0	2	0	0	0	0	0
	01/2014	0	5	0	0	0	0	0
	01/2015		5	2	0	0	0	0
	01/2016		6	0	0	0	0	0
	01/2017		4	0	0	0	0	0
	01/2018		2	2	0	0	0	0
Guamaré	01/2012	88	36	5	0	6	1	0
	01/2013	82	31	6	0	5	1	0
	01/2014	80	28	6	0	2	9	0

Continua

⁸ Ano/Mês de referência (SIMT-IPEA, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018b).

	01/2015	56	33	7	0	5	9	2
	01/2016	40	35	6	0	4	9	1
	01/2017	35	27	5	0	4	0	1
	01/2018	29	16	9	0	1	0	0
Macau	01/2012	25	30	18	0	1	0	0
	01/2013	32	31	14	0	2	0	0
	01/2014	27	48	15	0	13	0	6
	01/2015	27	49	9	0	12	0	9
	01/2016	25	32	10	0	11	0	13
	01/2017	18	19	9	0	5	0	2
	01/2018	20	18	9	0	4	0	0
Mossoró	01/2012	477	1781	88	0	124	44	49
	01/2013	741	1751	346	0	62	57	43
	01/2014	758	1690	106	0	96	30	115
	01/2015	777	1805	116	0	377	60	95
	01/2016	747	1731	581	0	412	53	88
	01/2017	626	1529	427	0	377	66	74
	01/2018	563	1633	182	0	379	90	82
Porto do Mangue	01/2012	0	1	0	0	0	0	0
	01/2013	0	0	0	0	0	0	0
	01/2014	1	0	0	0	0	0	0
	01/2015	0	0	0	0	0	0	0
	01/2016		0	0	0	0	0	0
	01/2017	0	0	0	0	0	0	0
	01/2018		0	1	0	0	0	0
Serra do Mel	01/2012	0	0	0	0	0	0	0
	01/2013	0	0	0	0	0	0	0
	01/2014	0	0		0	0	0	0
	01/2015		2	0	0	0	0	0

Continua

	01/2016		3	0	0	0	0	0
	01/2017		3	0	0	0	0	0
	01/2018		1	0	0	0	0	0
Tibau	01/2012	7	2	0	0	0	0	0
	01/2013	9	2	0	0	0	0	0
	01/2014	8	8		0	0	0	0
	01/2015	9	17	0	0	0	0	0
	01/2016	11	3	0	0	0	1	0
	01/2017	35	26	0	0	0	8	0
	01/2018	11	28	0	0	0	15	0

Fonte: SIMT-IPEA, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018.

Apesar dessas duas serem as atividades com maior destaque (alojamento e alimentação), outras também apresentaram valores que as evidenciaram das demais, foram elas: Transporte Terrestre, Aluguel de Transporte e Cultura e Lazer, nas quais Mossoró destacou-se.

Tais dados leva-se a questionar se a geração de empregos ocasionados por essas atividades está associada diretamente ao consumo de turistas, visto que dentro do contexto que os mesmos foram colhidos, as ocupações geradas podem (IPEA, 2018b) “[...] estarem relacionadas ao consumo de turistas ou não [...] (IPEA, 2018b, p. 10, grifo do autor), ou seja, outras pessoas também podem consumi-las (IPEA, 2018b).

Além disso, é importante ressaltar que a concentração quase que massiva das atividades em apenas um município afeta o desenvolvimento do turismo nos demais, visto que, para que haja o alavancar, o turismo necessita da presença dessas ACTs, a fim de dar suporte ao turista que vem a esse município.

É necessário questionar se o turismo, nos municípios estudados, possui uma representatividade econômica significativa, já que as atividades voltadas para finalidades turísticas se concentram apenas em alguns municípios do Polo Costa Branca, além de não terem uma representatividade tão impactante, se comparada a informações expostas no tópico anterior.

Portanto, ao analisar os dados e informações expostas nessa seção, é perceptível que o turismo no Polo Costa Branca não é tão representativo. Com relação a abordagem do turismo no RN, Almada (2019, p. 241), em seu trabalho “O Turismo no Rio Grande do Norte”, menciona que “O turismo não é uma atividade que consegue promover um desenvolvimento econômico para todo o estado, uma vez que está polarizada em Natal, e, quando se interioriza, não consegue obter bons indicadores turísticos e econômicos para além do Polo Costa das Dunas”, ou seja, o turismo no estado, centra-se em apenas uma porção do território potiguar, como é o caso de Natal, localizado no Polo Costa das Dunas, quando essa atividade é disseminada em outras áreas, como por exemplo, o Costa Branca, não possui uma representatividade econômica tão significativa⁹ (ALMADA, 2019).

Essa questão confirma o fato mencionado anteriormente acerca do contexto histórico turístico no qual as ações públicas no RN concentraram-se em Natal e em áreas próximas a essa localidade (LOPES; FERREIRA, 2013).

⁹ Essa questão do papel econômico do turismo no Polo Costa Branca foi abordado na seção quatro.

Portanto, questiona-se se o Polo Costa Branca foi efetivado ou ficou apenas no papel. O esclarecimento dessa questão está presente nas análises realizadas na seção quatro, sendo assim, é fundamental que esse Polo venha a se desenvolver para que o turismo se torne atuante na economia dos municípios.

Para além de entender o papel das políticas públicas no contexto do turismo e sua repercussão nos municípios que compõe o Polo Costa Branca, precisa-se identificar as atividades econômicas que por vezes não estão associadas ao turismo, mas que de certa forma contribuem para a economia dos mesmos, bem como a sua repercussão no espaço por meio do processo de urbanização, essa questão está presente na seção 3.

3. CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA DOS DEZ MUNICÍPIOS DO POLO COSTA BRANCA

Smith (1988, p.132) menciona que “Por suas ações, a sociedade não mais aceita o espaço como um receptáculo, mas sim o produz; nós não vivemos, atuamos ou trabalhamos ‘no’ espaço, mas sim produzimos o espaço, vivendo, atuando e trabalhando”.

Nessa perspectiva, é possível afirmar que o ser humano, ao realizar suas atividades, tende a produzir espaços destinados ao desenvolvimento de atividades para o qual o mesmo foi planejado (SMITH, 1988).

A seção três abordou o papel das atividades econômicas na produção de espaço, sua repercussão na economia e urbanização dos municípios do Polo, desta forma, as informações nela contidas levantaram questionamentos acerca do papel do Polo Costa Branca enquanto meio de promoção dessa atividade.

3.1 Espaço econômico dos dez municípios do Polo Costa Branca

As atividades algodoeirias, de pecuária, de plantação de cana-de-açúcar e extração de sal marinho fazem parte do contexto socioeconômico do estado do Rio Grande do Norte (FELIPE; ROCHA, CARVALHO, 2011a). As atividades de carácter agropecuário contribuíram no processo de inserção de indústrias no Estado, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento das mesmas (FELIPE; ROCHA; CARVALHO, 2011a).

Como o mundo está sempre em mudanças e as economias também passam por alterações (AZEVEDO, 2013), visto que “[...] A reprodução ampliada do sistema capitalista impõe dinâmicas produtivas, econômicas e sociais que perpassam todos os lugares e regiões do mundo” (AZEVEDO, 2013, p. 114), percebeu-se assim, que a ampliação desse sistema tende a afetar a dinâmica econômica de uma região.

Nessa conjuntura, foi possível observar um fato que se assemelha a essa questão, visto que o RN apresentou uma crise nas atividades oriundas dos ramos salineiro, algodoeiro e de mineração, e como resposta a esse momento, surgiram outros segmentos, como é o caso da esfera de serviços, que, com base nas informações analisadas anteriormente, apresentava uma grande representatividade na geração de estabelecimentos e vínculos (FELIPE; CARVALHO; ROCHA, 2004c).

Essa situação retratou que o estado passou por um processo de reestruturação, visto que outras atividades surgiram para dar aporte econômico nesses períodos, sendo assim, nesse

quadro de reestruturação, de forma geral, Smith (1998, p. 223) menciona que “Os períodos de crise são também períodos de dramática reestruturação”, portanto, ao passar por uma crise econômica, é necessário pensar em formas de reestruturar o capital existente por meio do desenvolvimento de outros segmentos. Na conjuntura da economia potiguar, é importante mencionar que o ramo dos Serviços, associado ao ramo da Indústria, juntos, contribuíram para o crescimento econômico do Rio Grande do Norte, pois “[...] houve concentração setorial da produção, principalmente, no setor de serviços, indústria de transformação e indústria extrativa que apresentaram significativa participação no Valor Adicionado (VA) do Estado ” (OLIVEIRA et al., 2016, p.67).

A importância desses ramos para a economia dos municípios do Polo Costa Branca pôde ser comprovada com base nos dados retratados no capítulo anterior, presentes nas Tabelas de 4 a 6 e a Figura 2, através das quais é possível perceber que as esferas tinham um papel na economia dos municípios do Polo analisado. Diante disso, o Quadro 2¹⁰ e a Figura 3 retratam as atividades econômicas presentes em cada município do Polo, sendo perceptível que os municípios com os maiores Produtos Internos Brutos a Preços Correntes são: Mossoró, Guamaré e Macau.

Quadro2 – Atividades Econômicas Prevalentes e Produto Interno Bruto dos municípios do Polo Costa Branca

Número de Municípios	Atividades Econômicas com base nas informações coletadas	Produto Interno Bruto a Preços Correntes (Mil Reais)
Areia Branca	Extração do Sal Marinho, Exploração Petrolífera e Pesca (lagosta, camarão e peixe), Turismo	R\$ 49.382
Galinhos	Pesca, Salineira, Sisal e Algodão	R\$ 68.047
Guamaré	Agropecuária, Petrolífera, Gás, Carcinicultura, Extrativismo Vegetal, Energia Eólica, Comércio Local.	R\$ 1.876.595
Grossos	Pesca, Agropecuária, Salineira, Carcinicultura, Artesanato.	R\$ 113.875
Macau	Salineira, Petrolífera e Gás.	R\$ 544.087
Mossoró	Setor Terciário (Comércio e Serviços), Salineira, Fruticultura Irrigada e Petrolífera	R\$ 5.775.477
Porto do Mangue	Pesca, Petrolífera, Gás, Gipsita, Carcinicultura Salineira, Comércio Varejista	R\$ 83.370
São Rafael	Comércio, Extrativismo, Agropecuária	R\$ 66.432
Serra do Mel	Cultura de Caju e Apicultura	R\$ 295.887
Tibau	Agrícola, Pesca (não tão expressiva), Veraneio e Construção Civil.	R\$ 73.699

Fonte: SETUR [2017?b]; Grigio, 2003; Nascimento, 2004; Beltrão et al., 2005; Lima, 2008 (apud IDEMA, 2004); Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 2011; Gomes, 2013; IBGE et al., 2016; Prefeitura de

¹⁰ O quadro 2 foi construído com base em informações levantadas por meio de pesquisas em materiais bibliográficos diversos, como sites e dissertações, esse quadro deu origem a Figura 2.

Guamaré 2016; Prefeitura de Grossos, 2017; Prefeitura de Areia Branca, 2017; Rio Grande do Norte, 2017; Silva, 2017 adaptado pela autora, 2019.

Ao analisar as informações presentes nesse quadro, é possível identificar que os municípios que se destacam com base no PIB a preços correntes são: Mossoró, Guamaré e Macau. Essa informação desempenhou um papel na escolha dos municípios para a realização dos campos. As atividades econômicas que se destacaram foram a Petrolífera, a Salineira e a Pesca (Figura 3), retratadas mais adiante. É importante ressaltar que apesar de o turismo não está pontualmente presente em todos os municípios, crê-se que ele se insere em demais setores, visto que é um segmento dinâmico, a exemplo dessa situação, tem-se o turismo de negócios desenvolvido no Polo, em virtude das atividades econômicas que apresentam (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2011; BRITO, 2016).

3.3.1 Atividade Salineira

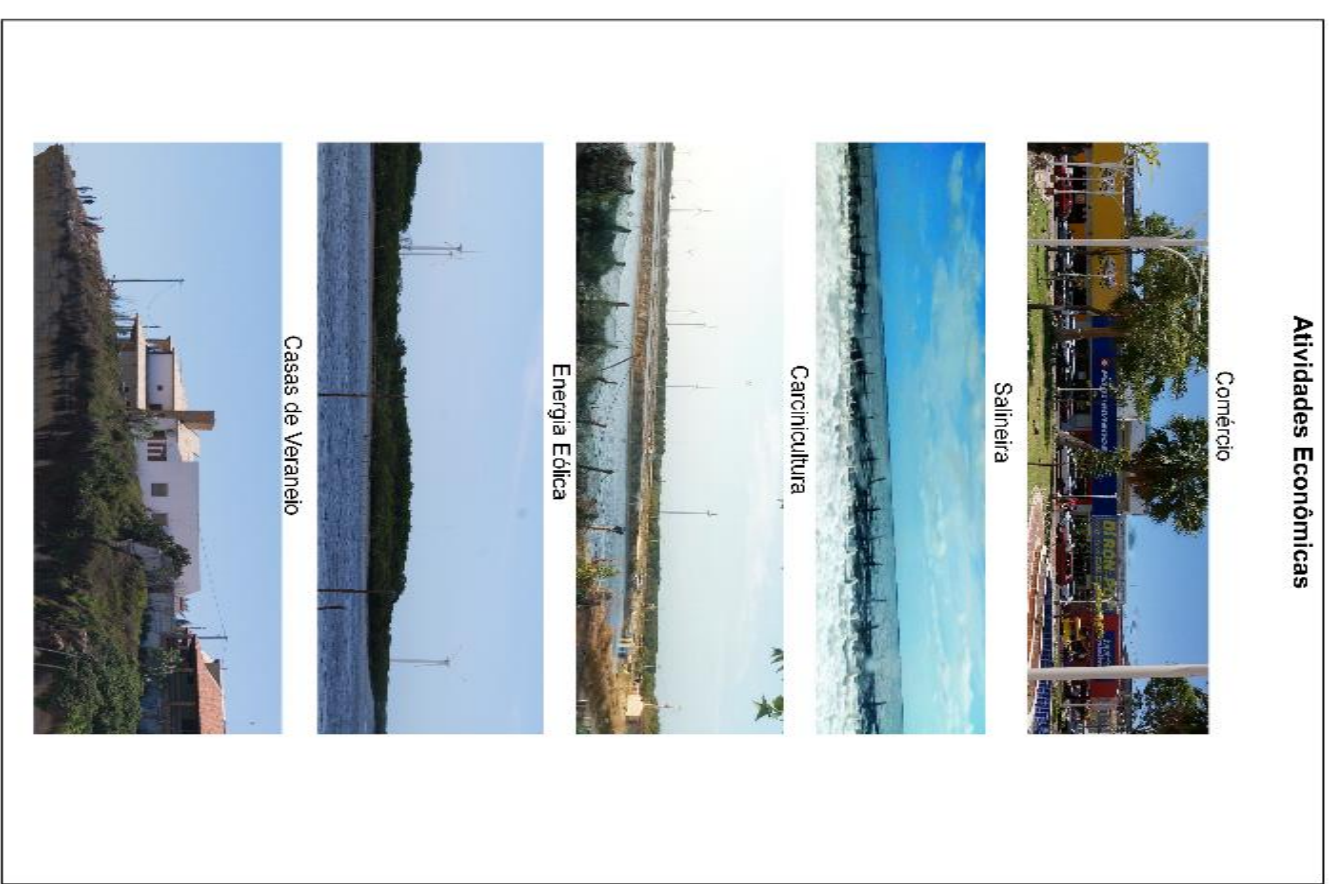
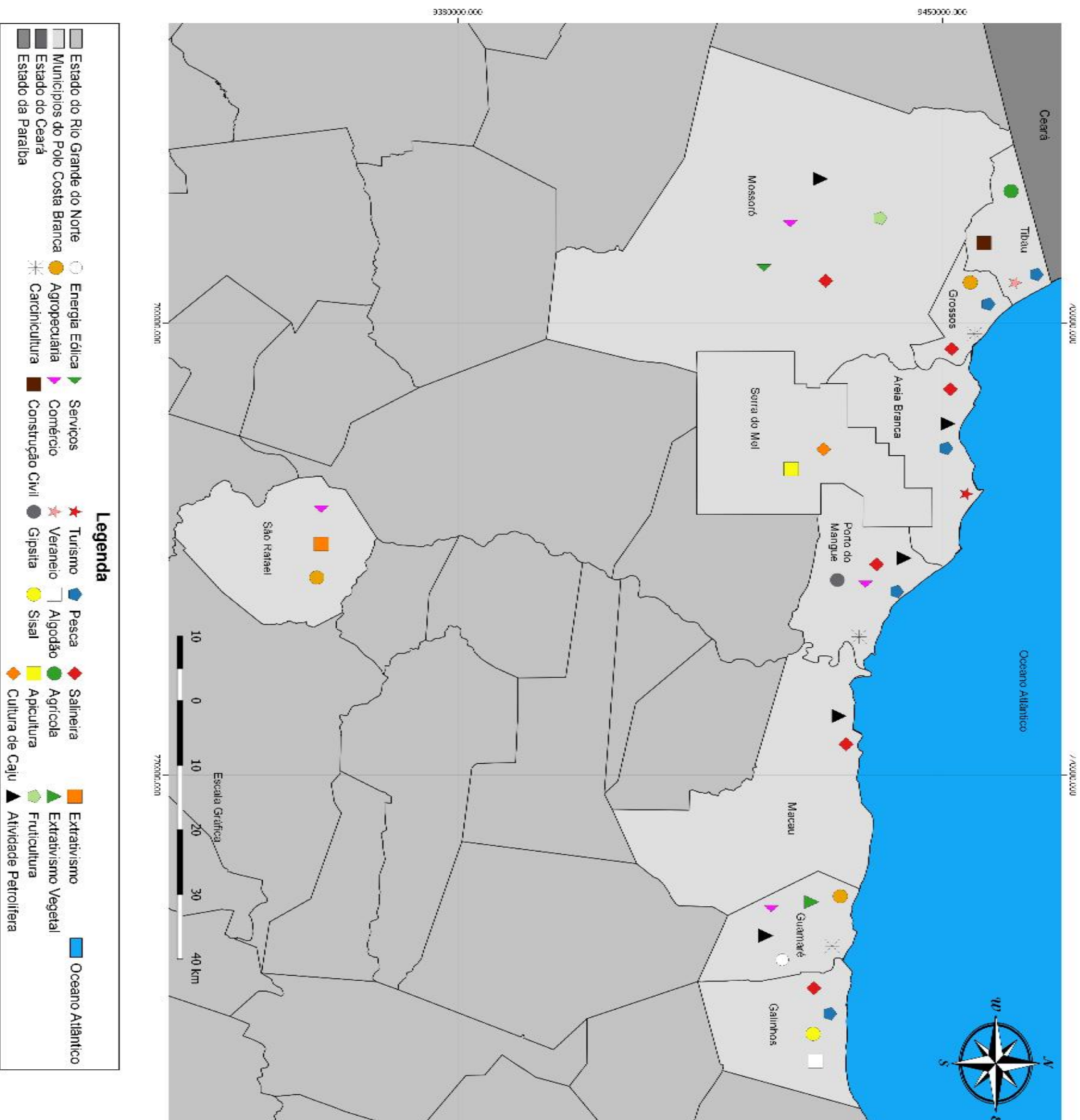
Os fatores de localização próximos aos estuários, tais como, clima, pluviometria, temperatura e ventos tornam o Estado do Rio Grande do Norte uma área propícia para o desenvolvimento da prática dessa atividade (MAIA, 2011; COSTA, et al., 2013).

A presença desse mineral em estuários dos rios Apodi-Mossoró e Piranhas-Açu já foi registrada historicamente, mas a atividade salineira teve início no estado do Rio Grande do Norte. De uma forma geral, através da descoberta da extração e posterior produção do sal que se localizava nas retenções naturais desse mineral, porém, a exploração do sal para a comercialização de forma mais intensiva deu-se a datar a partir do século XX, sendo os principais consumidores desse produto, as casas de produção de carne charque do estado do Rio Grande do Sul (FELIPE; ROCHA; CARVALHO, 2011a; COSTA et al., 2013).

Dentro de um viés econômico, o sal pode ser utilizado para diversos fins que vão desde atividades direcionadas para o consumo humano, até atividades associadas aos setores industriais, como é o caso da indústria química, na qual esse mineral é essencial (CIMSAL, 2016a). Em seu processo para além dessa esfera, o sal também está presente no setor petrolífero e têxtil (CIMSAL 2008-2016a; DINIZ; VASCONCELOS, 2016).

O sal possui uma polaridade de consumo diferente, isso quer dizer que o mesmo tem uma dinâmica econômica interessante, pois possui produtos distintos para atender a vários mercados, como por exemplo, a flor de sal, que vem a contemplar um setor de serviços no tocante a restaurantes ou outros segmentos gastronômicos (CIMSAL, 2008-2016b).

Figura 3- Mapa da representação de atividades econômicas do Polo Costa Branca



Referências
 DATUM SIRGAS 2000
 UTM 24 S

SETUR [2017?]; Grigio, 2003; Nascimento, 2004; Beltrão et al., 2005; Lima, 2008 (apud IDEMA, 2004); Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 2011; Maia e Costa, 2014; IBGE et al., 2016; SETUR, 2016 (apud SOLIMAR INTERNACIONAL; GREEN TEAM GLOBAL, 2017); Prefeitura de Grossos, 2017; Prefeitura de Guanaré, 2016; Prefeitura de Areia Branca, 2017; Rio Grande do Norte, 2017; Silva, 2017; Pesquisa de Campo, 2019; Maia e Costa, 2014

Elaboração: Fernanda Raquel F. da Silva, 2019.

Fonte: SETUR [2017?]; Grigio, 2003; Nascimento, 2004; Beltrão et al., 2005; Lima, 2008 (apud IDEMA, 2004); Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 2011; Maia e Costa, 2014; IBGE et al., 2016; SETUR, 2016 (apud SOLIMAR INTERNACIONAL; GREEN TEAM GLOBAL, 2017); Prefeitura de Grossos, 2017; Prefeitura de Guanaré, 2016; Prefeitura de Areia Branca, 2017; Rio Grande do Norte, 2017; Silva, 2017; Pesquisa de Campo, 2019; Maia e Costa, 2014 adaptado pela autora, 2019.

A produção desse mineral no RN no ano de 2016, segundo Parahyba e Cavalcanti (2017), correspondia ao valor de 5,8 MT, esse valor representa “[...] aproximadamente 77% da produção total de sal do país e de 95, 3% da produção brasileira de sal marinho” (PARAHYBA; CAVALCANTI, 2017, p.1).

Essa capacidade de produção de sal também refletiu na questão de geração de empresas e empregos, como é possível observar através dos dados obtidos por meio da plataforma RAIS, na CNAE 2.0 subclasses¹¹ nos anos de 2010, 2015, 2017 e 2018¹², que elucida de forma quantitativa o número de estabelecimentos e o número de vínculos. Essas informações estão retratadas nas Tabelas 9 e 10.

Com base na Tabela 9, foi possível perceber o número de estabelecimentos, bem como os municípios que apresentaram uma maior representatividade frente aos demais municípios do Polo Costa Branca.

Nos anos de 2010 e 2015, a atividade que se destacava era a de refino, apesar de não possuir uma grande representatividade nos municípios do Polo presente na Tabela 9, posto isso, os maiores valores dessa atividade concentravam-se principalmente nos municípios de Mossoró, Grossos e Areia Branca. A atividade de extração, mesmo não apresentando valores superiores ao de refino nos anos de 2010 e 2015, possuía um bom quantitativo de municípios, apesar de não apresentar um número tão significativo de estabelecimentos. Se comparado a atividade de refino, os municípios que possuíam os maiores números de estabelecimentos foram Mossoró, Areia Branca, Macau e Grossos.

Em uma perspectiva mais atual, ou seja, nos anos de 2017 e 2018, a atividade que se destacou na Tabela 9 continuou sendo a de refino. Apesar de não ter obtido um número tão significativo de municípios, se comparado à extração, as regiões que ganharam destaque frente a essa atividade foram Mossoró, Grossos, Areia Branca e Porto do Mangue.

Além de dissertar acerca do número de estabelecimentos, é necessário entender o seu papel no processo de geração de vínculos em alguns municípios do Polo presente na tabela, sendo assim, tem-se a Tabela 10 que retrata o número de vínculos das atividades anteriormente mencionadas.

¹¹ A escolha dessa classe dar-se em virtude da presença, de uma forma mais detalhada, das atividades do setor salineiro no estado.

¹² A inexistência dos anos de 2000 e 2005 dar-se em virtude da falta de informações que o RAIS apresentou no momento de criação da tabela, além disso a ausência de alguns municípios também deu-se em virtude do RAIS, que apresentou só alguns dos mesmo no Estado.

Tabela 9- Números de estabelecimentos da Atividade Salineira nos municípios nos anos 2010, 2015, 2017 e 2018

Municípios	Extração de Sal Marinho				Refino e Outros Tratamentos do Sal				Total			
	2010	2015	2017	2018	2010	2015	2017	2018	2010	2015	2017	2018
Areia Branca	9	8	8	6	2	3	5	5	11	11	13	11
Galinhos	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1
Grossos	4	7	9	9	10	8	7	7	14	15	16	16
Guamaré	0	1	1	1	0	0	0	0	0	1	1	1
Macau	7	8	7	8	0	0	0	1	7	8	7	9
Mossoró	14	9	7	6	30	32	34	33	44	41	41	39
Porto do Mangue	2	1	1	2	0	2	5	5	2	3	6	7
Total	37	34	33	33	42	45	51	51	79	79	84	84

Fonte: MTE-RAIS CNAE 2.0 subclasses, 2010, 2015, 2017, 2018.

Ao analisar os dados dos anos de 2010 e 2015, foi possível observar que, ao contrário da situação retratada anteriormente acerca da superioridade da atividade de refino nos números de estabelecimentos, o maior número de vínculos concentrava-se nesses anos no seguimento de extração no qual os maiores valores encontravam-se nos municípios de Areia Branca, Macau e Mossoró.

No que se refere a atividade de refino, nesses respectivos anos, os maiores valores centravam-se em Mossoró, Grossos, Areia Branca e Porto do Mangue.

Nos anos de 2017 e 2018, o segmento que se destacou na geração de vínculos dos municípios do Polo presente na tabela foi o de Extração, no qual os valores dos mesmos concentravam-se na grande maioria nos municípios de Areia Branca, Macau, Mossoró, Grossos e Galinhos.

Nos referidos anos, a atividade de refino apresentava um considerável quantitativo de vínculos, porém, não superava o segmento de Extração. Os municípios que se destacaram nessa atividade foram Mossoró, Areia Branca, Porto do Mangue e Grossos. Um fato a ser mencionado nessa atividade é que a mesma apresentou uma queda em seu total, do ano de 2017 para 2018, atingindo o quantitativo presente em Grossos e Porto do Mangue.

De acordo com os dados apresentados acima, verificou-se que a indústria salineira empregou um número significativo de pessoas nesses municípios, principalmente em Mossoró, Areia Branca, Macau e Grossos, tornando-se uma base econômica importante para os mesmos, assim como para os demais que foram afetados em sua economia.

3.3.2 Atividade Petrolífera

A atividade petrolífera no estado do Rio Grande do Norte dinamiza sua economia, e, além de afetar o setor da indústria, também contribui para uma expansão econômica no setor de serviços e comércio, pois a presença dessa atividade leva à necessidade de inserção de equipamentos para dar suporte as mesmas, como por exemplo, hotéis que atendem os trabalhadores atuantes dessa atividade, bem como restaurantes (RODRIGUES NETO, 2007).

Tabela 10 - Números de vínculos da Atividade Salineira nos municípios nos anos de 2010, 2015, 2017 e 2018

Municípios	Extração de Sal Marinho				Refino e Outros Tratamentos do Sal				Total			
	2010	2015	2017	2018	2010	2015	2017	2018	2010	2015	2017	2018
Areia Branca	1.048	651	648	664	26	131	396	381	1.074	782	1.044	1.045
Galinhos	167	0	0	194	0	0	0	0	167	0	0	194
Grossos	64	157	207	223	191	227	195	184	255	384	402	407
Guamaré	0	19	29	25	0	0	0	0	0	19	29	25
Macau	792	874	594	612	0	0	0	2	792	874	594	614
Mossoró	587	673	418	434	726	606	806	791	1.313	1.279	1.224	1.225
Porto do Mangue	51	20	3	4	0	132	229	158	51	152	232	162
Total	2.709	2.394	1.899	2.156	943	1.096	1.626	1.516	3.652	3.490	3.525	3.672

Fonte: MTE-RAIS CNAE 2.0 subclasses, 2010, 2015, 2017, 2018.

Portanto,

A implantação de uma nova matriz produtiva foi capaz de transformar a base produtiva e econômica do estado, bem como, criar novas alternativas para o surgimento de outras atividades econômicas ligadas ou não, ao setor petrolífero (RODRIGUES NETO, 2007, p. 150)

Para corroborar com o que Rodrigues Neto (2007) menciona, as Tabelas 11 e 12 retratam os números de estabelecimentos e vínculos associados à atividade petrolífera, bem como outras atividades. Essas informações foram coletadas com base no MTE-RAIS CNAE 2.0 classes, por atividades nos anos de 2010, 2015, 2017 e 2018.

A Tabela 11 dispõe números de estabelecimentos direcionados para essa atividade, demonstrando valores direcionados para a extração de petróleo e gás natural no ano de 2010 que se encontravam nos municípios de Mossoró e Areia Branca. Com relação as atividades de apoio, extração e fabricação, os municípios que possuíam mais empresas neste ano, foram Mossoró (atividades de apoio) e Guamaré (fabricação).

No ano de 2015, foi possível observar que houve um declínio nessas atividades, principalmente em Guamaré e Mossoró. Enquanto alguns empreendimentos decaíram, outros tiveram um acréscimo, como é o caso da atividade de apoio à extração de petróleo e gás mineral (Tabela 11), que no ano de 2010, possuía uma unidade em Mossoró, contudo, no ano de 2015, apresentou uma unidade no município de Areia Branca. De uma forma geral, os números de estabelecimentos direcionados para a atividade petrolífera em 2015 decaíram nesse ano.

Além dos empreendimentos associados diretamente ao petróleo, existiam outros relacionados indiretamente com a atividade, como os hotéis e restaurantes (ou outros estabelecimentos associados com alimentação e bebida), estabelecimentos presentes em quase todos os municípios, que no ano de 2010 e 2015 apresentaram um contingente significativo de estabelecimentos (RODRIGUES NETO, 2007).

Isso leva-se a questionar se eles foram ou não, utilizados nesses anos como apoio às pessoas que trabalhavam nessa atividade (RODRIGUES NETO, 2007). No ano de 2017 e 2018, observou-se que no contexto da atividade petrolífera na geração de estabelecimentos, a atividade de extração apresentou uma queda na produção ocorrida de 2017 para 2018, na qual Mossoró foi o principal afetado, já nas demais atividades associadas a esse contexto, como apoio e fabricação, os valores permaneceram os mesmos de 2017 para 2018. Os seguimentos de hotéis, no ano de 2017 a 2018 não apresentaram nenhum crescimento, bem como nenhuma queda, porém, no ramo de restaurantes, foi possível observar uma queda em seu total.

Tabela 11 - Números de estabelecimentos da Atividade Petrolífera nos municípios nos anos de 2010, 2015, 2017 e 2018

Municípios	Extração de Petróleo e Gás Natural				Atividades de Apoio à Extração de Petróleo e Gás Natural				Fabricação de Produtos do Refino de Petróleo				Hotéis e Similares				Restaurantes e Outros Estabelecimentos de Serviços de Alimentação e Bebidas				Total			
	2010	2015	2017	2018	2010	2015	2017	2018	2010	2015	2017	2018	2010	2015	2017	2018	2010	2015	2017	2018	2010	2015	2017	2018
Areia Branca	1	1	1	1	0	1	1	1	0	0	0	0	2	7	7	9	15	11	20	12	18	20	29	23
Galinhos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3	4	4	0	1	0	1	3	4	4	5
Grossos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	2	2	2	3	2	2	2
Guamaré	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	1	1	6	10	6	8	5	10	8	6	13	21	15	15
Macau	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	7	5	4	12	22	10	9	19	29	15	13
Mossoró	11	7	8	7	18	16	9	9	0	0	0	0	32	36	36	34	206	300	316	309	267	359	369	359
Porto do Mangue	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2	0	0	0
Tibau	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3	2	1	0	2	8	5	3	5	10	6
Serra do Mel	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	1	0	2	1	1
Total	12	8	9	8	18	17	10	10	2	1	1	1	53	66	60	60	243	350	365	345	328	442	445	424

Fonte: MTE-RAIS CNAE 2.0 subclasses, 2010, 2015, 2017, 2018.

A Tabela 12 retrata o número de vínculos gerados por essas atividades nos municípios do Polo presente nesse enquadramento, sendo assim, é possível observar que no ano de 2010, apesar dos municípios não terem apresentando um número tão expressivo de firmas (Tabela 11), demonstraram uma quantidade de empregos considerável, principalmente nos ramos associados à extração (Mossoró e Areia Branca), atividades de apoio (Mossoró) e fabricação de produtos oriundos do refino de petróleo, localizadas em Guamaré.

No ano de 2015, esse contexto sofreu um declínio, visto que os vínculos oriundos de atividades petrolíferas no ano de 2015 apresentaram uma queda no número de empregos gerados principalmente nas atividades de extração, apoio e fabricação que atingiram de forma significativa, os municípios de Mossoró e Guamaré. Ao contrário da situação presente nesses dois municípios, Areia Branca apresentou, em 2015, um crescimento nas esferas de extração e atividades de apoio, se comparado ao ano de 2010.

No ano em questão (Tabela 12), tal queda não chegou a afetar os números de vínculos nas atividades de hotéis e restaurantes nos municípios de Mossoró e Guamaré, já que apresentaram certo crescimento, se comparado ao ano de 2010.

Com relação ao município de Areia Branca, é importante mencionar que de 2010 para 2015, apresentou um decréscimo apenas nos valores no ramo de restaurantes, pois no que diz respeito ao número de hotéis, o município teve um acréscimo.

No que corresponde aos vínculos do ano de 2017 e 2018, constatou-se um decréscimo nos valores das atividades de extração e fabricação, vindo a afetar Mossoró (extração) e Guamaré (fabricação). Ao contrário da situação retratada, a atividade de apoio apresentou um crescimento de 2017 para 2018, vindo a atingir Mossoró e Areia Branca, nessa atividade, apresentou uma queda em 2018, se comparada a valores presentes em 2017.

As atividades ligadas aos setores de hotéis continuaram gerando empregos de 2017 para 2018, contudo, a atividade de restaurantes mostrou uma queda na passagem desses anos, afetando Guamaré, Mossoró, Areia Branca e Tibau. Ao analisar os dados, percebeu-se que a atividade petrolífera nesses municípios apresentou uma queda, entretanto, continuou gerando um significativo número de vínculos.

Tabela 12 - Números de vínculos da Atividade Petrolífera nos municípios nos anos de 2010, 2015, 2017 e 2018

Municípios	Extração de petróleo e gás natural				Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural				Fabricação de produtos do refino de petróleo				Hotéis e similares				Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas				Total			
	2010	2015	2017	2018	2010	2015	2017	2018	2010	2015	2017	2018	2010	2015	2017	2018	2010	2015	2017	2018	2010	2015	2017	2018
Areia Branca	18	28	24	25	0	21	20	0	0	0	0	0	24	39	38	40	51	28	33	24	93	116	115	89
Galinhos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	22	21	18	0	2	0	3	4	24	21	21
Grossos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	5	2	5	4	5	2	5
Guamaré	0	0	0	0	0	0	0	0	540	456	346	342	24	34	30	36	14	29	18	7	578	519	412	385
Macau	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	17	16	14	13	29	34	16	18	46	50	30	31
Mossoró	938	820	546	534	1513	1478	251	697	0	0	0	0	463	741	561	595	1547	1743	1625	1617	4461	4782	2983	3443
Porto do Mangue	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2	0	0	0
Tibau	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	8	7	7	0	3	27	24	5	11	34	31
Serra do Mel	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	1	0	2	1	1
Total	956	848	570	559	1513	1499	271	697	540	456	346	342	537	860	671	709	1647	1846	1722	1699	5.193	5509	3598	4006

Fonte: MTE-RAIS CNAE 2.0 classes, 2010, 2015, 2017, 2018.

3.3.3 Atividade Pesqueira

É importante mencionar que a escolha em analisar o contexto da pesca em água salgada deu-se em virtude da inexistência de valores na conjuntura da pesca em água doce, com base em dados colhidos no MTE-RAIS CNAE 2.0 CLASSE, 2010, 2015, 2017, 2018.

A pesca (Figura 3) é uma atividade que ocorre no RN, tanto de forma artesanal, quanto de forma moderna (FELIPE; ROCHA; CARVALHO, 2011c). Na prática artesanal, essa atividade é realizada pelo pescador, com ou sem parceiros, utilizando equipamentos simples, como jangadas, botes, entre outras embarcações que podem ser movidas tanto a motor como à vela (FELIPE; ROCHA; CARVALHO, 2011c). Esse fato se dá em virtude de o estado apresentar, de acordo com Pontes (2013), 410 km de área litorânea que contribui para o desenvolvimento da atividade em questão.

De acordo com Felipe, Rocha e Carvalho (2011c), a pesca passa por uma fase de modernização no RN. Para os referidos autores, isso acontece em virtude da instalação de empresas no RN, voltadas para essa atividade (possuidora de vínculos com o exterior), contendo embarcações equipadas com instrumentos que possibilitaram pescar um número maior de peixes, armazená-los e passar mais tempo em alto mar (FELIPE; ROCHA; CARVALHO, 2011c). Nesse contexto, as Tabelas 13 e 14, nos anos de 2010, 2015, 2017 e 2018 retratam os números de estabelecimentos e vínculos oriundos dessa atividade, com o objetivo de saber como contribuiriam para a economia dos municípios do Polo-

Ao analisar a Tabela 13, nos anos de 2010 e 2015, constatou-se que as atividades de pesca, preservação e fabricação apresentaram um crescimento do ano de 2010 para 2015, permanecendo nos municípios de Mossoró (pesca, preservação e fabricação), Areia Branca (pesca e preservação) e Grossos (pesca), logo, essas atividades concentraram-se apenas em alguns municípios, não possuindo assim uma expressividade nos demais.

As esferas que apresentaram os maiores números de estabelecimentos em 2010 e 2015, com base nos totais, foram as associadas ao comércio, sendo tanto varejistas como atacadistas.

Tais atividades apresentaram um crescimento de 2010 para 2015. Os maiores beneficiados nesse crescimento foram os municípios de Galinhos (varejista), Serra do Mel (varejista e atacadista), São Rafael (varejista e atacadista) e Areia Branca (atacadista), porém, o maior detentor desses dois tipos de comércio foi Mossoró.

Tabela 13 - Números de estabelecimentos da Atividade Pesqueira nos municípios nos anos de 2010, 2015, 2017 e 2018

Municípios	Pesca em água Salgada				Preservação do Pescado e Fabricação de Produtos do Pescado				Fabricação de Artefatos para Pesca e Esporte				Comércio Atacadista de Carnes, Produtos da Carne e Pescado				Comércio Varejista de Carnes e Pescados - Açougues e Peixarias				Total			
	2010	2015	2017	2018	2010	2015	2017	2018	2010	2015	2017	2018	2010	2015	2017	2018	2010	2015	2017	2018	2010	2015	2017	2018
Areia Branca	1	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	2	4	5	6	4	6	7	8
Galinhos	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0
Grossos	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2	1	1	1
Guamaré	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Macau	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	0	0	2	2	2	2	4	2	2	2
Mossoró	0	1	1	0	0	1	1	0	1	2	1	0	6	4	11	8	6	4	15	14	13	17	29	22
São Rafael	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	1	0	1	1	1
Serra do Mel	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2	0	0	0	2	0	0
Total	2	3	3	1	1	2	2	0	1	2	1	0	9	10	12	10	11	13	23	23	24	30	41	34

Fonte: MTE-RAIS CNAE 2.0 classes, 2010, 2015, 2017, 2018.

Ao analisar o contexto de 2017 e 2018, foi possível observar que na passagem de um ano, ou seja, de 2017 para 2018, houve uma queda nas atividades de pesca, preservação e fabricação nas quais as esferas de preservação e fabricação sofreram mais, pois em 2017, essas atividades apresentaram alguns valores, já em 2018, o valor foi zero em ambas. Esse decréscimo afetou principalmente Mossoró (pesca, fabricação e preservação), Areia Branca (pesca) e Galinhos (preservação).

No contexto das atividades de comércio, tanto atacadista como varejista, foi possível observar que, de 2015 para 2017, as mesmas apresentaram um crescimento, mas de 2017 para 2018, houve uma queda nas atividades de comércio atacadista, atingindo o município de Mossoró.

O comércio varejista de 2017 para 2018 não apresentou queda nem crescimento em seu total, visto que permaneceu com o mesmo valor final de 2017, porém, isso não quer dizer que os municípios no ano de 2018 permaneceram com o mesmo valor de estabelecimentos que tinham em 2017, o que ocorreu foi que alguns municípios apresentaram um crescimento, como é caso de Areia Branca, enquanto outros apresentaram uma queda, como por exemplo, Mossoró.

Mas de uma forma geral, observou-se que as atividades que geraram mais estabelecimentos foram as associadas ao comércio, entretanto, é necessário entender o papel que as mesmas desempenharam nesses anos para a geração de vínculos, nessa análise, tem-se a Tabela 14.

Um destaque feito com relação a esse ano foi a presença de um número considerável de empregos oriundos da atividade de pesca em água salgada, que em 2010 apresentou um valor ínfimo, exposto na Tabela 13.

Ao observar a Tabela 14, o que se percebe inicialmente é que, apesar de ter possuído um número não tão significativo de estabelecimentos, a atividade associada ao seguimento de pesca detinha um número considerável de vínculos nos anos de 2010 e 2015. Outras atividades que apresentaram um crescimento nos números de vínculos nesses anos foram as de preservação (que apresentaram um acréscimo considerável) e fabricação nos quais Mossoró e Areia Branca foram os maiores detentores de vínculos em ambas.

Nos anos de 2010 e 2015, as atividades com os maiores números de empregos foram as de comércio atacadista e varejista. Vale salientar que as duas atividades apresentaram um crescimento em seus totais de 2010 a 2015, e os municípios que se destacaram em ambas foram: Mossoró (atacadista e varejista), Macau (atacadista e varejista), Galinhos (atacadista), Areia Branca (atacadista e varejista) e São Rafael (varejista).

Tabela 14 - Números de vínculos da Atividades Pesqueiras nos municípios nos anos de 2010, 2015, 2017 e 2018

Municípios	Pesca em água salgada			Preservação do pescado e fabricação de produtos do pescado				Fabricação de artefatos para pesca e esporte				Comércio atacadista de carnes, produtos da carne e pescado				Comércio varejista de carnes e pescados - açougues e peixarias				Total				
	2010	2015	2017	2018	2010	2015	2017	2018	2010	2015	2017	2018	2010	2015	2017	2018	2010	2015	2017	2018	2010	2015	2017	2018
Areia Branca	5	2	0	0	1	14	0	0	0	0	0	0	0	0	2	24	10	9	17	30	16	25	19	54
Galinhos	0	0	0	0	0	0	55	0	0	0	0	0	0	33	0	0	0	0	0	0	0	33	55	0
Grossos	6	7	9	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	7	7	9	9
Guamaré	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	6	0	0	0
Macau	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	29	0	0	0	3	2	4	2	32	2	4	2
Mossoró	0	3	2	0	0	14	9	0	1	3	0	0	97	133	127	87	19	18	32	21	117	171	170	108
São Rafael	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	1	0	0	4	1	0
Serra do Mel	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2	0	0
Total	11	12	11	9	1	28	64	0	1	3	0	0	132	166	129	111	33	35	54	53	178	244	258	173

Fonte: MTE-RAIS CNAE 2.0 classes, 2010, 2015, 2017, 2018.

Em uma perspectiva mais atual, ou seja, 2017 e 2018, comprovou-se que houve uma queda nas atividades de pesca e preservação (nesse seguimento o decréscimo foi mais acentuado) que atingiu Mossoró (pesca e preservação) e Galinhos (preservação). Um fato interessante a ser mencionado refere-se à atividade de fabricação, no ano de 2017, pois apresentou um estabelecimento (Tabela 13), porém, no mesmo ano, não tinha nem um valor de vínculos, isso leva-se a questionar se houve um erro na plataforma ou realmente não existiram contratações nesse ano.

As atividades de comércio varejista e atacadista também apresentaram uma queda em seus valores totais de 2017 para 2018, afetando os números de vínculos em Mossoró. Ao contrário dessa situação, Areia Branca apresentou um crescimento de 2017 a 2018, nesses dois seguimentos.

Ao analisar o contexto econômico geral, é perceptível que em todas as atividades analisadas, Mossoró foi o município que se destacou frente aos demais. Tal fato demonstrou sua importância no contexto econômico analisado. Além deste, outros também se destacaram, como Macau, Guamaré e Areia Branca.

Para além de mencionar e retratar as atividades econômicas, é necessário entender a repercussão do desenvolvimento das mesmas nos espaços dos municípios através do processo de urbanização, sendo assim, a secção 3.2 retrata esse contexto de urbanização oriunda dessa conjuntura econômica.

3.2 Atividades econômicas e suas contribuições para a urbanização dos dez municípios

Através de uma observação feita por Araújo (2009), entre o processo de urbanização ocorrido no Sudeste, Sul e Nordeste, identificou-se que no Nordeste, esse processo deu-se de forma mais lenta, enquanto no Sul e no Sudeste, ocorreu de uma forma mais acentuada (ARAÚJO, 2009).

Com relação ao Nordeste, esse surgimento de maneira mais lenta aconteceu em virtude do modo de produção e organização social vigente na região, que, por sua vez, foi ultrapassado, porém, anos mais tarde, essa situação veio a mudar, graças ao Estado que “[...] aprofundou a instalação do capital industrial e recondicionou-embora de forma conservadora-toda a economia nordestina” (ARAÚJO, 2009, p. 227).

Em um contexto geral, no Rio Grande do Norte, existiram algumas atividades econômicas que não estavam presentes na descrição acima, mas que contribuíram para o processo de povoamento e origem de algumas cidades do estado (FELIPE; CARVALHO;

ROCHA, 2004a), essas atividades são: Produção da Cana-de-açúcar que “ dirige o povoamento para a Zona da Mata, produz uma geografia localizada nas várzeas terminais dos rios Curimataú e Pontegi-Jundiaí” (FELIPE; CARVALHO; ROCHA, 2004a, p. 16); a Pecuária, uma vez que no processo do traslado do gado, era necessário repouso e alimentação para os animais para que mantivessem seu peso para a revenda, foi a que mais contribuiu no processo de ocupação do estado (FELIPE; CARVALHO; ROCHA, 2004a; ARAÚJO, 2009); Algodoeira, por meio de suas atividades, permitiu o desenvolvimento de determinados espaços que posteriormente passariam a ser denominados de cidades ou vilas (FELIPE; CARVALHO; ROCHA, 2004a).

Com o surgimento da crise em alguns ramos, novas atividades surgiram como resposta às dificuldades financeiras enfrentadas, sendo elas associadas ao terciário (FELIPE; CARVALHO; ROCHA, 2004c).

Araújo (2009) elucida que no RN, o processo de urbanização e a inserção de equipamentos de características de cidade, deu-se de uma forma pouco variada e mais lenta, por conta da dissociação morosa entre a cidade e o campo, que, segundo o autor, obedecia “[...] um objetivo prioritário das elites que era o de manter seus *status quo*”, porém, apesar desses fatos, o Estado alcançou essa etapa (ARAÚJO, 2009, p. 233).

Saindo desse contexto mais histórico da formação do povoamento do estado e partindo para o contexto atual, é importante citar o papel de algumas economias já mencionadas, bem como outras que contribuíram no processo de urbanização do RN, são elas: petrolífera, salineira e de fruticultura, economias presentes nos dez municípios do Polo, contribuintes nesse processo nas cidades (ARAÚJO, 2009).

As mesmas, segundo o autor (ARAÚJO, 2009), em meados da década de 1980, no RN, destacavam-se três atividades econômicas que tornaram possível uma associação da economia do referido estado com a nacional, logo, “[...] essa dinâmica econômica contribui para maior urbanização do município e, ao mesmo tempo, para manifestações de outros conflitos entre o capital e o trabalho” (ARAÚJO, 2009, p. 109).

A inserção da empresa Petrobrás, em Mossoró, contribuiu para seu processo de urbanização, visto que por meio de sua atuação, ocorreu um crescimento urbano na cidade (DOMINGUES, 2014) transformando “[...] o sítio urbano e agregando à dinâmica urbana áreas consideradas rurais, necessárias para novos escritórios, galpões e oficinas” (DOMINGUES, 2014, p. 33).

Além de contribuir para o processo de urbanização de alguns municípios, a atividade petrolífera retratada anteriormente por meio do emprego na indústria PETROBRÁS, no

interior do RN, ajudou ainda, de certa forma, para a ascensão de alguns municípios que antes não eram cotados dentro do contexto econômico do RN (ARAÚJO, 2009).

É perceptível, com base nessas informações, que “O capitalismo está sempre transformando o espaço à sua própria imagem [...]” (SMITH, 1988, p. 223), ou seja, as introduções dessas novas atividades inseriram no espaço, novos equipamentos que contribuíram para o processo de urbanização nessas cidades (SMITH, 1988; FELIPE; CARVALHO; ROCHA, 2004a; ARAÚJO, 2009).

Com base nas informações e dados coletados para a construção dessa seção, é possível observar que as atividades analisadas desempenharam um papel no contexto econômico e de urbanização nos municípios do Polo (FELIPE; CARVALHO; ROCHA, 2004a; ARAÚJO, 2009).

Para entender melhor o papel do turismo, bem como o papel que o Polo Costa Branca desempenha em alguns municípios, a próxima seção abordou e analisou esse contexto com base em informações coletadas por meio de entrevistas, assim como dados obtidos até o presente momento.

4. GEOGRAFIA ECONÔMICA E TURISMO: UM OLHAR SOBRE O POLO COSTA BRANCA

De acordo com a Organização Mundial do Turismo-OMT, o turismo é uma das

[...] atividades que realiza as pessoas durante suas viagens e estadias em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras (OMT, 2001 apud CRUZ, 2007, p. 4).

Ou seja, toda a viagem que uma pessoa realiza (seja qual for a finalidade, até por motivos de saúde), fora de seu espaço, respeitando esse limite de tempo, é considerada como turismo, sendo que a versatilidade dessa atividade não está associada apenas à questão do lazer.

Além de mencionar o que é o turismo, é relevante citar o papel desse setor enquanto atividade econômica. Nessa conjuntura, de acordo com o IBGE (2012, p. 9), o turismo “[...] é definido a partir da perspectiva da demanda, ou seja, como resultado do consumo dos visitantes [...]”, sendo o consumo, o padrão que define esse setor.

Até o presente momento, foram analisadas nessa pesquisa, questões referentes às políticas públicas e programas direcionados para o turismo e sua repercussão na economia do Polo Costa Branca (seção 2), além disso, foi abordada a questão econômica do Polo, com base nas principais atividades presentes nos municípios (seção 3). Portanto, abordou-se pontos importantes para a análise e desenvolvimento dessa pesquisa, mas, a questão econômica do Polo não foi abordada profundamente, sendo assim, essa seção analisou o turismo enquanto atividade econômica, espacial e social.

4.1 Geografia e turismo: análises e definições

Ao analisar a Geografia, é importante mencionar, com base em Silva (2012, p. 48), que entre as ciências de cunho social,

[...] a geografia tem se apresentado com umas das que mais tem se aberto ao debate acadêmico sobre variados temas relevantes do período contemporâneo. A sua renovação teórica dos últimos 50 anos reflete a preocupação que a geografia tem em estudar temas atuais dentro de diversas linhas de pensamento.

Com essas palavras do autor, foi possível observar que a Geografia é uma ciência que se preocupa com as questões presentes no contexto atual, além disso, fica claro que a mesma é um campo científico aberto ao diálogo que interage com outras áreas do conhecimento, contribuindo assim, para o debate de novos temas que vão surgindo. Por ser uma ciência atenta

à discussão e por tratar de questões que ocorrem atualmente, a mesma torna-se um campo relevante para debater o turismo (SILVA, 2012), uma vez que,

A contribuição metodológica e teórica que a geografia tem dado para o entendimento e esclarecimento dos efeitos, características e impactos do turismo é considerável. Um número razoável de pesquisadores tem se debruçado a estudar o turismo no âmbito teórico da geografia e isto auxilia no debate sobre esse fenômeno social (SILVA, 2012, p. 48).

Nessa perspectiva, Becker (2014) menciona que a Geografia desempenha um papel importante no contexto do turismo, pois essa ciência “[...] oferece o campo de atuação da oferta turística: o espaço geográfico” (BECKER, 2014, p.55), logo, em sua visão, cita que “Poucas ciências sociais e humanas possuem tantas aproximações em seus universos de estudo quanto a Geografia e o Turismo” (Ibid, p. 55).

Percebeu-se que a relação Geografia e Turismo é muito próxima, visto que a ciência geográfica oferece campos de estudos e abordagens nessa atividade, contribuindo para análises e suas repercussões sociais, ambientais, econômicas e espaciais (SILVA, 2012; BECKER, 2014).

É importante mencionar que a análise geográfica acerca do turismo também contribui no processo de construção de “[...] modelos de análise espacial do fenômeno, amecham referências e oferecem subsídios às políticas de ordenamento, planejamento e gestão dessa atividade” (CASTRO, 2006, p. 11), sendo assim, observa-se, com base nesse autor, que a leitura da geografia no que tange ao turismo, contribui com o estudo de suas repercussões espaciais, assim como em seu processo de planejamento.

Logo, o turismo é um campo que em seu processo de construção e desenvolvimento, transita entre várias áreas do conhecimento (SILVA, 2012), essa visão também é compactuada por Becker (2014, p. 54), quando menciona que

O Turismo representa uma nova ciência que, no campo teórico, ainda não constitui uma ciência independente, sistematizada e com antecedentes próprios, contando, por enquanto, com pesquisas de várias ciências. Desse modo, o estudo do Turismo exige ação interdisciplinar que busca pelo fenômeno turístico em diferentes áreas do conhecimento, como Antropologia, Filosofia, Ciências Políticas, Geografia, Psicologia, História, Direito, Sociologia e Economia.

No que se refere a definição desse fenômeno, afirma-se que

Há um debate acadêmico bastante amplo sobre o que vem a ser exatamente turismo, que elementos o compõem e quais atores sociais devem ser considerados turistas, originando múltiplas definições. Cada definição destaca e valoriza aspectos diferentes da mesma atividade. Por isso muitos consideram não haver uma definição correta ou incorreta, mas definições que, de maneira diferente, contribuem para o melhor entendimento do turismo enquanto fenômeno (MACHADO, 2007, p. 66)

Com essa afirmação de Machado, infere-se que não há um conceito exato de turismo, visto que, é uma atividade bem dinâmica, apresenta várias formas e com isso, vários tipos de definições. Nessa perspectiva, o supracitado autor relata que

Os estudos do turismo passaram a fazer parte da análise acadêmica de forma mais acentuada, no período entre as duas grandes guerras mundiais (1918-1938). Durante esse período, estudiosos europeus, principalmente economistas, passaram a publicar os primeiros trabalhos sobre o turismo (MACHADO, op. cit., p. 67).

O turismo, com base na fala do autor, é uma atividade que envolve o deslocamento de pessoas em busca de algo novo, singular, bem como na busca de lazer. Por cúmulo, tal fato, dota o turismo como uma das atividades que gera riquezas no mundo. A mesma vem a se firmar “[...] como um dos mais importantes fenômenos da sociedade [...]” (MACHADO, 2007, p. 65) a datar do século XXI, mais precisamente em seus anos iniciais.

Logo, Machado (2007, p. 65) menciona que

Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho, a renda auferida pela indústria do turismo mundial teria superado a do petróleo, de armas, das montadoras de veículos, dos equipamentos de telecomunicação, têxteis e de todos os demais serviços.

Portanto, o turismo associa-se aos lugares e às pessoas, Machado (2007, p. 65) afirma que o mesmo “[...] vem a ser uma atividade vinculada em sua essência a pessoas e lugares, sendo, portanto, um fenômeno eminentemente sócio espacial”. Visto que é uma manifestação que possui uma relação com economia, espaço e pessoas, logo, nesse contexto, a ciência geográfica não deixaria de estudá-lo.

Com base no que afirma o autor, foi possível identificar que um dos interesses da Geografia no Turismo está relacionado ao deslocamento que vai além do processo oriundo de questões do cotidiano de cada pessoa. Outro ponto que chama a atenção dessa ciência para o turismo diz respeito aos impactos que essa atividade gera no espaço e podem ser “[...] destacados como efeitos multiplicadores do turismo, envolvem a esfera econômica, mas também a social, cultura, política e ambiental” (MACHADO, 2007, p. 73), isto é, o turismo é uma atividade que em seu desenvolvimento e em um determinado ambiente, atinge de forma positiva ou negativa, os elementos que neles estão intrínsecos, como é o caso do meio ambiente, local no qual essa atividade se insere de forma econômica (as receitas geradas por essa atividade) e socialmente (os impactos na comunidade e na geração de renda para esse público) (MACHADO, 2007).

Nessa perspectiva espacial, menciona-se que o turismo é uma atividade que transforma o espaço, visto que nesse processo, tal atividade precisa de uma série de equipamentos

(BARBOSA, 2005), além disso, o turismo “[...] necessita da existência de uma organização dentro do setor que promove as viagens e beneficia os locais receptores, pelos meios que utiliza e pelos resultados que produz” (BARBOSA, op. cit., p. 108).

A atividade turística expandiu-se em todo o mundo, devido ao surgimento de novos meios de comunicação e de transporte, contribuindo para um desenvolvimento significativo. Por meio dessas ferramentas, tornou-se possível a disseminação desses locais turísticos em todo o globo (através da *internet*), assim como a locomoção até os mesmos (FELIPE; CARVALHO; ROCHA, 2004c), com isso, “A evolução do Turismo está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento mundial” (RAMOS; COSTA, 2017, p.21).

Como ressalta Cruz (2006), essa atividade consome o espaço geográfico e é nesse espaço em que o mesmo se desenvolve, posto isso, de acordo com Melo (et al., 2009), esse processo conciliado ao crescimento econômico (que advém tanto do turismo, como de outras atividades) pode gerar ações que atingem o espaço geográfico, como por exemplo,

[...] valorização do espaço; aumento da dinâmica urbana; segregação espacial; conflito entre residentes e turistas; demanda por uma infraestrutura específica da atividade turística; aumento de oferta de postos de trabalho direto e indireto; formação de polos de desenvolvimento local etc. (MELO et al., 2009, p. 180).

Com isso, nota-se que o mesmo causa impacto de forma tanto positiva quanto negativa para uma determinada localidade. Enquanto contribuições positivas, tem-se o crescimento econômico, oriundo da renda gerada pelas contratações, inserção de infraestruturas como a de saneamento, entre outras. Como ponto negativo, surgem conflitos gerados por essa atividade, já que, por vezes, a população local não está de acordo com o tipo de turismo praticado, bem como os transtornos gerados pela mesma (MELO et al., 2009).

Além disso, foi possível perceber, com base na citação de Melo (et al., 2009) e no que foi observado em campo, o papel do turismo no processo de urbanização, pois ele dota uma área com infraestrutura viável para dar apoio ao desenvolvimento dessa atividade, como por exemplo, hotéis presentes em cidades do Polo Costa Branca, retratadas na Figura 4, oferecendo suporte às pessoas que almejam fazer turismo nessas áreas, bem como para outros fins.

O papel do turismo na produção do espaço enquanto atividade econômica tende a produzir ambientes propícios tanto para essa atividade quanto para outros fins (MELO et al., 2009; PARNREITER, 2018).

Figura 4- Hotéis em Mossoró , Tibau e Guamaré



Fonte: Acervo de Campo, 2019.

Nessa perspectiva, os espaços, assim tidos como espaços turísticos, para Cruz (1998, p. 33), representa “[...] aquela porção do espaço geográfico cuja produção está sendo determinada por uma participação mais significativa do turismo em relação a outras atividades”, sendo assim, esse denominado espaço foi aquele no qual em seu processo de produção, a atividade predominante foi o turismo.

Essa questão remeteu ao que foi observado em campo no município de Tibau, uma série de construções que são segundas residências, casas em condomínios localizadas próximo a praia e as dunas, atrativos utilizados para a prática do turismo, como é possível observar nas imagens da Figura 5.

Figura 5 - Condomínios e Residências no município de Tibau-RN



Fonte: Acervo de Campo, 2019.

No processo de produção de espaço para essa atividade citou-se as influências contribuintes para essa etapa (não apenas locais), o mundial também tem seu papel nesse momento (CRUZ, 1998). Sendo assim, nessa perspectiva, é necessário “[...] considerar o

conjunto de relações que desenvolve a atividade, bem como suas dimensões global e local” (CRUZ, 1998, p. 33).

Ao analisar o que foi mencionado, foi possível determinar que a inserção de equipamentos que compõem a atividade turística organiza o espaço de acordo com as funções que os elementos desempenham, assim como dão um novo significado de uso àquela localidade, porém, como menciona Carvalho (1983, p. 48),

A estrutura do espaço geográfico, isto é, a organização do espaço humanizado, para ser compreendida e analisada, requer conhecimento das várias atividades econômicas desenvolvidas pelos setores sociais, das políticas governamentais e dos movimentos sociais.

Diante disso, para uma melhor compreensão do turismo na produção de espaço, bem como sua organização, foi elaborado o tópico a seguir acerca do turismo dentro de um contexto do estado do Rio Grande do Norte.

4.2. Rio Grande do Norte e turismo

Para analisar de forma mais precisa o contexto econômico do Rio Grande do Norte, bem como o papel que o turismo tem nessa conjuntura, foi realizada uma entrevista com a subsecretária de Turismo do estado do Rio Grande do Norte (SUBSECRETÁRIA 1A)¹³. A entrevista continha perguntas tanto relacionadas à conjuntura econômica do estado, bem como questões associadas ao turismo no mesmo.

A primeira pergunta realizada à subsecretária foi se conseguiria identificar as atividades econômicas que contribuem para o contexto econômico do RN, além do turismo, e como o turismo se insere nessa conjuntura. A mesma identificou as seguintes atividades:

Além do turismo, temos várias atividades econômicas, dentre elas, a energia eólica no estado, hoje, reconhecida como uma riqueza devido à nossa posição geográfica favorável a ventos. Podemos citar a fruticultura, na qual exportamos uma boa quantidade de frutas; o sal marinho; o gás, que acabou diminuindo um pouco a sua produção, mas ainda tem sua importância para o estado, sem esquecer, é claro, a extração de petróleo, parte de mineração (SUBSECRETÁRIA, 2019).

Primeiramente a entrevistada mencionou o turismo, visto que o mesmo vem sendo considerado atualmente como a “[...] principal atividade econômica do estado pela questão dos serviços utilizados [...]” (SUBSECRETÁRIA, 2019), sendo assim, de acordo com a SETUR (2019), no ano de 2019 houve a realização de eventos em municípios do RN, como é o caso de Areia Branca, com a Festa do Atum, geradora de um grande fluxo de pessoas,

¹³ Identificação na Subsecretária no corpo do texto.

levando-se a crer que as mesmas fizeram uso de algum tipo de serviço que o município dispõe, vindo a movimentar a renda, além de dar uma maior visibilidade turística. Contudo, apesar do destaque dado ao evento realizado em Areia Branca, é necessário questionar se essa importância que o turismo possui está disseminado em todo o RN ou apenas em alguns municípios do estado, como em Natal (capital), tendo em vista que no Polo Costa Branca, com base nos dados analisados, o turismo não tem um papel tão significativo na economia.

Além dessa atividade, a então subsecretária citou também a energia eólica, presente em alguns municípios do Polo Costa Branca, como, por exemplo, Guamaré. Falou sobre a fruticultura no contexto de Mossoró; o sal, no espaço econômico de Areia Branca, Macau e Mossoró; a carcinicultura em Guamaré, como foi possível observar *in loco* e a atividade petrolífera (gás e petróleo) presente em Mossoró e Macau, entre outros municípios. Ao analisar a fala da subsecretária, ficou claro o papel das atividades ligadas ao setor secundário e terciário na economia potiguar.

Ao questionar a mesma de como o turismo se insere nesse contexto, foi possível identificar por meio de sua fala que o mesmo é uma atividade que consegue mesclar-se a algumas outras, já que as esferas desenvolvidas no estado, bem como no Polo Costa Branca, geram caminhos para a ocorrência do turismo de negócios, que, de acordo com a subsecretária (2019), foi um turismo atuante em Mossoró, pois garantia a esse município, uma renda oriunda da ocupação da rede hoteleira nos cinco dias da semana.

Além de analisar as contribuições dessa atividade para a economia do RN, é importante entender o seu impacto direto para a população através da geração de empregos, logo, foi inquirida a entrevistada o papel dessa atividade na geração de estabelecimentos e empregos na região, a mesma mencionou que “O turismo tem um papel relevante, apesar de não dispormos de números exatos, de acordo com a OMT, hoje, 11% dos empregos são gerados pela atividade turística em média, no mundo” (SUBSECRETÁRIA, 2019).

Com base nessa fala, concluiu-se que essa atividade desempenha um papel econômico importante, entretanto, como podemos medir exatamente essa relevância se não há um número exato de empregos e renda que essa atividade gera, visto que o dado mais preciso que a subsecretária citou é referente à Organização Mundial do Turismo? (OMT). Adquirir informações sobre o papel do turismo na economia potiguar de uma forma mais precisa é muito importante para ser ter uma noção e atestar o seu real papel enquanto atividade econômica, pois sem dados concretos torna-se difícil analisar com exatidão a conjuntura de empregos gerados por essa atividade.

Em seguida, a subsecretária (2019) citou um fato interessante do turismo, o que correspondeu aos empregos sazonais gerados por ele, visto que a SETUR, através de parcerias, capacita pessoas para atuarem no setor turístico que efetivamente trabalham em períodos de alta estação, porém, com a chegada da baixa estação, essas pessoas buscam novos meios de empregabilidade, inserindo-se em outros segmentos do mercado, em virtude disso, se reinicia a etapa de qualificação de novas pessoas. Além de gerar esses empregos sazonais que contribuem economicamente para as pessoas inseridas nesse quadro, durante o seu período de desenvolvimento, esse segmento, de acordo com a mesma, também interage e movimenta uma série de atividades econômicas associadas direta ou indiretamente que vão desde hotéis até postos de gasolina, isso contribui no fomento de geração de emprego e renda para a população local.

Além de tomar ciência sobre o seu papel na geração de emprego e renda, foi necessário observar como ocorre a sua espacialização econômica no estado, para entender se existem áreas as quais a mesma contribui mais, se comparadas a outras, foi indagado a subsecretária (2019), “De que forma essa atividade especializa-se economicamente no estado?”, a sua resposta foi que

Ainda é muito concentrado em Natal, na Grande Natal. Percebemos um pouco mais espalhado na região de Tibau do Sul, por Pipa, descendo pelo Sul. Agora, com a construção do grande empreendimento que vai ser em Baía Formosa, [...] é uma rede internacional de luxo e isso também vai gerar bastante postos de trabalhos, no que se refere à questão do turismo de lazer, no qual temos o maior fluxo de turismo na região de São Miguel do Gostoso, com Touros, principalmente, depois Gostoso, que também vem crescendo turisticamente[...]. Continuando pelo litoral, Galinhos também está despontando. A região de Mossoró, agora com a operacionalização do aeroporto, tem incrementado (SUBSECRETÁRIA, 2019).

Infere-se com base nessa fala, que o turismo de lazer no RN concentra-se em Natal e em áreas próximas, como é o caso de Tibau do Sul. Isso leva-se a crer que as receitas geradas por essa atividade se destacaram nesse espaço. Já os municípios de Galinhos e Mossoró (que fazem parte do Polo Costa Branca), ainda estão aflorando, portanto, notou-se que o turismo, espacialmente no contexto potiguar, concentra-se em determinadas áreas do Estado e não se dissemina em todo o território, acredita-se com isso, que as políticas de turismo foram direcionadas apenas para Natal e áreas próximas.

Em alguns momentos da fala da subsecretária (2019) foi possível notar que as várias regiões do RN possuem a capacidade de desenvolver o turismo em mais de uma modalidade, porém, é necessário que além da ação do poder público, também haja o papel da iniciativa privada, visto que

[...] turismo não é feito pelo poder público, o turismo é feito pelo setor privado, ao setor público cabe definir políticas, montar infraestruturas e fazer divulgação do destino, mas a parte de oferta do serviço é feita pelo setor privado [...]. (SUBSECRETÁRIA, 2019).

Ou seja, para o pleno funcionamento dessa atividade é necessário que haja uma articulação entre o Estado e o Setor Privado, pois o turismo precisa de ambos para desenvolver-se. No contexto turístico, a subsecretária (2019) mencionou os picos que em sua visão é a questão do sobe e desce dessa atividade, que é normal para a mesma, no entanto,

[...] a ideia é que ele tenha esse sobe desce, mas de uma forma crescente. Infelizmente, percebemos em nosso estado, nos últimos anos, que essa oscilação está cada vez mais acentuada, com picos de declives significativos, isso aí também atrapalha um pouco [...]" (SUBSECRETÁRIA, 2019).

Ou seja, nos últimos anos, o RN vem apresentando um crescimento irregular dessa atividade. É notável que o turismo no contexto potiguar, apesar de ser economicamente importante, concentra-se de forma mais precisa em determinadas áreas do Estado, isso ressalta a importância dessa atividade e sua concentração nessas áreas, já em outras regiões, esse turismo ainda está começando a surgir, devido ao seu papel não ser tão significativo.

Para analisar a conjuntura dos programas e políticas voltados para o turismo tanto no âmbito federal quanto no estadual, foi questionado a subsecretária como os programas: PNMT, PRODETUR-NE e Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, contribuíram para o desenvolvimento do turismo no Estado do Rio Grande do Norte:¹⁴

Primeiramente a subsecretária (2019) falou sobre o PNMT¹⁵, logo, o programa “[...] foi muito importante porque começou a despertar a conscientização de que os outros municípios também poderiam trabalhar o seu turismo além de sol e mar, sair de Natal”, ou seja, com isso, foi possível pensar no turismo além do litoral, orientá-lo para o interior do RN, além disso, mencionou que por meio deste, ocorreu um despertar das comunidades para o desenvolvimento dessa atividade.

Sendo assim, esse programa teve sua contribuição, mesmo com o surgimento de outras questões notórias, diz a entrevistada. De acordo com suas colocações, foi um ciclo que se fechou e um novo surgiu, mediante a instituição do Programa de Regionalização do Turismo, “A Regionalização veio bem dentro dessa ótica, desses slogans que existem, tipo ‘Juntos somos mais fortes’ [...]” (SUBSECRETÁRIA, 2019), ou seja, esse programa buscou a união das áreas para que pudessem desenvolver o turismo.

¹⁴ É necessário mencionar que, ao responder esse questionamento, a subsecretária pontuou contextualizando acerca de cada programa.

¹⁵ Mais informações acerca do PNT, PRT e PRODETUR, ver a seção 2 dessa dissertação.

Diante de algumas das colocações da subsecretária (2019), foi possível identificar que a regionalização criou um ambiente para que o turista, em determinado local, pudesse se deslocar a outros, em regiões próximas, para que esse consumidor não ficasse entediado e pudesse conhecer outros espaços, contribuindo para que a economia circulasse.

A subsecretária (2019) relatou que a principal vantagem desse programa foi “[...] que ele contribui para o desenvolvimento, possibilitou a diversificação da oferta e movimentou a economia [...]”. Conforme mencionado anteriormente, esse programa contribuiu para movimentar o turismo na região, não centrando apenas em um local, movimentando a economia oriunda dessa atividade.

Por fim, a mesma fez a contextualização do PRODETUR, esse programa, em sua visão, contribuiu para a visibilidade da região Nordeste, desta forma, mencionou que

O PRODETUR foi um programa muito interessante para o Nordeste como um todo, [...], foi uma via contrato de empréstimo com o Banco Interamericano, um programa voltado exclusivamente para o desenvolvimento do turismo [...] (SUBSECRETÁRIA, 2019).

Esse programa tinha seu foco destinado diretamente para o avanço dessa atividade na região Nordeste, o mesmo, com base na fala da entrevistada, ocorreu em duas fases. Na primeira, ou seja, PRODETUR I, foi destinado basicamente para a questão da infraestrutura como as reformas do Aeroporto Augusto Severo e no Parque das Dunas, entre outros, a mesma mencionou que “[...] O PRODETUR I foi Natal, apenas seis municípios: Natal, Parnamirim, Nísia Floresta, Tibau do Sul, Extremoz, Ceará Mirim [...]” (SUBSECRETÁRIA, 2019).

É notável que os investimentos desse programa aqui no RN ficaram centrados em Natal e áreas próximas a capital do estado. É importante questionar se isso não afetou o desenvolvimento dessa atividade nos outros municípios do RN, já que em sua fala, não foi possível identificar outras cidades fora do contexto das proximidades da capital potiguar.

Com base em colocações da subsecretária (2019), comprovou-se que os investimentos realizados na primeira fase do PRODETUR-NE tiveram um papel para impulsionar e atrair investidores para as áreas do Estado, mas, apenas infraestruturas não são ferramentas suficientes para um desenvolvimento adequado ao turismo, é preciso que haja instrumento de planejamento para que essa atividade venha a ser desenvolvida de forma eficiente no contexto ambiental, econômico e social. Por conseguinte, no PRODETUR II, surgiu nessa conjuntura, o PDIS. O primeiro instrumento desse tipo foi o do Polo Costa das Dunas, e com ele veio a necessidade de elaborar um Plano Diretor, essencial para municípios que possuem interesses

turísticos (SUBSECRETÁRIA, 2019). Destarte, os investimentos em infraestruturas, mais uma vez, concentraram-se nos municípios do PRODETUR I, os demais foram contemplados com ações para organização dessas atividades.

Esse programa, em suas duas fases, desempenhou um papel importante para o turismo potiguar, porém, percebeu-se com base no que foi mencionado, que os investimentos em infraestruturas de grande importância para o desenvolvimento do turismo ficaram centrados em Natal e municípios próximos, nos demais, foram realizadas ações que não estavam associadas à questão de estrutura turística, logo, é necessário questionar como isso impactou o turismo nessas áreas. Será que os municípios dos demais Polos não se sentiram importantes para o turismo potiguar, já que foi observado até o presente momento que o turismo não é uma atividade que gera muitas ocupações e estabelecimentos?

Continuando com a questão dos programas, menciona-se que, quando esse programa chegou ao fim, não foi feito, de acordo com a entrevistada, “[...] um terceiro contrato de empréstimo, surgindo o PRODETUR Nacional [...]” (SUBSECRETÁRIA, 2019). O PRODETUR do MTur era realizado via SICONV, de acordo com a subsecretária (2019), nesse contexto, cada região deveria ter seu PDITS, sendo assim, o Estado fez contratos com entidades para elaborar os mesmos, portanto, “[...] inicialmente revisou o do Costa das Dunas, e elaborou o do Seridó e do Costa Branca, isso lá em 2009 [...]” (SUBSECRETÁRIA, 2019).

Diante disso, a subsecretária (2019) mencionou que o PRODETUR Nacional era para ser um contratado de empréstimo, no entanto, para o RN, o mesmo não “[...] foi viabilizado [...]” (SUBSECRETÁRIA, 2019), entretanto, o Estado continuou a elaborar esses instrumentos de planejamento, posto que o PRT os exigia. Para obter-se mais informações sobre a contribuição deixada por esses programas para o desenvolvimento do turismo potiguar, foi questionado a entrevistada se existiam outros, assim como políticas tanto de ordem federal como estadual, que contribuíssem para o turismo no RN.

Nesse contexto, a subsecretária (2019) mencionou primeiramente o de ordem federal, que foi a questão do SICONV¹⁶. Esse sistema pode ser utilizado tanto para instituições privadas quanto para públicas (SICONV, 2017). Por conseguinte, no contexto potiguar, a entrevistada mencionou que os municípios, ao apresentarem propostas a esse sistema, não fazem uso do PDITS, ou seja, não pensam no turismo de forma integrada, visam apenas a si próprios, afetando o seu desenvolvimento. (SUBSECRETÁRIA, 2019).

¹⁶ “é uma ferramenta online que agrega e processa informações sobre as transferências de Recursos Federais para Órgãos Públicos e Privados sem fins lucrativos” (SICONV, 2017, n.p)

Com isso, ficou notável que as questões de unidade do Programa de Regionalização em alguns municípios não foram bem teorizados, ou foram ignorados, visto que no momento em que se desenvolve o turismo, é necessário que seja feito de forma conjunta entre os municípios para que ocorra o fortalecimento de um determinado Polo, frente à essa atividade.

Além desse sistema, também citou a EMBRATUR, responsável pela divulgação, instrumento fundamental para a expansão do turismo. Visto que esse instituto contribui para uma divulgação internacional do turismo brasileiro, que por sua vez, dá destaque ao RN. Outrossim, é necessário saber o papel do Estado para o desenvolvimento do turismo potiguar. Posteriormente, mencionou que na conjuntura estadual, tem-se a “[...] Secretaria de Turismo e a EMPROTUR, e com a EMPROTUR, participamos dessas feiras, divulgando o estado” (SUBSECRETÁRIA, 2019), ou seja, cabe ao setor público a questão da divulgação, infraestrutura e políticas.

Nesse contexto, a subsecretária (2019) citou também outra política do Estado que contribuiu para o desenvolvimento dessa atividade no RN, um programa denominado inicialmente de RN Sustentável, atualmente, Governo Cidadão, “[...] que é um contrato de empréstimo com o Banco Mundial [...]” (SUBSECRETÁRIA, 2019). De acordo com a subsecretária (2019), através do mesmo, foram realizadas uma série de ações, como a inserção do sistema de esgotamento sanitário nos municípios de São Miguel do Gostoso e Serro Corá, a sinalização dos Polos potiguares, além da elaboração dos PDITS dos Polos Serrano e Agreste - Trairí, bem como a execução do Plano Estratégico e *Marketing* Turístico do RN.

Com base nas respostas da subsecretária (2019), percebeu-se que esse programa desempenhou um papel relevante para a constituição do turismo no estado, visto que viabilizou uma série de ações que perpassaram a questão de infraestrutura, sinalização de polos, entre outras questões realizadas, graças a ele. A mesma ainda citou outras ações além das estaduais, posto que o estado possui uma associação com outras entidades, como a FECOMÉRCIO que contribui para a promoção do turismo no Rio Grande do Norte. Ao analisar as informações, é notável que o turismo potiguar dispõe de vários meios, tanto em âmbito estadual quanto federal, possibilitando o desenvolvimento dessa atividade no RN.

Questionou-se também sobre a forma de como eles beneficiaram o turismo no estado, a subsecretária (2019) declarou que o SICONV se dá através de ações de estrutura, Banco Mundial, por meio do Governo Cidadão, e que todas essas intervenções contribuem para a divulgação do RN frente à cadeia do turismo. É notável que no Estado existe a execução de uma série de programas, no entanto, é necessário entender se há investimentos financeiros dos mesmos e a sua distribuição. Tal questionamento foi feito a subsecretária (2019) que explicou

que os recursos do Banco Mundial, apesar de finalizados em maio de 2020, deveria ter existido um “[...] instrumento de planejamento atualizado e dados, mostrando qual é o resultado daquela iniciativa [...]” (SUBSECRETÁRIA, 2019).

Em virtude da presença de PDITS atualizado, a subsecretária (2019) mencionou que o município de Cerro Corá foi agraciado com investimentos de 15 milhões de reais, esse fato vem a se repetir em São Miguel do Gostoso, na ordem de 26 milhões.

Sendo assim, o RN contou com investimentos que contribuiriam para a inserção de uma obra de infraestrutura sanitária nos municípios de Cerro Corá e São Miguel do Gostoso, essa obra contribuir tanto para o turismo, bem como proporcionará uma repercussão social e ambiental positiva nesses dois municípios. No contexto estadual, a entrevistada citou que no investimento para a infraestrutura

[...] estamos com algumas limitações, tanto que o Estado está em situação de calamidade financeira desde o início do ano. As ações estão sendo praticamente naquele básico do estado, que é saúde, educação e segurança, e na parte de investimento, estamos com dificuldades, inclusive, para o próximo ano também não tem previsão de recurso na área de investimento (SUBSECRETÁRIA, 2019).

Ou seja, em virtude dos problemas que o Estado do RN vem enfrentando, os recursos de investimentos para a infraestrutura estão limitados, já que priorizam as questões de educação, saúde e segurança fundamentais para a sociedade potiguar, porém, tal fato leva a crer que essa recessão em investimentos impactou e impacta a atividade turística no estado, mas ainda há uma continuidade do trabalho no contexto de divulgação. Além disso, falou sobre um fato importante que é o da distribuição de recursos a que os mesmos são destinados, por exemplo, para as áreas que já detém uma estrutura turística para que não venha a se deteriorar, no entanto, isso gera um atrito entre as demais regiões e a Secretaria, por vezes, as pessoas não entendem essa circunstância.

Logo, percebeu-se em sua fala, que esses recursos foram distribuídos em certas medidas para as regiões e mantendo aquele espaço no qual o turismo é mais consolidado. De uma forma geral, foi possível observar que o turismo no RN possui políticas, programas e investimentos que contribuem para o desenvolvimento dessa atividade e que, apesar das limitações impostas, ainda realizam atividades direcionadas ao mesmo.

Além de analisar o contexto de políticas públicas, programas e investimentos, é necessário compreender a importância que os Polos do RN possuem para o desenvolvimento do turismo, em um contexto geral desse estado, bem como em um âmbito mais específico do Polo Costa Branca. Desta forma, foi questionado “Como o (a) senhor (a) descreve a importância dos Polos Turísticos para o turismo no Rio Grande do Norte?”

Acerca desse questionamento, a subsecretária(2019) mencionou que “Eles são bastante importantes porque têm a capacidade de agrupar diversos municípios, mas necessitam apropriar-se mais do papel de cada um, dentro do processo da regionalização”, ou seja, esses polos possuem uma importância, mas é preciso que cada município desenvolva e se aproprie da regionalização, visto que o Polo não cresce turisticamente sozinho.

Sendo assim, conclui-se que cada região, cada município deve realizar o seu papel, visto que não dá para depender constantemente da Secretaria de Estado, têm de adquirir autonomia para desenvolver o seu turismo, logo, a subsecretária (2019) acredita que por meio das IGRS, o turismo avançará, e ainda alerta que “Se os atores não se apropriarem do seu papel e da sua responsabilidade em 2021, correremos o risco de diminuir o número de nossas regiões turísticas” (SECRETÁRIA, 2019), isto é, se os municípios que compõem os Polos não se apropriarem e não realizarem o seu papel, isso terá uma repercussão negativa, uma região poderá chegar ao fim, portanto, acredita-se que nas cidades que fazem parte dessa região, o turismo será bastante impactado ou poderá chegar ao seu fim.

Inquiriu-se também à subsecretária se dentre os cinco Polos turísticos do estado há algum mais beneficiado pelas ações voltadas para o turismo em detrimento de outro¹⁷, para entender se algum Polo recebia mais atenção, investimentos, se comparado aos demais, logo, ela mencionou que “Não existe, mas não podemos deixar de dizer que, considerando as diferenças de cada região turística, algumas regiões têm necessidade de receber mais” (SUBSECRETÁRIA, 2019).

Em sua declaração, a entrevistada diz não haver predileção por um Polo, há apenas regiões que precisam mais de apoio financeiro que outras. Constata-se assim que essas áreas são as que já possuem um contexto turístico firmado e que precisam de investimentos para manter sua estrutura. Para somar com esse cenário, a subsecretária (2019) mencionou que, ao organizar um evento direcionado para o turismo, como é caso da FAMTUR, que busca atrair agentes de viagens para a sua realização, bem como para conhecer os atrativos de destaque do estado, logo, esse evento termina sendo realizado “[...] sempre na região do Polo Costa das Dunas, porque, tem a maior e melhor infraestrutura e o empresariado tem consciência disso, porque, quando o realizamos, é tudo na parceria [...]” (SUBSECRETÁRIA, 2019).

Os eventos que divulgam o RN para o Brasil ocorrem no Polo Costa das Dunas, um espaço possuidor de toda infraestrutura capaz de arcar com o mesmo, além de ter um setor privado consciente do papel desse evento.

¹⁷ No fim dessa questão ela mencionou “Respondi com relação ao detrimento, eu não uso detrimento, você tem que fazer as diferenças entende isso (SUBSECRETÁRIA, 2019).

É relevante entender o papel do Polo Costa Branca nesse contexto, posto isso, questionou-se: “Ao seu ver, qual o papel do Polo Costa Branca e sua importância no desenvolvimento do turismo?”, a mesma respondeu que

Ele é o nosso segundo Polo, sendo o primeiro, o Costa das Dunas. O Costa Branca ocupa essa classificação por ser porta de entrada, por ter aeroporto em funcionamento, por dispor de serviços turísticos, por ter um diferencial a oferecer, riquíssimos, desde a parte de negócios, como a parte de diversificação de atrativos, em um âmbito cultural. Quando realizamos palestras divulgando o Rio Grande do Norte, colocamos o Costa Branca como a região cultural e de negócio [...] (SUBSECRETÁRIA, 2019).

Diante disso, conclui-se que em virtude da infraestrutura dos atrativos que apresenta, o Costa Branca está ocupando o segundo lugar, divulgado como um espaço cultural e de negócios, uma modalidade presente no Polo, como poderá ser observado mais adiante (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2011a), além disso, o mesmo, de acordo com a subsecretária (2019), pode alavancar o turismo de Polos que compõem o RN, como o Serrano.

Na fala da entrevistada, esse polo tem uma importância relevante, mas será que isso realmente acontece na prática? É algo efetivo ou algo que não foi efetivado com tanto sucesso, se comparado a alguns municípios que compõem o Polo Costa das Dunas, como Natal (ESTADO DO RIO GRANDE DE NORTE, 2017)? Diante disso, questionou-se se esse ponto de vista é compartilhado pelos municípios integrantes do Polo Costa Branca, visto que é importante ter a visão das áreas que estão sobre a influência do mesmo, tal questionamento será respondido mais adiante.

Para finalizar, foi inquirido à subsecretária: “Atualmente, qual o papel da Secretaria de Estado de Turismo do RN desempenha para o desenvolvimento do turismo nos municípios desse Polo? Além da Secretária de Estado de Turismo, existem outros órgãos que tratam da questão do turismo no estado do Rio Grande do Norte? Quais?”

Com isso, discorreu ainda sobre a SETUR-RN, na qual a mesma trabalha com questões relacionadas ao desenvolvimento,

[...] exatamente coordenando a regionalização nesses polos, participando ativamente das reuniões dos conselhos, como forma de orientar-se, fazendo essa interlocução entre o Ministério do Turismo e os municípios, trabalhando mesmo diante das limitações financeiras. (SUBSECRETÁRIA, 2019).

Mediante a essa fala, a SETUR desempenha o papel de ponte entre MTur e os municípios, além de orientar os Polos no processo de regionalização, sendo norteadora para o

desenvolvimento do turismo no RN, logo, a secretaria tem um caractere de interlocução e exerce uma função na questão da infraestrutura.

Na ótica da subsecretária (2019), a SETUR concilia seus trabalhos com a EMPROTUR, que realiza parte da promoção do turismo, além disso, conta com a parceira do IDEMA, órgão que cuida também da questão ambiental do estado, secretarias que tratam da economia, além de alguns organismos governamentais, portanto, ela possui uma associação com órgãos que são importantes para o desenvolvimento dessa atividade. Além disso, existem outras entidades que contribuem para a promoção do turismo no estado, sendo uma delas, a Caixa Econômica Federal.

Com base no que foi mencionado, percebeu-se que os Polos são importantes para o contexto turístico do Estado, mas será que esse fato, essa visão também é compartilhada pelos demais Polos, mas especificamente o Costa Branca? Para analisar melhor essa questão, a próxima secção abordou a visão econômica, turística e de urbanização, com base em declarações feitas por representantes de cinco município do Polo Costa Branca, sendo eles: Mossoró, Macau, Guamaré, Areia Branca e Tibau.

4.3 Polo Costa Branca, economia e turismo: uma repercussão espacial

De acordo com Fernandes (2013), o turismo vem despontando de forma positiva na economia brasileira, tanto que, “[...] o turismo é responsável por uma parcela significativa das receitas arrecadadas no Brasil [...]. É também apontado como um potencial gerador de empregos e como setor que pode contribuir com a redução da desigualdade social” (FERNANDES, 2013, p.245).

Com base na fala da autora, inferiu-se a importância do papel do turismo para a economia do Brasil, porém, será que essa atividade se dissemina de forma igualitária em todas as regiões deste país? Será que nessas regiões o mesmo é uma importante atividade econômica, ou algo que ainda vem despontando? Qual o seu papel na produção de espaço, melhoria de infraestrutura das cidades, e o mais importante, qual a sua repercussão na geração de empregos? São perguntas que devem ser levadas em consideração, ao analisar economicamente o turismo para que não se criem ilusões ao olhar essa atividade por meio de uma ótica fantasiosa.

Posto isto, é importante entender o papel dessa atividade na produção de espaço e seu impacto na economia, em destaque a economia do Polo Costa Branca. Já foi observado nas análises feitas anteriormente por meio de Cruz (1988, 2006, 2007), Sánchez (1991), entre

outros autores, que o turismo é uma atividade que tem a capacidade de produzir espaço em sua realização, visto que emprega uma interação entre o homem e o espaço.

Portanto, no processo de produção do espaço, o ser humano organiza-o, de acordo com a finalidade que almeja naquela área, ou seja, vai dotar uma área de elementos que possam auxiliar no desenvolvimento de sua atividade (ANDRADE, 2017). Ainda na perspectiva desse autor, foi possível dissertar que, com o passar dos anos, a finalidade de produção de um espaço muda, tal fato dar-se em virtude das transformações as quais o mundo passa, principalmente no contexto do mercado econômico (ANDRADE, 2017).

Sendo assim, pode-se citar como exemplo, a economia potiguar que passou por um momento de crise em algumas atividades, como as salineiras e algodoeirias, e como resposta a esse momento, foram adotados outros seguimentos ligados ao setor terciário (FELIPE; CARVALHO; ROCHA, 2004c). Isso se leva a crer que o foco na produção de espaço para a economia foi direcionado às atividades do terciário, sendo elas, atividades de foco para superar a crise. Essa importância econômica pode ser visualizada nos dados analisados até o presente momento nos quais os ramos de serviços e comércio despontaram-se economicamente nos municípios que compõem o Polo, principalmente Mossoró (Figura 2).

Para analisar esse contexto econômico no Polo Costa Branca e entender a sua repercussão espacial, foram feitas entrevistas com os gestores e empresário ligados às áreas do turismo e finanças de 5 municípios: Mossoró, Areia Branca, Guamaré, Tibau e Macau¹⁸.

Ao analisar primeiro o contexto de Mossoró¹⁹, questionou-se ao entrevistado 1a (2019), responsável pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Agricultura e Turismo, acerca das atividades econômicas presentes no município, o mesmo respondeu que: “As principais, temos historicamente o setor petrolífero, fruticultura, calcário, setor salineiro, hoje somos um grande polo educacional, serviços e comércios.” (SECRETÁRIO 1A, 2019).

Algumas dessas atividades como as associadas ao sal, ao petróleo e aos ramos de comércio e serviços foram contextualizadas nos capítulos anteriores nos quais foi possível identificar o papel que cada uma delas desempenha no contexto de geração de vínculos e estabelecimentos no município de Mossoró, onde o ramo de comércio e de serviços exercem um papel importante para a economia do município. Foi possível notar por meio do campo,

¹⁸ A identificação de cada secretária visitada está presente no escopo APÊNDICE A deste trabalho.

¹⁹ Em Mossoró a entrevista foi realizada com duas pessoas, sendo eles, o secretário, e o responsável pela gerencia de turismo (ver se é assim mesmo)

que o centro de Mossoró apresenta uma dinâmica bem diversificada de estabelecimentos associados aos segmentos mencionados.

Concluiu-se com a fala do secretário 1a (2019), que o turismo não está dentre as atividades econômicas do município, portanto, questionou-se se o mesmo é uma atividade realmente importante ou é algo que ainda está surgindo no contexto econômico mossoroense, fato esse, dissertado com mais afinco no decorrer dessa seção.

Por conseguinte, a esse entrevistado, foi indagado, na mesma pergunta, como essas atividades contribuem para o crescimento econômico da área, sua resposta foi que em

Cada setor, ao seu modo, tem sua contribuição. Somos uma cidade polo, com isso, atraímos uma população flutuante muito grande que vem consumir aqui, que busca serviços. Por exemplo, com relação à educação, temos hoje cerca de 40 mil pessoas matriculadas no ensino superior, boa parte delas, de fora, dos municípios vizinhos, que veem morar aqui ou veem assistir as aulas e retornam logo após. Cada um desses setores tem uma cadeia produtiva. Você tem o setor de petróleo, por exemplo, tem desde empresas que fazem qualificação, que ministram os cursos técnicos exigidos, os prestadores de serviços, terceirização de mão de obra, alimentação, hospedagem. Então, cada um contribui em suas cadeias produtivas para a geração de empregos, geração de renda na cidade (SECRETÁRIO 1A, 2019).

Com base nessa fala, é notável que cada atividade realizada no município tem um papel para o crescimento econômico, posto que as atividades aqui desenvolvidas, como as ligadas ao setor da educação, bem como as associadas ao ramo petrolífero, geram uma cadeia de serviços e comércios que atendem a demanda gerada, propicia a produção de espaço, como por exemplo, edificação de residências em bairros próximos às universidades utilizadas pelos alunos que decidem morar em Mossoró. Assim, fica evidente que em seu desenvolvimento, a economia influencia a dinâmica espacial, social, econômica e ambiental de um determinado local (MÉNDEZ, 1997).

Ao realizar as mesmas perguntas ao secretário de turismo de Macau, o mesmo respondeu que “Basicamente a economia de Macau está baseada no sal, produção e exportação de sal e indústria extrativa do petróleo e alguma pesca, os pontos fundamentais são esses [...]” (SECRETÁRIO 1B, 2019). É patente que a economia desse município, com base nas atividades mencionadas, possui um caráter bem extrativista. A importância das mesmas na geração de estabelecimentos e vínculos, principalmente do sal, pode ser observada nas Tabelas 9 e 10, sobretudo, no contexto de extração. Um fato que chama a atenção que se assemelha ao caso de Mossoró, é a ausência do turismo, dentre as atividades econômicas, isso leva ao questionamento se o mesmo é atuante no município ou algo que ainda vem sendo pensado.

Nessa mesma pergunta, ao inquirir acerca de como essas atividades contribuem para o crescimento da área, sua repercussão na economia, seu papel na geração de emprego e renda, a vice-presidente da AMDESTUR (ENTREVISTADA, 2a, 2019)²⁰ mencionou que

A pesca já emprega muitos dos trabalhadores de Macau [...]. A pesca artesanal, a mariscaria e a pesca em alto mar, muitos se envolvem. Macau é uma cidade pesqueira [...]. E tem o sal que emprega uma quantidade grande de pessoas, já empregou mais, mas ainda emprega muito. Fora isso, não temos muitas coisas. Teve o petróleo que se extinguiu, apesar da nova venda da PETROBRÁS [...]. Circulava muita gente por aqui na época do petróleo, hoje, não mais. Há uma expectativa de energias renováveis, grande, tanto eólica quanto a solar, porém, ainda são apenas expectativas. Mas o que emprega hoje em Macau é a pesca, o sal, mas a indústria, não temos. Estamos querendo agora abrir um novo campo que é o turismo.

Diante desse posicionamento, foi possível identificar que a pesca e a atividade salineira exercem um papel no contexto da empregabilidade em Macau, isso vem a contribuir para o crescimento econômico local (ENTREVISTADA 2B, 2019). Porém, ao analisar os dados das Tabelas 11 e 12, constatou-se que a atividade associada de uma forma mais precisa ao setor da pesca não possuía uma contribuição tão significativa no número de vínculos e estabelecimentos, se comparado ao sal, que faz parte da paisagem do município, visto que ao entrar no município, é possível defronta-se com as salinas.

Um fato interessante a ser mencionado é a questão do petróleo, já que a entrevistada 2b (2019) mencionou que esse seguimento “extinguiu-se”, mas o secretário 2 b (2019) citou que, dentre as atividades, o petróleo ficou. Essa questão é controversa. Será que ainda existe ou não? Com base nas Tabelas 13 e 14, as atividades vinculadas ao contexto petrolífero não possuía nem um valor.

Entretanto, se essa atividade não estiver localizada mais nessa área, isso vem a impactar a economia local, pois a saída de uma empresa tende a afetar o comércio e os seguimentos associados ao mesmo, de forma direta e indireta. Apesar disso, tomando como base tal declaração do entrevistado 2b (2019), o município busca outros mercados para que possa manter a sua economia, como é o caso do turismo e as energias renováveis, tendo em vista que essa área tem uma grande aptidão para o desenvolvimento de ambas.

Em Guimarães, ao questionar a pessoa responsável pela Secretaria de Turismo, no que se refere às atividades econômicas presentes no município, mencionou que as mesmas eram “A pesca, a produção de energia eólica, petróleo, turismo e a agricultura [...]” (SECRETÁRIA 1C, 2019), essas atividades também foram citadas, com adição de mais algumas, pelo

²⁰ Em Macau foi também entrevista duas pessoas, uma responsável pela secretaria de turismo, e outra que fazia parte da AMDESTUR

responsável da Secretaria de Indústria e Comércio, Serviços, Energias e Projetos Especiais, sendo assim, o mesmo mencionou que

Em Guamaré, temos as principais atividades econômicas, tais como a agricultura, o setor de serviços, indústria e comércio. Na indústria, temos, muito forte, a presença da PETROBRÁS, e um polo onde funciona a refinaria, o Clara Camarão. Ali, o petróleo é transformado em derivados (gasolina, óleo diesel e querosene de aviação). Na parte de pesca, temos a carcinicultura, também muito presente na região, que é apenas para a criação de camarão e a venda do camarão *in natura* que não é beneficiada ainda. Nosso comércio é bastante diversificado. Temos redes de supermercados, comércio de varejistas, de um modo geral; comércio de materiais de construção, açougue, padaria, um comércio bem diversificado. Muito forte é o setor público que emprega também muitas pessoas. Na agricultura e na pecuária, nós temos diversos assentamentos do município que contribuem para a produção de frutas, verduras, legumes e alguns cereais, como feijão e milho (SECRETÁRIO, 2C, 2019).

Em Guamaré, destaca-se o contexto petrolífero bem atuante nesse município. Essa característica está presente na paisagem do mesmo, visto que foi possível observar *in loco*, na entrada da cidade, áreas direcionadas para esse contexto. Além disso, com base nos dados analisados, colhidos por meio do RAIS, constatou-se que o petróleo ainda emprega um número significativo de pessoas, apesar das quedas que veem apresentando.

Como base no discurso de ambas, é possível identificar que a economia de Guamaré possui uma base econômica diversificada, pois tem atividades tanto petrolíferas quanto ligadas ao ramo da carcinicultura (Figura 6), que por meio do campo, foi detectado que a mesma é bem presente no município.

Figura 6 - Viveiro de Camarão em Guamaré-RN



Fonte: Acervo de Campo, 2019.

No quesito comércio, Guamaré, com base nos dados analisados, apresentou um contingente expressivo de estabelecimentos e vínculos nessa esfera, bem como a de serviço, como é possível observar nas Tabelas 4, 5, 6 e Figura 2. Com relação à pergunta que se refere

à questão de como essas atividades contribuem para o contexto econômico da área²¹, o secretário 2c (2019) respondeu o seguinte:

Todas deixam a sua contribuição para o crescimento econômico da região, principalmente na área de petróleo, onde temos os salários mais altos e tal. Essa área contribui muito na movimentação do comércio local. Como um todo, o comércio de roupas, lanchonetes, hotéis, bares e restaurantes, então, essa é a contribuição que é dada. Quanto ao camarão, é mais a questão do emprego direto, ofertado nas fazendas com viveiros de camarão (SECRETÁRIO 2C, 2019)

Diante disso, confirma-se a importância da economia no ramo petrolífero para a conjuntura econômica do município de Guamaré, visto que o mesmo movimenta uma série de esferas do comércio, desde empreendimentos associados ao vestuário, até alojamentos (Figura 4). Isso contribuiu para a produção do espaço desse município, pois foram edificadas áreas que atendem a essas necessidades, áreas essas com uma certa relação e proximidade, como por exemplo, aquelas nas quais se concentram hotéis e restaurantes.

Outras atividades citadas pela secretária 1c (2019) foram a eólica e o turismo. Isso é um fato que chama a atenção, uma vez que, dentre esses municípios analisados anteriormente, Guamaré foi o primeiro a ter o turismo mencionado entre as atividades econômicas presentes em sua área, no entanto, questiona-se o real papel dessa atividade no crescimento econômico e produção espacial de tal município, questão essa que será analisada mais adiante.

Ao fazer as mesmas perguntas ao responsável pela Gerência de Turismo de Areia Branca (GERENTE 1D, 2019), ele mencionou que as atividades econômicas presentes nesse município e seu papel no crescimento econômico da área, dá-se da seguinte forma:

O sal é preponderante aqui, o mesmo foi a primeira fonte de economia da cidade, a cidade foi construída em torno das salinas, não o contrário, não foram as salinas que foram construídas em torno da cidade. Primeiro chegou o sal e em razão do sal é que a cidade foi se povoando, foram chegando os primeiros moradores, então o sal é a mola propulsora da nossa economia, depois dele, vem o petróleo e a pesca. A pesca, mas gostaria de enfatizar o Atum, que está em ascensão aqui, tem tido uma elevação muito grande. Para se ter uma ideia, 70% da produção do Atum do Brasil está no Nordeste, e desse total, 60% está aqui em Areia Branca, assim, temos uma representação bastante significativa do pescado do Atum. Diante dessa realidade, criamos um evento voltado para esse pescado. E os parques de energias limpas, a solar, a eólica que vieram a somar com a economia da cidade, tudo isso são fontes de economia da nossa cidade, além do turismo que não pode ser esquecido. Comitantemente a tudo isso, o turismo também faz parte de toda essa fonte de economia, pelos 42 km de litoral que o município detém, pelas naturezas diversas. [...] Para termos uma ideia, dispomos de uma diversidade de atrativos, visto que se tem dunas de sal e dunas de areia, temos rios e mar, vegetação litorânea, vegetação de mangues, possuímos vegetações de caatingas que se unem ao mar. O único lugar do mundo onde o sertão encontra o mar é em Ponta do Mel. (GERENTE 1D, 2019).

²¹ Esse questionamento foi respondido apenas pela secretária 1c

Ao ser questionado sobre as mesmas questões, o secretário 2d, responsável pela Secretaria de Gestão Orçamentária e Financeira, respondeu da seguinte maneira: “O sal, as salinas, também temos o Atum (exportado) e as eólicas” (SECRETÁRIO 2D, 2019) são as atividades econômicas presentes no município, já o papel das mesmas para o crescimento econômico, de acordo com esse entrevistado, acontece “Através de impostos, ISS²², voltados para o município” (SECRETÁRIO 2D, 2019).

Com base na fala dessas duas pessoas, principalmente o Gerente 1d (2019), constatou-se que o município, dentro de um contexto econômico, possui uma ligação muito forte com a atividade salineira, bem presente na geração de estabelecimentos e vínculos, como foi observado nas Tabela 12 e 13.

De posse dessas informações, é possível entender que a atividade salineira contribuiu no processo de povoamento, como foi mencionado, visto que por meio desta, começou o processo de crescimento populacional de Areia Branca (que será explanado mais a frente). Tal fato contribuiu para a urbanização da cidade, pois essas pessoas construíram casas, mercados, entres outros seguimentos que atendiam às suas necessidades.

Os entrevistados mencionaram a pesca (GERENTE 1D, 2019; SECRETÁRIO 2D, 2019), que com base nas Tabelas 13 e 14, apresentavam valores no contexto da pesca em água salgada, principalmente nos anos de 2010 e 2015, em empregos e empreendimento. A pesca do atum foi destaque na fala dos dois entrevistados, visto que, de acordo com o gerente 1d (2019), 60 % desse pescado, dentre os 70% produzidos na região Nordeste, encontra-se em Areia Branca, isso enaltece a importância dessa atividade na economia, o que ocasionou a criação de um evento direcionado para a prática.

Além dessas, tem-se as práticas ligadas ao petróleo, a de energia solar e eólica, o turismo e os atrativos naturais que, de acordo com os entrevistados de Areia Branca, contribuem para o desenvolvimento desse segmento econômico.

No que tange o município de Tibau, o responsável pela Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, ao ser questionado acerca das atividades presentes no município, expôs que,

Uma das atividades econômicas mais fortes aqui em Tibau é a Construção Civil. É uma construção permanente tanto de casas de veraneio como de condomínios. Na ponta do lápis, temos a clareza que hoje a construção civil contribui mais para economia de Tibau do que propriamente o turismo, estando assim em primeiro lugar. Temos também o terceiro setor da economia que se sobressai e dispomos de uma parte interessante aqui da Agrícola Famosa, que é a agricultura, sendo que aquela região se divide em três municípios. Temos a parte que está no território de

²² Imposto Sobre Serviço (SECRETÁRIO, 1E, 2019)

Tibau, outra em Icapuí-Ce, e outra em Mossoró, mas, de qualquer forma, geram bastante empregos também para Tibau (SECRETÁRIO 1E, 2019).

Diante disso, vê-se que a base econômica de Tibau gira em entorno do ramo da Construção Civil, bem atuante para edificações de casas e condomínios, como está retratado na Figura 7, cuja finalidade é voltada para o veraneio, além disso, esse ramo supera, economicamente falando, o turismo nesse município. É notável o papel do veraneio em Tibau, já que mobiliza um processo que atende à demanda dos veranistas, contribuindo para a economia local.

Figura 7 - Casa de Veraneio em Tibau



Fonte: Acervo de Campo, 2019.

Destacam-se também, com base na fala do secretário 1e (2019), os ramos associados ao terceiro setor, o comércio e serviços (CLARK 1940 apud MENDEZ, 1997), utilizados para a prestação de serviços das pessoas locais e terceiros, como exemplos, os veranistas, em reforma de residências, compra de algo que necessitem, consumo de alimentos, como está retratado nas duas imagens da Figura 8.

Além dessas atividades, Tibau conta com a agricultura oriunda de uma empresa instalada tanto nesse município quanto em Mossoró e Icapuí-Ce. Nesse contexto, ao ser inquirido sobre como essas atividades contribuem para a economia de Tibau, o secretário 1e (2019) mencionou que no contexto da construção civil as contribuições dão-se pelo pagamento de Impostos Sobre Serviços (ISS), e o terceiro setor (comércio e serviços), por meio de alvará de licença.

Figura 8 - Comércio em Tibau-RN



Fonte: Acervo de Campo, 2019.

Nesse contexto, o mesmo ressalta que

[...] hoje, temos a clareza, através de pesquisas que realizamos na Secretaria de Tributação, que 97 % dos empreendedores do município negligenciam o pagamento dos impostos, alvarás de licença para o funcionamento. O setor deveria contribuir muito para a receita própria do município, mas lamentavelmente existe essa inadimplência exagerada (SECRETÁRIO 1E, 2019).

Com base nessa fala, percebeu-se que a contribuição do terceiro setor e da construção civil dar-se através de pagamentos de impostos, apesar de não ser efetuado pelos empresários de Tibau que horam com os seus deveres tributários, isso afeta o desenvolvimento econômico no município. Além do que foi mencionado, o secretário em questão citou que o município recebe contribuições indiretas de outras atividades, como é o caso da

[...] equipe da energia eólica, não dispomos da produção de energia eólica em Tibau, mas quando estão muito em evidência, ou seja, instalando novas torres, alugam pousadas, fazem suas refeições, vez por outra procuram a Secretaria de Tributação,

em busca de algum documento [...] assim, acabam contribuindo financeiramente para a receita própria do município. O mesmo fato dar-se com os *royaltes*, os *royaltes* de Tibau são significativos para o tamanho do município, se levarmos em consideração que somos um município de coeficiente de 0.6, a menor cota de FPM do país, e quase 100 % dos municípios do Brasil não dispõem da receita que o pequeno município de Tibau tem. Temos hoje uma receita somente vinda dos *royaltes*, em torno de 800 mil reais ao mês. Isso tem favorecido muito a gestão das políticas públicas desenvolvidas [...] (SECRETÁRIO 1E, 2019).

Outra questão econômica que se destaca em Tibau é o pagamento dos *royaltes* do petróleo, apesar de Tibau não produzir esse recurso (GUEDES, 2010; SECRETÁRIO, 1E, 2019), essa compensação está associada “[...] ao risco de possíveis impactos ambientais que podem efetivamente ocorrer com a extração realizada em Guamaré” (GOMES, 2013, p. 94)

Na perspectiva da agricultura, o mesmo mencionou que

Da Agricultura, a relação que temos hoje com a Agrícola Famosa é uma relação muito estreita porque na época da colheita, cerca de 5 mil pessoas são contratadas pela empresa, as mesmas são atendidas pela Secretaria de Saúde do município, são pessoas que veem morar no município, que contribuem no aumento do nosso contingente populacional [...] (SECRETÁRIO 1E, 2019).

A primeira contribuição diz respeito às pessoas que trabalham na empresa Agrícola Famosa, que, em alguns casos, passam a residir no município, contribuindo assim para a economia local através do consumo dos serviços ofertados em Tibau, além das pessoas dessa área que são contratadas (SECRETÁRIO 1E, 2019). A segunda dá-se através dos impostos que “[...] é muito pouco [...]”, segundo o secretário 1e (2019).

Com base nas informações colhidas, observou-se que a economia dessas áreas possui uma forte ligação com a questão do petróleo, do sal, da pesca, da agricultura e de energias renováveis, além disso, foi citado o turismo, apesar de não ser expressivo em todos os municípios. Sendo assim, a fim de entender melhor o papel do turismo e sua importância na economia desses municípios, foram levantadas as questões: “Como o turismo se insere dentro desse contexto econômico? Ele desempenha um papel importante na economia do município?”

Ao ser questionado acerca desse contexto, o secretário 1a (2019) do município de Mossoró mencionou que comumente as pessoas tendem a considerar o turismo como uma atividade ligada ao passeio, ao lazer, por exemplo, ida às praias, mas essa atividade vai muito além, como é caso do turismo associado aos negócios.

Essa modalidade é muito realizada em Mossoró, uma vez que há um “[...] trânsito frequente de milhares de pessoas, como representantes comerciais, advogados, médicos, que realizam o turismo de negócios [...]” (SECRETÁRIO 1A, 2019). Nesse contexto, continuou mencionando que

O único voo que detemos na cidade, o voo diário da Azul, praticamente, todo é ocupado por passageiros corporativos, inclusive é um pleito nosso junto a essa empresa, aumentar a oferta de voos, para ver se conseguimos trazer mais turistas de contemplação, de passeio [...] (SECRETÁRIO 1A, 2019).

Ou seja, a grande maioria dos ocupantes desses voos realizados pela empresa são pessoas ligadas ao contexto empresarial, isso leva a crer que os mesmos são realizados pelo Turismo de Negócios, visto que Mossoró “[...] por sua característica econômica, possui grande vocação para essa tipologia [...]” (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2011a, p. 76). Entretanto, o Secretário 1a (2019) vem solicitando a Azul (empresa aérea) para aumentar os números de voos, com o objetivo de atrair pessoas que venham realizar outro tipo de turismo, como o caso do de Contemplação.

Mas é o Turismo de Negócios, a modalidade atuante no município, uma vez que, de acordo com o secretário,

[...] possuímos bons potenciais para esse tipo de turismo, na questão dos eventos: a Expofruit, a FICRO, a Festa do Bode, são todas feiras comerciais que atraem pessoas de fora, quem vem para o turismo de negócios. Esse público se hospeda, abastecem carros, se alimentam, eventualmente compram alguma coisa por aqui, fora da fera. Sem contar, nos negócios gerados na própria fera, então o turismo de negócios e de eventos é o nosso principal indutor de turismo, para a circulação de pessoas (SECRETÁRIO 1A, 2019).

O Turismo de Negócios e de Eventos são as principais tipologias de turismo atuantes em Mossoró que repercutem na economia local na constituição de novos negócios e no consumo dos equipamentos presentes na área.

Ciente do papel importante que esse ramo desempenha na economia do município, o secretário 1a (2019) mencionou que o Turismo de Passeio ainda não é importante, porém, tem um “[...] potencial para ser, mas não é [...]” (SECRETÁRIO 1A, 2019).

Com base nessa fala, é possível afirmar que o turismo de contemplação²³ e de passeio não têm um papel significativo na economia de Mossoró, pois o município não possui uma quantidade significativa de atrativos, com isso, notou-se um pouco da ausência do setor privado no que diz respeito ao processo de fomento do turismo na economia dessa cidade, o que pode impactar de forma negativa essa atividade, visto que, para o seu crescimento, é necessário que o setor ofereça em seus equipamentos, atrativos para que torne o espaço chamativo para os turistas.

²³ Creio que ao secretário mencionar “turismo de contemplação”, o mesmo se referiu ao turismo de lazer.

Ao questionar como esses ramos contribuem na geração de empregos²⁴, o secretário 1a mencionou que o mesmo poderia gerar mais empregos se

[...] tivéssemos mais produtos turísticos. Por exemplo, hoje, duas salinas se organizaram para visitação turística, e já podem empregar mais pessoas, do que empregavam anteriormente, é muito pouco, mas estou dando um exemplo. Temos em Mossoró apenas duas empresas de receptivo, se conseguíssemos aumentar a quantidade de turistas de passeio, poderíamos ter mais empresas de receptivo [...] (SECRETÁRIO, 1A, 2019).

Na questão da geração de empregos, o turismo tem certo papel, principalmente nas atividades vinculadas a alojamentos e alimentação, como foi possível perceber com base na Tabela 8, que por vezes são usados por pessoas que estão na cidade a negócios, melhor dizendo, praticando o turismo de negócios, posto que o mesmo contribui no consumo dos serviços ofertados, por exemplo, hotéis, restaurantes e bares, citados pelo secretário de Mossoró.

É notável nessa fala que a cidade precisa de um número maior de turistas, gerando assim mais empregos para as pessoas que residem nesse espaço, por isso, é imprescindível que esse ambiente seja diversificado com eventos que se apropriem mais dos atrativos que possuem, criem novos espaços voltados para essa atividade para que o turista visite-os e disponha de ambientes para conhecer no decorrer de sua estadia.

Ao questionar como o turismo se insere no contexto econômico de Macau, e se ele desempenha um papel importante na economia desse município, a entrevistada 2b (2019) responde primeiramente, que,

O turismo movimentada toda a economia, não apenas a pontual, mas interfere em toda a economia do município. É um grande gerador de empregos [...], estamos começando um projeto turístico de base. A AMDESTUR, [...] escolheu um turismo que será protagonizado pela população [...] (ENTREVISTADA 1B, 2019).

Com base na fala da entrevistada, é possível identificar que o turismo em Macau não é uma atividade econômica efetiva, pois ainda está em desenvolvimento, crê-se que essa modalidade não é tão efetiva na economia dessa cidade, porém, a AMDESTUR vem planejando seu crescimento em Macau, onde serão realizadas com as pessoas residentes desse município.

Ela mencionou a importância do turismo para economia, já que é uma atividade que tem um impacto direto, como por exemplo, através da utilização de meios de hospedagem de forma indireta, e por meio de um determinado fornecedor de material para os restaurantes, vindo a usufruir dos lucros gerados por essa atividade através de um maior consumo,

²⁴ Essa resposta também complementa a resposta da questão 5.

proporcionando o pagamento do seu produto, tal fato vem a contribuir para a dinamização econômica local.

Acerca dessas perguntas mencionadas acima, o secretário 1b (2019) considera que

O turismo é o fator de geração de empregos diretos, além dos indiretos que gera em um mercado alternativo. O hotel precisa de camareiras, os restaurantes, de garçons, cozinheiros, enfim, gera empregos, faz movimentar a economia porque as pessoas irão consumir e os funcionários irão ganhar dinheiro para comprar coisas. Está comprovado que alguns municípios do Rio Grande do Norte ascenderam economicamente por causa do turismo [...].

Através das referidas considerações, o secretário 1b (2019) ressalta e complementa o que a entrevistada 2b (2019) mencionou acerca do papel do turismo na economia. Ambos falam sobre essa dinâmica, já que o turismo contribui para a geração de renda destinada tanto para o proprietário do hotel quanto para os funcionários e demais pessoas envolvidas no ramo do comércio, assim, todos ganham com isso. Porém, em Macau, de acordo com o secretário 1b (2019), enquanto atividade econômica, o turismo ainda é algo distante, todas as vias estão trabalhando para que essa atividade venha ser presente na localidade, almejam realizar no município a modalidade do ecoturismo, já que a cidade “ [...] ambientalmente está extremamente bem preservada, não tem indústrias poluidoras, [...], digamos, é um nicho de mercado que será interessante [...], é isso que estamos acreditando e vendendo [...]” (SECRETÁRIO 1B, 2019).

Além disso, elucida o tipo de turismo que se desenvolve em Macau, que é o ecoturismo, posto que o município apresenta um ambiente propício para essa atividade. Nessa conjuntura, a entrevistada 2b (2019) ainda comenta que além do ecoturismo, tem-se também ambientes propícios para o turismo de aventura e o de observadores de pássaros, graças às características ambientais físicas que o município apresenta, possibilitando o desenvolvimento dessas atividades.

Nessa perspectiva, ao serem questionados a respeito do papel e da importância do turismo para a economia do município, os entrevistados fizeram algumas considerações importantes. O secretário 1b (2019) declarou que “Ainda não. Sejamos realistas, temos tentado para que o turismo venha a contribuir para o desenvolvimento econômico da cidade”, para ele, o turismo ainda não é uma atividade econômica importante, mas buscam meios para que ele ganhe um papel significativo na conjuntura econômica da cidade. Já a entrevistada 2b (2019), mencionou que “[...] potencialmente ainda não [...]”, mesmo a cidade possuindo um turismo cooperativo, resultante do fluxo de pessoas que vem a trabalho e consomem os serviços, realizando o turismo de negócios (hospedagem, restaurantes etc.) continuam em

busca de outros turistas, no caso, o de final de semana, para movimentar o contexto turístico local. Portanto, é necessário que o município atraia um fluxo diferenciado de turistas que venha a consumir mais e mais os serviços e os elementos que essa área possui.

Ao questionar a secretária 1c sobre como o turismo se insere no contexto econômico do município de Guimarães, ela respondeu que o mesmo se insere em quase todos os setores “[...] que hoje funcionam bem na economia” (SECRETÁRIA 1C, 2019), desde da atividade da pesca, no qual

[...] Guimarães tem um potencial muito grande e revende todo o pescado obtido para outros municípios do Estado, e até mesmo fora do Estado, no camarão, na carcinicultura, [...] todos esses são produtos que são consumidos e inseridos na cadeia do turismo, e aqui são explorados comercialmente (SECRETÁRIA 1C, 2019).

É notável, com base nessa fala, que o turismo é uma atividade dinâmica que pode estar presente desde as atividades como a pesca, que trata de produtos inseridos na cadeia turística por meio do segmento de alimentação, assim como elementos do ramo de hotelaria, uma vez que, atualmente,

Guimarães tem mais de 600 leitos, são cercas de 20 meios de hospedagem, inclusive a maior parte com CADASTUR que são reconhecidos pelo Ministério do Turismo. Então, essa atividade implanta-se no comércio local, na medida em que temos aí um Carnaval muito forte e grande, e algumas festas religiosas que compõem o calendário de eventos. Logo, sentimos um determinado aquecimento no comércio local. Então o turismo se introduz, num mínimo em 6 categorias de serviços (SECRETÁRIA, 1C, 2019).

Diante disso, destaca-se Guimarães, possuidor de 20 meios de hospedagem (Figura 4), algumas delas reconhecidas pelo CADASTUR, constituindo, de acordo com o Ministério do Turismo, um “[...] cadastro dos prestadores de serviços turísticos que tem o objetivo de reunir todos aqueles que estejam legalmente constituídos e em operação” (BRASIL, 2015, n.p).

A repercussão desses meios de hospedagem reverbera tanto na economia como no espaço, uma vez que a construção de edificações de hospedagens dá um novo sentido ao uso daquele solo, bem como insere uma característica na paisagem do município.

Essa mesma pergunta foi feita ao secretário 2c (2019), o mesmo respondeu que

Durante muito tempo, o turismo em Guimarães foi voltado para negócios, era o turismo que atendia as empresas que trabalhavam no Polo, para a PETROBRÁS. Atualmente, o Turismo de Guimarães é realizado mais por pacotes de contratação direta com os hotéis e pousadas.

O turismo de negócios em Guimarães imperou por muito tempo em virtude da atividade econômica petrolífera desenvolvida nessa região, porém, esse segmento da economia ganha mais um perfil no contexto atual que dar-se através dos pacotes de contratação.

Ao serem questionados se o turismo desempenha um papel importante na economia, responderam que:

Sem dúvida, o turismo [...], não movimenta uma fatia muito significativa de negócios, mas a pequena porção que movimenta é importante, principalmente o turismo de negócios. Essa modalidade em Guimarães funciona bem de segunda a sexta-feira, as pousadas são ocupadas em cerca de 70 % dos seus leitos, devido a esse turismo de negócios que o município possui (SECRETÁRIA 1C, 2019).

Com base nessa fala, pode-se mencionar que o turismo não é uma atividade que movimenta a economia de forma grandiosa, no entanto, tem o seu papel nesse contexto, ou seja, é uma atividade que já possui uma certa afixação no município por meio da modalidade de negócios, mas vem ganhando mais espaço no contexto local. É necessário ressaltar o papel do turismo de negócios, posto que a secretária 1c (2019) mencionou que é uma modalidade que “[...] funciona bem de segunda a sexta-feira, as pousadas são ocupadas em cerca de 70 % dos seus leitos [...]”, logo, no contexto econômico dessa atividade, o turismo de negócios desempenha um importante papel.

O secretário 2c (2019), acerca dessa pergunta mencionou que

[...] o turismo sempre é uma atividade importante, principalmente numa região como a nossa, uma região litorânea [...], um local onde temos praias inexploradas, ainda pouco habitadas, no qual o turista realmente se sente bastante atraído por essas belezas naturais.

Para esse entrevistado, o turismo é um segmento importante, especialmente em uma região que, segundo ele, é dotada de belezas que são atrativas para os turistas. De acordo com suas colocações, o turismo tem a sua importância na economia de Guimarães, apesar de não ser grandiosa, pode mudar positivamente, caso o município proporcione uma visibilidade maior para essa atividade.

O gerente 1d (2019), ao ser interpelado a respeito de como o turismo se insere dentro desse contexto econômico e se o mesmo tem um papel importante na economia de Areia Branca, respondeu que o município sobrevive das atividades mencionadas

[...] sobre tudo, também do turismo, mas, em fases muito pontuais, sazonais. Existem os períodos de picos em que alavancamos muito mais essa atividade, que dar-se através dos eventos consolidados, entretanto, o mesmo tem um papel fundamental na economia local. [...]. Os restaurantes ganham muito com isso, as pousadas, os hotéis os equipamentos de hospedagem como um todo, e cada vez mais observamos que os equipamentos de hospedagem vêm surgindo [...] acreditamos que os empreendedores não estariam investindo em equipamentos de hospedagem se

não acreditassem na gestão turística, [...] isso é tão bom para nós, quanto para eles. (ENTREVISTADO 1D, 2019).

Com base na argumentação, percebeu-se que as atividades econômicas mencionadas por ele na pergunta tem um papel importante na economia de Areia Branca, porém, de acordo com o mesmo, o turismo também protagoniza um papel relevante nesse contexto, apesar de ser mais representativo em períodos de eventos que a o município realiza e isso afeta toda a economia, como por exemplo, os seguimentos de alimentação e hospedagem nos quais o último vem apresentando um crescimento com o passar dos anos.

Essa visão também é compactuada pelo secretário 2d (2019), uma vez que mencionou ser “[...] através do turismo que os comerciantes vendem mais, os hotéis e pousadas têm lucro, e assim desenvolve mais a cidade [...]”

É perceptível que para os entrevistados de Areia Branca, o turismo é uma atividade que possui uma representatividade na economia dos municípios, mas, com base nos dados analisados, foi comprovado que o mesmo não possui uma expressividade tão significativa na geração de estabelecimentos e vínculos, se comparado às demais atividades presentes no município em questão.

O secretário 1e, ao ser inquirido acerca do papel do turismo no contexto econômico atual de Tibau, fez uma explanação muito interessante na qual mencionou que o turismo no município está muito restrito à questão do sol e mar, logo, “[...] A oferta turística do município, por hora, ainda é muito limitada. Temos uma questão que é a falta de empreendedorismo por parte das pessoas que compõem o trecho turístico de Tibau [...]” (SECRETÁRIO 1E, 2019), visto que, de acordo com o secretário, há uma dependência da prefeitura do município para essa atividade, porém, o setor privado deve exercer o seu papel, não esperar de forma demasiada pela esfera pública.

Portanto, o secretário também mencionou que

[...] quanto ao poder público, também enfatizamos o seguinte: o turismo é uma atividade econômica da iniciativa privada, tem três funções que cabem ao poder público, a infraestrutura turística, a questão da divulgação do município e a capacitação de pessoas [...] (SECRETÁRIO 1E, 2019).

É possível identificar, com base nessa argumentação, que o turismo em Tibau está muito associado ao contexto de sol e mar, e isso afeta a dinâmica turística da cidade, pois, por vezes, apenas um elemento não consegue manter o turismo na região, portanto, é importante diversificar, criar outro espaço, outros atrativos, como o próprio entrevistado afirma “[...] a oferta turística de Tibau ainda é muito limitada [...]” (SECRETÁRIO 1E, 2019). Porém, esse

cenário está em vias de mudar nesse município, visto que já tem planos para a criação de um mercado de artesanato, segundo o secretário 1e (2019), vindo a ser um espaço econômico, bem como um atrativo turístico dessa área.

Além disso, também foi questionado se essa esfera desempenha um papel importante na economia de Tibau, primeiramente, ele diferenciou o turismo do veraneio, afirmando que

O veraneio tem desempenhado um papel fantástico, isso é histórico em Tibau, mas em um período muito limitado, considerando a questão da sazonalidade que aqui é muito forte. Durante o ano todo o quantitativo de visitantes, principalmente turistas, é muito difícil de chegar a Tibau (SECRETÁRIO 1E, 2019).

Sendo assim, o entrevistado esclarece que a atividade atuante em Tibau é o veraneio, que por vezes pode ser confundido com o turismo, em decorrência do fluxo em massa de veranistas que se desloca para essa área. Já no contexto do turismo, o secretário 1e (2019) mencionou que “[...] é difícil de você trazer turista propriamente dito para o município, principalmente a pessoa que chega em Natal, ou, Fortaleza dado a distância para começar.”, visto que eles enfrentarão “Quatro horas de viagem para chegar, muitas vezes no bate e volta, não tem nada mais desgastante do que fazer uma viagem de quatro horas para chegar em no município supracitado e voltar no mesmo dia.”, além disso, se os turistas decidirem se hospedar em Tibau, os “[...] preços não são convidativos [...]” (SECRETÁRIO 1E, 2019), tudo isso impacta o desenvolvimento do turismo no município.

O mesmo esclareceu de forma precisa a questão do turismo e do veraneio, juntamente com seu impacto na economia. Com isso, falou que Tibau arrecada capital com o veraneio no período em que ocorre, porém, o turismo nesse contexto não possui um papel tão atuante, posto que, para o entrevistado, é complicado trazer turista para esse município, em virtude da distância. Desta forma, considerou que Tibau “[...] é uma cidade de veraneio, não considero que seja uma cidade turística, apesar do potencial que tem para se desenvolver o turismo” (SECRETÁRIO 1E, 2019), ou seja, o turismo em si, não é uma atividade economicamente bem atuante.

Com base nas entrevistas realizadas, concluiu-se que os cinco municípios do Polo Costa Branca apresentam um contexto econômico turístico ainda incipiente, uma vez que essas áreas detêm um quantitativo de capital oriundo dessa atividade em sua economia, mesmo que não tão relevantes. Esse fato foi analisado de forma quantitativa nos capítulos anteriores os quais demonstraram que o turismo não é uma atividade economicamente expressiva, e essas falas só ressaltaram essa questão. Além disso, a modalidade que se destaca

nesse contexto é o de Turismo de Negócios, e isso remete a uma questão bem interessante que a entrevistada 2a (2019), de Macau, comentou:

[...] na realidade, toda a região petrolífera que foi muito beneficiada, salineira, tem problemas de não investirem porque tinham *royalties*, então não precisavam de renda extra. Logo, o turismo teve um grande atraso nessa região, em virtude dessa situação, e no Polo Costa Branca, fora Mossoró, [...]. Areia Branca agora está com um grande movimento, Tibau também. Mas Macau já tem um papel significativo dentro do Polo Costa Branca, [...], o turista agora quer experiências, já está cansado de ir para o mesmo lugar, [...] nós podemos oferecer a experiência (ENTREVISTADA 2A, 2019).

Nessa frase, compreendeu-se que o turismo não foi uma atividade pensada, visto que algumas regiões que recebiam *royalties* da atividade petrolífera, não se preocupavam com o amanhã, por ter esse recurso, e por assim dizer, não precisava de um lucro a mais. Porém, pode-se observar que apesar de não ser uma atividade economicamente consolidada, o turismo vem crescendo no contexto econômico desses municípios, o que contradiz o Quadro 2, no qual não ressalta o turismo na economia desses municípios.

Para além dessas questões, é importante entender o papel dessas atividades na urbanização desse município. Na seção anterior foi abordada a questão da urbanização, tratada no contexto dos dez municípios (GOVERNO DO ESTADO RIO GRANDE DO NORTE, 2017), de uma forma mais abrangente. No próximo tópico, essa questão foi abordada em um contexto mais preciso desses cinco municípios, com base na fala dos entrevistados.

4.3.1 Economia e Urbanização nos Cinco Municípios do Polo Costa Branca

Na seção anterior, mais precisamente no tópico 3.2, foram analisadas de uma forma geral, as contribuições da economia para a urbanização nos dez municípios do Polo, sendo possível identificar que dentro de um contexto geral do RN, antes, atividades como a algodoeira, contribuíram para a urbanização no estado, ressaltando que, com o passar dos anos, outras atividades se inseriram no processo de urbanização, sendo elas: Salineira, Petrolífera e Fruticultura, atividades que fazem parte da economia dos municípios (FELIPE; CARVALHO; ROCHA, 2004a; ARAÚJO, 2009).

Para entender melhor o contexto da urbanização oriunda das atividades econômicas, foi questionado aos entrevistados dos cinco municípios “Qual papel desempenhado pelas atividades econômicas no processo de urbanização?”

A respeito desse questionamento, o secretário 1a de Mossoró argumentou através de um exemplo, a questão da expansão urbana e sua infraestrutura, logo, citou que se um

determinado local detém empresas em sua área, será dotado de toda uma infraestrutura que ofereça subsídios para o desenvolvimento. O mesmo falou ainda que “A expansão territorial da cidade, os bairros, são influenciados, sem dúvida alguma, pelas atividades econômicas” (SECRETÁRIO 1A, 2019), isto é, a inserção de uma empresa tende a contribuir nesse processo de urbanização, posto que, se essa atividade emprega muitas pessoas, em certos casos, precisarão de mão de obra especializada para atrair um maior número de pessoas que necessitarão de espaços para morar, expandindo a malha urbana para outras áreas, que por vezes são distantes e dotadas de infraestruturas que dão subsídios às pessoas que lá residem, como pavimentação e iluminação.

Portanto, o secretário 1a (2019) mencionou que “Temos em Mossoró, na saída para Fortaleza e para Tibau, um bairro enorme, a Nova Mossoró, com menos de 10 anos de existência. No Alto de Sumaré, tem vários conjuntos, é um bairro que cresceu demais. [...]”.

No que tange a um contexto mais turístico, o entrevistado citou o Corredor Cultural (Figura 9), discorrendo que

[...] existe uma preocupação de manter uma estrutura conservada, que seja mais agradável, que receba bem todo mundo, por que temos, por exemplo, Mossoró Cidade Junina, onde circula milhões de pessoas e vários outros eventos desenvolvidos no Corredor Cultural, isso [...] influencia na infraestrutura urbana (SECRETÁRIO 1A, 2019).

Esse espaço, além de ser uma área urbanizada, também se constitui em um espaço turístico, cultural e de lazer, uma vez que envolve uma série de elementos que ali se inserem (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2011a; CASTO, 2012). O Corredor Cultural consiste em um processo de urbanização de Mossoró, centrado na Avenida Rio Branco (CASTRO, 2012), sendo assim,

O projeto de urbanização da Avenida Rio Branco, orçado em aproximadamente 30 milhões, recurso viabilizado pela parceria entre Prefeitura municipal sob a gestão da prefeita Maria de Fátima Rosado, através de arrecadação própria; o governo do estado, na gestão da governadora Wilma de Farias (PSB) e o setor privado, teve como finalidade, conforme o discurso oficial, garantir cultura, esporte e diversão para a população a partir da dinamização e modernização do espaço público formado pelo Corredor Cultural (CASTRO, 2012, p. 134-135).

De acordo com a Prefeitura de Mossoró (2017), o Corredor é composto pelo Parque das Crianças (Figura 9), Memorial da Resistência (Figura 9), Teatro Municipal Dix-Huit Rosado, Estação das Artes Elizeu Ventania, Praça da Convivência, Praça de Eventos, Skate Park e a Praça dos Esportes. Além disso, este também gera capital, já que, próximo ao mesmo, e no próprio, há áreas de serviços, como é o caso dos quiosques que foram observados *in loco*.

Figura 9 - Corredor Cultura de Mossoró-RN

Fonte: Acervo de Campo, 2019.

No município de Macau, ao ser realizada a pergunta aos entrevistados 1b e 2b, de qual papel as atividades econômicas desempenham no processo de urbanização, o entrevistado 1b (2019) mencionou que esse município “[...] nasceu do sal”. A entrevistada 2b (2019) discorreu primeiramente acerca da atividade salineira, pois “[...] tem muitas pessoas que se deslocam para Macau, para trabalhar e trazem suas famílias [...]”. Logo, vejo mais a questão

dessa atividade [...]”. Com relação a outras atividades como a eólica, não vê tanto a sua contribuição, pois as pessoas que trabalham nessa atividade vêm a Macau, no entanto, não se instalam de forma mais atenuante. Além dessas atividades, também citou a pesca, posto que “[...] eles vivem aqui (pescadores), possuem famílias na área [...]. Em Diogo Lopes, há muitas pessoas que vêm do Ceará, mas vão para morar, se estabelecerem” (ENTREVISTADA, 2B, 2019).

Com base no que foi mencionado, ficou claro que as atividades que contribuíram para a urbanização em Macau estão associadas a vínculos históricos da cidade, como exemplos, temos a pesca e a salineira, visto que algumas pessoas residentes nessa área são pescadores e outras trabalham em empresas extratoras de sal que contribuem para o processo do fluxo e fixação de pessoas no município, pois nesse município, bem como em outros, em Areia Branca, por exemplo, (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2011a), de acordo com o PDITS, as salinas “[...] surgiram da necessidade de abastecer o mercado regional de Pernambuco, Ceará e ao norte, no Maranhão” (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2011a, p. 20). Com relação às demais atividades mencionadas anteriormente, os entrevistados não conseguiram identificar o seu papel nesse processo.

Ao questionar qual papel que as atividades econômicas citadas realizam no processo de urbanização, o secretário 2c²⁵ (2019) do município de Guamaré respondeu que elas podem gerar fatores positivos bem como negativos. O fator positivo reside na questão de que, ao serem inseridas, as empresas, bem como o turismo, tendem a atrair pessoas que “[...] vêm para a cidade, trazem riquezas, a necessidade de serviços e consumo de um modo geral” (SECRETÁRIO 2C, 2019). O negativo é a questão da superpopulação, posto que

Começa a ter uma população flutuante na cidade, utilizadora dos serviços públicos, tais como: saúde e educação. Mas essa população não é exatamente de Guamaré, por tanto, a mesma vem mais para utilizar os serviços públicos, dessa forma, muitas vezes, até tendendo a baixar a qualidade dos mesmos (SECRETÁRIO 2C, 2019).

Nessa fala, foi perceptível que o secretário trouxe um contexto geral acerca da urbanização e sua ligação com o fluxo de pessoas e seus pontos positivos e negativos. O positivo está relacionado à questão do movimento do capital por meio da prestação de serviços, que, em virtude das atividades desenvolvidas, contribuiu para uma geração de fluxos de pessoas que irão consumir os serviços que o município tem a oferecer, e o negativo, associado à questão do adensamento, que de acordo com o entrevistado, tende a causar

²⁵ A entrevista 1c não respondeu esse questionamento.

problemas nos serviços públicos de Guamaré, pois nem sempre esses serviços estão preparados para um grande número de pessoas.

Entretanto, se a cidade possui um carácter turístico, é necessário que os serviços estejam prontos para atender a demanda gerada pelas pessoas que praticam essas atividades, contudo, não se tem de forma mais pontual, o papel na urbanização que cada uma das atividades desenvolve.

Essa mesma pergunta foi imputada ao gerente 1d e ao secretário 2d, do município de Areia Branca. O secretário 2d (2019) respondeu que se dá “Através de empregos porque geram empregos e há pessoas que vêm de fora, morar na cidade”, ou seja, o processo de urbanização está associado à questão do fluxo de pessoas que residem nesse município em virtude dos empregos ofertados pelas atividades econômicas desenvolvidas. O gerente 1d (2019) mencionou que “Como falei anteriormente, acho que o sal, como tem sido a mola propulsora da economia da nossa cidade, a partir dele é que Areia Branca tornou-se a ser povoado, o sal e logo mais, o petróleo [...]”. Sendo assim, a atividade extratora do sal contribui para o processo de urbanização desse município, de acordo com o gerente 1d (2019), já que a “[...] cidade foi construída em torno das salinas [...]”, como é possível observar por meio da Figura 10.

Figura 10 - Salinas ao entorno de Areia Branca



Fonte: Google Earth, 2020.

Entretanto, também mencionou que,

Só agora que vieram as fontes de energias renováveis, energias limpas, mas não podemos esquecer que no início era o sal, a pesca e o petróleo, eram esses três pilares que sustentavam a cidade e que urbanizavam toda a cidade [...]. Foram os que trouxeram os primeiros moradores, tanto que os mesmos são os salineiros e os

pescadores. Existem colônias de pescadores que sobrevivem até hoje, como por exemplo, a comunidade de São Cristóvão que sobrevive da colônia de pescadores. [...] começou a partir daí a questão da urbanização da nossa cidade, a partir desses três pilares econômicos. O turismo não existia ainda nesse tempo [...], o mesmo é uma atividade nova (GERENTE 1D, 2019).

Além do sal, tem-se a pesca, pois esse município “[...] surge como uma pequena aldeia de pescadores que aos poucos ganha forma e importância [...]” (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2011a, p. 20). Nesse contexto, o referido gerente, mencionou também a atividade petrolífera, já o turismo não se insere nesse quadro, de acordo com o mesmo, esse segmento é novo.

O secretário 1e (2019) do município de Tibau respondeu essa questão da seguinte forma, primeiramente ele mencionou que “[...] vamos supor o seguinte: o turista não vem para Tibau porque não tem hotel ou a pousada que tem é muito cara. O empresário não quer construir um hotel em Tibau, visto que ele sabe que vai passar 10 meses sem faturar”.

De acordo com o secretário 1e (2019), a falta de interesse de empresários em investir em construções em Tibau dar-se em virtude do fluxo inconstante de pessoas, gerando escassez de arrecadação por 10 meses, ocasionando impactos no processo de urbanização dessa cidade, nessa perspectiva, o mesmo mencionou que

A urbanização propriamente dita, cresceu de uma forma fantástica nos últimos tempos nessa gestão, se levar em consideração que hoje temos a Tereza Patrício, que até 8 anos atrás era um campo de pouso, [...], hoje está literalmente urbanizado com casas [...]. O município está garantindo agora, em função dessa questão da violência urbana, serviços de câmeras, contratados, então a cidade toda vai estar com câmeras de segurança. [...] às vezes, [...], a pessoa tem uma casa de veraneio em Tibau, mas não tem coragem de vir na baixa temporada, porque ficará insolado lá nas Emanoelas, Gado Bravo e se torna um alvo fácil para os bandidos [...] (SECRETÁRIO 1E, 2019).

Esse processo de urbanização ocorrido onde hoje se encontra a Avenida Tereza Patrício, como está retratado na Figura 11, é muito importante para o município porque dota aquela área de infraestrutura que possibilita a inserção de novos moradores nesse espaço oriundos do município ou veranistas. Outra questão que se insere nessa urbanização é a inserção de câmeras de vigilância que proporcionará uma sensação de segurança às pessoas que para lá se deslocam, bem como para as pessoas residentes da área.

É notável que as atividades econômicas desempenharam um papel importante no processo de urbanização, principalmente aquelas ligadas historicamente à economia do município, como as do sal e da pesca (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2011a). Notou-se, de uma forma quase que geral, a ausência do turismo nesse processo, acredita-se que isso ocorre em virtude de ser uma atividade recente.

Figura 11 - Localidade da Tereza Patrício em Tibau-RN

Fonte: Arquivo de Campo, 2019.

Além dessa questão, também foi inquirido ao secretário 1a e a gerente 2a de Mossoró, se o município possuía áreas edificadas direcionadas para o turismo, caso tivesse, eles citassem quais, logo, o secretário 1a (2019) mencionou o Corredor Cultural e Memorial da Resistência (Figura 9), no qual esse último é “ [...] um museu a céu aberto que retrata a resistência ao bando de Lampião, sendo uma atração turística [...]” (SECRETÁRIO, 1A, 2019). Além desses tem-se

[...] o Museu, que é outro tipo de turismo, o pedagógico. O mesmo não recebe apenas visitas de alunos de Mossoró, mas de outras cidades também. O Teatro, a Estação das Artes, que é a antiga estação ferroviária, porém, é utilizada para eventos. A mesma deverá passar por uma grande manutenção, visando melhorias, agora. Provavelmente até o próximo ano, na Cidade Junina desse referido ano, já teremos construído uma arena cultural, no Corredor Cultural [...]. A ideia da gestão da prefeita, é que façamos uma arena cultural, multiuso, que você tem ao longo de todo ano, apresentações culturais, e isso tudo é lazer, é turismo, pode ser transformado em turismo. Gostaríamos de ter muito mais (SECRETÁRIO, 1A, 2019) .

Com base em tais declarações, constatou-se que o município de Mossoró possui um conjunto de áreas para fins turísticos (Figura 9) que narra e expõe de forma clara, a história de Mossoró, principalmente àquela associada à resistência ao bando de Lampião, narrada de forma lúdica no Memorial da Resistência (Figura 9).

Além dessas áreas, o município tem um espaço onde acontecem alguns de seus eventos, sendo eles, a Estação das Artes Eliseu Ventania, antiga estação ferroviária; o Museu Municipal Lauro da Escócia (Figura 12), no passado, funcionava a cadeia (PREFEITURA DE MOSSORÓ, 2017).

A gerente 2a, representante da Gerência de Gestão de Turismo, elencou alguns atrativos encontrados em Mossoró, vindo a complementar declarações do secretário 1a

mencionadas anteriormente, sendo assim, respondeu ao questionamento aqui já exposto que as edificações que o secretário citou são denominadas de atrativos, visto que nessas atividades estão presentes os mesmos, juntamente com os equipamentos e esses “[...] são as redes hoteleiras e restaurantes” (GERENTE 1A, 2019). Ela falou ainda que os atrativos turísticos urbanos mencionados

[...] fazem parte do, digamos, dos atrativos do *City Tour* dentro da área urbana, porque tem os atrativos naturais e os atrativos construídos. Temos todos esses pontos turísticos, mas têm outros ainda a serem adaptados, como a ponte do trem que é um atrativo, a capela de São Vicente, apesar de não ser uma edificação do município, e sim da diocese, mas ela é um atrativo turístico da cidade (GERENTE 2A, 2019).

Figura 12 - Museu Municipal Lauro da Escócia, Mossoró-RN



Fonte: Acervo de Campo, 2019.

Com essa fala, foi possível identificar em outras estruturas, que apesar de não serem construídas exclusivamente para atividades turísticas, foram adaptadas para essa finalidade, como é o caso da Capela de São Vicente (primeira imagem da Figura 13) e a Ponte de Ferro (segunda imagem da Figura 13).

Sobre a capela, de acordo com o secretário 1a (2019), para o município fazer uso da mesma para as apresentações culturais envolvendo o evento Chuva de Balas, a prefeitura responsabiliza-se pela organização do prédio, como ornamentação, montagem de palco, enfim, pela criação de um ambiente propício, atrativo e confortável para os visitantes.

Figura 13 - Capela de São Vicente e Ponte de Ferro, Mossoró-RN



Fonte: Jota Maria, 2011; Acervo de Campo, 2019.

Ao fazer a mesma pergunta ao secretário 1b e a entrevistada 2b do município de Macau, eles fizeram algumas considerações interessantes.

O secretário 1b (2019) respondeu que existem alguns hotéis e pousadas no município, porém, ainda em um processo iniciante, mas “[...] orientadas diretamente para a atividade turística não [...]”. Além disso, mencionou também que estão “[...] preparados para receber algum turista [...]” (SECRETÁRIO 1B, 2019), visto que possuem “[...] alojamento, uma praia boa, sofrendo bastante com o avanço do mar, [...] a ação do homem não foi bem pensada na altura em que fizeram as edificações [...]” (SECRETÁRIO 1B, 2019).

Nesse contexto de áreas edificadas, o secretário 1b (2019) citou espaços associados à questão de alojamento e hospedagem que se relacionam com iniciativas privadas. Além disso, citou a praia, que apesar de estar sofrendo um processo erosivo em decorrência do avanço do mar, segundo o entrevistado, ainda é uma praia agradável. Porém, creio que as pessoas que irão visitar esse espaço não queiram ir a uma praia que esteja sofrendo erosão.

A entrevistada 2b (2019) afirma que o que foi construído na área, é oriundo da ação da iniciativa privada, como é o caso dos restaurantes, que foi edificado, também para fins turísticos, pois no turismo que “[...] cerca de 70 % a 80% do turismo é a iniciativa privada, a intervenção do poder público dentro do mesmo é muito pequena, que são as estradas [...]” (ENTREVISTADA, 2B, 2019).

Isso só ressalta a importância da iniciativa privada no contexto turístico, visto que a maior parte dessa atividade corresponde ao âmbito privado, ou seja, para o desenvolvimento do turismo, é necessário o papel do empresariado para ofertar espaços nos quais o turista possa realizar as suas necessidades tais como de alimentação, descanso e lazer.

No município de Guamaré, ao questionar a secretária 1c (2019) acerca das áreas edificadas para o turismo, a mesma respondeu que

Sim. [...] possuímos hoje em Guamaré cerca de três hotéis de grande porte, seis de médio porte e muitas pousadas domiciliares. Acredito que as igrejas, temos aqui uma igreja que é tombada, com mais de 300 anos, pela fundação José Augusto, então é uma edificação que tem importância, tem conectividade direta com a questão do turismo [...] (SECRETÁRIA 1C, 2019).

Nessa perspectiva, a secretária 1c destaca tanto os atrativos do município (Figura 13), quanto os equipamentos que vêm a contribuir para essa atividade.

Os equipamentos são de fundamental importância para o turista que visita Guamaré, assim como outras áreas, uma vez que essas pessoas terão um espaço para se alocarem, pernovernarem ou passarem mais dias (Figura 4). Tal fato afeta a economia dessa cidade através do consumo desse turista, criando um capital de giro em Guamaré.

Os atrativos são importantes, uma vez que são “[...] elementos naturais e culturais que através de suas características, motivam as viagens das pessoas” (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2011b, p. 101), são elementos presentes no espaço de um município, no caso, Guamaré, que tem a capacidade de atrair pessoas, nesse contexto, a cidade em questão possui uma igreja com 300 anos (Figura 14), ligada à questão histórica, religiosa, cultura e turística da cidade (SECRETÁRIA, 1C, 2019).

Figura 14 - Paróquia Nossa Senhora da Conceição, Guamaré-RN.



Fonte: Acervo de Campo, 2019.

Em Areia Branca, ao questionar o gerente 1d acerca das áreas edificadas voltadas para o turismo, o mesmo citou o Museu privado, que detém um “[...] acervo riquíssimo, é um dos maiores do Rio Grande do Norte [...]” (GERENTE 1D, 2019), bem como mencionou o Mercado Público, no qual as pessoas podem degustar da gastronomia do município de Areia Branca. Para além disso, citou as igrejas onde o turismo religioso está crescendo cada vez mais, nesse contexto, mencionou que

[...] estamos comemorando, esse ano o centenário da Igreja Nossa Senhora da Conceição que é a padroeira da nossa cidade. Temos também, construído a pouco mais de dois anos, o Santuário de Jesus Misericordioso [...], então assim, esses santuários, de forma geral, o turismo religioso tem conduzido um grande número de visitantes para a cidade. Esses são os equipamentos mais visitados aqui na nossa cidade (GERENTE 1D, 2019).

Nesse quesito, o gerente 1d (2019) mencionou espaços que se enquadram dentro de um contexto de atrativos turísticos que estão associados à questão religiosa da cidade, tem conseguido um grande fluxo de turistas na questão cultural por meio da visita ao museu municipal. Nessa conjuntura, os hotéis, as pousadas e restaurantes vindos de iniciativas privadas não foram citados, mas são de fundamental importância para a movimentação do capital no município, bem como ao próprio turista que chega.

Ao fazer esse questionamento ao secretário do 2d (2019), ele respondeu da seguinte forma: “São no Cristóvão as três cruzes, a Fenda do Biquíni, as praias que são muito bonitas aqui na cidade, e na região”. O entrevistado mencionou elementos presentes na praia de São Cristóvão que se enquadram dentro do contexto de atrativos e em equipamentos turísticos (como é caso da Fenda do Biquíni que é um restaurante). As Três Cruzes encontram-se na

praia de Ponta do Mel, como está representado na Figura 15, localizadas no município em questão, e não em São Cristóvão.

Figura 15 - Três Cruzes, Praia de Ponta do Mel.



Fonte: Acervo de Campo, 2020.

Percebeu-se com essas falas, que Areia Branca possui uma série de elementos naturais, históricos, religiosos e culturais que podem ser utilizados para fins turísticos, e alguns, como é o caso do religioso, também vem atraindo pessoas.

Ao realizar essa mesma pergunta ao secretário 1e (2019), o mesmo respondeu que de forma direcionada especificamente para o turismo, ainda não, porém, existem projetos que contribuem para o desenvolvimento dessa prática, como é o caso da

[...] construção de uma praça de eventos para o município. Junto a ela tem o estádio de futebol que será inaugurado agora em dezembro, um estádio desses custa 1 milhão de reais, com recursos próprios da prefeitura. Em dezembro estaremos inaugurando o estádio, próximo ao mesmo tem o parque das carnaúbas, [...] ele vai ter um anfiteatro [...]. Atualmente, essa sua pergunta não é respondida, porque ainda não existe, porém, é algo que vai acontecer com certeza, a médio prazo (SECRETÁRIO 1E, 2019).

Com base na fala desse entrevistado, é perceptível que em Tibau, não há, como afirma, espaços voltados especificamente para o turismo, porém, esse contexto vem a mudar em virtude da execução de projetos existentes nesses municípios, como exemplos, o secretário 1e (2019) citou as construções do pórtico na entrada, do mercado de artesanato e da praça de eventos onde as festividades “[...] acontecerão e sairão da entrada da cidade [...]” (SECRETÁRIO 1E, 2019). É perceptível que Tibau não possui um conjunto de espaços para fins turísticos, buscando por meio de projetos, mudar esse contexto.

Ao analisar todo o panorama, verificou-se que as atividades econômicas nesses municípios possuem um importante papel no processo de sua urbanização, mas, no que tange as áreas edificadas para o seguimento do turismo, identificou-se que nem todos os municípios possuem esses espaços, visto que alguns ainda estão sendo edificados, sendo isso um fato preocupante para a região que busca no turismo o crescimento econômico.

Para além de analisar o contexto no qual se inserem a economia e a urbanização, é preciso entender como os programas e políticas analisadas na seção 2 contribuíram para o desenvolvimento do turismo nessas áreas e também entender as medidas que os municípios tomam para impulsionar esse seguimento nos seus espaços, sendo assim, o próximo tópico analisou esse contexto, com base na fala dos entrevistados.

4.3.2 Programas e Políticas de Turismo e seu Papel no Polo Costa Branca

Na seção 2, foi abordada a questão dos programas e políticas direcionadas para o turismo, nesse contexto, tratou do PNMT, do Programa de Regionalização do Turismo e do PRODETUR-NE. Desta forma, esse tópico traz informações por meio da fala dos entrevistados acerca do papel que esses programas desempenharam no turismo dos municípios, além de tratar do papel de cada município para o fomento dessa atividade.

Ao questionar como os programas mencionados anteriormente contribuíram para o crescimento do turismo no município, o secretário 1a (2019) mencionou que: “Desde que estamos aqui, não chegou absolutamente nada destes programas. Por parte do Governo Federal não, diretamente não”. E ao ser questionado de forma indireta sobre o papel desses programas, o mesmo respondeu que há, talvez, uma divulgação da região Nordeste, porém, de Mossoró, não houve, entretanto, citou uma iniciativa de uma ONG financiada pela EMBRATUR, na qual

[...] contou com recurso da EMBRATUR. Não sei se seus recursos estavam dentro de alguns desses programas [...]. Houve essa divulgação em algumas cidades da Europa, patrocinados pela EMBRATUR, mas não foi a EMBRATUR e o município de Mossoró, direto Governo Federal e Prefeitura não teve nada de recurso, de ajuda (SECRETÁRIO 1A, 2019).

Com base no que foi ressaltado pelo secretário, os programas não tiveram, em sua gestão (desde janeiro de 2017), nenhum dos recursos oriundos desses programas destinados ao município de Mossoró, entretanto, o que houve de divulgação por investimento da EMBRATUR para uma ONG, não soube identificar se estava relacionado aos programas que foram questionados.

A gerente 2a (2019), acerca desse questionamento, respondeu que não existiram investimentos de ordem financeira, mas houve a questão da instituição dos Polos através do Programa de Regionalização do Turismo, essa formulação ocorreu desde 2005, e continua atuando. Sendo assim, Mossoró inseriu-se

[...], apesar de ter a citação de ser Polo Costa Branca, e não estarmos na costa, mas umas das características para participar dele, é que tenha alguma característica turística. Como Mossoró nessa área, seria o município maior, o mais desenvolvido nesse local, ficou sempre como portão de entrada. Então esse foi uma das ações do Programa de Regionalização, mas é algo mais na teoria, a gente faz mais teoria em relação a isso (GERENTE 2A, 2019).

A gerente 1a (2019) aborda o papel que o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) desempenhou em Mossoró, através da criação dos Polos no qual esse município foi integrado ao Polo Costa Branca²⁶. E mais uma vez, foi ressaltada a falta de um investimento financeiro no município em questão.

Ainda nessa pergunta, questionou-se “Quais as ações que podem ser encontradas no município, oriundas desses programas”, a gerente 2a (2019) falou que “Não tem nenhuma”, já o secretário 1a (2019), respondeu que,

Na verdade, temos uma questão que o Governo do Estado e o Governo Federal encaram muito, que é a questão do turismo sol e mar. Estivemos agora, por exemplo, na ABAV, em São Paulo, [...], onde o estande do Governo do Estado não tinha uma única foto do interior, só tinha foto de praia. Então, para quem está lá em Brasília, no Ministério, talvez pense que no Nordeste não se deva ter turismo no interior. [...], mas uma luta que possuímos é conseguir interioriza esse turismo, é difícil, conseguir recurso para fazer alguma coisa no interior do Nordeste.

Tais colocações possibilitaram identificações da problemática pela qual o interior nordestino passa, visto que, por vezes, é muito frisada a questão do turismo de sol e mar, espaços que o Nordeste possui e são comercializados dentro da cadeia econômica do turismo, sendo necessário divulgar no mercado o que o interior dessa região possui para que o turismo se expanda com sucesso pelo país e pelo mundo. Em Mossoró, a presença desses programas deu-se de forma identificável, com base na fala da gerente 2a (2019), através da formulação dos Polos de turismo, no caso, o Polo Costa Branca.

Ao realizar esse mesmo questionamento ao secretário 1b e a entrevistada 2b (2019), em Macau, a entrevistada responde que não, mas estão dialogando com agentes da PRODETUR, com o a finalidade de saber o que eles podem “[...] trazer na questão de financiamento de algumas coisas, [...]” (ENTREVISTADA 2B, 2019), mas em Macau ainda está construindo um alicerce para o turismo (ENTREVISTADA 2B, 2019) no qual “Esse

²⁶ Para um contexto mais amplo acerca do PRT, dos Polos vide o capítulo 2 deste trabalho.

trabalho de base é invisível porque é justamente conscientizando as pessoas, fazendo elas verem, abrirem os olhos para o potencial que Macau tem. Estamos nesse trabalho de base que demanda um tempo” (ENTREVISTADA 2B, 2019).

Com isso, constatou-se que o turismo em Macau é algo que está iniciando, criando contatos com programas como o PRODETUR, realizando um trabalho inicial para fundamentar essa atividade (ENTREVISTADA, 2A, 2019). Acerca dessa questão, o secretário 1b (2019) mencionou que, antes de apresentar projetos aos organismos citados, é necessário primeiramente convencer a população Macauense, “[...] da importância do turismo [...]” (SECRETÁRIO 1B, 2019). Além disso, o mesmo enfatizou que ao entrar em contato com algo que

[...] não se adapta aqui, não vale, nem o próprio organismo, provavelmente, vai aceitar porque o projeto, enfim, não tem validade, é algo sem estrutura, portanto, no momento estamos construindo as bases para depois levar ao concreto (SECRETÁRIO 1B, 2019).

Essas considerações fundamentaram o contexto de que o turismo em Macau ainda está em construção, sendo necessário, segundo o ponto de vista dos entrevistados, a elaboração de projetos que se adequem a realidade do município, para que assim possam entrar em contato com organismos que tratam do turismo. Porém, não mencionaram o papel que o PRT desempenhou na formulação dos Polos encontrados em Mossoró. Isso se leva a questionar se o mesmo detém esse conhecimento mais antigo desses programas, ou só conhecem a PRODETUR.

Foi questionado também se é possível encontrar ações oriundas desses programas até mesmo em gestões passadas, nessa conjuntura, a entrevistada 2b (2019) respondeu que não tinha conhecimento se houve projetos resultantes desses programas, pois, se houvesse, segundo ela, “[...] já teríamos alguma coisa, não se encontrou nada, então acredito que não [...]” (ENTREVISTADA 2B, 2019).

Diante do exposto, a entrevistada 2b (2019) disse não conseguir identificar qualquer ação oriunda dos programas mencionados em gestões anteriores, mas, atualmente, foi elaborado um projeto para o Museu do Carnaval, juntamente com a Secretaria de Cultura, projeto esse submetido a um edital da Fundação José Augusto, que deveria ter iniciado em janeiro de 2020.

Além dessa questão do museu, a entrevistada 2b (2019) comentou outras ações que pretendem realizar, como é o caso do cadastro das pessoas no CADASTUR. Apesar de possuir um certo contingente de pessoas já cadastradas, pretende cadastrar cada vez mais e

fazer um trabalho de conscientização associado a essa conjuntura. Mas, percebeu-se que a atuação desses programas é praticamente inexistente nesse município, posto isto, foi necessário questionar se esse contexto repercutiu nos demais.

Em Guamaré, ao realizar o questionamento de como esses programas contribuíram para o desenvolvimento do turismo no município, a secretária 1c²⁷ (2019) mencionou que essa contribuição se dá de forma tímida, contribuindo em

[...] até certo ponto com a questão dos acessos de estradas, um pouco da segurança. Digo muito timidamente porque como Guamaré tem uma receita diferenciada dos outros municípios, não espera [...] pelos recursos ou pelas ações desses programas, realiza sozinho mesmo tudo isso. Sentimos de forma muito tímida a chegada dos benefícios desses programas no município (SECRETÁRIA 1C, 2019).

Em Guamaré, de acordo com a fala da entrevistada, acontece através da questão de infraestruturas como as de estradas e segurança, embora percebidas de forma mais branda. Outro quesito que chama a atenção é a independência, por assim dizer, desse município, no que diz respeito aos investimentos advindos dos programas, uma vez que possui uma receita que o permite efetuar por conta própria, ações para o avanço do turismo.

Ao ser questionada acerca das ações, como as estruturais resultantes dos programas aqui mencionados, a secretária 1c (2019) respondeu da seguinte forma: “Eu acredito que somente a gerência das praias que ainda está sob o poder dos programas [...], do PRODETUR, por exemplo”. Em Guamaré, identificou-se de uma forma mais precisa, uma ação advinda dos programas mencionados, que é o caso das gerências das praias.

Em Areia Branca, ao realizar a mesma pergunta que trata das contribuições dos programas para o desenvolvimento do turismo no município, o gerente 1d (2019) respondeu que: “Contribuir de alguma forma, tudo vem a somar, creio que tudo que é voltado para a política do turismo, soma, agrega”. Através de sua fala, o entrevistado mencionou que os programas auxiliam, porém, não citou qual deles contribui, nem de que forma, mas para entender melhor essa circunstância, foi feita a seguinte pergunta: “Quais ações podem ser encontradas no município, originadas desses programas? ”, o entrevistado mencionou que ano passado (2018), receberam cursos oriundos do programa Governo Cidadão

[...] de qualificação de serviço turístico, então qualificamos aqui 60 profissionais no âmbito do turismo, então foram 20 OTLS, 20 Manipuladores de Alimentos e 20 Garçons, aperfeiçoamento de garçons. O nosso maior crivo era a falta de qualificação nos serviços que são ofertados ao turista, [...], sempre sentimos a necessidade de qualificar o nosso pessoal, [...], ainda temos esse déficit, ainda não está sanado [...].

²⁷ O entrevistado 2b, não cogitou responder essa questão.

[...] qualificamos ano passado 60 profissionais, acho que já é um pontapé inicial, estamos também, este ano, já com a promessa de alguns cursos novos para agregar toda essa qualificação, e, sanar essa dificuldade nossa que é a falta dessa qualificação [...] (GERENTE 1D, 2019).

Em sua fala, o gerente elucidou os cursos de qualificação oferecidos pelo Programa Governo Cidadão destinados aos habitantes de Areia Branca os quais os qualificam para o trabalho relacionado ao turismo, ressaltando que o Governo Cidadão é um programa do Estado, não de âmbito federal.

Essa qualificação é de fundamental importância, visto que não bastam apenas equipamentos para que torne o município adequado para receber turistas, é necessário ter pessoas qualificadas, com conhecimento e desempenho necessários para trabalhar, atender o turista presente nesse espaço (GERENTE 1D, 2019). Mais uma vez questiona-se se esses programas tiveram uma repercussão que contribuíram de forma positiva para o avanço do turismo nesse município, até o presente momento, a expressividade dos mesmos não é algo tão significativo, algo que venha desempenhar um papel fundamental nesse contexto.

Ao questionar o secretário 2d (2019) se esses programas contribuíram para o desenvolvimento do turismo em Areia Branca, o mesmo respondeu que “Estamos procurando recursos através deles, mas até agora...”, os recursos desses programas não chegaram ao município, sendo assim, foi questionado se não poderiam ser encontradas ações originadas desses programas no município, o secretário mencionou que “não”.

Ao inferir ao secretário 1e (2019) acerca das contribuições dos programas para o desenvolvimento do turismo no município, o mesmo respondeu que o PNTM “[...] é um programa muito antigo, [...]” então, tal programa não teve um papel nessa conjuntura do turismo em Tibau, com isso, citou outro programa que veio a contribuir para essa atividade na região. Nessa análise, elaborou toda uma discussão muito interessante, mencionando que

[...] o Plano Nacional de Turismo 2018-2022 trouxe consigo o PRODETUR + Turismo. O que achamos do PRODETUR + Turismo, participo das reuniões do Polo Costa Branca como conselheiro, desde 2005, quando o mesmo foi criado. Sempre ouvimos uma grita muito grande por parte dos municípios de Mossoró e região, os que constituem o Polo Costa Branca, no sentido de que todos os recursos que se conseguiam para turismo, para a infraestrutura do turismo no Rio Grande do Norte, caíram em Natal.

[...] então existia uma grita em todas as reuniões do Polo, de que o Rio Grande do Norte não tinha o processo de interiorização, por isso, o turismo não chegava. Então o que aconteceu? O Plano Nacional do Turismo 2018-2022 contemplou esses municípios com o PRODETUR + Turismo, que pega recursos do BNDES, o mesmo só trabalha com financiamentos acima de 10 milhões de reais, entretanto, constitui bancos de desenvolvimento, como Caixa Econômica, Banco do Nordeste, Banco do Brasil, para receber projetos abaixo de 10 milhões de reais e trabalhar com municípios. [...]. Acredito muito que o PRODETUR + Turismo, sim, tem tido uma contribuição nos municípios que tiverem interesse, que os gestores tiverem competência, determinação, vontade política, vão atrás e conseguem através do

Ministério do Turismo, chega-se ao PRODETUR + Turismo e ao BNDES [...] (SECRETÁRIO 1E, 2019).

Como Programa efetivo, tem no município o PRODETUR + Turismo, esse selo, de acordo com o entrevistado, foi conquistado “[...] para Tibau, em 2019 [...] (SECRETÁRIO 1E, 2019). Esse PRODRETUR+ Turismo, ainda de acordo com esse entrevistado

[...] é o programa do Governo Federal que contempla com 6 anos de carência e 20 anos para amortizar o débito que é feito com recurso do BNDES, através do Banco de Desenvolvimento [...] (SECRETÁRIO 1E, 2019).

Diante disso, fica claro que esse programa pode ser utilizado por outros municípios, sendo necessário que o gestor busque-o, entretanto, é imprescindível mencionar que para ter acesso a esse fundo, “Primeiro o gestor vai ter que tirar o município do CAUC para poder ter acesso a essa linha de crédito ” (SECRETÁRIO 1E, 2019).

Ao indagar se seria possível encontrar ações oriundas desses programas no município de Tibau, o secretário 1e (2019) mencionou que “[...] dentro desse programa que falei, não, porque isso é muito novo, conseguimos o selo no ano passado e os próprios bancos de desenvolvimento credenciados pelo BNDES desconheciam o programa [...]”. Com isso, percebeu-se que o programa ainda não gerou ações em Tibau, mas além desse, o entrevistado citou outras formas de angariar investimentos através do FUNGETUR, através de um recurso de uma iniciativa privada.

É perceptível que nesses municípios houve poucas ações originadas de programas já mencionados, questiona-se então a importância do Polo Costa Branca, pois os representantes dos municípios selecionados pouco citaram o papel dos mesmos.

Além de identificar a contribuição dos programas mencionados, é preciso ter conhecimento de ações estaduais e federais que desempenharam um papel para o avanço dessa atividade (primeiro questionamento), bem como a atuação do município no quesito de investimentos direcionados ao turismo (segundo questionamento), sendo assim, os próximos parágrafos abordaram esse contexto.

Desta forma, ao indagar o secretário 1a e a gerente 2a se conseguiriam identificar outros programas ou políticas, tanto em um contexto federal quanto estadual que contribuíssem para o desenvolvimento do turismo no município: o secretário 1a (2019) mencionou o RN Sustentável, oriundo do Governo do Estado, que é

[...] um empréstimo conseguido junto ao Banco Mundial que possibilitou algumas ações, como por exemplo, a sinalização turística que, por sinal, ainda não chegou, sendo uma falha na entrega da licitação, pois a empresa ganhadora não a entregou, desclassificaram-na (SECRETÁRIO 1A, 2019).

Com base nessa informação, é detectável o papel do Governo do Estado através do Programa RN Sustentável²⁸, que, de acordo com Spinelli (2013, p. 6), “[...] é um Projeto multisetorial que se propõe a promover desenvolvimento regional. Um de seus objetivos é viabilizar ações de inclusão produtiva voltadas para a geração de emprego e renda”. O fato é que o fruto oriundo do recurso desse projeto (a sinalização turística) não chegou e isso é um problema, visto que é fundamental ter placas de sinalização no município para que o turista possa ter uma noção da área que procura, além de atrativos inseridos no mesmo. Apesar dessa situação, por assim dizer, negativa, Mossoró, de acordo com o secretário 1a (2019), ainda junto ao Governo do Estado, conseguiu cursos de qualificação voltados para a área do turismo, fundamentais para a capacitação das pessoas que buscam trabalhar nessa área, além de oferecer mais uma qualificação.

Ao ser questionado acerca dos investimentos do município para o turismo, o secretário 1a (2019) citou que

O Cidade Junina, por exemplo, é um investimento exclusivamente do município, sendo um grande investimento para o turismo. Temos a divulgação durante a participação em feiras nas quais levamos materiais, apresentamos o potencial. Além disso, participamos no ano passado, e estamos participando de novo, de uma campanha junto com a Azul Viagens, que é de qualificação de agentes de viagens e de operadores de turismo em várias cidades do Brasil. Tivemos 6 turmas de cursos voltados para o turismo, e o interessante é que teve alguns cursos que boa parte da turma contou com a presença das mesmas pessoas que fizeram vários outros cursos, não participaram apenas de um.

Os investimentos do município, com base nessa fala, estão direcionados para eventos, como é caso do Mossoró Cidade Junina, que de acordo com o secretário 1a (2019), o investimento desse evento é oriundo, exclusivamente, de Mossoró. Além disso, esse município também contempla a questão de divulgação em feiras, bem como de qualificação. Ao concluir esse posicionamento, a gerente 2a (2019) mencionou que o papel que a gestão do turismo na gestão pública

[...] é exatamente trabalhar a qualificação, manter a infraestrutura municipal em condições de receber visitantes e turistas, essa infraestrutura da saúde, da pavimentação, tudo disso, associado com a divulgação, são as três frentes que a gestão pública é imprescindível trabalhar. É o que [...], estamos fazendo por determinação da gestora [...] (GERENTE 2A, 2019).

Essa fala ressalta o papel, que, segundo a gerente 2a (2019), a gestão pública desempenha no turismo, que se encaixa dentro do eixo de capacitação que para a mesma, “[...] é muito importante, porque o bem receber faz muito com que as pessoas voltem e a melhor

²⁸ Atualmente é conhecido como Governo Cidadão (SUBSECRETÁRIA, 2019).

propaganda é exatamente essa, a satisfação do usuário” (GERENTE 2A, 2019), a infraestrutura, manter assim um espaço e serviços de qualidade para o turista que vem a esse espaço, e divulgação, a fim de mostrar ao público o que o município possui. De forma independente, o município vem trabalhando sobre esferas que, se forem bem explanadas e investidas, terão um resultado positivo economicamente com base no turismo.

Em Macau, ao fazer o primeiro questionamento ao secretário 1b e a entrevistada 2b, a resposta dada pela entrevistada foi que não conseguiu identificar outros programas, nesse contexto e mencionou que

[...] o Polo Costa Branca é muito engessado, talvez por causa desse trabalho todo com o poder público. Esse poder engessa muito, o que é muito diferente de nós, da iniciativa privada. [...] Tinha um programa de sinalização, para todo o Polo, e não chegou a Macau, parou por causa de problemas burocráticos [...]. Acho que eles desistiram, porque irão acabar os Polos agora, vão criar instâncias de governança [...] (ENTREVISTADA 2B, 2019).

A entrevistada mencionou que em seu conhecimento não sabe se houve programas estaduais e federais que exerceram um papel no desenvolvimento do turismo em Macau, ao mesmo tempo, citou a questão do projeto de sinalização que não se concretizou no município. Esse fato assemelha-se à questão de Mossoró, porém, frisa uma questão bem importante, a formalização das IGRs do Polo Costa Branca, abordada mais adiante.

Ao realizar o segundo questionamento a fim de saber sobre os investimentos do município direcionados para o turismo, a entrevistada 2b (2019) questionou se era “Agora ou foi”, foi inquirido em ambos os contextos, presente e passado, logo, a mesma continuou a sua fala da seguinte forma:

Eu acho que a praia quando fizeram era um investimento para o turismo [...]. Teve o prefeito que ele modernizou toda essa parte ao entorno de Macau, que chama de Anel Viário, creio que isso potencializou muito, deu uma visibilidade maior ao município, [...] mas foi muito trabalhado, fora isso, as reconstruções do moinho que de vez em quando tem um problema [...]. Isso aí acho que não é uma construção, não é algo que fez, é só uma reforma para o que já tinha (ENTREVISTADA 2B, 2019).

Em um contexto mais atual, a entrevistada informou que eles têm tentado fazer algumas intervenções na praça próxima a Secretaria de Turismo, na qual se enquadra dentro de um contexto de

[...] é uma intervenção cultural/turística, [...], agora a secretária adjunta de cultura está tomando conta desse projeto, hoje se pode sentar tranquilamente, que antes não se conseguia. Estamos com o projeto de fazer algumas intervenções culturais, [...], pelo menos no centro histórico de Macau, que delimitamos centro histórico [...], onde ocorreu toda a história do município, [...]. Tem muita coisa em projeto, mas ainda não conseguimos começar. Para o próximo ano há uma grande expectativa,

começar o museu, [...], começar todo esse corredor cultural, que vai daqui até a praça do lazer. (ENTREVISTADA, 2019).

No que se refere ao investimento local, é perceptível que essa conjuntura ainda está em desenvolvimento por meio de projetos, mas tem um elemento que, na visão da entrevistada, pode estar relacionado à questão desse investimento, que é a Praia de Camapum porém, existem outros elementos que fazem parte dessa conjuntura que são: o Anel Viário, as reconstruções do Moinho, além destes, ela citou a praça, situada em frente ao local onde a Secretaria funciona, que, por sinal, ainda encontra-se em construção. Com base nessas informações, percebeu-se que em Macau, o contexto de investimentos ainda é muito pouco, visto que ainda continua tudo em projeto.

Em Guimarães, ao indagar a respeito do primeiro questionamento, a secretária 1c (2019) respondeu que

Sem dúvida, o turismo de base, que hoje é muito falado em todo o Brasil, é voltado exatamente para um trabalho feito diretamente com a comunidade, com as pessoas, com o que a comunidade tem de melhor para expor, vender e mostrar, e o turismo sustentável. Então, o turismo de base e o turismo sustentável são dois tipos de turismos que deveriam estar mais fortemente atuantes nesses programas, aqui, do Ministério do Turismo.

Nesse projeto, a secretária 1c (2019) mencionou que o Turismo de Base trabalha com a comunidade para vender o que possui no mercado turístico. Ainda em sua fala, a então secretária retratou que essas modalidades, juntamente com a de turismo sustentável, deveriam estar mais presentes nos programas já mencionados. Conclui-se assim, que Guimarães não tem uma atuação tão impactante de programas de ordem federal e estadual, isso se leva a questionar se esse município está sendo visado nessa conjuntura ou é independente desses programas, uma vez que a secretária mencionou que “[...] como Guimarães tem uma receita diferenciada dos outros municípios, não espera pelos recursos ou pelas ações desses programas [...]” (SECRETÁRIA 1C, 2019).

Na conjuntura do segundo questionamento, ao ser inquirido sobre quais são os investimentos que a prefeitura oferta ao município, direcionados para essa atividade, a entrevistada respondeu da seguinte forma:

[...] temos aqui hoje dois, com grande visibilidade, um é o Complexo Turístico do Amaro, do Canto do Amaro, hoje com cerca de 18 casas residências para as famílias que são pesqueiras daquela região, e um grande pavilhão que ainda não foi construído, é um projeto que está temporariamente embargado, devido a solicitação de uma eólica, mas é um projeto que também está 80% concluído já estava para ser entregue. Então, esse gera um impacto muito satisfatório a, chegada dele quando concluído. Outro é o projeto do Terminal Turístico da Ilha do Presídio, o mesmo também está pronto, inclusive foi esse que está pronto, foi elaborado na minha gestão, sob o meu olhar. Trouxe ideias de um projeto que temos na Costa do Sauipe,

que é todo feito em madeira, que resiste ao vento e a água. Porque sabemos que tem horas que a maré enche, então toda aquela estrutura que você faz, se ela for de concreto não resiste, agora se for de madeira ficará meio que flutuante podendo ser bem aproveitada, e quando a maré está baixa é aproveitada de toda forma. Então trouxemos um terminal turístico para Ilha do Presídio todo em madeira e piaçaba, projeto belíssimo único no Estado do Nordeste quando for concluído, porém dependemos agora das licenças ambientais. Temos o recurso garantido e o projeto concluído, dependemos somente das licenças que é de exclusividade do Governo do Estado.

O primeiro projeto que a secretária 1c (2019) mencionou foi o Complexo Turístico do Canto do Amaro, que de acordo com a Prefeitura de Guamaré (2016, n.p.), é um

[...] investimento com recursos próprios da prefeitura que chega à ordem de R\$ 1,3 milhões, somente nesta obra do Canto do Amaro, que atende uma reivindicação antiga da população e de quem frequenta a área com visível potencial turístico.

Além de contribuir para o desenvolvimento do turismo, esse projeto também favorece a comunidade de pescadores que residem nesse espaço (PREFEITURA DE GUAMARÉ, 2016; SECRETÁRIA 1C, 2019). Um fato interessante mencionado no site da prefeitura é que “A obra chega no momento em que a cidade busca novas alternativas de desenvolvimento com a crise do petróleo” (PREFEITURA DE GUAMARÉ, 2016, n.p.), ou seja, o município está buscando outros caminhos para dinamizar sua economia em virtude da crise petrolífera. Apesar de estar praticamente construído, o mesmo sofreu um embargo em decorrência da atividade eólica, bem presente no município, isso acarretou um certo impacto para o turismo nesse espaço, já que ainda não está concluído, de acordo com a secretária 1c (2019).

Além desse complexo, a secretária 1c (2019) falou também sobre outro projeto, o Terminal Turístico da Ilha do Presídio, feito sob a gestão da mesma, porém, depende das licenças ambientais para sua execução e conclusão, visto que tal projeto já está pronto.

O secretário 1d de Areia Branca, ao ser inquirido acerca do primeiro e segundo questionamento, mencionou que de uma forma geral vêm

[...] investindo em eventos inovadores, por exemplo, [...] resgatamos, os eventos que eram tradições e que por um tempo, tinham se extinguido aqui em Areia Branca, resgatamos esses eventos, como as festas das padroeiras, do carnaval. Atualmente Areia Branca tem o maior carnaval da Costa Branca, isso é muito bom para o nosso turismo, resgatamos esses eventos que são tradições na nossa cidade, e inserimos novos (GERENTE 1D, 2019).

Além desses, o mesmo citou outros eventos criados, importantes para o contexto turístico do município, sendo ele

[...] o *Kite Fast*, o mesmo é uma criação da gerência de turismo, [...], já é o terceiro ano que realizamos esse evento, e com ele conseguimos, lotar a nossa cidade, [...], por exemplo, durante a semana do *kite* na verdade, porque o turista ele não chega no dia do evento [...] e o evento, também, do Festival Gastronômico do Atum, [...], que

foi criado também pela Gerência de Pesca, de Meio Ambiente e de Turismo. Com o mesmo conseguimos, esse ano, por exemplo, é o segundo ano do festival do atum, no referido ano conseguimos lotar todos os equipamentos de hospedagem, acho que todas as casas, não tinha mais onde colocar gente aqui em Areia Branca, isso é muito bom, é o resultado direto do nosso trabalho [...] (GERENTE 1B, 2019).

Os investimentos mencionados centram-se mais em um contexto local, na área de eventos os quais a Gerência de Turismo desse município resgatou, como é o caso do Carnaval, que, segundo o referido gerente 1d (2019), “Atualmente Areia Branca tem o maior carnaval do Polo Costa Branca [...]”, esse período de festa contribui para a economia do município, pois aumenta o fluxo de pessoas, e, consecutivamente, o consumo de serviços, fomentando o comércio na cidade. Além desse evento, tem-se o *Kite Fast*, e o Festival do Atum. Esse último teve uma representatividade econômica bem significativa no município no ano de 2019, pois de acordo com o entrevistado, “[...] no referido ano, conseguimos lotar todos os equipamentos de hospedagem, acho que todas as casas, não tinha mais onde colocar gente aqui em Areia Branca [...]” (GERENTE 1B, 2019), sendo assim, esse evento teve um impacto na economia, principalmente no que tange ao seguimento de hospedagem.

O secretário 2d (2019) do município de Areia Branca respondeu o primeiro questionamento de forma que veio a complementar a fala do entrevistado anterior, uma vez que o mesmo se referiu que em sua segunda edição, o Festival do Atum contou, pela primeira vez, com a atuação do Estado no processo de divulgação e isso é fundamental para um bom desenvolvimento do festival, deslançando sua reprodução na economia.

Em um contexto de investimento local, o entrevistado mencionou que o que está em poder da gestora, está sendo realizado, assim

[...] por exemplo, a mesma tem grandes planos ainda de melhorar, de fazer acontecer o turismo aqui, principalmente através de eventos que ela está realizando, incentivando o turismo, dando oportunidades que antes não tinha (SECRETÁRIO 2D, 2019).

Em um contexto local, o município vem pensando e desenvolvendo o turismo por meio de eventos, o que contribui, se os mesmos forem bem executados, de forma positiva para a economia local.

Em Tibau, o secretário 1e mencionou acerca do primeiro questionamento que “Só faria alusão hoje ao PRODETUR+ Turismo, apenas para os municípios, mas, para iniciativas privadas, é com o FUNGETUR. O Governo do Estado, lamentavelmente não dispõe de políticas públicas para o turismo (SECRETÁRIO 1E, 2019).

Com base nessa fala, entendeu-se que em um contexto de políticas públicas, o Estado não tem uma frente para esse secretário, o que é algo preocupante para o desenvolvimento do

turismo. Em um contexto local de investimentos do município direcionados ao turismo, mencionou a questão da infraestrutura, visto que é um elemento necessário para que essa atividade ocorra nesse espaço, além de beneficiar as pessoas que vivem nesse ambiente, sendo assim, citou que a partir do momento em que se investe em uma “[...] saúde de qualidade, está investindo no turismo, porque, principalmente, um povo que tem qualidade de vida é quem pode oferecer um turismo de qualidade” (SECRETÁRIO 1E, 2019), ou seja, ao investir em infraestrutura como saneamento, iluminação, em uma boa rede de saúde e em segurança, está se investindo também em turismo.

É perceptível que os programas, projetos e políticas de ordem federal e estadual não têm um papel tão impactante para o desenvolvimento dessa atividade, além disso, poucos secretários conseguiram identificar esses programas em um contexto estadual, questiona-se assim, se têm conhecimento dos mesmos ou eles não chegaram até seus municípios. Mas no quesito municipal, os municípios vêm investindo nessa atividade, seja através de eventos ou projetos.

Contudo, é necessário entender se essa atividade atua no município, gerando emprego e renda para as pessoas que vivem nessas áreas, além de ter conhecimento se essa atividade é algo constante ou está limitada a certos períodos do tempo. A fim de explanar esse contexto com base nas falas dos entrevistados, tem-se o próximo tópico.

4.3.3 Turismo e Geração de Renda no Polo Costa Branca

Para entender melhor a contribuição do turismo na geração de emprego e renda e o fluxo turístico no decorrer dos anos, foram elaboradas duas perguntas que dizem respeito a essa situação²⁹, inquiridas aos entrevistados.

Ao questionar o secretário 1a (2019): “Qual o papel do turismo na geração de emprego e renda para a população local?”, o mesmo mencionou que a resposta se assemelhava a da segunda questão, além disso, citou também que o turismo não se constitui como o pilar econômico de Mossoró e “[...] a quantidade de empregos gerados pelo mesmo não é tão significativa” (SECRETÁRIO 1A, 2019), o que diverge de alguns municípios, como por exemplo, Tibau do Sul, no qual o turismo é sua principal atividade econômica, como mencionou na entrevista.

O referido secretário citou também que Mossoró possui um número significativo de meios de hospedagem e de alimentação, mas o turismo na cidade esbarra muito na questão de

²⁹ Essas perguntas correspondem as questões 7 e 8 da entrevista, ver no ANEXO A desse trabalho

eventos e no turismo religioso, ou seja, o mesmo não está sendo desenvolvido além dessas esferas. O mesmo mencionou que nesse contexto turístico, é necessário que haja uma associação entre a iniciativa privada e o poder público para que essas atividades deslanchem e gerem empregos, sendo assim, afirmou que

[...] temos esse trabalho de conscientização da iniciativa privada. Fazemos as reuniões do Conselho Municipal do Turismo e geralmente convidamos pessoas além dos membros do Conselho, como por exemplo, pessoas da iniciativa privada para que acompanhem as discussões e desta forma, ajudem nesse trabalho. Portanto, a geração de empregos poderia ser bem maior, se tivéssemos mais investimentos, mais apoio, tudo isso, associando ao Governo do Estado e ao Governo Federal. (SECRETÁRIO, 1A, 2019).

É notável que o turismo não é um grande gerador de emprego e renda no município, mas isso não quer dizer que o mesmo não tenha uma contribuição nesse contexto, embora não tão significativa (SECRETÁRIO 1A,2019), como foi analisada nas Tabelas 7 e 8.

Na visão do secretário 1a (2019), essa contribuição poderia ser maior, caso existisse uma relação entre os setores público e privado, visto que o setor público não pode fazer tudo para que o turismo ocorra, todavia que o privado também tem que desempenhar o seu papel para que essa atividade aconteça. Com a finalidade de que em Mossoró possa ter outros elementos que permitam o desenvolvimento dessa atividade e não se limite apenas aos eventos culturais de negócios, como é caso do Mossoró Cidade Junina, Festa de Santa Luzia, FICRO, como foi mencionado anteriormente por esse entrevistado, que provocam um fluxo de pessoas bastante significativo, entretanto, sempre é bom ter mais atrativos que possam atender a várias predileções dos turistas.

Acerca dessa pergunta, a gerente 2ª (2019) mencionou que

Se mensuramos que a cadeia produtiva do turismo atinge mais de 50 prestações de serviços, podemos inserir nesses resultados de emprego e renda, também os taxistas, os ônibus, pequenas lanchonetes, artesãos.

Com isso, fica claro que os impactos benéficos economicamente do turismo em atividades que por vezes não estão associadas diretamente ao mesmo sofrem por influências desses segmentos, visto que um turista, ao deslocar-se de um local para outro, faz uso de ônibus ou de táxis, bem como outros meios de transporte, gerando renda para as pessoas que estão trabalhando nesse meio, ou seja, tem uma repercussão muito grande, já que atinge várias esferas. Em Mossoró, o número de empregos direcionados exclusivamente para o turismo “[...] é pequeno ainda, mas vai crescer” (GERENTE 2A, 2019).

Percebeu-se, com base nessa informação, bem como em colocações da subsecretária (2019), que o turismo é um segmento da economia dinâmica, tendo capacidade de inserir-se

em várias atividades que vão desde salineira (SECRETÁRIO 1A, 2019), por meio de visitação às salinas, até as realizadas por meios formais e informais diversos, oriundos dos transportes utilizados para o deslocamento de turistas de um local para outro.

O secretário 1b (2019), de Macau, respondeu que, no momento, ele não é um meio de geração de empregos, porém, acreditam que a curto prazo, essa atividade possa gerar empregos e renda, que para ele é mais fácil do que atrair investimentos industriais, portanto, em sua perspectiva, essa prática poderá ocorrer e gerar empregos a curto prazo. O mesmo mencionou que

O turismo poderá vir a ser algo a curto prazo, mais fácil, [...], que não implique grandes investimentos, tanto da parte do município como de potenciais investidores, basta conseguir atrair para o município pessoas, é nisso que estamos trabalhando, tanto a secretaria, como colaboração da AMDESTUR, iniciativa privada, mas uma vez. É tudo ainda muito prematuro (SECRETÁRIO 1B, 2019).

O entrevistado deixa claro que essa atividade ainda não é geradora de emprego e renda, porém, poderá vir a ser a partir do momento em que ela começar a ser realizada. Diante disso, é perceptível que o turismo nesse município é algo que está em planejamento.

A entrevistada 2b (2019) desse município mencionou que em épocas de eventos há uma geração de empregos e são nesses momentos que se percebe o grande potencial de Macau, uma vez que “[...] tem extras em hotel, extras em restaurantes, que temos que ter, só nesses um dia/ dois acabam movimentando tudo. É diante dessas pequenas coisas que acontecem, desses pequenos eventos que temos muita esperança” (ENTREVISTADA 2B, 2019).

Vê-se que a fala da entrevistada contrapõe-se ao que o secretário 1b afirmou, visto que não se tem ainda um papel na geração de emprego e renda para a população de Macau, porém, ela ressalta que nos momentos de eventos, há geração de movimento de pessoas que vem a contribuir em extras em hotéis e restaurantes, alimentando a criação de renda dos residentes dessa área, mesmo ocorrendo de forma sazonal.

A secretária 1c (2019) de Guimarães³⁰, ao ser questionada acerca do papel do turismo na geração de emprego e renda para a população local, respondeu que o turismo, ainda se desenvolve de forma tímida, mesmo que empregue um número considerável de pessoas, principalmente no segmento da hotelaria na qual a mesma observa a eficácia dessa atividade na questão de empregos, porém, existem

³⁰ O secretário 2b, não respondeu essa pois acreditava, que despeitava ao turismo, esse fato também ocorreu com as questões 5, 6, 8, 9 e 10 da entrevista.

[...] muitos ambulantes que estão acordando para isso e levando suas estruturas de mesa e cadeira, guarda-sol, tendas e outros serviços como *barman*, para praias em fins de semana, atraindo o público local, já que antes, isso não existia, as praias eram bem desertas, hoje, as pessoas estão na informalidade, levando fim de semana, isso está movimentando um pouco a atividade turística do município (SECRETÁRIO 1C, 2019).

Em Guamaré, com base nessa fala, foi possível identificar que o turismo emprega pessoas e que embora não seja tão significativo esse contingente, a empregabilidade ocorre principalmente na esfera hoteleira, não se restringindo apenas ao contexto formal, mas também ao informal, gerando renda às pessoas que trabalham nessa perspectiva, como por exemplo, os vendedores ambulantes.

Nesse município, essa atividade tem um papel nessa conjuntura, além disso, foi questionado também se o turismo é uma atividade relevante, se comparada a do petróleo, e a resposta da secretária foi: “Não. Ela é muito tímida ainda” (SECRETÁRIA 1C, 2019). Isso demonstra que o turismo não é tão significativo, se comparado ao petróleo, ainda é uma atividade em expansão.

Ao inquirir esse questionamento ao gerente 1d (2019) de Areia Branca, o mesmo mencionou que o turismo é uma atividade relevante, pois há pessoas que residem no município e sobrevivem exclusivamente dessa atividade, portanto, tem um papel na geração de renda em Areia Branca tão importante quanto as que estão associadas aos segmentos de alimentação e de alojamentos, além disso, novos equipamentos de hospedagem vêm surgindo. Esse quadro é positivo para a geração de empregos, oferecendo oportunidades nessa esfera, para a entrada de novas pessoas no mercado de trabalho, isso contribui para o crescimento econômico local, já que as pessoas passam a ter recursos e inserem um serviço na economia do município por meio de troca de bens. Além disso,

[...] Areia Branca é uma cidade que tem 42 km de litoral, então, inevitavelmente e com toda essa diversidade de belezas, [...], de atrativos, não tem como não vivermos do turismo também. Creio que o turismo é uma das maiores fontes de economia hoje, em Areia Branca. Como já mencionei antes, existiam três pilares econômicos em Areia Branca, que eram o sal, o petróleo e a pesca, atualmente, existe o quarto que é o turismo. O turismo veio para agregar, se não for um dos maiores pilares de sustentação da economia de nossa cidade (SECRETÁRIO 1D, 2019).

Um fato interessante a ser ressaltado na fala do mesmo é a questão de que ele crer que o turismo “[...] é uma das maiores fontes de economia, hoje, em Areia Branca [...]” (SECRETÁRIO 1D, 2019), entretanto, com base nos dados analisados dessa atividade no município, ainda é algo que vem surgindo, pode ser que no futuro seja uma das mais fortes, mas atualmente, ainda está em crescimento.

O secretário 2d (2019) mencionou, acerca dessa questão, que “[...] através do turismo gera-se a movimentação nos comércios, hotéis e pousadas que temos em algumas praias que são bem legais, bonitos”, essa colocação complementa o que foi citado anteriormente pelo secretário 1c, na questão da capacidade que o turismo possui em movimentar a economia por meio do fluxo de turistas nessa área. Nesse município, o turismo possui um importante papel no contexto da geração de renda e emprego, contribuindo para a economia local, mas, será que é tão importante assim ou algo que ainda vem despontando e em raros momentos positivos contribuindo para essa conjuntura?

Em Tibau, a resposta do secretário 1e a respeito dessa questão, foi a seguinte:

Temos muito, uma economia informal ainda, são poucas as empresas em Tibau que efetivamente trabalham com registros CNPJ, assinam carteira. Ainda existe muito, aquela coisa, de quando falamos de economia informal aqui em Tibau, estamos nos referindo a muitas empresas familiares, a pessoa é dona de um bar, de um restaurante, de uma pousada, trabalha ele a mulher dele e o filho [...] (SECRETÁRIO 1E, 2019).

Nessa fala do entrevistado, não foi possível identificar com clareza o papel do turismo na geração de emprego e renda, o que ficou perceptível foi que em Tibau, a economia gira muito no contexto informal, sendo que, nessas empresas, o trabalho está voltado para o ciclo familiar.

Para entender melhor essa conjuntura, foi abordada a questão de qual seria a economia mais gerada, a do turismo ou a do veraneio, logo, o secretário 1e mencionou a do veraneio, sendo assim, questiona-se qual o real papel dessa atividade para a economia de Tibau.

O turismo é uma atividade que desponta na questão da geração de emprego e renda em alguns municípios e tem uma importância significativa, a exemplo disso, temos Areia Branca, mas, outros ainda podem vir a ser, como é o caso de Macau. Além de fazer uma análise dessa visão, é importante entender se essa atividade ocorre em todos os períodos do ano nesses municípios ou somente em uma determinada época, a pergunta oito da entrevistada trata sobre esse contexto abordado com base na fala dos entrevistados.

Foi questionado ao secretário 1a (2019) se “O turismo no município é uma atividade que possui um fluxo de turistas em todos os meses do ano ou apenas em determinados períodos?”, o referido entrevistado disse que em virtude de Mossoró ter o turismo de negócios bem presente, o fluxo acontece no decorrer do ano, entretanto, intensifica-se em decorrência dos eventos realizados, como é caso do Mossoró Cidade Junina. Além disso, citou também a questão dos voos na cidade, que através de uma pesquisa realizada por eles, (da secretaria) com os passageiros, foi possível identificar que “[...] a maioria é corporativa, mas não uma

maioria esmagadora, e dos que estão viajando, que não é a trabalho, boa parte é para visitar parentes [...]” (SECRETÁRIO 1A, 2019).

Com base nessa fala, o fluxo de turistas, de acordo com o secretário 1a (2019), ocorre em todo o período do ano, em virtude do turismo de negócios, algo bem presente em Mossoró, porém, tende a ser mais intenso em épocas em que ocorrem os eventos que movimentam muitas pessoas, como foi possível observar na procissão de Santa Luzia, eventos tais como, o Mossoró Cidade Junina, Expofruit, dentre outros. Um fato que o secretário mencionou também são as características das pessoas que fazem uso dos voos que ocorrem em Mossoró, nos quais há um percentual significativo desse fluxo que vem a trabalho, mas também das que visitam suas famílias. Contudo, em Mossoró, o turismo de negócios movimenta turistas durante todo o ano.

Em Macau, a entrevistada 2^{31b} (2019) respondeu essa pergunta da seguinte forma:

Creio que o turismo de negócios é o ano inteiro, é o único que temos. [...]. O turismo de negócios que já há, apesar de não ser aquele turista que consome muito, que gasta muito, mas é um turismo que deixa para o município alguma coisa, ele movimenta um pouco a hotelaria e os restaurantes um pouco.

Nessa conjuntura, assim como Mossoró, o turismo de negócios é atuante em Macau. Essa modalidade movimenta o fluxo turístico o ano inteiro, isso tende a beneficiar a economia do município, visto que o mesmo, ao ir para esse espaço, consome os serviços que o comércio oferta.

Em Guamaré, o trânsito de turistas é diferente desses dois municípios, já que, de acordo com a secretária 1c (2019), o turismo ocorre de forma tímida no município e sazonalmente, entretanto, ela sente o fluxo turístico de forma mais intensa nos períodos de carnaval, no qual “[...] concentra e traz o turismo regional, de forma muito abrangente para o município [...]” (SECRETÁRIA 1C, 2019), além desse período ela citou a temporada de férias, final de ano, logo, falou que em sua gestão, conseguiu

[...] trazer para Guamaré três eventos que trazem turistas de Natal, João Pessoa, Recife em determinadas épocas do ano, que é a Expedição do *Stand Up*, que já realizamos a terceira edição, o Triátlon, uma etapa estadual de Triátlon no município e o Orla de Férias, é um programa que fazemos duas vezes por ano, em janeiro e fevereiro que traz o turismo regional daqui das cidades vizinhas, que vem para Guamaré em função dessa programação (SECRETÁRIA 1C, 2019).

Nesse município, o fluxo de turistas é segregado a certos períodos do ano, como o do carnaval que atrai turistas regionais, além deste, tem-se os fins de ano e a época de férias. Para

³¹ As vezes só tem a fala de um de dois entrevistados, de alguns municípios, posto que um respondeu e outros não.

somar a esse quadro, o município detém eventos que trazem turistas para esse espaço, como é o caso da Orla de Férias. Segundo a secretária de Guamaré, é notável que o município possui um fluxo de pessoas em certos períodos associados a férias ou a festas, porém, ele não se deixa limitar por esses momentos, busca eventos que trazem muitas pessoas, o que é bem interessante economicamente.

Na perspectiva dessa pergunta, o gerente 1d (2019), de Areia Branca, relatou que isso ocorre de forma sazonal, em virtude disso, foram criados eventos para

[...] alavancar o nosso turismo. O Carnaval, a Festa de Agosto, o Festival do Atum, o *Kite Surfe* e o *Kite Fast*, são os momentos em que temos os maiores picos de turistas em nossa cidade, entretanto, temos turistas o ano inteiro, por ser uma cidade praieira, litorânea, mas não, é algo que acontece de forma sazonal, por exemplo, observarmos que no mês janeiro, o pessoal migra mais para Tibau, e falando em Costa Branca [...], em fevereiro, já migra-se mais para Areia Branca, em razão do carnaval (GERENTE 1D, 2019).

O entrevistado mencionou que o fluxo de turistas é sazonal, e, para alavancar essa atividade e consecutivamente aumentar o número de visitantes, foram criados eventos como o Carnaval, o *Kite Fast*, mas também mencionou que existem turistas ao longo do ano em virtude de ser uma área litorânea, mesmo sendo sazonal. Isso se leva a crer que ao longo do ano há visitação de pessoas em Areia Branca, intensificando-se em determinados períodos.

O secretário 2d desse município vem a confirmar essa situação em sua fala, mencionando que “Em todos os meses do ano, principalmente no carnaval, hoje, que foi resgatado agora nessa gestão, gerando lotações em hotéis e pousadas, a cada ano que passa”. Em Areia Branca, o fluxo turístico, segundo os entrevistados, ocorre ao longo do ano, mas de maneira sazonal, intensificando-se em virtude de eventos que ocorrem na cidade, como o carnaval.

Ao questionar o secretário 1e (2019) se o turismo em Tibau possui um fluxo de turistas em todos os períodos do ano ou apenas em determinados períodos, respondeu que “Isso se trata de uma atividade econômica sazonal, que em períodos de férias escolares, o quantitativo de visitantes da cidade exacerba”, ou seja, possui um fluxo intensivo, em contra partida, além do veraneio, comenta que “[...] sempre que tem um feriadão, o quantitativo de visitantes aumenta de forma significativa” (SECRETÁRIO 1E, 2019), ou seja, essa atividade se intensifica em virtude dos períodos em que as pessoas dispõem de tempo para viajar, portanto, sua contribuição para a economia dar-se de forma mais sazonal.

De acordo com as falas do entrevistado, é notável que os fluxos de turistas em algumas áreas ocorrem ao longo do ano, enquanto outras, em um determinado período, isso vem a repercutir na economia, na geração de empregos das pessoas que residem nessas áreas.

Mesmo assim, é importante compreender também o papel dos atrativos turísticos para o fomento dessa atividade, bem como de que forma o município explora-os. Para além disso, é necessário conhecer o ponto de vista dos entrevistados acerca do papel do Polo Costa Branca para o turismo em seus municípios. Posto isto, o próximo tópico denominado “Polo Costa Branca, uma realidade ou uma utopia”, analisou esse quadro com base na fala dos entrevistados.

4.4 Polo Costa Branca, uma realidade ou uma utopia?

Esse tópico foi construído com o intuito de entender se o Polo Costa Branca é efetivo (realidade) ou meramente um plano que não saiu do papel (utopia). Essa perspectiva foi analisada com base em duas questões da entrevista, sendo elas, a nove e a dez (APENDÊNCIA B), que citaram os atrativos turísticos do município, bem como o papel desse Polo no turismo dessas áreas.

Primeiramente foi abordada a questão dos atrativos, questionando o secretário 1a (2019) de Mossoró, se em sua opinião, os mesmos são importantes para o fomento dessa atividade no município. Sua resposta foi que, de uma forma geral, são importantes, como exemplo, citou que “[...] um evento da magnitude do Mossoró Cidade Junina traz muitas pessoas de fora [...]” (SECRETÁRIO 1A, 2019), além disso, falou também sobre as salinas nas quais, caso tenham um fluxo de pessoas e uma boa divulgação, também conseguirão atrair outras pessoas de diferentes lugares, sendo assim, “Os atrativos, o que denominamos de produtos turísticos, são de extrema importância” (SECRETÁRIO 1A, 2019).

O secretário deixa claro que todos os atrativos são importantes para o fomento do turismo, visto que, se observamos o Mossoró Cidade Junina, veremos que é um evento que tende a trazer um grande fluxo de pessoas. Dentro de um viés econômico, esse fluxo contribui para o comércio formal e informal desse município, atingindo desde a rede de hotelaria, até o vendedor ambulante.

Além disso, foi inquirido a esse secretário, bem como a gerente 1a, se “Esses atrativos são bem explorados pelo município? Se sim, de qual forma?”. O secretário 1a (2019) disse que sim, já a gerente 2a (2019) fez uma contextualização em sua fala, mencionando que

Os urbanos são muito visitados, além do turismo de eventos, existe o pedagógico, bastante forte [...]. Estamos trabalhando bem agora, nós da gestão. O turismo das salinas e o rural são novos produtos que queremos firmar, que estão sendo bem aceitos. [...]. Temos também o turismo histórico cultural, que é muito conhecido, por sinal, é o nosso maior atrativo, nosso carro chefe, no momento, estamos trabalhando esses outros.

A gerente 2a (2019) informa que o turismo pedagógico é atuante no município, porém, estão em busca de alicerçar no município, outros tipos de turismo e de atrativos turísticos para que essa atividade não se limite apenas a um contexto, e não fique, por assim dizer, enfadonho para os que vêm a Mossoró. Esse outro produto é o turismo que envolve as salinas e o contexto rural, que se for bem executado, ganhará mais uma nova modalidade que trará um novo fluxo de pessoas interessadas.

Em sua locução, a gerente 2a (2019) não deixou claro de que forma são explorados, sendo assim, foi inquirido a mesma, como são explorados, divulgados, planejados e executados tais atrativos, logo, respondeu que já existe esse processo de exploração e divulgação em virtude das pessoas que desenvolviam o trabalho de turismo no município, posto que, foi elaborado “[...] um roteiro histórico porque os fatos e pontos históricos da cidade já são atrativos naturais para serem explorados. Então, foi feito um trabalho de história, [...], que é explorado como City Tour” (GERENTE 1A, 2019).

Primeiramente, com base nessa fala, percebeu-se que os atrativos de Mossoró foram primeiramente organizados em forma de um roteiro histórico e posteriormente passou a ser explorado no município em forma de *City Tour*. De acordo com Paula e Pereira (2010, p. 97),

Os *city-tours* são configurados em roteiros de visitação de uma determinada localidade, compreendendo alguns de seus principais marcos e edificações. Como principal característica desse tipo de passeio, está a passagem rápida por poucos símbolos que foram escolhidos para representar toda uma comunidade.

Portanto, esses passeios são meios dos visitantes conhecerem determinados pontos turísticos de uma cidade (PAULA; PEREIRA, 2010). Nesse município, os atrativos com base em informações colhidas através desses entrevistados são importantes para o turismo, além de serem explorados pelo setor privado.

Ao fazer ambas as perguntas (mencionadas anteriormente) ao secretário 1b (2019) de Macau, ele respondeu que o maior atrativo da área é a comunhão com a natureza, pois a mesma é impoluta, bela, portanto, torna-se atrativa para as pessoas que apreciam a natureza, além disso, o município possui um clima que “[...] proporciona verão o ano inteiro sem grandes amplitudes térmicas [...]” (SECRETÁRIO 1B, 2019). Outros atrativos que o mesmo destacou são a segurança da cidade e uma praia agradável para o lazer.

Esse secretário enumerou e elucidou os atrativos que Macau possui e que de uma forma geral, estão associados à questão da natureza da cidade, sem contar com o clima que torna propícias as visitas a essas áreas ao longo do ano, assim como usufruir dos elementos naturais que possuem, como as praias. Porém, mais uma vez, percebeu-se a questão iniciante

do turismo em Macau, pois ainda estão no processo de divulgação de atrativos do município, isso não quer dizer que não devam realizar esse processo de divulgação, já que o turismo deveria ser uma atividade mais efetiva nessa etapa através de um processo que reforçasse a questão da expansão do mercado turístico.

Já a entrevistada 2b (2019), representante da AMDESTUR, primeiramente mencionou que há três anos, quando decidiram criar a AMDESTUR, concluíram que em Macau não teria como desenvolver o turismo naquela época, uma vez que não se tinha atrativos além dos naturais, entretanto,

Nesse período, começamos a nos preocupar com isso, sendo assim, criamos atrativos, iniciamos a catalogação daqueles que já existiam para vermos o que precisávamos. Havia as trilhas da reserva, porém, centravam-se nessa área, tinha o passeio de barco, que na época participamos e achamos que deveria ser mais dinâmico, não atendia bem. Tinha esses problemas pontuais, em Macau não havia nada de atrativo, a partir daí, começamos a criar alguns porque eram necessários (ENTREVISTADA 2B, 2019).

Por meio dessa fala, foi perceptível o papel que a iniciativa privada desempenha, visto que, quando pensaram em criar a associação, era inviável fazer turismo naquele período em Macau, posto que tinham apenas uma característica de atrativos associados ao natural. Entretanto, passaram a catalogar e criar novos atrativos, uma vez que são de grande importância para o desenvolvimento da atividade, porque, caso não tenham esses elementos, o turista não se sentirá atraído.

Assim, mencionou que

Criamos o passeio na Gamboa, que é um eco passeio, depois [...] delimitamos o centro histórico de Macau, [...], local que mais houve a história de Macau, além da praia, porque tem a ilha de Manuel Gonçalves, sendo assim, tem toda uma história na praia de Camapum que pode ser contada (ENTREVISTADA 2A, 2019).

Em seu discurso, foi possível identificar as ações que vêm sendo realizadas para o fomento do turismo por meio da criação de alguns atrativos, como por exemplo, o Passeio das Gamboas e a Delimitação do Centro Histórico de Macau. Nesse Centro irá ocorrer outro atrativo que é o *bike tour*, que “[...] é para contar a história do centro histórico de Macau [...]” (ENTREVISTADA 2B, 2019). O mesmo também é uma forma de explorar o atrativo desse Centro Histórico de maneira interativa e esportiva, o que vem a interessar a um conjunto diversificado de turistas.

É notável que os atrativos de Macau ainda vêm sendo construídos ao passar dos anos e com suas divulgações, leva-se a crer que vai contribuir para a ingestão de fluxo turístico nessa área, o que será benéfico para a economia local.

Em Guamaré, ao serem feitas as mesmas perguntas, a secretária 1c (2019) mencionou que os atrativos são essenciais, portanto,

Em Guamaré, temos essa dificuldade visto que detemos uma vocação muito grande para o turismo de negócios, o turismo religioso e o de sol e mar. Esse último, é feito por massa, por grande quantidade de integrantes, não temos um barco para acomodar 100 pessoas, por exemplo, não podemos trabalhar com o turismo enquanto não tivermos produtos, pois é algo que tem de partir de uma iniciativa privada, o poder público não pode inseri-lo, [...], essa iniciativa ainda não despertou para isso. Essa é a nossa grande luta, nosso grande atraso, eu diria assim, caminhamos a passos lentos porque não temos produtos (SECRETÁRIA 1C, 2019).

Para a secretária 1c (2019), os atrativos são de grande importância, mas não adianta ter elementos e não ter produtos para explorá-los. Ressalta ainda que essa é uma grande luta em Guamaré, visto que o município possui uma disposição para uma série de modalidades de turismo como o de sol e mar. Esse tipo de turismo é feito por um contingente bastante significativo de pessoas, tendo em vista que o município não possui produtos que atendam essa demanda, devendo tal iniciativa partir do setor privado, desta forma, questiona-se por que a iniciativa privada não é tão atuante em Guamaré? Será que na visão dos empresários dessa área, o município não é um ambiente propício para o desenvolvimento dessa atividade? Essas questões foram levantadas ao analisar tal conjuntura.

Ao indagar a mesma se esses atrativos são bem explorados e de que forma, a secretária 1c (2019) mencionou que a exploração se dá através do processo

[...] de placas de sinalização em todos os atrativos, nas dunas, nas praias, nas lagoas, no cajueiro, na Ilha do Presídio. Ano passado, formamos em Guamaré, 20 Orientadores Turísticos Locais (OTL's) através do SENAC, essas duas coisas, [...], poderão ser a melhor forma de exploração, de divulgação interna no município (SECRETÁRIA 1C, 2019).

Além disso, a Secretaria de Turismo do município possui

[...] uma assessoria de imprensa que dispõe de uma verba de publicidade [...]. Portanto, já participamos de algumas feiras nacionais e internacionais. Todos os anos participamos da feira do FÓRUM de Turismo que acontece em Natal, já há seis anos consecutivos, nela, entregamos o material publicitário àqueles que passam por nosso estande durante o evento [...].

Com base nessa fala, percebeu-se que os atrativos são explorados por meio da sinalização possível de observar em certas áreas do município, formação de pessoal e publicidade, o que são importantes para o alavancar do turismo. Guamaré, de acordo com essas colocações, possui atrativos propícios para o desenvolvimento do turismo, falta apenas a participação da iniciativa privada para que essa atividade cresça.

O gerente da Secretaria de Turismo de Areia Branca, ao ser questionado sobre as perguntas analisadas, respondeu que “Os atrativos são extremamente importantes para a atividade, são essenciais [...], sem os mesmos, não existiria o turismo, não haveria a procura e a demanda [...]” (GERENTE 1D, 2019).

Para esse entrevistado, os atrativos são fundamentais para a concretização dessa atividade, já que sem eles, o turismo não existiria. No contexto de exploração, mencionou que

[...] os mesmos estão cada vez mais sendo bem explorados, porém, queremos aproveitá-los de maneira devidamente sustentável. Existe um projeto [...] para urbanizarmos a praia de Ponta do Mel, tudo isso são investimentos de médio e a longo prazo, porque o turismo não funciona de forma imediata [...] (GERENTE 1D, 2019).

Posto isto, concluiu-se que os atrativos são bem explorados, embora ainda busquem maior ampliação na questão de uma forma sustentável, o que é muito importante, pois por meio desse modelo, se for bem planejado, haverá uma gestão adequada sem explorá-los de forma que venha a denegri-los. Nesse contexto, falou ainda sobre um projeto de urbanização na praia de Ponta do Mel, bastante positivo para o turismo e as pessoas que residem nessa localidade.

Já o secretário 2d (2019) citou que com relação a esses atrativos, “São, mas que deveriam ainda ser mais”, e ao ser questionado de como são explorados, declarou que

Através de propagandas do município junto com a Secretaria de Turismo, sempre produzem folders, conversando com a população local, oferecendo cursos, capacitando as pessoas, instruindo-as de como devem receber as pessoas, de como tratar [...] (SECRETÁRIO 1D, 2019).

Ou seja, a exploração desses atrativos dá-se através da divulgação e da formação de pessoas. Nesse contexto, constatou-se que os atrativos, nesse município, têm importância para o fomento dessa atividade, explorados em diferentes vertentes, o que vem a contribuir para atividades turísticas locais.

Ao inquirir o secretário 1e (2019) de Tibau, se em sua opinião, os atrativos do município são importantes para o fomento do turismo, ele mencionou que

Limitados. [...] trabalhamos ainda muito com o binômio sol e mar, quando sabemos que o turista, ao programar-se para conhecer um destino turístico, quer saber o que irá fazer pela manhã, o que visitará à tarde, o que conhecerá à noite. [...] (SECRETÁRIO 1E, 2019).

Com base nessa fala, é possível identificar que os atrativos turísticos de Tibau são limitados ao sol e ao mar, e isso é preocupante para o desenrolar do turismo nessa cidade, visto que, o turista tem uma ânsia em saber o que fará no decorrer de seu dia no espaço o qual

visita, logo, é necessário que haja mais elementos para atender a demanda desse consumidor, assim como para atrair outros públicos para esse espaço

Além disso, indagou-se ao secretário se os atrativos são bem explorados, e de que forma, diante disso, respondeu que “Sim. As praias são limpas, seguras, estão bem iluminadas. O que eu particularmente não compactuo muito é com os preços praticados” (SECRETÁRIO 1E, 2019). Declarou que a exploração nesse município dá-se através da limpeza, da infraestrutura e segurança das praias, porém, um ponto negativo é a questão dos preços altos em Tibau, que não são favoráveis. Além disso, é necessário que haja também uma etapa de divulgação dos atrativos, bem como a formação de pessoas que possam vir a trabalhar nessa área, contribuindo para a explanação desses elementos para os turistas.

Com base nessas informações, na visão dos entrevistados, os atrativos têm um papel importante para o turismo e cada município explora-os da maneira que melhor lhe convém. Mas será que essa exploração dá frutos para o desenvolvimento do turismo local? Pois não adianta ter belezas e não as explorá-las de uma forma que seja atrativa para o mercado turístico.

Além disso, é necessário questionar se para o desenvolvimento dessa atividade, o Polo Costa Branca é efetivo ou meramente um programa que seu contexto, não deu tão certo. Sendo assim, com o intuito de entender melhor essa situação, foi questionado aos entrevistados: “Como o (a) senhor (a) define o papel do Polo Costa Branca para o turismo no município?”.

Primeiramente, esse questionamento foi realizado no município de Mossoró, ao secretário 1a e a Gerente 2ª, logo, o secretário 1a esclareceu isso em sua fala, ao mencionar que são campos para debate, não

[...] são, vamos dizer assim, deliberativos. Cada reunião do Polo consiste em que: alguém para apresentar um evento, um trabalho, uma ação de Governo para que sirva de inspiração aos outros, que sirva de modelo para chamar os mesmo para participarem. É muito nesse sentido, para dizer se tem alguma linha de crédito. Então assim, [...], de forma efetiva não vejo muita contribuição para Mossoró (SECRETÁRIO 1A, 2019).

Entende-se assim, que de uma forma geral os Polos são salas para debates, já que em suas reuniões, os representantes dos municípios que os constituem apresentam algo que possa beneficiar ao outro, mas só no contexto de debate, por vezes, não é efetivo, nessa perspectiva, o secretário citou que “[...] de forma efetiva não vejo muita contribuição para Mossoró” (SECRETÁRIO 1A, 2019), ou seja, no contexto mossoroense, o Polo não é tão efetivo para o turismo local. A gerente 1a (2019) mencionou que “Mossoró faz parte do Polo desde a

filiação em 2005, como ele falou, é mais uma troca de experiências, alguém que tenha um *case* de sucesso apresenta como sugestão”.

Em seu comentário, a entrevistada apenas fundamenta a questão do Polo como um espaço de debate, troca de experiências, não se vê uma efetividade do mesmo. É um espaço em que há a participação de outras entidades “Além dos municípios integrantes do Polo, temos o sistema AECI e as universidades [...]” (GERENTE 1A, 2019) que dão suporte ao desenvolvimento de algumas atividades, sendo “[...] necessário que todos os municípios tenham seu inventário turístico, através da universidade, é discutido isso no Polo, um *network*, uma troca de experiências” (GERENTE 1A, 2019).

Debater, abrir espaço para outras organizações entrarem e tratarem de questões relacionadas ao Polo e darem subsídios ao desenvolvimento de algo que lhe seja essencial é importante, porém, somente conversas e debates não impulsionam de forma demasiada o turismo.

Em Macau, a resposta a essa pergunta dada pela entrevistada 2b (2019) foi a seguinte: “Zero. Assim [...] acho que o Polo Costa Branca contribuiu muito para que se pensasse em um turismo em conjunto [...]”.

Na opinião da entrevistada 2b (2019), o papel do Polo em Macau foi zero, o que é preocupante, porém, mais adiante, elucida que o mesmo contribuiu para a concepção de um turismo em unidade, ressaltando que nada adiantará se não for efetivado. Além disso, observou que apesar dos limites que o Polo possui, tentou-se fazer algumas coisas, porém, em virtude da conjuntura pública, essa tomada de ação foi prejudicada.

Para além disso, acrescentou que

[...] uma coisa muito importante que acho, que o Polo Costa Branca deixou, apesar de não ter feito nada concreto para o município, porque como tinha o projeto das placas, nem as placas chegaram, foi o pensamento em conjunto com os municípios que têm os mesmos problemas [...] (ENTREVISTA 2B, 2019).

Nessa fala é possível perceber que em Macau, as ações concretas do Polo não chegaram, no caso, as placas de sinalização, tão importantes para que o turista saiba de como deve se deslocar até os atrativos que a cidade possui. Mas, nem tudo é negativo, pois como mencionou a entrevistada 2b (2019), por meio dessa esfera, foi possível ter uma união dos municípios que passam por problemas semelhantes e a formulação do fórum, denominado Caminho das Águas Doces, composto por 10 municípios banhados pelo rio Piranhas-Açu. Esses municípios são “[...] São Rafael, Itajá, Açu, Ipanguaçu, Carnaubais, Alto do Rodrigues, Pendências, Porto do Mangue, Macau e Alfonso Bezerra” (ENTREVISTADA, 2A, 2019). Ela

ainda mencionou que “[...] conseguimos, através do Fórum, um Fest Verão” (ENTREVISTADA, 2A, 2019), ou seja, o fórum veio a contribuir mais para o turismo do que propriamente para o Polo, sendo assim, essa ferramenta contribuiu para a formulação de outros instrumentos para que alguns municípios fomentem cada vez mais esse ramo da atividade turística. Logo, a referida entrevistada citou que

Então esse fórum, ao meu ver, está caminhando mais do que o próprio Polo que passou anos e anos engessado, porque turismo significa dinamismo, agilidade, não adianta ficar conversando, conversando, conversando e não sair do canto [...] (ENTREVISTADA, 2A, 2019).

A secretária 1c (2019), de Guamaré, tem um olhar mais positivo, por assim dizer, com relação ao Polo, ao ser inquirida sobre o papel que o Polo Costa Branca desempenha no turismo do município, ressaltou que

[...]. Este ano, fui por conta própria para Brasília, a convite do Polo, mais custeei minha viagem para fazer um curso, um treinamento. O Polo Costa Branca desenvolve um papel de elo entre o que tem em Brasília em termos de benefícios, de programas para incorporarmos ao município, seja o secretário indo ou não (SECRETÁRIA 1C, 2019).

Diante de tais colocações, concluiu-se que o Polo é importante, servindo de ponte para ligar o que há de projetos em Brasília e deslocá-los para os municípios, além de ser um ambiente de debate. Citou ainda que “[...] realmente sinto a cada três meses quando participamos das reuniões, que o Polo Costa Branca vem fazendo muito bem o seu papel, de informar, de reunir” (SECRETÁRIA 1C, 2019). Contudo, a secretária 1c (2019) enfatiza a questão do mesmo ser um local de debate, de apresentações de palestras, entre outras atividades, troca de informações e experiências vividas pelos municípios que fazem parte do Costa Branca.

Além disso, em sua opinião, mencionou “[...] que hoje, sem esses Polos, os municípios estariam ainda piores [...]” (SECRETÁRIA 1C, 2019), pois os mesmos são importantes para o turismo. Mas, se o Polo é uma ponte para trazer programas, benefícios, onde estão eles? Pois com base nos relatos anteriores, foram poucos os municípios que conseguiram identificar alguma ação, projeto do Governo Federal e Estadual, então o mesmo não é tão efetivo assim.

O gerente 1d de Areia Branca, ao ser inquirido do papel do Polo para o turismo no município, relatou que

O que acho mais interessante no Polo é a questão da integração, visto que não conseguimos trabalhar o turismo de forma isolada, uma vez que temos os municípios circo vizinhos que têm basicamente os mesmos equipamentos naturais,

por exemplo, o Rosado que possui uma grande extensão em Dunas, o parque, segundo parque com as maiores dunas do Brasil, com extensão de 17 km de dunas, e isso é fantástico, começando no Rosado e terminando em Areia Branca [...]. Assim, há uma integração natural dos municípios. Não conseguimos trabalhar o turismo de forma isolada, aquilo que é bom para Areia Branca acaba sendo bom também para Grossos, Tibau, Porto do Mangue [...]. O Polo tem essa finalidade de integrar os municípios (GERENTE 1D, 2019).

Em sua visão, o papel do Polo reside na integração, pois o turismo não ocorre de forma isolada, sim em conjunto. O Polo tem o papel de unir e essa união vem a ser benéfica para o turismo, se os municípios integrantes agirem, pensarem e executarem essa atividade. O secretário 2d (2019), acerca dessa pergunta, mencionou que “É muito importante porque além de movimentar a economia, tudo na região é muito bonito, inclusive, o pessoal vem até para visitar as próprias salinas”, o Polo é muito importante, é responsável por movimentar a economia, atrair pessoas que visitam as salinas. Mas será que esse movimento econômico com base nesse Polo, realmente existe?

Sobre essa questão, o secretário de Tibau declarou que

[...]. Nesses 14 anos, o Polo tem se configurado como um ambiente de reuniões que acontecem a cada três meses, mas, sem nenhuma autonomia, para começar, os prefeitos não participam. A partir do momento em que se participa de uma reunião trimestral e conta com a presença somente do secretário, o mesmo não tem autonomia nem financeira nem operacional para deliberar sobre nada. Os prefeitos não participam [...], nunca vão à reuniões do Polo, a não ser quando acontece na sede na qual ele é o anfitrião. O Estado não tem uma política pública para desenvolver o turismo na região, a única coisa que conseguimos com o Governo de Estado, isso, pelo fato de Rosalba ser mossoroense, [...] foi a construção da RN 013. [...] Então conseguimos isso, talvez muito mais pela afinidade de Rosalba com Tibau, do que por ser uma política pública do Governo do Estado [...]. (SECRETÁRIO 1E, 2019).

Essa fala do secretário 1e demonstrou que no decorrer da existência do Polo, este vem sendo campo de conversas e debates e não tem nenhum poder, visto que as pessoas (prefeitos) que poderiam exercer algum papel deliberativo não participam ou participam apenas quando a reunião acontece em seus municípios. Isso prejudica o desenvolvimento do turismo no Polo, pois quem poderia deliberar sobre os recursos financeiros para essa atividade não se fazem presentes. Além disso, o secretário 1e (2019) elucida a questão da falta de atuação do Estado em políticas públicas que possam desenvolver o turismo na região. Um fato que marcou essa conjuntura em sua fala foi a questão sobre a construção da RN 13 que dá acesso a Tibau, estando mais associada à afinidade da ex-governadora com o município.

Alguns entrevistados consideram o Polo Costa Branca importante para o turismo, já outros veem que seu papel não é tão efetivo, em virtude de que o mesmo está muito engessado na questão do debate e troca de experiências, apesar de ser importante, não deve

limitar-se apenas a isso, fato preocupante, pois sem execução, o turismo não progride porque as pessoas que poderiam contribuir para que essa conjuntura desse certo, não estão presentes.

É importante mencionar que o Polo Costa Branca passará por um momento que virá ser determinante para sua continuação ou finalização, posto que

Irá acabar os Polos [...]. Hoje, a coordenação é do Governo do Estado, a despesa do mesmo resume-se aos transportes dos funcionários [...], para os funcionários dele porque a locomoção da UERN quem custeia é a instituição, da prefeitura quem banca é a entidade [...] não é bancado nada pelo Governo do Estado, entretanto, o mesmo não quer ficar mais com a coordenação, quer passar para a iniciativa privada (SECRETÁRIO 1A, 2019).

O secretário de Mossoró declarou que os Polos serão extintos, que não acreditam “[...]que iniciativas privadas tomem isso” (SECRETÁRIO 1A, 2019). Esse processo, de acordo com a gerente 2a (2019), “E isso já vai acontecer, o mais tardar, em abril de 2020 [...]” (SECRETÁRIO 1A, 2019). Por um lado, é preocupante, pois o Polo é uma troca de experiências, um campo de debate muito importante para o desenvolvimento do turismo, contudo, pode ser algo positivo, visto que por meio da ação da iniciativa privada, o turismo no Polo possa ser executado de uma forma mais atuante.

A subsecretária (2019) citou também acerca da formalização das Instâncias de Governança dos Polos, essa orientação parte de uma entidade federal que é MTur, logo,

[...] está sinalizando que, para o remapeamento de 2021, isso vai ser critério obrigatório, só irá ficar dentro do mapa a instância que tiver, digamos assim, quem cuide dela, sem ser o Estado, tem que ter uma entidade jurídica para cuidar dela.[...] Vai criar essa entidade, os municípios vão ter que dar sua contribuição financeira [...]. Percebe-se é que as instâncias que já estão formalizadas, que têm essa entidade jurídica, estão muito mais desenvolvidas, avançadas dentro de todo esse contexto das perguntas anteriores para o desenvolvimento da atividade turística (SUBSECRETÁRIA, 2019).

Essa formalização dos Polos é algo que deve ocorrer porque é uma deliberação federal, os mesmos não dependerão mais do Estado, deverão arcar com os custos para o desenvolvimento do turismo em seu território, visto que foi observado que as regiões nas quais existem esse processo, o turismo deslanchou, porém, será que isso ocorrerá no contexto do Costa Branca?

Essa formalização das instâncias dos Polos, mas especificamente do Costa Branca (mencionado por alguns municípios), leva-se a crer que gerará dois caminhos. O primeiro, associado à questão do encerramento desse Polo, ou seja, o mesmo irá chegar ao fim, uma vez que se acredita que nem todos os municípios têm os recursos necessários para a contribuição nessa questão dos investimentos no turismo nesse Polo, prejudicando alguns municípios que

estão em fases iniciais de desenvolvimento de sua atividade, nesse momento, é importante conversar com os representantes dessas áreas nas quais essa atividade se realiza.

O segundo seria a questão de a iniciativa privada atuar mais fortemente nesse Polo, já que passarão a ser uma pessoa física, ou seja, os municípios investirão mais nessa atividade, posto que, conforme analisado, o Polo não apresenta o turismo como uma atividade tão atuante economicamente, isso poderá mudar nessa nova conjuntura. Sendo assim, se isso será efetivo ou não, só se saberá quando houver a formalização do Costa Branca.

Percebeu-se que o Polo Costa Branca é uma utopia turística, uma área planejada para que os municípios desenvolvessem essa atividade, por conseguinte, conseguissem angariar capital. Entretanto, baseando-se nas informações coletadas e dissertadas, é perceptível que o turismo no Polo não é uma atividade espacial e economicamente atuante, pois seu contexto nas cidades analisadas não é tão expressivo, visto que os municípios apresentam atividades de caráter extrativistas que por vezes estão associadas ao histórico de produção do espaço, assim como a sua ocupação que tem um papel de maior destaque dentro da conjuntura espacial/econômica.

Portanto, esse novo quadro do turismo nesse Polo possibilitará ou impactará o desenvolvimento dessa atividade, tendo em vista que cada município terá que dar uma contribuição monetária para o exercício do turismo, esse fato demonstrará se essa atividade para os gestores dessas áreas é importante ou não.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Polo Costa Branca é um espaço que engloba uma série de municípios os quais possuem uma relação de certa proximidade territorial entre si, porém, é válido ressaltar que com base na definição do Decreto 26.661 (Rio Grande do Norte, 2017), dentre os municípios está São Rafael, distante territorialmente das demais cidades, logo, questiona-se qual foi o quesito utilizado para sua inserção no Polo.

Além da questão territorial tem-se o contexto econômico, posto que as atividades petrolíferas e salineiras, juntamente com as esferas de serviços e comércios estão presentes em quase todos os 10 municípios do Polo. Entretanto, o Decreto 26.661 de fevereiro de 2017 (RIO GRANDE DO NORTE, 2017, p.1), evidenciado no transcurso desse trabalho, menciona que “A definição dos Polos Turísticos do Estado do Rio Grande do Norte tem como objetivo fomentar o desenvolvimento econômico e social para os municípios [...]”. Com base nessa citação, é notório que por meio desses Polos Turísticos busca-se o desenvolvimento socioeconômico dos municípios integrantes, contudo, foi questionado durante o desenvolvimento dessa pesquisa, se o turismo firma-se como uma atividade econômica efetiva nesse Polo, visto que a hipótese desse trabalho centra-se na questão de que as políticas e programas para o fomento da atividade turística, no contexto do Estado do Rio Grande do Norte não foram efetivas na conjuntura do Polo Costa Branca, com isso, crê-se que o turismo não é uma atividade presente na base das principais economias dos municípios que o compõem.

No decorrer dessa dissertação, essa hipótese foi analisada com base em informações levantadas através de diversas fontes, tais como: dissertações, sites, livros, dados estatísticos, entrevistas, entre outros que abordam a questão do turismo e suas políticas públicas, economia, urbanização e a efetividade do Polo.

Sendo assim, em uma primeira análise (seção dois), foi possível observar algumas políticas de turismo que tiveram um papel importante para o alavancar dessa atividade tanto no contexto potiguar quanto no brasileiro, foram elas, o Programa de Regionalização do Turismo e o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste, visto que uma contribuiu para a formulação dos Polos no RN, e a outra, na questão de investimentos (LOPES; FERREIRA, 2013). Entretanto, com base em informações levantadas, identificou-se que os investimentos do PRODETUR se concentram mais em municípios que compõem o Polo

Costa das Dunas, logo, as repercussões dessas políticas não foram tão efetivas no Costa Branca.

Foi explorada também a questão das contribuições desses programas para a economia do Costa Branca na qual se constatou que a maioria de seus municípios tem uma forte ligação com o contexto de Serviços, Comércio e Indústria, em uma perspectiva da geração de empreendimentos e vínculos, todavia, apesar de estar inserido na conjuntura de serviços, o turismo não apresentava, com base nos dados analisados, um contingente expressivo de ocupações e estabelecimentos de atividades presentes na conjuntura dessa atividade. Os municípios que apresentaram os maiores valores foram Mossoró, Guamaré, Areia Branca e Macau, porém, foi levantada a questão de que esses montantes poderiam ser oriundos também do consumo da população local e não somente de turistas, com isso, observou-se que o turismo não foi uma atividade tão efetiva.

Para entender melhor o contexto econômico espacial do Polo, foi elaborada a seção três, que retrata uma caracterização do espaço econômico desses municípios no qual foi possível identificar e analisar três atividades econômicas que se destacaram, sendo elas: a Pesca, a Salineira e a Petrolífera. Diante disso, chegou-se à conclusão de que a Salineira e a Petrolífera, apesar dos decréscimos apresentados, desempenharam um papel importante na economia dos municípios nos quais estavam presentes, além disso, desempenharam relevante função no processo de urbanização em alguns deles, como foi observado na seção quatro. Posto isto, esse capítulo esclarece mais o contexto econômico do Polo Costa Branca, que tem uma forte ligação com atividades associadas ao setor de extração e de suas atividades de apoio.

Para evidenciar de uma forma mais precisa a questão econômica do turismo no Polo, foi elaborada a quarta seção, que, com base em uma série de entrevistas realizadas com secretários dos municípios, bem como de alguns setores privados e com a secretária de Turismo do RN, foi possível expor o papel dessa atividade na economia do RN e em áreas do Costa Branca, explanando a efetividade dos programas analisados na seção dois, assim como o papel que o Polo Costa Branca desempenha no turismo. Diante dessas informações, ficou claro que o turismo não é uma atividade econômica tão efetiva, é algo que ainda vem se firmando nos cinco municípios pesquisados, além disso, em um contexto de políticas de âmbito federal, foi perceptível que um dos entrevistados citou uma ação oriunda do RN, mas é necessário mencionar que a grande maioria dos municípios investe em ações para o desenvolvimento do seu turismo.

Com base nas falas dos entrevistados, evidencia-se que o Polo Costa Branca é um espaço de debate, de troca de experiências, por isso não é algo efetivo que contribui para o avanço do turismo nos municípios, apenas nessa conjuntura, o turismo não se desenvolve, é necessário que haja uma efetivação de ações que promovam essa atividade de forma que venha a ser umas das principais atividades econômicas dos municípios, refletindo sobre a economia local. Porém, esse quadro pode acontecer ou não, já que o Polo (assim como os demais) irá passar por um processo de formalização de suas instâncias, adquirindo uma entidade privada que o coordene, assim, o turismo poderá ser alavancado, ou poderá declinar-se, caso os municípios não estejam preparados para arcar com os investimentos para essa atividade que ocorre desde a divulgação até a realização de eventos de grande porte.

Posto isto, fica claro que o Polo não teve uma efetividade tão significativa, mesmo tendo uma proposta interessante, permanece nessa conjuntura, por assim dizer, no papel, não faz com que o turismo se desenvolva nessa área, tornando-se uma utopia, algo que é mencionado de forma belíssima, mas que não corresponde à realidade, no entanto, isso não quer dizer que os municípios que o compõe não possam ter o turismo em sua economia, podem sim, desde que pensem e executem, pois o turismo não é realizado com diálogos, e sim com ações, com capital.

Para que essa atividade ganhe destaque econômico, deve-se exercer o que foi planejado, que os gestores que possuem poder para executar o projeto conversem entre si e desenvolvam ações que contribuam para o turismo em seus municípios de forma precisa, realista, com condições de serem realizadas porque sonhos não fazem do turismo algo real e efetivo economicamente, como é perceptível no Costa Branca.

Enfim, o turismo no Polo não é tão expressivo economicamente, o que confirma a hipótese levantada, porém, pode ser uma atividade nas bases econômicas desses municípios, tornando-se importante para que haja uma dinamização da economia, visto que no quadro econômico atual que o RN apresenta, é relevante a presença de outras atividades que venham a contribuir para a economia dos municípios. Portanto, é necessário que o projeto turístico pertencente ao Costa Branca seja executado, pois apresenta municípios com atrativos que vão desde a questão cultural até a natural que os tornam propícios para a capitalização dessa atividade.

Mas, para tanto, é necessário que ocorram investimentos em infraestruturas para que o turista se aloque nesse espaço, bem como despenda o seu recurso para que essa atividade possa vir a ser efetiva ao longo dos meses dos anos, entretanto, é imprescindível que haja um planejamento no processo de inserção de elementos para a expansão do turismo e o mesmo

esteja de acordo com a realidade local, seja sustentável para que os atrativos dessas áreas não sofram com tantos impactos, e, por conseguinte, que o turismo possa se desenvolver de forma economicamente sustentável no âmbito social, econômico e ambiental.

REFERÊNCIAS

- ALMADA, José Alexandre Berto de. O Turismo no Rio Grande do Norte. **Sociedade e Território**, Natal, v. 31, n. 2, p. 241-262, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/19140>. Acesso: 24 jul.2019.
- ANDRADE. Manoel Correia de. A produção do espaço norte-rio-grandense. **Revista GeoInterações**, v. 1, n. 2, p. 101-123, 2017. Disponível em: <http://periodicos.uern.br/index.php/geointeracoes/article/view/2610>. Acesso em 8 jan. 2020.
- AQUINO. Joacir Rufino de. A “crise do petróleo” no Rio Grande do Norte. *In*: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA- CORECON RN. **A “crise do petróleo” no Rio Grande do Norte**. c2020. Disponível em: <http://www.corecon-rn.org.br/2019/12/19/a-crise-do-petroleo-no-rio-grande-do-norte/>. Acesso em: 25 jan. 2020.
- ARANHA, Raphael de Carvalho; FESTA, Mario. Tempo, Clima e Turismo. *In*: ARANHA, Raphael de Carvalho; GUERRA, Antonio José Teixeira (Org.). **Geografia Aplicada ao Turismo**. São Paulo: Oficina de Textos. 2014, p. 7-27.
- ARAÚJO, Denílson da Silva. A Economia do Rio Grande do Norte no Processo de Articulação e Integração Nacional –1930/1970. *In*: ARAÚJO, Denílson da Silva. **Dinâmica econômica, urbanização e Metropolização no Rio Grande do Norte (1940-2006)**. 2009. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, 2009. f. 35-87. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285704>. Acesso em: 15 jun. 2019.
- ARAÚJO, Denílson da Silva. Demografia e Urbanização do Rio Grande do Norte: 1940-2000. *In*: ARAÚJO, Denílson da Silva. **Dinâmica econômica, urbanização e Metropolização no Rio Grande do Norte (1940-2006)**. 2009. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, 2009. f. 227- 223. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285704>. Acesso em: 15 jun. 2019.
- ARAÚJO, Denílson da Silva. Os Efeitos da Industrialização Incentivada e do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento Sobre a Economia Norte-rio-grandenses: 1970-2006. *In*: ARAÚJO, Denílson da Silva. **Dinâmica econômica, urbanização e Metropolização no Rio Grande do Norte (1940-2006)**. 2009. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, 2009. f. 89-225. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285704>. Acesso em: 15 jun. 2019.
- AZEVEDO, F.F. Reestruturação Produtiva no Rio Grande do Norte. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n.2, p. 113-132, set.2013. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1178>. Acesso em: 17 maio.2019.
- BANCO DO NORDESTE-BNB. Informação Geral. *In*: BANCO DO NORDESTE-BNB. **Relatório Final de Projeto: Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste**. 2005, p. 4-7.
- BANCO DO NORDESTE-BNB. **PRODETUR/NE I: resultados**. [2005?] b. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/inicio?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_

mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_returnToFullPageURL=https%3A%2F%2Fwww.bnb.gov.br%2Finicio%3Fp_auth%3De0yHNmWW%26p_p_id%3D3%26p_p_lifecycle%3D1%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_state_rcv%3D1&_101_assetEntryId=133909&_101_type=content&_101_groupId=120632&_101_urlTitle=prodetur-ne-i-resultados&inheritRedirect=true. Acesso em: 29 jan. 2019.

BANCO DO NORDESTE-BNB. **PRODETUR**: Apresentação. [200-?] a. Disponível em: <http://edi.bnb.gov.br/content/aplicacao/PRODETUR/Apresentacao/gerados/apresentacao.asp>. Acesso em: 23 ago. 2018.

BARBOSA, Fábila Fonseca. O turismo como fato de desenvolvimento local e/ou regional. **Caminhos da Geografia**, v. 6 n. 14, p. 107-114, Fev. 2005. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15380>. Acesso em: 16 nov.2019.

BATISTA, Joane Luiza Dantas Viera. Introdução. *In*: BATISTA, Joane Luiza Dantas Viera. **A vilegiatura marítima e a urbanização em Tibau – RN**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013. f. 16-29: Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/18945>. Acesso em: 30 ago. 2019

BECKER, Elsbeth Léa Spoder. Geografia e Turismo: Uma Introdução ao Estudo de suas Relações. **Rosas dos Ventos**, Caxias do Sul, v.6, n.1, p. 52-65, jan./mar. 2014. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/issue/view/144/showToc>. Acesso em 5 set. 2018.

BELTRÃO, Breno Augusto *et al.* (Org.). Caracterização do Município de São Rafael. *In*: BELTRÃO, Breno Augusto *et al.* **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea**. Diagnóstico do município de São Rafael estado do Rio Grande do Norte. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005. p. 2-6. Disponível em: http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/17136/rel_sao_rafael.pdf?sequence=1. Acesso em 16 maio. 2019.

BESERRA, Fábio Ricardo Silva. Apêndices. *In*: BESERRA, Fábio Ricardo Silva. **Diferenciação do espaço e transformações urbanas: expansão da indústria da construção em Mossoró (RN)**. 2017. Tese (Doutorado) - Centro de Ciências e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017. f. 482-485. CD-ROM.

BESERRA, Fábio Ricardo Silva. Introdução. *In*: BESERRA, Fábio Ricardo Silva. **Diferenciação do espaço e transformações urbanas: expansão da indústria da construção em Mossoró (RN)**. 2017. Tese (Doutorado) - Centro de Ciências e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017. f. 24-41. CD-ROM.

BRASIL. Ministério do Turismo. Portaria nº 192, de 27 de dezembro de 2018. Estabelece critérios para a atualização do Mapa do Turismo Brasileiro, instituído pela Portaria MTur nº313, de 3 de dezembro de 2013, e dá outras providências. *In*: BRASIL. Ministério do Turismo. **Portarias**. 2019. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/legislacao-portarias.html#ano2019>. Acesso em: 9 out. 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Portaria nº 172, de 11 julho de 2016**. [Define o Mapa do Turismo Brasileiro 2016 e dá outras providências]. 2016. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/legislacao/?p=1061>. Acesso em: 9 out.2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo. Departamento de Ordenamento do Turismo. Coordenação-Geral de Mapeamento e Gestão Territorial do Turismo. Mapa do Turismo. *In*: BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo. Departamento de Ordenamento do Turismo. Coordenação-Geral de Mapeamento e Gestão Territorial do Turismo. **Mapa do Turismo Brasileiro 2019**. [S. l.: s. n.]. 2019. p. 5. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=76&Itemid=267. Acesso em: 8 fev. 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo. Departamento de Ordenamento do Turismo. Coordenação-Geral de Mapeamento e Gestão Territorial do Turismo. Regiões Turísticas Nordeste. *In*: BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo. Departamento de Ordenamento do Turismo. Coordenação-Geral de Mapeamento e Gestão Territorial do Turismo. **Mapa do Turismo Brasileiro 2019**. [S. l.: s. n.]. 2019. p. 18. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=76&Itemid=267. Acesso em: 8 fev. 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo- MTur. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA. Metodologia. *In*: BRASIL. Ministério do Turismo- MTur. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA. **Relatório com as estimativas da caracterização da ocupação formal e informal do turismo, com base nos dados da RAIS* e da PNAD** 2013, para o Brasil e regiões**. [S. l.: s. n.]. 2015. p. 6-13. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/extrator/arquivos/160204_caracterizacao_br_re.pdf. Acesso em: 24 jun. 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo- MTur. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA. Apresentação. *In*: BRASIL. Ministério do Turismo- MTur. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA. **Relatório com as estimativas da caracterização da ocupação formal e informal do turismo, com base nos dados da RAIS* e da PNAD** 2013, para o Brasil e regiões**. [S. l.: s. n.]. 2015. p.4-5. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/extrator/arquivos/160204_caracterizacao_br_re.pdf. Acesso em: 24 jun. 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo- MTur. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA. Antecedentes. *In*: BRASIL. Ministério do Turismo- MTur. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA. **Relatório com as estimativas da caracterização da ocupação formal e informal do turismo, com base nos dados da RAIS* e da PNAD** 2013, para o Brasil e regiões**. [S. l.: s. n.]. 2015. p. 5. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/extrator/arquivos/160204_caracterizacao_br_re.pdf. Acesso em: 24 jun. 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo- MTur; Subsecretaria de Inovação e Gestão do Conhecimento-SIG. **Pesquisa de Sondagem Empresarial**: Empresários do Setor de Agências e Organização de Viagens no Brasil 1º semestre de 2019. [S. l.]. 2019. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/sondagem-empresarial.html>. Acesso em: 4 jul.2019

BRASIL. Ministério do Turismo- MTur; Subsecretaria de Inovação e Gestão do Conhecimento- SIG. Destinos demandados e informações sobre consumidores/clientes das agências. **Pesquisa de Sondagem Empresarial: Empresários do Setor de Agências e Organização de Viagens no Brasil 2º semestre de 2019.** . [S. l.: s. n.], 2019. [2] p. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/component/k2/itemlist/category/17.html>. Acesso em: 11 fev. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo.** 2015. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/aceso-a-informacao/63-acoes-e-programas/4882-programa-de-regionalizacao-do-turismo.html>. Acesso em: 09 fev. 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo. Departamento de Ordenamento do Turismo. Coordenação-Geral de Mapeamento e Gestão Territorial do Turismo. Macrorregião Nordeste. *In:* BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo. Departamento de Ordenamento do Turismo. Coordenação-Geral de Mapeamento e Gestão Territorial do Turismo. **Mapa do Turismo Brasileiro 2016.** [S. l.: s. n.], 2016. p. 17. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=85&Itemid=268. Acesso em: 6 jul. 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico Coordenação Geral de Regionalização. Contextualização. *In:* BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico Coordenação Geral de Regionalização. Contextualização. **Programa de Regionalização do Turismo: diretrizes.** [s. l.]: Artplan, 2013. p. 17-21. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/images/programas_acoes_home/PROGRAMA_DE_REGIONALIZACAO_DO_TURISMO_-_DIRETRIZES.pdf. Acesso em: 5 jul. 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. Interface entre a municipalização e o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. *In:* BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Ação Municipal para a Regionalização do Turismo.** Brasília, [s. n.] 2007, p. 22-24. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/acao_municipal_para_a_regionalizacao_do_turismo.pdf. Acesso em: 22 fev. 2019. prodetur.html. Acesso em 23 julh. 2018.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico Coordenação Geral de Regionalização. **Roteiros do Brasil- Programa de Regionalização do Turismo:** mapa da regionalização do turismo. [S. l.: s. n.]. 2006. [1] p. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=85&Itemid=268. Acesso em: 6 jul. 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico

Coordenação Geral de Regionalização. **Roteiros do Brasil- Programa de Regionalização do Turismo**: Regiões Turísticas do Brasil. [S. l.: s. n.] 2006. [1] p. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=85&Itemid=268. Acesso em: 6 jul. 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico Coordenação Geral de Regionalização. **Roteiros do Brasil- Programa de Regionalização do Turismo**: Mapa de Regionalização do Turismo. [S. l.: s. n.], 2009. [1] p. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Mapa_novembro_2009.pdf. Acesso em: 22 ago. 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico Coordenação Geral de Regionalização. **Roteiros do Brasil- Programa de Regionalização do Turismo**: Regiões Turísticas do Brasil. [S. l.: s. n.], 2009. [1] p. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Mapa_novembro_2009.pdf. Acesso em: 22 ago. 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. **Roteiros do Brasil- Programa de Regionalização do Turismo**: mapa de regionalização do turismo. [S. l.: s. n.], 2004. [1] p. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=85&Itemid=268. Acesso em: 6 jul. 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. **Roteiros do Brasil- Programa de Regionalização do Turismo**: regiões turísticas do Brasil. [S. l.: s. n.], 2004. [1] p. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=85&Itemid=268. Acesso em: 6 jul. 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo Evolução UFS e Municípios. *In*: BRASIL. Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo Brasileiro, 2017**. [S. l.: s. n.], 2017. p.12-15. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=76&Itemid=267. Acesso em: 5 jul. 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo. *In*: BRASIL. Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo Brasileiro, 2017**. [S. l.: s. n.], 2017. p. 8-9. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=76&Itemid=267. Acesso em: 5 jul. 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico Coordenação Geral de Regionalização. **Programa de Regionalização do Turismo**: mapa do turismo brasileiro. [S. l.: s. n.], 2013. [1] p. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=85&Itemid=268. Acesso em: 6 jul.2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico Coordenação Geral de Regionalização. **Programa de Regionalização do Turismo:** Programa de Regionalização do Turismo. [S. l.: s. n.], 2013. [1] p. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=85&Itemid=268. Acesso em: 6 jul.2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. Relato histórico do processo de municipalização do turismo. *In:* BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil:** Ação Municipal para a Regionalização do Turismo. Brasília. [s. n.], 2007, p. 16- 21. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/acao_municipal_para_a_regionalizacao_do_turismo.pdf. Acesso em: 22 fev. 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Cadastur.** 2015. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/aceso-a-informacao/63-aco-es-e-programas/5020-cadastur.html>. Acesso em: 5 jan. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. Relato histórico do processo de municipalização do turismo. *In:* BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil:** Ação Municipal para a Regionalização do Turismo. Brasília. [s. n.], 2007, p. 16-21. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/acao_municipal_para_a_regionalizacao_do_turismo.pdf. Acesso em: 22 fev. 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. *In:* BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil:** Ação Municipal para a Regionalização do Turismo. Brasília. [s. n.], 2007, p. 25-43. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/acao_municipal_para_a_regionalizacao_do_turismo.pdf. Acesso em: 22 fev. 2019.

BRITO, Bruno Dantas Muniz de. Turismo. *In:* BRITO, Bruno Dantas Muniz de. **Geografia Geral Aplicada ao Turismo**, Rio de Janeiro: SESES, 2016, p.10-35. Disponível em: https://www.academia.edu/36600276/LivroGEOGRAFIA_GERAL_APLICADA_AO_TURISMO. Acesso em: 22 jul. 2020.

BRUSADIN, Leandro Benedini. Estudo da avaliação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, ano 2, n. 2, p. 87-111, set. 2005. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/4425>. Acesso em: 5 jul. 2019.

CARVALHO, Márcia Siqueira de. Organização do espaço e expropriação da terra. **Geografia (Londrina)**, v. 1, n. 1, 1983, p. 48-58. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/9794>. Acesso em: 7 jan. 2020.

CASTRO, Carla Yara Soares de Figueiredo. Os (Des) Caminhos da Política de Desenvolvimento Urbano. *In*: CASTRO, Carla Yara Soares de Figueiredo. **O corredor cultural: espaço de materialização da exclusão social em Mossoró-RN**. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012, f. 121-154. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/13807>. Acesso em: 11 jan. 2020.

CASTRO, Nair Aparecida Ribeiro. Introdução: CASTRO, Nair Aparecida Ribeiro. **O lugar do turismo na ciência geográfica: contribuições teórico-metodológicas à ação educativa**. 2006 Tese de (Doutorado em Geografia Física) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Física, Universidade de São Paulo, 2006. f. 11-16. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-17072007-110513/publico/TESE_NAIR_APPARECIDA_RIBEIRO_CASTRO.pdf. Acesso em: 31 out. 2019.

CASTRO, Nair Aparecida Ribeiro. Tour epistemológico pela produção do conhecimento na abordagem geográfica do turismo. *In*: CASTRO, Nair Aparecida Ribeiro. **O lugar do turismo na ciência geográfica: contribuições teórico-metodológicas à ação educativa**. Tese de (Doutorado em Geografia Física) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Física, Universidade de São Paulo, 2006. f. 62-107. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-17072007-110513/publico/TESE_NAIR_APPARECIDA_RIBEIRO_CASTRO.pdf. Acesso em: 31 out. 2019.

CHIATTONE, Michele Vasconcellos *et al.* Turismo: ferramenta de desenvolvimento de regiões. *Gestão e Desenvolvimento*, **Novo Hamburgo**, n.12, v.2, p. 1-14, Ago. 2015. DOI: <https://doi.org/10.25112/rgd.v12i2>. Acesso em: 5 jan. 2019.

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MOAGEM E REFINAÇÃO SANTA CECÍLIA LTDA-CIMSAL. **Flor de Sal Cimsal**. c2008-2016. Disponível em: <http://www.cimsal.com.br/flordesal.html>. Acesso em: 27 maio. 2019.

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MOAGEM E REFINAÇÃO SANTA CECÍLIA LTDA-CIMSAL. **Sobre o Sal**: origem do sal. c2008-2016. Disponível em: <http://www.cimsal.com.br/empresa.html>. Acesso em: 27 maio. 2019.

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA-CEP. **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE**. c2019. *In*: Pró-reitora de pesquisa e pós graduação PROPEG. c2019. Disponível em: <http://propeg.uern.br/default.asp?item=propeg-comissoes-cep>. Acesso em: 15 out. 2019.

CORIOLOANO, Luzia Neide M.T. **Turismo**: Prática Social de Apropriação e de Dominação de Territórios. *In*: LEMOS, Amalia Inés de; ARROYO, Mónica; SILVERA, María Laura. América Latina: cidade, campo e turismo. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo, 2006, p. 367-378. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/21coriol.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2019.

COSTA, Diógenes Félix Silva *et al.* Breve Revisão Sobre a Evolução Histórica da Atividade Salineira no Estado do Rio Grande do Norte (BRASIL). **Soc. & Nat**, Uberlândia, v.25, n.1, p. 21-34, jan./abr. 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/13884>. Acesso em: 20 maio. 2019.

COSTA, Jordana Medeiros. Introdução. *In:* COSTA, Jordana Medeiros. **Uso corporativo do território e turismo no Rio Grande do Norte**. 2011. Dissertação (Mestrado em Dinâmica e Reestruturação do Território) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011. f. 14-16. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/18925>. Acesso em: 7 jul. 2019.

COSTA, Jordana Medeiros. Monitoramento do Uso do Território pelo Turismo no Rio Grande do Norte. *In:* COSTA, Jordana Medeiros. **Uso corporativo do território e turismo no Rio Grande do Norte**. 2011. Dissertação (Mestrado em Dinâmica e Reestruturação do Território) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011. f. 112-141. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/18925>. Acesso em: 7 jul. 2019.

COSTA, Maria Augusta Freitas; RIBEIRO, Willame Oliveira; TAVARES, Maria Goretti da Costa. O Turismo Enquanto Espaço de Análise Geográfica: três perspectivas de abordagem. **Mercator**, Fortaleza, ano.3, n.6, 2004. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/124>. Acesso em 19 set. 2018.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. O Turismo e Suas Ambiguidades. *In:* CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (Org). **Geografias do Turismo de Lugares a Pseudo-Lugares**. São Paulo: Roca, p. 3-6, 2007.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. **Geosul**, Florianópolis, v. 20, n. 40, p 27-43, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13234>. Acesso em: 14 maio. 2019.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Uma breve discussão conceitual. *In:* CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à geografia do turismo**. 29 ed. São Paula: Roca, 2003. p. 9-12. Disponível em: <http://docs12.minhateca.com.br/1020850397,BR,0,0,Rita-de-C%3%A1ssia-Ariza-da-Cruz---Introdu%3%A7%3%A3o-%3%A0-geografia-do-turismo.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2017.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. A produção do espaço- ponto de partida e de chegada. *In:* CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (Org). **Geografias do Turismo de Lugares a Pseudo-Lugares**. São Paulo: Roca, p. 8-14, 2007.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. O Turismo no Espaço — O Espaço do Turismo. **RAEGA**, v.2, 1998, p. 31-41. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/17997/11729>. Acesso em: 6 jan. 2020.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. *In:* LEMOS, Amália I. G.; ARROYO, Mônica; SILVEIRA, Maria L. **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo: Clacso, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006. p 337-350. Disponível em:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/19cruz.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2019.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Antecedentes do Turismo no Nordeste. *In:* DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; FERREIRA, Ângela Lucia; CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda (Coord.). **Turismo e imobiliário nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010, p.17-34.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste Brasileiro (1995 a 2005): PRODETUR-NE, o Divisor de Águas. *In:* DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; FERREIRA, Ângela Lucia; CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda (Coord.). **Turismo e imobiliário nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010, p. 35-54.

DICKEN, Peter. Mudança Global: o mapa da economia em transformação. *In:* DICKEN, Peter. **Mudança Global: mapeando novas fronteiras da economia mundial**. 5.ed. Porto Alegre, Bookman, 2010. p. 53-87.

DINIZ, Marco Túlio Mendonça; VASCONCELOS, Fábio Perdigão. Porque o Nordeste Produz Sal Marinho? Estudo analógico do potencial do clima. **Caderno de Geografia**, v.26, n.2, p. 355-379, 2016. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/viewFile/p.2318-2962.2016v26nesp2p355/10538>. Acesso em: 27 maio. 2019.

DOMINGUES, Marcela Galizia. A Petrobras e a Transformação da Paisagem Urbana Mossoroense. *In:* DOMINGUES, Marcela Galizia. **Análise dos impactos socioambientais da instalação das unidades de bombeio de petróleo na área urbana de Mossoró - RN**. 2014. 118 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmica e Reestruturação do Território) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014. f. 21-43. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRN_7fe2e1092f580ea627be013dfb2f9ffc. Acesso em: 8 ago. 2019.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educ. rev.** [online], n.24, p. 213-225, 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.357>. Acesso em: 13 fev. 2020.

EBSERH. **Exemplos de Termos de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE**. [200-?]a. Disponível em: <http://www2.ebserh.gov.br/documents/1975526/2574282/Modelo+de+Termo+de+Consentimento+Livre+e+Esclarecido+-+TCLE/cd046c5b-94cf-4d1e-963e-7e75d2649056>. Acesso em: 15 out. 2019.

EBSERH. **Modelo de Termos de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE**. [200-?]b. Disponível em: <http://www2.ebserh.gov.br/documents/220250/621012/MODELO+DE+TERMO+DE+CONSENTIMENTO+E+ASSENTIMENTO.pdf/41505eec-2379-4b0e-a50a-af2e867ebfa4>. Acesso em: 15 out. 2019

ENTREVISTADA, Vice-Presidenta da AMDESTUR. **Entrevista. Entrevista**. Entrevista concedida a Fernanda Raquel Freire da Silva. Macau (RN), 20 nov.2019. 2b.

FARJADO, Sergio. A questão locacional e a Nova Geografia. **Ambiência**, Guarapuava-PR, v. 6, n. 1, p. 161-168, jan. /abr.2010. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/ambiencia/article/view/982>. Acesso em: 16 nov.2019.

FELIPE, J.L.A. Cidade, Região e Dinâmica Econômica: o caso de Mossoró/RN. *In*: NUNES, Elias; CARVALHO, Edilson Alves; FURTADO, Edna Maria; FONSECA, Maria Aparecida Pontes (Org). **Dinâmica e Gestão do Território Potiguar**. Nata, RN: EDUFRN, 2007. p.61-71.

FELIPE, José Lacerda Alves; CARVALHO, Edilson Alves; ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto. As Atividades do Terciário na Economia do RN. *In*: FELIPE, José Lacerda Alves; CARVALHO, Edilson Alves; ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto. **Atlas, Rio Grande do Norte: espaço geo-histórico e cultural**. João Pessoa: Editorial Grafset, 2004. p. 108-120b.

FELIPE, José Lacerda Alves; CARVALHO, Edilson Alves; ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto. Economias Fundadoras. *In*: FELIPE, José Lacerda Alves; CARVALHO, Edilson Alves; ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto. **Atlas, Rio Grande do Norte: Espaço Geo - Histórico e Cultural**. João Pessoa: Editora Grafset, 2004. p.15-28 a.

FELIPE, José Lacerda Alves; CARVALHO, Edilson Alves; ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto. Economia. *In*: FELIPE, José Lacerda Alves; CARVALHO, Edilson Alves; ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto. **Atlas, Rio Grande do Norte: Espaço Geo - Histórico e Cultural**. João Pessoa: Editora Grafset, 2004. p. 88-106 c.

FELIPE, José Lacerda Alves; ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto; CARVALHO, Edilson Alves. As economias extrativistas e a transformação dos seus produtos. *In*: FELIPE, José Lacerda Alves; ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto; CARVALHO, Edilson Alves. **Economia do Rio Grande do Norte: estudo geo-histórico e econômico**. 3.ed. João Pessoa: Editora Grafset, 2011. p. 29-42a.

FELIPE, José Lacerda Alves; ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto; CARVALHO, Edilson Alves. A crise das economias tradicionais. *In*: FELIPE, José Lacerda Alves; ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto; CARVALHO, Edilson Alves.. **Economia do Rio Grande do Norte: estudo geo-histórico e econômico**. 3.ed. João Pessoa: Editora Grafset, 2011. p. 56-64b.

FELIPE, José Lacerda Alves; ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto; CARVALHO, Edilson Alves.. A economia do Rio Grande do Norte – Cenário Atual. *In*: FELIPE, José Lacerda Alves; ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto; CARVALHO, Edilson Alves. **Economia do Rio Grande do Norte: estudo geo-histórico e econômico**. 3 .ed. João Pessoa: Editora Grafset, 2011. p. 75-108c.

FELIPE, José Lacerda Alves; ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto; CARVALHO, Edilson Alves.. As Reações à Crise. *In*: FELIPE, José Lacerda Alves; ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto; CARVALHO, Edilson Alves. **Economia do Rio Grande do Norte: estudo geo-histórico e econômico**. 3.ed. João Pessoa: Editora Grafset, 2011. p. 66-74d.

FERNANDES, Manoel Couto; GRAÇA, Alan José Salomão. Conceitos e aplicações cartográficas diante das necessidades da cartografia turística. *In*: ARANHA, Raphael de Carvalho; GUERRA, Antônio José Teixeira (Org.). **Geografia Aplicada ao Turismo**. São Paulo: Oficina de Textos, 2014. p. 28-54

FERNANDES, Suellen Wallace Rodrigues. A inserção do espaço geográfico na política de turismo. *In*: STEINBERGER, Marília (org). **Território, Estado e políticas públicas espaciais**. Brasília: Ler Editora, 2013. p. 245-263.

FREIRE, Laura Lucia Ramos. Modelo de Avaliação do PRODETUR/NE-II. *In*: FREIRE, Laura Lucia Ramos. **Modelo de avaliação do PRODETUR/NE-II: base conceitual e Metodológica**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2005. p. 49-62 (Série Documento do ETENE).

GALDINO, Leticia Cristina Fernandes; COSTA, Michele Leandro da. Análise das principais políticas públicas de turismo no Brasil, da década de 1990 à atualidade. Observatório de Inovação do Turismo: **Revista Acadêmica**, Rio de Janeiro, v. 6, n.4, p.1-24. Set. 2011. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/oit/article/view/5815/4526>. Acesso em: 2 jul. 2019.

GERENTE, Gerência de Turismo. **Entrevista**. Entrevista concedida a Fernanda Raquel Freire da Silva. Areia Branca (RN), 3 dez.2019.1d

GERENTE, Gestão de Gerência de Turismo. **Entrevista**. Entrevista concedida a Fernanda Raquel Freire da Silva. Mossoró (RN), 30 out.2019. 1b

GIL, Antonio Carlos. Entrevista. *In*: GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 109-111. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2019.

GOMES, Iara Rafaela. A Vilegiatura como uma Forma de Abordagem Sobre as Novas Tendências da Urbanização no Brasil. *In*: GOMES, Iara Rafaela Gomes. **Vilegiatura além da Metrôpole: urbanização em Tibau** (RN). 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013. f. 44-106. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/7900>. Acesso em: 28 maio. 2018.

GOOGLE. **Google Earth Pro**: Areia Branca. Version 7.3.2.5776. 2020. Disponível em: <https://www.google.com/earth/>. Acesso em: 19 mar. 2019.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado do Turismo. Parte 1. Caracterização Geral do Polo Costa Branca. *In*: GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado do Turismo. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS: Polo Costa Branca**. Start Pesquisa e Consultoria Técnica. [S. I: s. n.], 2011a, p.19-99. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/aceso-a-informacao/5688-plano-de-desenvolvimento-integrado-do-turismo-sustent%C3%A1vel.html>. Acesso em: 3 nov. 2018.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado do Turismo. Parte 2. Situação do Turismo no Polo Costa Branca. *In*: GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado do Turismo. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS: Polo Costa Branca**. Start Pesquisa e Consultoria Técnica. [S. I: s. n.], 2011b. p.100-203. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/aceso-a-informacao/5688-plano-de-desenvolvimento-integrado-do-turismo-sustent%C3%A1vel.html>. Acesso em: 3 nov. 2018.

GRIGIO, Alfredo Marcelo. Considerações Iniciais *In*: GRIGIO, Alfredo Marcelo. **Aplicação de sensoriamento remoto e sistema de informação geográfica na determinação da vulnerabilidade natural e ambiental do Município de Guamaré (RN)**: simulação de risco às atividades da indústria petrolífera. 2003. Dissertação (Mestrado em Geodinâmica; Geofísica) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003. f. 1-76. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/18766>. Acesso em: 6 ago. 2019.

GUEDES, Milton. Capítulo IV. *In*: GUEDES, Milton. **Tibau**: A cidade que ajudei a emancipar. [S. I. s. n], 2014. p. 111-138. Disponível em: <http://www.tibau.rn.gov.br/historia/>. Acesso em: 28 de maio. 2018.

GUEDES, Milton. Perfil do Seu Município. *In*: GUEDES, Milton. **Perfil de Uma Cidade Praia**. [S. I. s. n], 2010. p. 79-141. Disponível em: <http://www.tibau.rn.gov.br/historia/>. Acesso em: 4 jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE (Brasil) *et al.* Produto Interno Bruto a Preços Correntes. *In*: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE (Brasil) *et al.* **Sistema IBGE de Recuperação Automática-SIDRA**: Produto Interno Bruto dos Municípios. 2016. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938>. Acesso em: 8 ago. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE (Brasil). Análise dos Resultado. *In*: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE (Brasil). **Economia do turismo**: uma perspectiva macroeconômica 2003-2009, IBGE: Rio de Janeiro, 2012. p. 21-27. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=261658>. Acesso em: 22 jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE (Brasil). Análise dos Resultado. Notas Técnicas. *In*: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE (Brasil). **Economia do turismo**: uma perspectiva macroeconômica 2003-2009, IBGE: Rio de Janeiro, 2012. p. 9-20. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=261658>. Acesso em: 22 jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE (Brasil). Bases Cartográficas: Malhas Digitais. *In*: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE (Brasil). **Mapas**: bases e referências. 2015. Disponível em: <https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais.html>. Acesso em: 28 nov. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE (Brasil). **Conceitos e Definições**. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/primeiros_resultados/analise01.shtm. Acesso em: 29 maio.2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Institucional**. [200-?]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/institucional/o-ibge.html>. Acesso em: 29 ago.2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA-IPEA (Brasil). Introdução. *In*: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA-IPEA. **Sistema de Informações**

Sobre o Mercado de Trabalho no Setor do Turismo: Extrator de Dados do Turismo Dados com Coeficiente e Sem Coeficiente. [S. I. s. n.], 2018c. p. 2-9. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/extrator/tutorial.html> Acesso em: 24 jun. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA-IPEA (Brasil). Métrica. *In:* INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA-IPEA (Brasil). **Sistema de Informações Sobre o Mercado de Trabalho no Setor do Turismo:** Extrator de Dados do Turismo Dados com Coeficiente e Sem Coeficiente. [S. I. s. n.], 2018a. p. 17-18. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/extrator/tutorial.html> Acesso em: 24 jun. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA-IPEA (Brasil). **Sistema de Informações Sobre o Mercado de Trabalho no Setor do Turismo – SIMT.** [2014?]a. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/extrator/simt.html>. Acesso em: 24 jun. 2019

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA-IPEA (Brasil). Termos e Condições de Uso. *In:* INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA-IPEA (Brasil). **Extrator de Dados.** [2014?]a. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/extrator/termos_condicoes.html. Acesso em: 29 ago. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA-IPEA. Contexto. *In:* INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA-IPEA (Brasil). **Sistema de Informações Sobre o Mercado de Trabalho no Setor do Turismo:** Extrator de Dados do Turismo Dados com Coeficiente e Sem Coeficiente. [S. I. s. n.], 2018b. p. 10-11. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/extrator/tutorial.html>. Acesso em: 24 jun. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. O Brasil em Perspectiva Regional: regionalização como uma estratégia do desenvolvimento emergente. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Texto para Discussão**, Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2019, p. 8 - 98. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent§ion=31&category=419&Itemid=35. Acesso em: 07 jul. 2020.

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. Administração das informações de marketing para obter insights de cliente. KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de marketing**. 15. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015, p. 107-141. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/n008c1c>. Acesso em: 8 fev. 2020.

LIMA, Rozileide de Oliveira. Aspectos Fisiográficos e Sócio-econômicos. *In:* LIMA, Rozileide de Oliveira. **Caracterização dos sedimentos biogênicos da plataforma equatorial brasileira adjacente ao Rio Grande do Norte, entre a região de Porto do Mangue e Galinhos**. 2008. Relatório (Relatório de Graduação), RN, Natal, 2008. p. 7-13. Disponível em: <https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/monografias.jsf>. Acesso em: 7 ago. 2019.

LOPES, Rosa Maria Rodrigues, ALVES, Larissa da Silva Ferreira. O Desenvolvimento do Turismo no Estado do Rio Grande do Norte a Partir da Ação Pública. **Revista Cultura e Turismo**, v. 9, n. 3, 2015. p. 143-172. Disponível em: <http://periodicos.uesc.br/index.php/cultur/article/view/940> Acesso em: 27 fev. 2019.

LOPES, Rosa Maria Rodrigues; FERREIRA, Larissa. O Turismo no Estado do Rio Grande do Norte. *In:* ALBANO, Gleydson Pinheiro; FERREIRA, Larissa Silva; ALVES, Agassiel de

Medeiros (Org.). **Capítulos de Geografia do Rio Grande do Norte**. Fundação José Augusto: Natal-RN, 2013. p. 193-227.

LUCENA, Carmen Vera Araújo de; PORTELA, Solange Araújo. Macroregião Nordeste: Rio Grande do Norte. In. BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO- MTur. **Mapa do Turismo Brasileiro**, 2017. [S. I. s. n.], 2017. p. 72-75. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=76&Itemid=267. Acesso em: 5 jul. 2019.

MACHADO, Marcello de Barros Tomé. Turismo – um conceito socioespacial. In: SEABRA, Giovanni (Org.). **Turismo de Base Local: identidade cultural e desenvolvimento regional**. João Pessoa: Editora Universitária-UFPB, 2007. p. 65-79.

MAIA, Ivanilson de Souza; COSTA, Franklin Roberto da. Mapa das Principais Atividades Econômicas da Costa do Semiárido Potiguar. In: MAIA, Ivanilson de Souza. **Sustentabilidade e gestão da pesca artesanal na costa do Semiárido Potiguar (RN)**, Brasil. 2014. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Centro de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014. f. 50. Disponível em: <http://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/19994>. Acesso em: 10 jun. 2019.

MAIA, Manuel Thiago de Araújo. O Circuito Espacial de Produção da Atividade Salineira. In: MAIA, Manuel Thiago de Araújo. **Circuito espacial de produção de sal: o uso do território do município de Macau/RN pelas indústrias salineiras**. 2011. Dissertação (Mestrado em Dinâmica e Reestruturação do Território) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011. f. 94-118. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/18931/1/ManuelTAM DISSERT.pdf>. Acesso em: 21. maio. 2019.

MAIA, Manuel Thiago de Araújo. Periodização, um esforço de análise e de síntese do Território usado. In: Manuel Thiago de Araújo. **Circuito espacial de produção de sal: o uso do território do município de Macau/RN pelas indústrias salineiras**. 2011. Dissertação (Mestrado em Dinâmica e Reestruturação do Território) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011. f. 23-69. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/18931/1/ManuelTAM DISSERT.pdf>. Acesso em: 21. maio. 2019.

MANZINI, Eduardo José. **Considerações sobre a transcrição de entrevistas. Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas. Amostragens e técnicas de pesquisa. Elaboração, análise e interpretação de dados**, v. 7, 2008. Disponível em: https://transcricoes.com.br/wpcontent/uploads/2014/03/texto_orientacao_transcricao_entrevista.pdf. Acesso em: 13 fev. 2020.

MELO, Silas Nogueira de. et al., Espaço Geográfico, Turismo e Crescimento Econômico: o caso do Olímpia- SP. **Geo UERJ**, v. 2, n. 19, p. 179-199, 2009. Disponível em:

MÉNDEZ, Ricardo. Economía y Organización Territorial. In: MÉNDEZ, Ricardo. **Geografía Económica: la lógica espacial del capitalismo global**. Barcelona: Editora Ariel, S.A, 1997. p. 1-22.

MÉNDEZ, Ricardo. Organización Espacial del Sistema Económico. *In*: MÉNDEZ, Ricardo. **Geografía Económica: la lógica espacial del capitalismo global**. Barcelona: Editora Ariel, S.A, 1997. p.23-69.

MINISTÉRIO DO TRABALHO-MTE. **RAIS Estabelecimento**: CNAE 2.0 classes. 2010, 2015, 2017, 2018 a. Disponível em:http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_rais_estabelecimento_id/caged_rais_estabelecimento_basico_tab.php. Acesso em: 17 dez. 2019

MINISTÉRIO DO TRABALHO-MTE. **RAIS Estabelecimentos**: CNAE 2.0 classe. 2010, 2015, 2017, 2018 c. Disponível em:http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_rais_estabelecimento_id/caged_rais_estabelecimento_basico_tab.php. Acesso em: 18 dez. 2019.

MINISTÉRIO DO TRABALHO-MTE. **RAIS Estabelecimentos**: CNAE 2.0 subclasse. 2010,2015, 2017, 2018 a . Disponível em:<https://cnae.ibge.gov.br/?view=divisao&tipo=cnae&versao=9&divisao=47>. Acesso em: 19 dez. 2019.

MINISTÉRIO DO TRABALHO-MTE. **RAIS Estabelecimentos**: IBGE Gr Setor. 2005, 2010, 2015, 2017, 2018. Disponível em:http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_rais_estabelecimento_id/caged_rais_estabelecimento_basico_tab.php . Acesso em: 21 mar. 2019.

MINISTÉRIO DO TRABALHO-MTE. **RAIS Estabelecimentos**: IBGE Gr Setor. , 2010, 2015, 2017, 2018. Disponível em:http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_rais_estabelecimento_id/caged_rais_estabelecimento_basico_tab.php . Acesso em: 28 dez. 2020.

MINISTÉRIO DO TRABALHO-MTE. **RAIS Vínculos**: CNAE 2.0 classes. 2010,2015, 2017, 2018 d. Disponível em:http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_rais_vinculo_id/caged_rais_vinculo_basico_tab.php. Acesso em: 18 dez. 2019.

MINISTÉRIO DO TRABALHO-MTE.**RAIS Estabelecimentos**: IBGE Gr Setor. 2000. Disponível em:http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_rais_estabelecimento_id_2000/caged_rais_estabelecimento_basico_2000_tab.php. Acesso em: 21 mar. 2019.

MINISTÉRIO DO TRABALHO-MTE.**RAIS Vínculos**: CNAE 2.0 classes. 2010,2015, 2017 b. Disponível em:http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_rais_vinculo_id/caged_rais_vinculo_basico_tab.php. Acesso em: 17 dez. 2019.

MINISTÉRIO DO TRABALHO-MTE.**RAIS Vínculos**: CNAE 2.0 subclasses. 2010, 2015, 2017 b. Disponível em:http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_rais_vinculo_id/caged_rais_vinculo_basico_tab.php . Acesso em: 20 dez. 2019.

MINISTÉRIO DO TRABALHO-MTE.**RAIS Vínculos**: IBGE Gr Setor. 2000. Disponível em:

http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_rais_vinculo_id_2000/caged_rais_vinculo_basico_2000_tab.php. Acesso em: 21 mar. 2019.

MINISTÉRIO DO TRABALHO-MTE.**RAIS Vínculos**: IBGE Gr Setor. 2005. Disponível em:http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_rais_vinculo_id/caged_rais_vinculo_basico_tab.php [tp://bi.mte.gov.br/scripts10/dardoweb.cgi](http://bi.mte.gov.br/scripts10/dardoweb.cgi). Acesso em: 21 mar. 2019.

NASCIMENTO, Sergio Roberto Vital do. Área de Estudo. *In*: NASCIMENTO, Sergio Roberto Vital do. **Geoprocessamento aplicado a gestão de informações territoriais do município de Grossos-RN**: estudo multitemporal do uso e ocupação do solo. 2004. Dissertação (Mestrado em Recursos Minerais; Recursos Hídricos; Meio Ambiente) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2004. f. 5-38. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/16787>. Acesso: 1 jun. 2019.

NUNES, Maria Rita Oliveira. Turismo e a Produção de Espaço em João Pessoa. **Revista Turismo- Visão e Ação**, v. 16, n. 2, p. 320-337, maio./ago, 2014. Disponível em:<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/7730>. Acesso em: 16 jul. 2019.

OLIVEIRA, Amanda Santos de *et al.* Tendências Estruturais da Economia Potiguar: mudanças e permanências desde a decadência da cultura algodoeira até o início do novo milênio (1970-2006). *In*: PEREIRA, Willian Eufrásio Nune; SILVA, Marconi Gomes da; ARAÚJO, Denílson da Silva (Org.). **Recortes analíticos sobre o desenvolvimento, estado e economia do RN**. Natal: EDUFRN, 2016. *E-book* (66-92 p). Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/23616/7/Recortes%20anal%C3%ADtico%20sobre%20o%20desenvolvimento%2C%20estado%20e%20economia%20do%20RN.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2019.

PAIVA, Maria das Graças Menezes Venâncio. Análise do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (Prodetur/NE) na perspectiva do planejamento estratégico. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, p. 197-213, mar./abr. 2010. Disponível em:<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6922>. Acesso em: 03 ago. 2018.

PARAHYBA, Ricardo.E.R; CAVALCANTI, Vanessa. M.M. Sal. *In*: DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL-DNPM. **Sumário Mineral Brasileiro 2017**. 2017. Disponível em:<http://www.anm.gov.br/dnpm/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/sumario-mineral>. Acesso em: 28 maio. 2019.

PAULA, Damaris Ribeiro de; PEREIRA, Ana Paula Camilo. O City-Tour e sua inadequação para apreensão do espaço urbano de São Paulo: uma análise fenomenológica. **Revista Eletrônica de Turismo Cultural**, v. 4, n. 2, p. 94-112, 2010. Disponível em: http://www.eca.usp.br/turismocultural/8.05_Damaris_e_A.Paula.pdf. Acesso em: 7 fev. 2020.

PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. A indústria química de álcalis e o “Projeto Cabo Frio”. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n.4, p. 42-64, mai. 2014Disponível em:https://www.researchgate.net/publication/291040805_A_industria_quimica_de_alcalis_e_o_Projeto_Cabo_Frio. Acesso: 27 maio. 2019.

PONTES, Beatriz Maria Soares. Os desafios da Geografia no Rio Grande do Norte. *In*: COSTA, Ademir Araújo; LOCATEL, Celso Donizete. (Org). **(Re) pensando o território e a**

cidadania: desafios da Geografia no Rio Grande do Norte. Natal, RN: EDUFRN, 2013. p.13-49.

PREFEITURA DE AREIA BRANCA. **Turismo:** economia. c2017. Disponível em:<http://areiabranca.rn.gov.br/turismo/>. Acesso em: 23 nov. 2019.

PREFEITURA DE GROSSOS. **Economia.** c2017. Disponível em:<http://prefeituradegrossos.rn.gov.br/2017/01/economia/>. Acesso em: 17 jun.2019

PREFEITURA DE GUAMARÉ. **Conheça Guamaré:** Economia. 2016. Disponível em:<https://guamare.rn.gov.br/conheca-guamare/>. Acesso em: 5 jun.2019.

PREFEITURA DE GUAMARÉ. **Notícias:** Gestão municipal enxerga o turismo como a grande saída econômica para o futuro de Guamaré. 2016. Disponível em: <http://guamare.rn.gov.br/gestao-municipal-enxerga-o-turismo-como-a-grande-saida-economica-para-o-futuro-de-guamare/>. Acesso em: 22 jan.2020.

PREFEITURA DE GUAMARÉ. **Turismo de Guamaré capta novos eventos para os próximos dias.** 2019. Disponível em: <http://guamare.rn.gov.br/turismo-de-guamare-capta-novos-eventos-para-os-proximos-dias/>. Acesso em: 26 jun.2019.

PREFEITURA DE MACAU. **AMDESTUR indica nome técnico para assumir Secretaria Municipal de Turismo.** 2019. Disponível em: <https://macau.rn.gov.br/amdestur-indica-nome-tecnico-para-assumir-secretaria-municipal-de-turismo/>. Acesso em: 9 fev.2020.

PREFEITURA DE MOSSORÓ. **Economia.** c2017. Disponível em: <https://www.prefeiturademossoro.com.br/economia/>. Acesso em: 11 jul.2019

PREFEITURA DE MOSSORÓ. **Mossoró:** cultura. c2017. Disponível em: <https://www.prefeiturademossoro.com.br/cultura/>. Acesso em: 17 jan.2020

prodetur.html. Acesso em 23 julh. 2018.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA-PPGEO. **Apresentação.** 2016. Disponível em:<http://propeg.uern.br/ppgeo/default.asp?item=ppgeo-apresentacao>. Acesso em: 18 out. 2019.

QGIS. **QGIS - A liderança do SIG de código aberto.** [200-?]. Disponível em: https://www.qgis.org/pt_BR/site/about/index.html. Acesso em 13. set. 2018.

RAMOS, Dina Maria; COSTA, Carlos Manuel. Turismo: tendências de evolução. **PRACS**, Macapá, v. 10, n. 1, p. 21-33, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/2843/dinav10n1.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2019.

RIO GRANDE DO NORTE (Estado). **Decreto nº 26.661, de 20 de fevereiro de 2017.** Dispõe sobre os Polos Turísticos do Estado do Rio Grande do Norte e dá outras providências, Rio Grande do Norte. [S. l. s. n.], 2017, [1-3] p. Disponível em: http://www.diariooficial.rn.gov.br/dei/dorn3/docview.aspx?id_jor=00000001&data=20170221&id_doc=563689. Acesso em: 9 fev. 2019.

RODRIGUES NETO, João. O Sonho do Petróleo. *In*: RODRIGUES NETO, João. **A expectativa do petróleo: aspectos históricos do Rio Grande do Norte**. 2007. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, 2007. p. 137-192. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285526>. Acesso em: 4 jun. 2019.

SÁNCHEZ, Joan Eugeni. La Dinámica Territorializada de Una Actividad Productiva. *In*: SÁNCHEZ, Joan Eugeni. **España, Economía y Sociedad**. Siglo XXI: Espanã Editores, S.A, 1991. p. 159-179. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/texap-6.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2019.

SANTOS, Milton. *et al.* O papel ativo da Geografia: Um manifesto. *In*: XII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. **Anais**: Florianópolis, p.1-9, Jul.2000. Disponível em:http://miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/08/O-papel-ativo-da-geografia-um-manifesto_MiltonSantos-outros_julho2000.pdf. Acesso em: 3 jul. 2019.

SANTOS, Vanice dos; CANDELORO, Rosana J. Trabalho Científicos: conceitos e roteiros. *In*: SANTOS, Vanice dos; CANDELORO, Rosana J. **Trabalhos acadêmicos: uma orientação para a pesquisa e normas técnicas**. Porto Alegre: AGE, 2006. p. 39-68. Disponível em: http://maratavarespsictics.pbworks.com/w/file/74304320/2-SANTOS-trabalhos_academicos.pdf. Acesso em: 3 set. 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DO RN- SETUR. Destinos: **Turismo do Rio Grande do Norte apresenta balanço de 2019**. 2019. Disponível em: <http://setur.rn.gov.br/?p=6983>. Acesso em: 4 fev.2020;

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DO RN- SETUR.. **O Rio Grande do Norte**. [200-?]a. Disponível em: http://setur.rn.gov.br/?page_id=4050. Acesso em: 4 jul.2019

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DO RN- SETUR.. **Polo Costa Branca**. [2017?] ; Disponível em:<http://natalbrasil.tur.br/polo-costa-branca/>. Acesso em: 23 dez. 2018.

SECRETARIA DE TRABALHO. Relação Anual de Informações Sociais. *In*: BRASIL-MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Rais**. 2015. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/rais>. Acesso em: 8 jul. 2019.

SECRETÁRIA, Secretária de Turismo. **Entrevista**. Entrevista concedida a Fernanda Raquel Freire da Silva. Guamaré (RN), 19 nov.2019. 1c.

SECRETÁRIO, Secretaria de Indústria e Comércio, Serviços, Energias e Projetos Especiais. **Entrevista**. Entrevista concedida a Fernanda Raquel Freire da Silva. Guamaré (RN), 19 nov.2019. 2c.

SECRETÁRIO, Secretária de Turismo, Cultura, Esportes e Lazer. **Entrevista**. Entrevista concedida a Fernanda Raquel Freire da Silva. Tibau (RN), 4 nov.2019. 1e.

SECRETÁRIO, Secretária Gestão Orçamentária e Financeira. **Entrevista**. Entrevista concedida a Fernanda Raquel Freire da Silva. Areia Branca (RN), 3 dez.2019.2d

SECRETÁRIO, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Agricultura e Turismo. **Entrevista**. Entrevista concedida a Fernanda Raquel Freire da Silva. Mossoró (RN), 30 out.2019.1a

SECRETÁRIO, Secretaria Municipal de Turismo. **Entrevista**. Entrevista concedida a Fernanda Raquel Freire da Silva. Macau (RN), 20 nov.2019.1b

SILVA, Carlos Henrique Costa da. O Turismo e a Produção do Espaço: Perfil Geográfico de uma Prática Socioespacial. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 16, n. 2, p. 47-61, maio./ago. 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.5902/223649947334>. Acesso em: 5 nov. 2019.

SILVA, Carlos Henrique Costa da. O Turismo e a Produção do Espaço: Perfil Geográfico de uma Prática Socioespacial. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 16, n. 2, p. 47-61, maio./ago. 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.5902/223649947334>. Acesso em: 5 nov. 2019.

SILVA, Kelson de Oliveira. Políticas Públicas e a Promoção do Turismo no Rio Grande do Norte. **Mercator**, Fortaleza, v. 9, n. 18, p. 71 a 79, jan./abr. 2010. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/303>. Acesso em: 18 fev. 2019.

SILVA, Maria Jin-Leine da. O Processo de Uso e Ocupação na Via Costeira. *In*: SILVA, Maria Jin-Leine da. **Uso e ocupação do solo e a transformação da paisagem na faixa litorânea da Via Costeira, município de Natal/RN**. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. f. 84-131. Disponível em: <http://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/20299>. Acesso em: 20 fev. 2019.

SILVA, Moacir Vieira da. Mossoró e sua região de influência. *In*: SILVA, Moacir Vieira da. **O terciário e a centralidade urbano regional de Mossoró-RN**. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. f. 27-70. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/24423>. Acesso em: 23 nov. 2019.

SILVA, Rodrigo Cardoso da. O Programa de Regionalização do Turismo: os percalços. *In*: SILVA, Rodrigo Cardoso da. **Política de regionalização de turismo no interior potiguar: articulação, entraves e efetividade**. 2014. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014, p.46-67. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/19737> Acesso em: 5 jul. 2019.

SILVA, S.A; BORGES, L.R.M. AS Políticas de Ordenamento Territorial e de Planejamento Regional no Brasil nos anos 1990 e 2000: um breve estudo sobre os ENIDS, A PNDR, O PAC E os territórios da cidadania. *In*: ANAIS DO I CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA, GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO. **I CONGEO Racionalidade e Práticas em Múltiplas Escalas**. 2014. Rio de Janeiro. Porto Alegre: Editora Letra1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014, p. 1354-1367. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/319929601_As_politicas_de_ordenamento_territorial_e_de_planejamento_regional_no_Brasil_nos_anos_1990_e_2000_um_breve_estudo_sobre_os_Enids_a_PNDR_o_PAC_e_os_Territorios_da_Cidadania. Acesso em: 2 jul. 2019.

SILVEIRA, Maria L. **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo: Clacso, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006. p 337-350. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/19cruz.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2019.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE O MERCADO DE TRABALHO NO SETOR DO TURISMO – SIMT; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA-IPEA.

Extrator de Dados: Dimensão de Ocupação das ACTs. 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018a. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/extrator/sobre.html>. Acesso em: 31 jan. 2020

SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE O MERCADO DE TRABALHO NO SETOR DO TURISMO – SIMT; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA-IPEA.

Extrator de Dados: Estabelecimentos turísticos. 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 b. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/extrator/sobre.html>. Acesso em: 31 jan. 2020

SMITH, Neil. Conclusão: Reestruturação do Capital. *In:* SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. p. 221-226. Disponível em:

<http://bodegadageografia.blogspot.com/2016/04/download-pdf-gratis-smith-neil.html>. Acesso em: 3 jul. 2019.

SMITH, Neil. Produção do Espaço. *In:* SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. p. 109 -147. Disponível em:

<http://bodegadageografia.blogspot.com/2016/04/download-pdf-gratis-smith-neil.html>. Acesso em: 3 jul. 2019.

SOLIMAR INTERNACIONAL; GREEN TEAM GLOBAL. Localização e Caracterização do Turismo no Rio Grande do Norte. *In:* SOLIMAR INTERNACIONAL; GREEN TEAM GLOBAL. **Planejamento Estratégico e Marketing para o Turismo do Rio Grande do Norte: Relatório Final Consolidado**. [S. l. s. n], 2017. p. 25-61. Disponível em:

<http://www.rnsustentavel.rn.gov.br/smiv3/site/conteudos/midias/2078a4e05e856b50bb1a098c60d0cbd3.pdf>. Acesso em: 3 ago.2019.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>.

Acesso em: 4 set. 2019.

SPINELLI, ANA CRISTINA (Coor.). Introdução. **Projeto RN. Sustentável**. Relatório Técnico: Identificação e Mapeamento das Aglomerações Produtivas do Estado do Rio Grande do Norte, 2013, p. 6-7. Disponível em:

<http://www.rnsustentavel.rn.gov.br/smiv3/site/documentos/arquivo/ea5d60a4d9131854276cc5d9177c599c.pdf>. Acesso: 21 jan. 2020.

STEINBERGER, Marília. A inseparabilidade entre Estado, políticas públicas e território. *In:* STEINBERGER, Marília (Org.). **Território, Estado e políticas públicas espaciais**. Brasília: Ler Editora, 2013. p. 31-64.

SUBSECRETARIA DE ARRECARDAÇÃO E ATEDIMENTO. Apresentação. *In:* BRASIL. Ministério da Economia. Receita Federal. **Classificação Nacional de Atividades Econômicas- CNAE**. 2014. Disponível em:

<http://receita.economia.gov.br/orientacao/tributaria/cadastros/cadastro-nacional-de-pessoas-juridicas-cnpj/classificacao-nacional-de-atividades-economicas-2013-cnae/apresentacao>. Acesso em: 29 ago. 2019.

SUBSECRETÁRIA, Secretaria de Estado de Turismo do RN. **Entrevista**. Entrevista concedida a Fernanda Raquel Freire da Silva. Tibau (RN), 23 out.2019. 1e.

TOMÉ, Luciana Mota. Turismo no Nordeste: Aspectos Gerais. **Caderno Setorial ETENE**, n. 20, p. 1-7, 2017. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/documents/80223/2789548/20_Turismo_11-2017.pdf/ea5a38a7-ab86-9065-170e-b38724c96937. Acesso em: 19 fev. 2019.

TURÉGANO, Manuel Ángel Santana. Turismo, economía y planificación urbana: una relación compleja. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, España, n. 1, v. 5, p. 53-67, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=88150105>. Acesso em: 2 jan. 2019.

UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA. COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA-CEP UNISUL. **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**. [200-?]. Disponível em: http://www.unisul.br/wps/wcm/connect/62ab1abb-de9d-4530-9ffa-dd16a25e3d7f/termo-consentimento_cep-unisul_pesquisa.docx?MOD=AJPERES. Acesso em: 18 out. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. **Termo de Consentimento Livre Esclarecido-TCLE**. [200-?]. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=Modelo+01+Termo+de+Consentimento+Livre+e+Esclarecido+-+UFRN+a&oq=Modelo+01+Termo+de+Consentimento+Livre+e+Esclarecido+-+UFRN+a&aqs=chrome..69i57.819j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8#>. Acesso em: 18 out. 2019.

VIRGINIO, Darley Fontes.; FERREIRA, Lissa Valéria. Gestão pública do turismo: uma análise da política de regionalização no período 2004-2011 no Rio Grande do Norte, Brasil. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 2., p.162-182, ago. 2013. <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/721/352> Acesso

APÊNDICE

APÊNDICE A – Quadro da identificação de cada participante das entrevistas

Municípios	Secretarias e Identificação no texto
Areia Branca	Gerência de Turismo (1d); Sec. Gestão Orçamentária e Financeira (2d)
Guamaré	Sec. Turismo (1c); Sec. Indústria e Comércio, Serviços, Energias e Projetos Especiais (2c)
Natal	Sec. de Estado de Turismo do RN
Macau	Sec. Municipal de Turismo (1b); AMDESTUR (2b)
Mossoró	Sec. Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Agricultura e Turismo. (1a); Gestão de Gerência de Turismo (2a)
Tibau	Sec. de Turismo, Cultura, Esportes e Lazer (1e).

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

ANEXO

É importante mencionar que o Anexo A, B correspondem as entrevistas, que foram elaborados como base no modelo presente nos trabalhos de Batista (2013) e Beserra (2017).

O anexo C refere-se ao termo de consentimento livre esclarecido, elaborado com base em modelos dá, EBSEH ([200-?] a,b), no CEP da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (CEP, 2019), da Universidade de SUL Santa Catarina (UNISUL, [200-?]) e da Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Norte (UFRN, [200-?]). E para melhor identificar o mestrado, foi utilizado informação do site do Mestrado Acadêmico em Geografia (PPGEO, 2016).

ANEXO A - Entrevista com as secretarias e gerências dos municípios**Município:** _____**Secretaria:** _____**Nome do (a) Secretário/ Subsecretário (a):** _____**Formação:** _____**Há quanto tempo no cargo:** _____

1. Quais as atividades econômicas presentes no município? Como elas contribuem para o crescimento econômico da área?

2. Como o turismo se insere dentro desse contexto econômico? Ele desempenha um papel importante na economia do município?

3. Qual o papel que essas atividades desempenharam no processo de urbanização?

4. O município possui áreas edificadas voltadas diretamente para a atividade turística? Se sim, quais são elas?

5. O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE), o Programa de Regionalização do Turismo- Roteiros do Brasil e o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), contribuíram para o desenvolvimento do turismo no município? Quais ações podem ser encontradas no município, oriundas desses programas?

6. Além desses programas, o (a) senhor (a) consegue identificar algum outro programa ou política de turismo, tanto no âmbito estadual, quanto federal, que desempenharam um papel para o desenvolvimento dessa atividade? No contexto local, quais são os investimentos do município direcionados para o turismo?

7. Qual o papel do turismo na geração de emprego e renda para a população local?

8. O turismo no município é uma atividade que possui um fluxo de turistas em todos os meses do ano, ou apenas em determinados períodos?

9. Na sua opinião, os atrativos turísticos são importantes para o fomento dessa atividade? Esses atrativos são bem explorados pelo município? Se sim, de qual forma?

10. Como o Sr.(a) define o papel do Polo Costa Branca para o turismo no município?

ANEXO B - Entrevista com membros da secretaria de estado de turismo do Rio Grande do Norte**Município:** _____**Secretaria:** _____**Nome do (a) Secretário/ Subsecretário (a):** _____**Formação:** _____**Há quanto tempo no cargo:** _____

1. O (A) Senhor (a) consegue identificar as atividades econômicas que contribuem para o contexto econômico do Estado do Rio Grande do Norte? Como o turismo se insere dentro dessa conjuntura econômica?

2. Como o (a) senhor (a) poderia descrever o papel do turismo na geração de estabelecimentos e empregos no estado?

3. De que forma essa atividade se espacializa economicamente no estado? Existem áreas em que essa atividade se concentra com mais intensidade?

-
-
4. Como o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, o Programa Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PODETUR-NE) e o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) contribuíram para o desenvolvimento do turismo no Estado do Rio Grande do Norte?

5. Além desses programas, existem outros programas, políticas desenvolvidas pelo Estado ou pelo Governo Federal que contribuíram para o turismo no RN? Como eles beneficiaram o desenvolvimento dessa atividade?

6. Existem investimentos financeiros desses programas para o turismo no estado? Se sim, como são distribuídos?

7. Como o (a) senhor (a) descreve a importância dos Polos Turísticos para o turismo no Rio Grande do Norte?

8. Dentre os cinco polos turísticos do estado, há algum mais beneficiado pelas ações voltadas para o turismo em detrimento de outro?

9. Ao seu ver, qual o papel do Polo Costa Branca e sua importância no desenvolvimento do turismo?

10. Atualmente, qual papel a Secretaria de Estado de Turismo do RN desempenha para o desenvolvimento do turismo nos municípios desse polo? Além da Secretária de Estado de Turismo, existem outros órgãos que tratam da questão do turismo no estado do Rio Grande do Norte? Quais?

ANEXO C - Termo de consentimento livre esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Caríssimos Senhores,

Gostaria de convidá-los a participar de uma pesquisa intitulada de “Desenvolvimento, Economia e Urbanização no Polo Costa Branca, Rio Grande do Norte”, desenvolvida pela mestrandia Fernanda Raquel Freire da Silva (pesquisadora responsável), aluna do Programa de Pós-Graduação em Geografia, no curso Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, sob a orientação do Pro. Dr. Fábio Ricardo Silva Beserra. Antes de assinar este documento, é necessário que o (a) senhor (a) leia-o com bastante atenção. No caso de dúvidas, converse com a pesquisadora responsável pelo estudo, para os devidos esclarecimentos. A proposta deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) é explicar tudo sobre o estudo e solicitar a vossa permissão para participar do mesmo. O objetivo geral desta pesquisa é analisar a produção e a organização do espaço nos municípios do Polo Costa Branca, a partir das atividades econômicas ali existentes, com destaque para o turismo, e tem como justificativa, entender o papel do turismo, bem como, de outras atividades econômicas, na economia, na urbanização e na produção do espaço dos municípios integrantes do Polo Costa Branca.

Desta forma, solicitamos a sua colaboração para participar de uma entrevista composta com perguntas abertas que tratam de questões relacionadas ao turismo, a economia, urbanização e o Polo Costa Branca, com duração de no máximo três horas. É necessário mencionar que, caso o (a) senhor (a) permita, a entrevista será gravada, por meio de gravação de voz, caso não seja de sua vontade, a pesquisadora responsável irá anotar as suas repostas.

A sua participação é voluntária, desta forma, se o (a) senhor (a) quiser desistir em qualquer momento, não lhe será imputado nenhum tipo de dano. É importante ressaltar que o nome do (a) senhor (a) será mantido em sigilo durante todo o processo da pesquisa sobre as informações coletadas através da gravação de voz (se for o caso) e anotações, bem como em publicações. Logo, solicitamos a sua anuência para apresentar essas informações colhidas deste estudo em eventos da área de geografia, turismo, e economia, assim como, em publicações dos mesmos em revistas científicas, tanto de âmbito nacional como internacional. Além disso, as informações coletadas serão guardadas pelo pesquisador responsável, por um prazo de cinco anos, em um ambiente seguro.

Posto isto, com base no que fui informado acerca do objetivo, do modo como as informações serão coletadas e de estar ciente sobre meus direitos.

Eu _____ dou meu consentimento para participar da pesquisa intitulada de “Desenvolvimento, Economia e Urbanização no Polo Costa Branca, Rio Grande do Norte”, assim como consinto a publicação das informações coletados por meio dessa investigação, para fins científicos (através de publicações em eventos e revistas). Estou ciente que receberei uma via desse documento.

Assinatura do Participante (Entrevistado)

Assinatura da Pesquisadora Responsável

Local da Entrevista, ____ de ____ de ____

No caso de mais informações, por favor, entre em contato com a pesquisadora responsável Fernanda Raquel Freire da Silva, residente da rua: Olinda (n.62^a), Bairro Alto de São Manoel – Mossoró-RN, ou, pelo telefone (084) 9 8848-3729, e pelo e-mail: fernandaraquel.freire@gmail.com.